

# PROSPECTO DEFINITIVO DE DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM DUAS SÉRIES, DA 7ª EMISSÃO DA



Logística S.A.

**MRS LOGÍSTICA S.A.**

Companhia Aberta - CVM nº 1794-9

CNPJ/MF sob o nº 01.417.222/0001-77

Praia de Botafogo, nº 228, sala 1.201 E, Botafogo, CEP 22250-906, Rio de Janeiro - RJ

No valor total de

## R\$ 550.726.000,00

(QUINHENTOS E CINQUENTA MILHÕES SETECENTOS E VINTE E SEIS MIL REAIS)

CÓDIGO ISIN das Debêntures da Primeira Série: BRMRSADB5081

CÓDIGO ISIN das Debêntures da Segunda Série: BRMRSADB5099

CLASSIFICAÇÃO DE RISCO PARA AS DEBÊNTURES (RATING) DA STANDARD & POOR'S: brAA+

A **MRS LOGÍSTICA S.A.** ("Emissora" ou "**MRS**") está realizando uma oferta pública de distribuição de 550.726 (quinhentas e cinquenta mil setecentas e vinte e seis) debêntures simples, sendo 336.340 (trezentas e trinta e seis mil trezentas e quarenta) Debêntures da Primeira Série (conforme definido neste Prospecto) e 214.386 (duzentas e quatorze mil, trezentas e oitenta e seis) Debêntures da Segunda Série (conforme definido neste Prospecto), todas nominativas, escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, da 7ª (sétima) emissão da Emissora ("**Emissão**"), em duas séries, com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais) na data de emissão, qual seja, 15 de fevereiro de 2015 ("**Data de Emissão**"), perfazendo o montante total inicial de R\$550.726.000,00 (quinhentos e cinquenta milhões setecentos e vinte e seis mil reais), sendo R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) correspondentes à oferta base e R\$50.726.000,00 (cinquenta milhões setecentos e vinte e seis mil reais) correspondentes à colocação parcial das Debêntures Suplementares (abaixo definido) ("**Debêntures**") sob a coordenação do **BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.** ("**Coordenador Líder**") e do **BB-BANCO DE INVESTIMENTO S.A.** ("**BB-BI**") e, quando em conjunto com o Coordenador Líder, "**Coordenadores**"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), da Instrução da CVM nº 471, de 8 de agosto de 2008 ("**Instrução CVM 471**"), do "Convênio CVM/ANBIMA de Procedimento Simplificado para o Registro de Ofertas Públicas, regulado pela Instrução CVM 471, celebrado entre a CVM e a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais" ("**ANBIMA**"), em 20 de agosto de 2008, conforme alterado ("**Convênio CVM-ANBIMA**"), e das demais disposições legais, regulamentares e autorregulatórias aplicáveis ("**Oferta**").

As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário por meio do (i) MDA – Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("**CETIP**"), sendo a distribuição das Debêntures liquidada financeiramente por meio da CETIP, e/ou (ii) DDA - Sistema de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("**BM&FBOVESPA**"), sendo a distribuição das Debêntures liquidada financeiramente por meio da BM&FBOVESPA. As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio do (i) Módulo CETIP 21 – Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações das Debêntures liquidadas financeiramente por meio da CETIP e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e/ou (ii) PUMA Trading System Plataforma Unificada de Multi Ativos da BM&FBOVESPA, administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA, sendo as negociações liquidadas financeiramente por meio da BM&FBOVESPA e as Debêntures custodiadas eletronicamente na BM&FBOVESPA.

A quantidade de Debêntures inicialmente ofertada poderia ser aumentada, sendo certo que o aumento da Oferta estava limitado a 28,66% (vinte e oito inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do Valor Total da Emissão, de forma a respeitar o valor máximo do Projeto de Investimento (conforme definido neste Prospecto) aprovado nos termos da Portaria 398 do Ministério dos Transportes (abaixo definido) nas seguintes condições: (i) nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Debêntures inicialmente ofertada, sem considerar as Debêntures Adicionais (abaixo definido), poderia ser acrescida em até 15% (quinze por cento), ou seja, em até 75.000 (setenta e cinco mil) Debêntures suplementares, em qualquer uma das séries, nas mesmas condições das Debêntures inicialmente ofertadas ("**Debêntures Suplementares**"), destinadas a atender excesso de demanda que eventualmente fosse constatado no Procedimento de *Bookbuilding* (abaixo definido), conforme opção outorgada pela Emissora aos Coordenadores no Contrato de Distribuição (conforme definido neste Prospecto), que somente poderia ser exercida pelos Coordenadores em comum acordo com a Emissora, até a data de divulgação do Anúncio de Início (conforme definido neste Prospecto). A critério dos Coordenadores e da Emissora, conforme verificado pelo Procedimento de *Bookbuilding*, foram emitidas 50.726 (cinquenta mil, setecentas e vinte e seis) Debêntures Suplementares, sendo todas Debêntures da Segunda Série; e (ii) nos termos do parágrafo 2º do artigo 14 da Instrução CVM 400, a Emissora poderia aumentar a quantidade de Debêntures com relação à quantidade inicialmente ofertada, sem considerar as Debêntures Suplementares, em até 20% (vinte por cento), ou seja, em até 100.000 (cem mil) Debêntures adicionais, em qualquer uma das séries, nas mesmas condições das Debêntures originalmente ofertadas ("**Debêntures Adicionais**"), sem a necessidade de novo pedido de registro à CVM, até a data de divulgação do Anúncio de Início (conforme definido neste Prospecto). A critério dos Coordenadores e da Emissora, conforme verificado no Procedimento de *Bookbuilding*, não foram emitidas Debêntures Adicionais.

Foi adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento, organizado pelos Coordenadores nos termos do disposto nos parágrafos 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM 400, mediante a verificação, com os potenciais investidores, do interesse de investimento nas Debêntures, em diferentes níveis de taxas de juros, para a definição, em conjunto com a Emissora: (i) dos Juros Remuneratórios da Primeira Série (conforme definido neste Prospecto) e dos Juros Remuneratórios da Segunda Série (conforme definido neste Prospecto); e (ii) da quantidade de Debêntures a ser alocada em cada série, em sistema de vasos comunicantes, considerando, inclusive, a emissão e a quantidade das Debêntures Adicionais e das Debêntures Suplementares, conforme o caso ("**Procedimento de Bookbuilding**"). As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com a intermediação dos Coordenadores, sob: (i) o regime de garantia firme de colocação, com relação à totalidade das Debêntures, sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais; e (ii) o regime de melhores esforços de colocação, com relação às Debêntures Suplementares e às Debêntures Adicionais.

A Emissão das Debêntures e a Oferta são realizadas com base nas deliberações da Reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizada em 12 de dezembro de 2014, cuja ata foi registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("**JUCERJA**"), em 17 de dezembro de 2014, sob o nº 00002710045, e publicada no Jornal Diário Mercantil-RJ em 19, 20 e 21 de dezembro de 2014 e no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, em 19 de dezembro de 2014, nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Os termos e condições das Debêntures estão disciplinados na "*Escritura Particular da 7ª (Sétima) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em até Duas Séries, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública, da MRS Logística S.A.*" ("**Escritura de Emissão**"), celebrada em 30 de dezembro de 2014 entre a Emissora e a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("**Agente Fiduciário**"), representando, perante a Emissora, a comunhão dos interesses dos titulares das Debêntures da presente Emissão. A Escritura de Emissão foi devidamente registrada na JUCERJA, em sessão realizada em 08 de janeiro de 2015, sob o nº ED33000596-4/000. A Escritura de Emissão foi aditada pelo "Primeiro Aditamento à Escritura Particular da 7ª (Sétima) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em até Duas Séries, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública, da MRS Logística S.A." ("**Primeiro Aditamento à Escritura de Emissão**"), que foi devidamente registrado na JUCERJA, em 20 de fevereiro de 2015, sob o nº ED33000596-2/001.

A Emissão será realizada nos termos da Lei nº 12.431 de 24 de junho de 2011, conforme alterada ("**Lei 12.431**"), do Decreto Presidencial nº 7.603, de 09 de novembro de 2011 e da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.947, de 27 de janeiro de 2011. Os recursos líquidos desta Oferta serão utilizados para reembolso de gastos, despesas e/ou dívidas relativos ao Projeto de Investimento (conforme descrito na seção "**Destinação dos Recursos**" deste Prospecto), o qual foi considerado prioritário pelo Ministério dos Transportes, por meio da Portaria GM nº 398 emitida pelo Ministério dos Transportes em 18 de novembro de 2014 e publicada no Diário Oficial da União em 19 de novembro de 2014 ("**Portaria 398 do Ministério dos Transportes**"). Desta forma, as Debêntures são incentivadas e contarão com benefício tributário nos termos dos artigos 1º e 2º da Lei 12.431.

Este Prospecto deve ser lido em conjunto com as demonstrações financeiras da Emissora e as informações apresentadas no Formulário de Referência da Emissora, elaborado nos termos da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, ambos incorporados por referência a este Prospecto. O Formulário de Referência da Emissora, na sua versão mais recente disponível até a data deste Prospecto, assim como as demonstrações financeiras da Emissora, encontram-se disponíveis para consulta nos seguintes sites [www.mrs.com.br](http://www.mrs.com.br) e [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br). Para informações detalhadas de acesso em cada um destes sites, ver seção "Documentos e Informações Incorporados por Referência" deste Prospecto.

O investimento nas Debêntures não é adequado a investidores que (i) não tenham profundo conhecimento dos riscos envolvidos na operação ou que não tenham acesso à consultoria especializada; (ii) necessitem de liquidez, tendo em vista a possibilidade de serem pequenas ou inexistentes as negociações das Debêntures no mercado secundário; e/ou (iii) não estejam dispostos a correr o risco de crédito da Emissora. Este Prospecto não deve, em qualquer circunstância, ser considerado como recomendação de compra das Debêntures. Ao decidir pela subscrição das Debêntures, potenciais investidores deverão realizar sua própria análise e avaliação da condição financeira da Emissora, de seus ativos e dos riscos decorrentes do investimento nas Debêntures.

**ANTES DE TOMAR DECISÃO DE INVESTIMENTO NAS DEBÊNTURES QUE VENHAM A SER DISTRIBUÍDAS NO ÂMBITO DA OFERTA, A EMISSORA E OS COORDENADORES RECOMENDAM AOS POTENCIAIS INVESTIDORES A LEITURA CUIDADOSA DESTA OFERTA E DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA EMISSORA, INCORPORADO POR REFERÊNCIA A ESTE PROSPECTO, EM ESPECIAL AS SEÇÕES "4. FATORES DE RISCO" E "5. RISCOS DE MERCADO" DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, CUJO CAMINHO PARA ACESSO ESTÁ INDICADO NA SEÇÃO "DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES INCORPORADOS POR REFERÊNCIA" DESTA OFERTA, E A SEÇÃO "FATORES DE RISCO RELACIONADOS COM A OFERTA E AS DEBÊNTURES", NAS PÁGINAS 49 A 56 DESTA OFERTA, PARA CIÊNCIA DE CERTOS FATORES DE RISCO QUE DEVEM SER CONSIDERADOS COM RELAÇÃO AO INVESTIMENTO NAS DEBÊNTURES.**

O registro da Oferta foi realizado por meio do procedimento simplificado, tendo sido o pedido de registro da oferta submetido à análise prévia da ANBIMA, no âmbito do Convênio CVM-ANBIMA. A Oferta foi registrada pela CVM em 25 de fevereiro de 2015, sob o nº CVM/SRE/DEB/2015/002 para as Debêntures da Primeira Série e sob o nº CVM/SRE/DEB/2015/003 para as Debêntures da Segunda Série, na forma e nos termos da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, conforme alterada, da Instrução CVM 400 e da Instrução CVM 471.

**O REGISTRO DA PRESENTE DISTRIBUIÇÃO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DA COMPANHIA EMISSORA, BEM COMO SOBRE DAS DEBÊNTURES A SEREM DISTRIBUÍDAS.**



A(O) presente oferta pública (programa) foi elaborada(o) de acordo com as normas de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários. O registro ou análise prévia da presente Oferta Pública não implica, por parte da ANBIMA, garantia da veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade da companhia emissora, do(s) ofertante(s), das instituições participantes, bem como sobre os valores mobiliários a serem distribuídos. Este selo não implica recomendação de investimento.

Coordenador Líder

Coordenador



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## ÍNDICE

DEFINIÇÕES .....	3
CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO.....	19
DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES INCORPORADOS POR REFERÊNCIA .....	21
SUMÁRIO DA EMISSORA .....	23
APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS, OPERACIONAIS E OUTRAS INFORMAÇÕES .....	35
SUMÁRIO DA OFERTA .....	37
FATORES DE RISCO RELACIONADOS COM A OFERTA E AS DEBÊNTURES.....	49
INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA EMISSORA .....	57
IDENTIFICAÇÃO DA EMISSORA, DOS COORDENADORES, DO BANCO LIQUIDANTE, DO ESCRITURADOR MANDATÁRIO, DO AGENTE FIDUCIÁRIO, DOS ASSESSORES JURÍDICOS E DOS AUDITORES INDEPENDENTES .....	59
DECLARAÇÕES DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES .....	63
INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA .....	65
Aprovação Societária .....	65
Requisitos .....	65
Características da Emissão e da Oferta .....	66
Características das Debêntures .....	69
Vencimento Antecipado.....	80
Assembleia Geral de Debenturistas .....	87
Contrato de Distribuição .....	89
Formador de Mercado .....	100
Modificação, Suspensão, Cancelamento ou Revogação da Oferta. ....	101
Agente Fiduciário .....	102
CRONOGRAMA DAS ETAPAS DA OFERTA.....	103
DEMONSTRATIVO DE CUSTOS DA OFERTA.....	105
CUSTO UNITÁRIO DE DISTRIBUIÇÃO .....	107
VISÃO GERAL DA LEI 12.431 .....	109
Sumário.....	109
Tributação das Debêntures .....	110
RELACIONAMENTO ENTRE A EMISSORA E OS COORDENADORES DA OFERTA.....	113
Relacionamento entre a Emissora e o Coordenador Líder .....	113
Relacionamento entre a Emissora e o BB-BI.....	114
INFORMAÇÕES ADICIONAIS .....	117
APRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES INTERMEDIÁRIAS.....	123
Coordenador Líder .....	123
BB-BI .....	126
DESTINAÇÃO DOS RECURSOS .....	129
CAPITALIZAÇÃO .....	133
ANEXOS.....	135
- Escritura de Emissão das Debêntures e Primeiro Aditamento à Escritura de Emissão das Debêntures .....	137
- Ata da Reunião do Conselho de Administração da Emissora aprovando a Emissão .	203
- Súmula de Classificação de Risco das Debêntures.....	213
- Declarações de Veracidade da Emissora e do Coordenador Líder.....	219
- Estatuto Social da Emissora.....	227
- Portaria 398 do Ministério dos Transportes.....	245

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



## DEFINIÇÕES

Os termos indicados abaixo utilizados neste Prospecto terão o significado a eles atribuídos nesta seção, salvo de outra forma determinado neste Prospecto ou se o contexto assim exigir.

<b>Agência de Classificação de Risco</b>	Standard & Poor's Ratings do Brasil Ltda., sociedade limitada, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 201, 18º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.295.585/0001-40.
<b>Agente Fiduciário</b>	PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira, com sede no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 4.200, bloco 08, ala B, salas 303 e 304, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38.
<b>ANBIMA</b>	ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.
<b>ANTT</b>	Agência Nacional de Transportes Terrestres.
<b>Anúncio de Encerramento</b>	Anúncio de encerramento da Oferta elaborado nos termos do artigo 29 da Instrução CVM 400 que será divulgado nas páginas da Emissora, dos Coordenadores, da CETIP, da BM&FBovespa e da CVM na Internet.
<b>Anúncio de Início</b>	Anúncio de início da Oferta elaborado nos termos do artigo 23, parágrafo 2º e do artigo 52 da Instrução CVM 400 que foi divulgado nas páginas da Emissora, dos Coordenadores, da CETIP, da BM&FBovespa e da CVM na Internet em 26 de fevereiro de 2015.
<b>Aquisição Antecipada Facultativa</b>	Aquisição antecipada facultativa das Debêntures pela Emissora, nos termos do parágrafo 3º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações.
<b>Assembleia Geral de Debenturistas</b>	Assembleia geral dos Debenturistas da Primeira Série e da Segunda Série, em conjunto, a ser realizada de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, para deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas, computando-se em conjunto todos os Debenturistas, para fins de quóruns de convocação, instalação e deliberação.
<b>Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série</b>	Assembleia geral dos Debenturistas da Primeira Série, a ser realizada de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, para deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas da Primeira Série.
<b>Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série</b>	Assembleia geral dos Debenturistas da Segunda Série, a ser realizada de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, para deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas da Segunda Série.

<b>Atualização Monetária</b>	Atualização do Valor Nominal Unitário das Debêntures, que será equivalente à variação acumulada do IPCA a partir da Data de Emissão, calculada de forma <i>pro rata temporis</i> por Dias Úteis até a integral liquidação das Debêntures, sendo o produto da Atualização Monetária incorporado automaticamente ao Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou ao saldo do Valor Nominal Unitário).
<b>Aviso ao Mercado</b>	Aviso ao mercado sobre a Oferta, publicado no jornal "Diário Mercantil" em 21 de janeiro de 2015, nos termos do artigo 53 da Instrução CVM 400, e nas páginas da Emissora, dos Coordenadores, da CETIP, da BM&FBOVESPA e da CVM na internet.
<b>Banco Central</b>	Banco Central do Brasil.
<b>Banco do Brasil</b>	Banco do Brasil S.A.
<b>Banco Liquidante</b>	ITAÚ UNIBANCO S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 - Torre Olavo Setúbal, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04.
<b>BB-BI</b>	<b>BB-BANCO DE INVESTIMENTO S.A.</b> , instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas, nº 105, 36º andar, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 24.933.830/0001-30.
<b>BM&amp;FBOVESPA</b>	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.
<b>BNDES</b>	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES
<b>Brasil ou País</b>	República Federativa do Brasil.
<b>CDI</b>	Certificado de Depósito Interbancário
<b>CETIP</b>	CETIP S.A. - Mercados Organizados.
<b>CETIP21</b>	Módulo CETIP 21 - Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela CETIP.
<b>CFC</b>	Conselho Federal de Contabilidade.
<b>CMN</b>	Conselho Monetário Nacional.

<b>CNPJ/MF</b>	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda.
<b>Código ANBIMA de Atividades Conveniadas</b>	" <i>Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Atividades Conveniadas</i> ", datado de 09 de junho de 2010.
<b>Código ANBIMA de Ofertas</b>	" <i>Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários</i> ", datado de 30 de janeiro de 2014.
<b>Códigos ANBIMA</b>	O Código ANBIMA de Atividades Conveniadas e o Código ANBIMA de Ofertas, considerados em conjunto.
<b>Comissionamento</b>	Remuneração devida pela Emissora aos Coordenadores pelo desempenho das obrigações previstas no Contrato de Distribuição.
<b>Companhia Siderúrgica Nacional</b>	COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL, companhia aberta, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3400, 19º e 20º andares, CEP 04538-132, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.042.730/0001-04.
<b>Comunicado ao Mercado e Anúncio de Alteração nas Condições da Oferta</b>	"Comunicado ao Mercado e Anúncio de Alteração nas Condições da Oferta Pública de Distribuição Pública de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até Duas Séries, da 7ª Emissão da MRS Logística S.A.", publicado em 29 de janeiro de 2015 no jornal "Diário Mercantil".
<b>Concessão</b>	Concessão outorgada à Emissora, nos termos do Contrato de Concessão.
<b>Contrato de Concessão</b>	Contrato celebrado entre a União Federal, por intermédio do Ministério dos Transportes, e a Emissora, em 28 de novembro de 1996, conforme aditado, pelo prazo de 30 anos, renovável por mais 30 anos, a critério exclusivo do Poder Concedente, para a exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga na malha Sudeste, em decorrência da privatização da malha sudeste da Rede Ferroviária Federal S.A., nos termos do Edital nº PND/A- 05/96/RFFSA, de 11 de julho de 1996.
<b>Contrato de Distribuição</b>	" <i>Contrato de Estruturação, Coordenação e Distribuição Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até Duas Séries, Sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, da 7ª (Sétima) Emissão da MRS Logística S.A.</i> ", celebrado entre a Emissora e os Coordenadores em 05 de janeiro de 2015, conforme aditado.
<b>Contrato de Formador de Mercado</b>	Contrato de formador de mercado, tendo por objeto as Debêntures, nos termos da Instrução CVM 384, entre a Emissora e o Santander, visando a garantir a existência e a permanência de ofertas firmes diárias de compra e venda para as Debêntures pelo prazo de um ano a contar da Data de Integralização da Primeira Série (ou da Data de Integralização da Segunda Série, caso não sejam emitidas Debêntures da Primeira Série).

<b>Convênio CVM-ANBIMA</b>	Convênio CVM/ANBIMA de Procedimento Simplificado para o Registro de Ofertas Públicas, regulado pela Instrução CVM 471, celebrado entre a CVM e a ANBIMA, em 20 de agosto de 2008, conforme alterado.
<b>Coordenador Líder ou Santander</b>	<b>BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.</b> , instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2.235, 26º andar, parte, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 90.400.888/0001-42.
<b>Coordenadores</b>	O BB-BI e o Santander, em conjunto.
<b>CPC</b>	Comitê de Pronunciamentos Contábeis.
<b>CVM</b>	Comissão de Valores Mobiliários.
<b>Data de Emissão</b>	Data de emissão das Debêntures, nos termos da Escritura de Emissão, qual seja: 15 de fevereiro de 2015.
<b>Datas de Integralização</b>	Data de Integralização da Primeira Série e Data de Integralização da Segunda Série, consideradas em conjunto.
<b>Data de Integralização da Primeira Série</b>	Data única em que ocorrerá a subscrição e integralização das Debêntures da Primeira Série, por meio do MDA e/ou do DDA, à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional, pelo Preço de Integralização das Debêntures da Primeira Série.
<b>Data de Integralização da Segunda Série</b>	Data única em que ocorrerá a subscrição e integralização das Debêntures da Segunda Série, por meio do MDA e/ou do DDA, à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional, pelo Preço de Integralização das Debêntures da Segunda Série, sendo que tal data poderá ser ou a mesma da Data de Integralização da Primeira Série ou o Dia Útil posterior à tal data.
<b>Data de Liquidação da Primeira Série</b>	A data da liquidação financeira das Debêntures da Primeira Série, com a respectiva prestação de contas e pagamentos, que ocorrerá na Data de Integralização da Primeira Série.
<b>Data de Liquidação da Segunda Série</b>	A data da liquidação financeira das Debêntures da Segunda Série, com a respectiva prestação de contas e pagamentos, que ocorrerá na Data de Integralização da Segunda Série.

<b>Datas de Liquidação</b>	A Data de Liquidação da Primeira Série em conjunto com a Data de Liquidação da Segunda Série.
<b>Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série</b>	Data em que ocorrer o pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série, sendo a primeira em 15 de fevereiro de 2016 e as demais no mesmo dia dos anos subsequentes, sendo a última na Data de Vencimento da Primeira Série.
<b>Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série</b>	Data em que ocorrer o pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série, sendo a primeira em 15 de fevereiro de 2016 e as demais no mesmo dia dos anos subsequentes, sendo a última na Data de Vencimento da Segunda Série.
<b>Data de Vencimento da Primeira Série</b>	Data em que ocorrerá o vencimento das Debêntures da Primeira Série, qual seja 15 de fevereiro de 2022.
<b>Data de Vencimento da Segunda Série</b>	Data em que ocorrerá o vencimento das Debêntures da Segunda Série, qual seja 15 de fevereiro de 2025.
<b>DDA</b>	DDA - Sistema de Distribuição de Ativos, operacionalizado e administrado pela BM&FBOVESPA.
<b>Debêntures</b>	550.726 (quinhentas e cinquenta mil, setecentas e vinte e seis) debêntures simples, sendo 336.340 (trezentas e trinta e seis mil, trezentas e quarenta) Debêntures da Primeira Série e 214.386 (duzentas e quatorze mil, trezentas e oitenta e seis) Debêntures da Segunda Série, nominativas, escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, da 7ª emissão da Emissora, com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais) na Data de Emissão, objeto da Oferta, com as demais características previstas na Escritura de Emissão e neste Prospecto. Ressalvadas as referências expressas às Debêntures da Primeira Série ou às Debêntures da Segunda Série, todas as referências às " <u>Debêntures</u> " devem ser entendidas como referências às Debêntures da Primeira Série e às Debêntures da Segunda Série, em conjunto.
<b>Debêntures Adicionais</b>	Debêntures adicionais, nas mesmas condições das Debêntures originalmente ofertadas, que poderiam ser emitidas nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400. A critério dos Coordenadores e da Emissora, conforme verificado no Procedimento de Bookbuilding, não foram emitidas Debêntures Adicionais. Para mais informações sobre as Debêntures

Adicionais, vide seção "Informações Sobre a Oferta - Características da Emissão e da Oferta - Aumento da Quantidade de Debêntures" deste Prospecto.

**Debêntures da Primeira Série**

As 336.340 (trezentas e trinta e seis mil, trezentas e quarenta) Debêntures objeto da Emissão distribuídas no âmbito da primeira série. A quantidade total de Debêntures da Primeira Série foi determinada no Procedimento de *Bookbuilding*.

**Debêntures da Primeira Série em Circulação**

Todas as Debêntures da Primeira Série subscritas e integralizadas e não resgatadas, excluídas as Debêntures da Primeira Série (i) mantidas em tesouraria pela Emissora; ou (ii) de titularidade de: (a) sociedades controladas pela Emissora (diretas ou indiretas), (b) controladoras (ou grupo de controle) da Emissora e (c) administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas, incluindo seus cônjuges, companheiros ou parentes até o 2º (segundo) grau.

**Debêntures da Segunda Série**

As 214.386 (duzentas e quatorze mil, trezentas e oitenta e seis) Debêntures objeto da Emissão distribuídas no âmbito da segunda série. A quantidade total de Debêntures da Segunda Série foi determinada no Procedimento de *Bookbuilding*.

**Debêntures da Segunda Série em Circulação**

Todas as Debêntures da Segunda Série subscritas e integralizadas e não resgatadas, excluídas as Debêntures da Segunda Série (i) mantidas em tesouraria pela Emissora; ou (ii) de titularidade de: (a) sociedades controladas pela Emissora (diretas ou indiretas), (b) controladoras (ou grupo de controle) da Emissora e (c) administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas, incluindo seus cônjuges, companheiros ou parentes até o 2º (segundo).

**Debêntures em Circulação**

As Debêntures da Primeira Série em Circulação e as Debêntures da Segunda Série em Circulação, consideradas em conjunto.

**Debêntures Incentivadas**

Significam quaisquer debêntures que atendam aos requisitos dos artigos 1º e 2º da Lei 12.431.

**Debêntures Suplementares**

As 50.726 (cinquenta mil, setecentas e vinte e seis) Debêntures suplementares, nas mesmas condições das Debêntures originalmente ofertadas, que, nos termos

	do artigo 24 da Instrução CVM 400 foram acrescentadas à Oferta, destinadas a atender excesso de demanda que eventualmente fosse constatado no Procedimento de <i>Bookbuilding</i> , conforme opção outorgada pela Emissora aos Coordenadores no Contrato de Distribuição Para mais informações sobre as Debêntures Adicionais, vide seção "Informações Sobre a Oferta - Características da Emissão e da Oferta - Aumento da Quantidade de Debêntures" deste Prospecto.
<b>Debenturistas</b>	Os titulares das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Segunda Série, em conjunto.
<b>Debenturistas da Primeira Série</b>	Os titulares das Debêntures da Primeira Série.
<b>Debenturistas da Segunda Série</b>	Os titulares das Debêntures da Segunda Série.
<b>Decreto 7.603</b>	O Decreto Presidencial nº 7.603, de 9 de novembro de 2011.
<b>Despesas</b>	Despesas gerais razoáveis e devidamente comprovadas relacionadas às Debêntures e à Oferta com que a Emissora deve arcar e, se incorridas pelos Coordenadores, que a Emissora deve reembolsar, incluindo, mas não se limitando a (i) o pagamento das taxas de registro da Oferta e/ou das Debêntures junto à CVM, à CETIP e/ou à BM&FBOVESPA, bem como o pagamento dos custos relativos à análise prévia da Oferta pela ANBIMA; (ii) contratação e remuneração do Agente Fiduciário, do Banco Liquidante, do Escriturador Mandatário, dos auditores independentes e da Agência de Classificação de Risco; (iii) taxas de registro dos atos societários na JUCERJA; (iv) despesas com publicações, traduções, impressões e apresentações para potenciais investidores; (v) honorários e despesas dos auditores externos da Emissora relativamente à Oferta; (vi) honorários e despesas dos assessores jurídicos contratados para a Oferta; e (vii) quaisquer despesas razoáveis que os Coordenadores tenham incorrido, relacionadas, direta ou indiretamente, à Oferta.
<b>Dia Útil</b>	Qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional.
<b>Diário Mercantil</b>	Jornal Diário Mercantil (RJ).
<b>DOERJ</b>	Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

<b>Edital de Oferta de Resgate Antecipado</b>	Anúncio, publicado nos termos da Cláusula 6.18 da Escritura de Emissão, que deverá descrever os termos e condições de uma Oferta de Resgate Antecipado.
<b>Emissão</b>	A presente emissão de Debêntures da Emissora, que representa a sétima emissão de Debêntures da MRS.
<b>Emissora ou MRS</b>	<b>MRS LOGÍSTICA S.A.</b> , sociedade por ações de propósito específico, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, localizada na Praia de Botafogo, nº 228, sala 1201 E, Botafogo, CEP 22250-906, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.417.222/0001-77.
<b>Encargos Moratórios</b>	Encargos incidentes sobre os débitos vencidos e não pagos, no caso de impontualidade no pagamento, pela Emissora, de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, correspondentes a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados <i>pro rata temporis</i> , desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.
<b>Escritura de Emissão</b>	A " <i>Escritura Particular da 7ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em até Duas Séries, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública, da MRS Logística S.A.</i> ", celebrada entre a Emissora e o Agente Fiduciário em 30 de dezembro de 2014, anexa a este Prospecto, conforme aditada.
<b>Escriturador Mandatário</b>	<b>ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.</b> , instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º andar, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 04538-132, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-64.
<b>Estatuto Social</b>	O estatuto social da Emissora, anexo a este Prospecto.
<b>Eventos de Vencimento Antecipado</b>	Os Eventos de Vencimento Antecipado Automático e os Eventos de Vencimento Antecipado Não Automático, em conjunto.
<b>Eventos de Vencimento Antecipado Automático</b>	Cada um dos eventos descritos na Cláusula 7.1 da Escritura de Emissão.
<b>Eventos de Vencimento Antecipado Não Automático</b>	Cada um dos eventos descritos na Cláusula 7.2 da Escritura de Emissão.
<b>Formador de Mercado</b>	Santander.



<b>Formulário de Referência</b>	O formulário de referência da Emissora, elaborado nos termos da Instrução CVM 480 e incorporado por referência a este Prospecto, que pode ser encontrado nos endereços indicados na seção "Documentos e Informações Incorporados por Referência" deste Prospecto.
<b>Garantia Firme</b>	Regime de garantia firme de colocação das Debêntures pelos Coordenadores, nos termos do Contrato de Distribuição.
<b>Gerdau S.A.</b>	GERDAU S.A., companhia aberta, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida João XXIII, nº 6777, CEP 23570-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.611.500/0001-19.
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
<b>IFRS</b>	<i>International Financial Reporting Standards</i> , ou normas internacionais de relatório financeiro, emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.
<b>Instituições Consorciadas</b>	Instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários que poderão ser convidadas pelos Coordenadores, com a concordância da Emissora, para atuar como instituições consorciadas da Oferta, devendo, neste caso, ser celebrados contratos de adesão com as respectivas instituições financeiras contratadas.
<b>Instituições Participantes da Oferta</b>	Os Coordenadores, os Participantes Especiais e as Instituições Consorciadas, em conjunto.
<b>Instrução CVM 384</b>	Instrução da CVM nº 384, de 17 de março de 2003, e alterações posteriores.
<b>Instrução CVM 400</b>	Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.
<b>Instrução CVM 409</b>	Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada.
<b>Instrução CVM 471</b>	Instrução da CVM nº 471, de 8 de agosto de 2008.
<b>Instrução CVM 480</b>	Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada.
<b>Investidores de Varejo</b>	Pessoas físicas, pessoas jurídicas e clubes de investimento registrados na BM&FBOVESPA que não estejam compreendidos na definição de Investidores Institucionais e que realizem Pedido de Reserva para a

quantidade mínima de 1 (uma) Debênture e a quantidade máxima de 300 (trezentas) Debêntures.

**Investidores Institucionais**

Em conjunto, (a) Investidores Qualificados; (b) fundos de investimento que não se enquadrem na definição de Investidores Qualificados, cujos regulamentos permitam investimentos em ativos financeiros privados de renda fixa com prazos compatíveis com os das Debêntures; ou (c) pessoas físicas e jurídicas que desejarem aplicar mais de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) para subscrição das Debêntures objeto da Oferta.

**Investidores Qualificados**

Investidores definidos pelo artigo 109 da Instrução CVM 409, quais sejam: (i) instituições financeiras; (ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (iv) pessoas físicas ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio; (v) fundos de investimento destinados exclusivamente a Investidores Qualificados; (vi) administradores de carteira e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; e (vii) regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios.

**IPCA**

Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo IBGE.

**JUCERJA**

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro.

**Juros Remuneratórios da Primeira Série**

Juros remuneratórios incidentes sobre o Valor Nominal Unitário atualizado ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário atualizado, conforme aplicável, das Debêntures da Primeira Série, correspondentes a 5,9828% (cinco inteiros nove mil oitocentos e vinte e oito décimos de milésimo por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, definidos de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*.

**Juros Remuneratórios da Segunda Série**

Juros remuneratórios incidentes sobre o Valor Nominal Unitário atualizado ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário atualizado, conforme aplicável, das Debêntures da Segunda Série, correspondentes a 6,4277% (seis inteiros quatro mil duzentos e setenta e

sete décimos de milésimo por cento) ao ano, definidos de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*.

<b>KPMG</b>	<b>KPMG AUDITORES INDEPENDENTES</b> , inscrita no CNPJ/MF sob o nº 57.755.217/0001-29.
<b>Lei 6.385</b>	Lei nº 6.385, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.
<b>Lei 12.431</b>	Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme alterada.
<b>Lei 13.043</b>	Lei nº 13.043, de 13 de novembro de 2014.
<b>Lei das Sociedades por Ações</b>	Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.
<b>MDA</b>	MDA - Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela CETIP.
<b>Minerações Brasileiras Reunidas S.A.</b>	<b>MINERAÇÕES BRASILEIRAS REUNIDAS S.A. - MBR</b> , sociedade por ações, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.417.445/0001-20.
<b>NTN-B 2022</b>	Notas do Tesouro Nacional - Série B, com vencimento em 15 de agosto de 2022.
<b>NTN-B 2024</b>	Notas do Tesouro Nacional - Série B, com vencimento em 15 de agosto de 2024.
<b>Oferta</b>	A oferta pública de distribuição das Debêntures, nos termos da Lei 6.385, da Instrução CVM 400 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, descrita neste Prospecto.
<b>Oferta de Varejo</b>	Oferta das Debêntures destinada a Investidores de Varejo.
<b>Oferta de Resgate Antecipado</b>	Oferta de resgate antecipado, total ou parcial, das Debêntures em Circulação, que a Emissora poderá, a seu exclusivo critério e desde que legalmente permitido, realizar, a qualquer tempo, em geral ou por série, conforme definido pela Emissora, com o consequente cancelamento de tais Debêntures.
<b>Oferta Institucional</b>	Oferta das Debêntures destinada a Investidores Institucionais.
<b>Participantes Especiais</b>	Instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários que poderão ser convidadas pelos Coordenadores, com a concordância da Emissora, para atuar como participantes especiais da Oferta, devendo, neste caso, ser celebrados contratos de adesão com as respectivas instituições financeiras contratadas.

<b>Pedido de Reserva</b>	Pedido de reserva das Debêntures no âmbito da Oferta de Varejo.
<b>Período de Capitalização da Primeira Série</b>	Período que se estende da Data de Emissão, ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento.
<b>Período de Capitalização da Segunda Série</b>	Período que se estende da Data de Emissão, ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento.
<b>Período de Reserva</b>	Período no qual puderam ser realizados os Pedidos de Reserva no âmbito da Oferta de Varejo.
<b>Pessoas Vinculadas</b>	Em conjunto, (i) acionistas, controladores ou administradores da Emissora; (ii) controladores ou administradores de quaisquer dos Coordenadores; (iii) outras pessoas vinculadas à Oferta; ou (iv) cônjuges, companheiros, ascendentes, descendentes ou colaterais até o segundo grau de qualquer uma das pessoas referidas nas alíneas (i) a (iii) acima.
<b>Plano da Oferta</b>	Plano da Oferta adotado em conformidade com o disposto no artigo 33, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400, o qual levou em consideração as relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica dos Coordenadores e da Emissora, os quais asseguraram (i) que o tratamento conferido aos investidores fosse justo e equitativo, (ii) a adequação do investimento ao perfil de risco do público alvo da Oferta, e (iii) que os representantes dos Coordenadores recebessem previamente exemplares dos Prospectos, com informações sobre a Emissora e a Oferta, para leitura obrigatória e que suas dúvidas possam ser esclarecidas por pessoas designadas pelos Coordenadores e/ou pela Emissora, conforme o caso.
<b>Poder Concedente</b>	União Federal.
<b>Portaria 398 do Ministério dos Transportes</b>	Portaria do Ministério dos Transportes nº 398, de 18 de novembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União em 19 de novembro de 2014, que atribuiu, nos termos do artigo 2º, da Lei 12.431, o caráter prioritário ao Projeto de Investimento, anexa a este Prospecto.
<b>Portaria GM nº 9</b>	Portaria GM nº 9, de 27 de janeiro de 2012, do Ministério dos Transportes, que dispõe sobre procedimento de aprovação dos projetos de investimento considerados como prioritários em infraestrutura no setor de transportes.

<b>Práticas Contábeis Adotadas no Brasil</b>	Práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, as normas, instruções e regulamentos da CVM, os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM e pelo CFC.
<b>Prazo de Colocação</b>	Prazo em que os Coordenadores realizarão a distribuição pública das Debêntures, que é de até 6 (seis) meses contados da data de divulgação do Anúncio de Início ou até 31 de março de 2015, o que ocorrer primeiro, desde que tenham sido cumpridas as condições precedentes previstas no Contrato de Distribuição.
<b>Preço de Integralização</b>	Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração da Primeira Série ou da Remuneração da Segunda Série, para as Debêntures de Primeira Série ou para as Debêntures de Segunda Série, respectivamente, calculado de forma exponencial <i>pro rata temporis</i> desde a Data de Emissão até a Data de Integralização da Primeira Série ou Data de Integralização da Segunda Série, respectivamente.
<b>PricewaterhouseCoopers</b>	PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES, inscrita no CNPJ/MF sob o número 61.562.112/0002-01.
<b>Primeiro Aditamento à Escritura de Emissão</b>	<i>"Primeiro Aditamento à Escritura Particular da 7ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em até Duas Séries, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública, da MRS Logística S.A.", celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário em 12 de fevereiro de 2015, anexo a este Prospecto.</i>
<b>Procedimento de Bookbuilding</b>	Procedimento de coleta de intenções de investimento, organizado pelos Coordenadores nos termos do disposto nos parágrafos 1º e 2º, do artigo 23, e no artigo 44 da Instrução CVM 400, no qual foram definidos, em conjunto com a Emissora: (i) os Juros Remuneratórios da Primeira Série e os Juros Remuneratórios da Segunda Série; e (ii) a quantidade de Debêntures alocada em cada série, considerando, inclusive, a emissão e a quantidade das Debêntures Adicionais e das Debêntures Suplementares, conforme o caso.
<b>Projeto de Investimento</b>	Projeto de infraestrutura no setor de transporte considerado prioritário, nos termos da Lei 12.431, do Decreto 7.603, da Portaria GM nº 9 e da Portaria 398 do Ministério dos Transportes. Para mais informações sobre o Projeto de Investimento, vide seção "Destinação dos Recursos" deste Prospecto.
<b>Prospecto Definitivo ou</b>	Este prospecto definitivo da Oferta, incluindo os

<b>Prospecto</b>	documentos a ele incorporados por referência.
<b>Prospecto Preliminar</b>	O prospecto preliminar da Oferta, incluindo os documentos a ele incorporados por referência.
<b>Prospectos</b>	O Prospecto Definitivo e o Prospecto Preliminar, em conjunto, incluindo os documentos a eles incorporados por referência.
<b>PUMA</b>	PUMA Trading System Plataforma Unificada de Multi Ativos da BM&FBOVESPA.
<b>RCA</b>	Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 12 de dezembro de 2014, que aprovou os termos e condições da Oferta e da Emissão.
<b>Real, Reais ou R\$</b>	Moeda corrente do Brasil.
<b>Remuneração da Primeira Série</b>	Os Juros Remuneratórios da Primeira Série, em conjunto com a Atualização Monetária.
<b>Remuneração da Segunda Série</b>	Os Juros Remuneratórios da Segunda Série, em conjunto com a Atualização Monetária.
<b>Remuneração de Descontinuidade</b>	Remuneração total de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais), a ser paga pela Emissora aos Coordenadores, na proporção da Garantia Firme, em determinadas hipóteses de não realização da Oferta, previstas no Contrato de Distribuição.
<b>Resolução CMN 2.689</b>	Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.689, de 26 de janeiro de 2000, conforme alterada.
<b>Resolução CMN 3.947</b>	Resolução do CMN nº 3.947, de 27 de janeiro de 2011.
<b>Resolução CMN 4.373</b>	Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.373, de 29 de setembro de 2014.
<b>Santander Espanha</b>	Banco Santander, S.A.
<b>Taxa Substitutiva</b>	Novo parâmetro a ser decidido pelos Debenturistas da Primeira Série e pelos Debenturistas da Segunda Série, de forma independente e de comum acordo com a Emissora, observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM nº 13, de 14 de março de 2003, a Lei 12.431 e a regulamentação aplicável, para a Atualização Monetária das Debêntures, em caso de impossibilidade de utilização do IPCA ou do índice que vier a substituí-lo, nos termos da Escritura de Emissão.

<b>Usiminas Participações e Logística S.A.</b>	USIMINAS PARTICIPAÇÕES E LOGÍSTICA S.A., sociedades por ações, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.647.081/0001-04.
<b>Vale S.A.</b>	VALE S.A., companhia aberta, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Graça Aranha, nº 26, CEP 20030-900, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.592.510/0001-54.
<b>Valor Nominal Unitário</b>	Valor Nominal Unitário das Debêntures que, na Data de Emissão, corresponde a R\$ 1.000,00 (mil reais).
<b>Valor Total da Emissão</b>	R\$ 550.726.000,00 (quinhentos e cinquenta milhões, setecentos e vinte e seis mil reais), na Data de Emissão, sendo R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) correspondentes à oferta base e R\$ 50.726.000,00 (cinquenta milhões, setecentos e vinte e seis mil reais) correspondentes à colocação parcial das Debêntures Suplementares (abaixo definido).

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



## CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO

Este Prospecto inclui estimativas e declarações acerca do futuro, inclusive nas seções "4. Fatores de Risco", "5. Riscos de Mercado", "7. Atividades do Emissor" e "10. Comentários dos Diretores" do Formulário de Referência, o qual é incorporado por referência a este Prospecto.

As estimativas e declarações futuras da Emissora estão fundamentadas, em grande parte, nas perspectivas atuais, projeções sobre eventos futuros e tendências que afetam ou podem potencialmente vir a afetar o setor de atuação da Emissora, a sua participação de mercado, a sua reputação, os seus negócios operacionais, a sua situação financeira, o resultado das suas operações, as suas margens, o seu fluxo de caixa e/ou o preço de mercado das Debêntures.

Embora estas estimativas e declarações futuras encontrem-se baseadas em premissas razoáveis, estas estimativas e declarações futuras estão sujeitas a diversos riscos, incertezas e suposições e são feitas com base nas informações de que a Emissora dispõe na data deste Prospecto.

As estimativas e declarações futuras da Emissora não são garantias de resultados futuros e, assim, podem vir a não se concretizar, estando muitas das quais além do controle ou da capacidade de previsão da Emissora.

Tendo em vista esses riscos e incertezas, o investidor não deverá se basear somente nas expectativas e declarações futuras para tomar a decisão de investir.

O desempenho da Emissora pode ser influenciado por diversos fatores, incluindo, exemplificativamente:

- conjuntura econômica global e nacional, em especial, nos mercados geográficos em que a Emissora atua;
- as condições do setor de infraestrutura e logística no Brasil;
- alterações nas condições gerais da economia, incluindo, exemplificativamente, inflação, variação cambial, flutuações na taxa de juros, nível de emprego, crescimento populacional e confiança do consumidor;
- adoção de medidas por parte do Poder Concedente, incluindo atos unilaterais;
- alterações nas leis e regulamentos, presentes e futuros;
- capacidade de pagamento dos financiamentos e cumprimento de das obrigações financeiras assumidas pela Emissora;

- capacidade de implementação da estratégia operacional da Emissora e das metas estipuladas no Contrato de Concessão;
- outros fatores que podem afetar as condições financeiras, liquidez e resultados das operações da Emissora;
- variações significativas nos preços de commodities e demanda por commodities; e
- outros fatores de risco apresentados na seção "Fatores de Risco Relacionados com a Oferta e as Debêntures" deste Prospecto, e nas seções "4. Fatores de Risco" e "5. Riscos de Mercado" do Formulário de Referência.

Os verbos "acreditar", "antecipar", "buscar", "continuar", "entender", "esperar", "estimar", "prever", "pretender", "poder", "poderá", e palavras similares têm por objetivo identificar estimativas e perspectivas para o futuro. Tais estimativas referem-se apenas à data em que foram expressas, sendo que a Emissora não pode assegurar que atualizará ou revisará quaisquer dessas estimativas em razão da disponibilização de novas informações, de eventos futuros ou de quaisquer outros fatores.

Tendo em vista os riscos e incertezas envolvidos, as estimativas e declarações acerca do futuro constantes deste Prospecto e do Formulário de Referência podem não vir a ocorrer e, ainda, os resultados futuros e o desempenho da Emissora podem diferir substancialmente daqueles previstos em estimativas em razão, inclusive, dos fatores mencionados acima. Por conta dessas incertezas, o investidor não deve se basear nestas estimativas e declarações futuras para tomar uma decisão de investimento.

## DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES INCORPORADOS POR REFERÊNCIA

Os documentos descritos abaixo, conforme arquivados na CVM, são incorporados por referência a este Prospecto:

- (i) Formulário de Referência da Emissora;
- (ii) Demonstrações Financeiras da Emissora relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012 e 2011, acompanhadas do respectivo parecer da KPMG;
- (iii) Demonstrações Financeiras da Emissora relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, acompanhadas do respectivo parecer da PricewaterhouseCoopers; e
- (iv) Os formulários de informações trimestrais – ITRs relativos aos trimestres encerrados em 30 de setembro de 2013 e em 30 de setembro de 2014.

Os documentos incorporados por referência a este Prospecto podem ser obtidos na sede social da Emissora ou nas seguintes páginas da Internet:

### ***Formulário de Referência***

- [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br), nessa página clicar em "Participantes do Mercado", depois clicar em "Companhias Abertas", depois clicar em "ITR, DFP, IAN, IPE e outras Informações", digitar "MRS Logística S/A", posteriormente clicar em "MRS Logística S/A", clicar em "Formulários de Referência", e clicar em "Consulta" ou "Download" da versão mais recente disponível do Formulário de Referência.
- [www.mrs.com.br](http://www.mrs.com.br), nesta página clicar em "Relações com Investidores", clicar em "Informações aos Investidores", depois clicar em "Relatórios CVM", e, por fim, clicar na versão mais recente disponível do Formulário de Referência, no campo Formulários e Relatórios Anuais.

### ***Demonstrações Financeiras - Exercícios Sociais Encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2012 e 2013***

- [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br), nessa página clicar em "Participantes do Mercado", depois clicar em "Companhias Abertas", depois clicar em "ITR, DFP, IAN, IPE e outras Informações", digitar "MRS Logística S/A", posteriormente clicar em "MRS Logística S/A", clicar em "Dados Econômico-Financeiros" e, por fim, consultar os arquivos mais recentes referentes aos exercícios sociais acima mencionados.
- [www.mrs.com.br](http://www.mrs.com.br), nesta página clicar em "Relações com Investidores", clicar em "Informações aos Investidores", depois clicar em "Central de Resultados", selecionar o ano desejado no canto direito superior da tela (2013, 2012 ou 2011,

conforme o caso), e, por fim, consultar os arquivos mais recentes referentes aos exercícios sociais acima mencionados.

***Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP)- Exercícios Sociais Encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2012 e 2013***

- [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br), nessa página clicar em "Participantes do Mercado", depois clicar em "Companhias Abertas", depois clicar em "ITR, DFP, IAN, IPE e outras Informações", digitar "MRS Logística S/A", posteriormente clicar em "MRS Logística S/A", clicar em "DFP" e, por fim, consultar os arquivos mais recentes referentes aos exercícios sociais acima mencionados.

***Informações Trimestrais (ITR) - 30 de setembro de 2013 e 2014***

- [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br), nessa página clicar em "Participantes do Mercado", depois clicar em "Companhias Abertas", depois clicar em "ITR, DFP, IAN, IPE e outras Informações", digitar "MRS Logística S/A", posteriormente clicar em "MRS Logística S/A", clicar em "ITR", e por fim, consultar os arquivos mais recentes referentes aos trimestres acima mencionados.
- [www.mrs.com.br](http://www.mrs.com.br), nesta página clicar em "Relações com Investidores", clicar em "Informações aos Investidores", depois clicar em "Central de Resultados", selecionar o ano desejado no canto direito superior da tela (2013 ou 2014, conforme o caso), e, por fim, consultar os arquivos mais recentes referentes aos trimestres acima mencionados.

## SUMÁRIO DA EMISSORA

**ESTE SUMÁRIO É APENAS UM RESUMO DAS INFORMAÇÕES DA EMISSORA. AS INFORMAÇÕES COMPLETAS SOBRE A EMISSORA ESTÃO NO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, INCORPORADO POR REFERÊNCIA A ESTE PROSPECTO. LEIA-O ANTES DE ACEITAR A OFERTA.**

*A Emissora atesta que as informações constantes neste sumário são consistentes com as informações do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, nos termos do artigo 40, parágrafo 3º, inciso II, da Instrução CVM 400.*

*A Emissora apresenta a seguir um sumário das suas atividades, estratégias e principais fatores de risco. Este sumário não contém todas as informações que um potencial investidor deve levar em consideração antes de investir nas Debêntures, o qual deve ler cuidadosamente este Prospecto e o Formulário de Referência, incorporado por referência a este Prospecto, para um entendimento mais completo dos negócios da Emissora e das características das Debêntures e da Oferta, inclusive suas demonstrações financeiras e informações trimestrais e as respectivas notas explicativas que as acompanham.*

### **Visão Geral**

Na década de 90, com o intuito de aumentar a oferta e a melhoria de serviços, o Governo Federal aprovou a Medida Provisória nº 155, posteriormente convertida na Lei 9.491/97, que instituiu o Programa Nacional de Desestatização — PND visando a implantação de ações voltadas para a privatização, concessão e delegação de serviços públicos de transportes a Estados, Municípios e iniciativa privada.

A política de desestatização promovida pelo Governo Federal atingiu o setor ferroviário em 10 de março de 1992, quando a Rede Ferroviária Federal S.A — RFFSA foi incluída no programa PND, por meio do Decreto nº 473. O modelo apresentado pela RFFSA concluiu pelo agrupamento por malhas regionais a fim de proporcionar economias de escala que aumentariam seu valor econômico. Neste sentido, estabeleceu-se a divisão do sistema operacional da RFFSA em seis malhas regionais.

Desta maneira, a MRS foi constituída em 30 de agosto de 1996 para concorrer à privatização da Malha Sudeste da RFFSA, tendo adquirido o direito de operar a malha no leilão realizado em 20 de setembro de 1996, nos termos do Edital nº PND/A-05/96/RFFSA, de 11 de julho de 1996. O único participante de referido leilão foi o Consórcio MRS Logística, liderado pelos maiores clientes da Malha Sudeste da RFFSA, que se tornaram os acionistas controladores da MRS.

O preço fixado para o leilão da Malha Sudeste foi de R\$885,3 milhões, dividido em 117 parcelas, sendo a primeira, de R\$263,1 milhões, paga no ato de liquidação financeira do leilão. As 116 restantes são pagas trimestralmente, com reajuste anual pela variação do IGP-DI, sendo que, em 30 de setembro de 2014, 69 parcelas já haviam sido pagas.

Após a privatização, a MRS celebrou com a União Federal o Contrato de Concessão, pelo qual obteve o direito de explorar o transporte de ferroviário de carga na Malha Sudeste por um prazo de 30 anos (renovável por igual período a exclusivo critério do Poder Concedente). Ainda em 28 de novembro de 1996, a MRS celebrou com a RFFSA, também por prazo de 30 anos (renovável por igual período caso o Contrato de Concessão venha a ser renovado), um contrato de arrendamento, pelo qual foram arrendados à MRS os bens operacionais vinculados à prestação do serviço objeto da Concessão.

A malha ferroviária objeto da Concessão interliga, de forma estratégica, os Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, incluindo as minas localizadas no Quadrilátero Ferrífero, com uma extensão de 1.674 km, atravessando, aproximadamente, 105 municípios. Trata-se de um corredor logístico que facilita o processo de transporte e distribuição de cargas em uma região que concentra mais de 50% do Produto Interno Bruto do Brasil, conforme divulgado pelo IBGE, e onde estão instalados os maiores complexos industriais do país. Pela malha da MRS também é possível alcançar os portos do Rio de Janeiro - RJ, de Itaguaí - RJ, de Guaíba - RJ e de Santos - SP, sendo este o mais importante da América Latina segundo o ranking "One Hundred Ports 2013". Abaixo, o mapa da malha explorada pela MRS (em azul).

MRS - Mapa da Malha Ferroviária



## Atividades

Conforme abordado acima, em função das características econômicas e dos recursos naturais disponíveis em seu mercado de atuação, a MRS concentra sua atividade no transporte de “Heavy Haul” (do inglês, “Carga Pesada”), em especial, de minério de ferro tanto para exportação quanto atendimento ao mercado doméstico.

Além do minério de ferro, a MRS também transporta carvão e coque, cargas que completam a composição do grupo de "*Heavy Haul*", bem como diversos produtos classificados internamente como Carga Geral listados abaixo:

- Produtos siderúrgicos (bobinas, chapas, tubos, trilhos, fio-máquina);
- Minerais diversos (calcário, granito, sal, enxofre, bauxita, zinco e manganês);
- Cimento granel e ensacado, escória de alto-forno, coque de petróleo e areia;
- Sucata e gusa;
- Granéis agrícolas (soja, farelo de soja, milho, açúcar granel, trigo);
- Contêineres;
- Celulose para exportação e madeira (insumo para indústria de papel e celulose);
- Adubos e fertilizantes; e
- Produtos químicos e petroquímicos.

Os grupos de "Heavy Haul" e de Carga Geral possuem dinâmica e características próprias.

O transporte de "Heavy Haul" se caracteriza por composições longas, contando com um único produto e cliente. A título de exemplo, de acordo com a Emissora, o trem padrão de minério de ferro para exportação é composto por 134 vagões e 3 locomotivas, perfazendo cerca de 1,5 km de extensão. O carregamento no quadrilátero ferrífero, no entorno de Belo Horizonte, e a descarga em algum terminal localizado nos portos no Rio de Janeiro. No caso da MRS, são carregados, transportados e descarregados entre 25 e 30 composições de minérios de ferro por dia. Adicionalmente, por dependerem da ferrovia para escoar seus produtos, estes clientes, denominados "cativos", possuem contrato de prestação de serviço com a MRS de longo prazo com cláusula de proteção contra queda de volume sob a forma de "*Take-or-Pay*". Estas características conferem aos fluxos de "Heavy Haul" um importante ganho de escala, associado a elevado nível de eficiência.

Os fluxos de transporte de Carga Geral, por sua vez, caracterizam-se por distâncias mais curtas, múltiplos clientes e produtos. Muitas vezes, dividem o mesmo trem, necessitando, entre outras coisas, de grade horária dinâmica, com acompanhamento de paradas programadas ao longo do percurso para carregar ou descarregar carga. Além disso, os contratos costumam ter prazo mais reduzido e não contam com o nível de proteção verificado no grupo de "Heavy Haul". Com isso, o grupo de Carga Geral, apesar da sua importância estratégica de diversificação de portfólio, possui menor eficiência e pouca ou nenhuma escala.

Historicamente, a participação do grupo de "Heavy Haul" sempre foi mais representativa, atingindo 74,6% em 2011, 73,7% em 2012 e, finalmente, 74,5% em 2013. No acumulado de janeiro a setembro de 2014, o *share* de "Heavy Haul" aumentou ainda mais, atingindo 75,3%, ficando o grupo de Carga Geral com os 24,7% restantes.

## Informações Financeiras Selecionadas

Acumulado	Jan-Set/14	Jan-Set/13	Jan-Set/14 x Jan-Set/13
Receita Líquida (R\$ milhões)	2.216,5	2.194,4	1,0%
EBITDA (R\$ milhões)	814,2	853,5	-4,6%
Margem EBITDA (%)	36,7%	38,9%	-2,2pp

Ano	2013	2012	2011	2013 x 2012	2012 x 2011
Receita Líquida (R\$ milhões)	3.038,1	2.989,8	2.862,4	1,6%	4,5%
EBITDA (R\$ milhões)	1.217,5	1.117,1	1.185,8	9,0%	-5,8%
Margem EBITDA (%)	40,1%	37,4%	41,4%	2,7pp	-4,0pp

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011 e no acumulado de janeiro a setembro de 2014 e 2013, apresentamos receita líquida de R\$ 3.038,1 milhões, R\$ 2.989,8 milhões, R\$ 2.862,4 milhões, R\$2.216,5 milhões e R\$2.194,4 milhões, respectivamente. Na comparação dos resultados acumulados de janeiro a setembro de 2014 com 2013, houve um aumento de 1,0%. Em relação aos resultados anuais, tivemos aumentos consecutivos de 4,5% (2012 vs 2011) e de 1,6% (2013 vs 2012). Em todas estas comparações, o incremento constante nas receitas da Emissora decorre, principalmente, do aumento do volume transportado, sendo que a MRS alcançou a maior produção trimestral histórica no terceiro trimestre de 2014, incluindo um recorde mensal absoluto de transporte em agosto.

Refletindo o crescimento orgânico da receita e o esforço da Emissora para conter o custeio sem abrir mão da segurança da operação, outro ponto que merece destaque é a capacidade de geração de caixa da Emissora, que pode ser acompanhada, em alguma medida, pelo EBITDA. Analisando-se especificamente a margem EBITDA, medida pelo quociente do EBITDA pela Receita Líquida, ambos acumulados pelo período de 12 meses, a MRS atingiu 40,1%, 37,4% e 41,4%, em 2013, 2012 e 2011, respectivamente, e 36,7% e 38,9% no acumulado de janeiro a setembro de 2014 e 2013, nesta ordem, demonstrando que este indicador gravita em patamares adequados para fazer frente aos compromissos da Emissora.

### Breve Descrição da Emissora

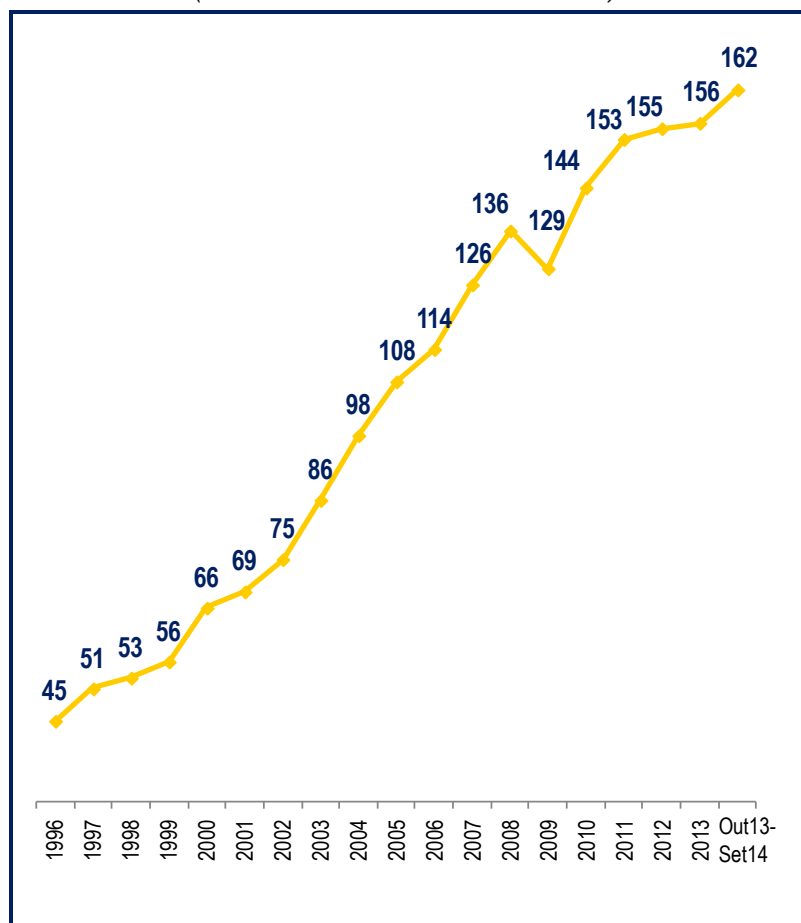
A MRS é uma companhia aberta, com prazo de duração indeterminado, que foi constituída em 30 de agosto de 1996 com o objetivo de explorar, por concessão onerosa, o serviço público de transporte ferroviário de carga nas faixas de domínio da Malha Sudeste, localizada no eixo Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, da RFFSA, desestatizada em 20 de setembro de 1996. A MRS não possui empresas controladas nem subsidiárias. O foco das atividades da MRS é o transporte ferroviário de cargas, bem como a logística integrada, o que implica planejamento, multimodalidade e *transit time* definido.

Desde sua criação, a MRS vem atingindo recordes anuais de produção, aumentando significativamente o transporte de carga em sua área de atuação. Atualmente, a MRS



lidera o ranking nacional de maiores operadoras unitárias de transporte de carga, em toneladas úteis, segundo dados da ANTT. Em 2013, a MRS atingiu a marca recorde de 156,1 milhões de toneladas úteis transportadas, volume três vezes superior ao transportado antes da privatização, consolidando, dessa forma, uma tendência de crescimento desde o início da Concessão. No acumulado 12 meses de outubro de 2013 a setembro de 2014, a MRS atingiu 162,2 milhões de toneladas transportadas, resultando em um vigoroso crescimento de 260% em relação as 45,0 milhões de toneladas transportadas em 1996, primeiro ano de exploração da Concessão.

*Evolução do Volume Transportado Anual  
(em milhões de toneladas úteis)*



Boa parte deste crescimento advém do atendimento dos fluxos de transporte de minério de ferro para exportação de seus clientes cativos originados no quadrilátero ferrífero de Belo Horizonte, Minas Gerais, com destino aos portos de Itaguaí e Sepetiba, no Rio de Janeiro. Nos anos de 2011, 2012 e 2013 e nos trimestres encerrados em 30 de setembro de 2014 e 2013, a participação destes fluxos alcançou, 60,8%, 60,0%, 60,5%, 61,6% e 60,0% do total transportado pela Emissora, respectivamente. Estes clientes, somados aos fluxos de transporte de minério de ferro para o mercado doméstico, são denominados como cativos por dependerem da ferrovia para escoar o produto, pesado por natureza (“Heavy Haul”), dificultando - ou até mesmo tornando proibitivo seu transporte por rodovia por trechos mais longos, haja vista o custo associado ao transporte.

Os fluxos de transporte desta demanda cativa necessitam de garantias de ambas as partes quanto ao atendimento permanente do volume programado. Por este motivo, para estes fluxos, a MRS conta com contratos de transporte de longo prazo, com vencimento em 2026, ano de conclusão do prazo da Concessão. Estes contratos possuem cláusula do tipo “*Take-or-Pay*”, que confere um adequado nível de proteção para a MRS em relação a flutuações (quedas) não previstas na demanda de transporte de seus clientes.

Os fluxos do grupo de Carga Geral, pela sua menor dependência da ferrovia, possuem contratos mais curtos e sem proteções de “*Take-or-Pay*” para a receita da Emissora.

A MRS está inserida em três importantes Estados brasileiros, passando por, aproximadamente, 100 municípios ao longo de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, preocupando-se com os impactos que venha a causar, mesmo que potencialmente, no seu entorno. Ao longo desses anos, a MRS vem apresentando uma continuidade no progresso dos indicadores de acidente e no gerenciamento da emissão de resíduos, mantendo o foco em uma operação mais limpa e segura.

Em especial, a taxa de ocorrências ferroviárias, devidamente ponderada pelo volume transportado, reduziu 24,0% em 2013 em relação a 2012 e 8,0% em 2012 quando comparado a 2011, refletindo esse compromisso e trazendo resultados perenes não só para a MRS, como para as comunidades lindeiras e seus clientes.

Quanto aos seus colaboradores, a MRS não poupa esforços para a satisfação do grupo. Em 2014, conquistou pelo quarto ano consecutivo a classificação entre as 150 Melhores Empresas para se Trabalhar, segundo o Guia Você S/A da Revista EXAME, o que demonstra o grande reconhecimento da MRS junto a seus colaboradores e ao mercado em geral.

### ***Composição Atual do Capital Social***

Na data deste Prospecto, o capital social da Emissora, subscrito e integralizado, é de R\$1.275.558.222,89, representado por 340.000.000 ações, sendo 188.332.687 ações ordinárias e 151.667.313 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

A tabela abaixo demonstra a distribuição do capital social da Emissora na data deste Prospecto. Para maiores informações, vide seções “15. Controle” e “17. Capital Social” do Formulário de Referência da Emissora.

ACIONISTAS	ORDINÁRIAS	PREFERENCIAIS		TOTAL GERAL	% DO CAPITAL
	Quantidade	CLASSE A	CLASSE B		
		Quantidade	Quantidade		
Companhia Siderúrgica Nacional	52.414.154	6.209.312	34.092.604	92.716.070	27,27%
Minerações Brasileiras Reunidas S.A.	37.666.526	40.209.312	34.092.604	111.968.442	32,93%
Vale S.A.	36.270.700	416.296	353.008	37.040.004	10,89%
Usiminas Participações e Logística S.A.	37.513.650	185.517	157.288	37.856.455	11,13%
Gerdau S.A.	4.460.128	-	-	4.460.128	1,31%
Nacional Minérios S.A.	0	34.000.000	-	34.000.000	10,00%
Railvest Investments Inc.	14.747.620	-	-	14.747.620	4,34%
Minoritários (BMF&BOVESPA)	969.099	7.730	6.531	983.360	0,29%
Demais Minoritários*	4.290.810	1.048.007	889.104	6.227.921	1,83%
<b>TOTAL</b>	<b>188.332.687</b>	<b>82.076.174</b>	<b>69.591.139</b>	<b>340.000.000</b>	<b>100,00%</b>

\* Nenhum dos acionistas minoritários possui participação igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de ação da Emissora.

### ***Concessionária de Serviço Público***

A MRS é uma sociedade concessionária do serviço público de transporte ferroviário de cargas e, por conseguinte, a Concessão está sujeita às disposições da Lei nº 8.666/93 e a MRS sujeita à influência da administração pública nos seus negócios na condição de Poder Concedente.

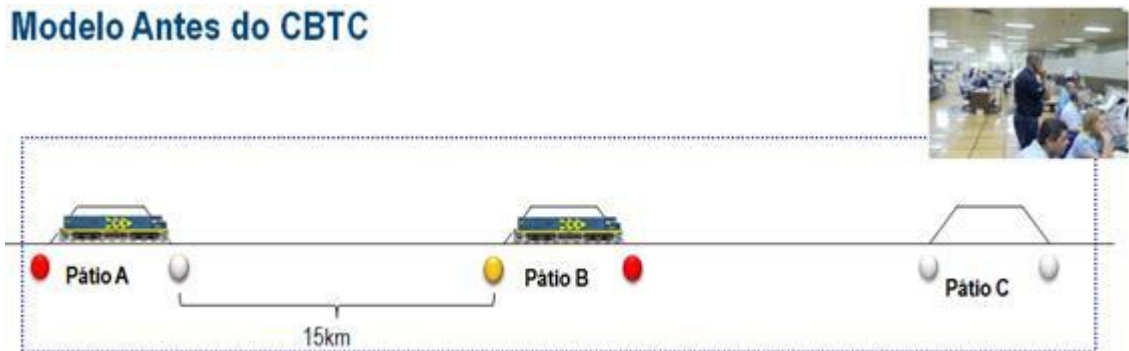
A preponderância e defesa do interesse público levam a atribuição de prerrogativas ao Poder Concedente. Assim, de acordo com a Lei nº 8.666/93, que institui normas para contratos celebrados com a administração pública, pode o Poder Concedente: (i) modificar os contratos, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado; (ii) rescindir, unilateralmente, seus contratos; (iii) fiscalizar a execução dos contratos; (iv) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do contrato; e (v) ocupar provisoriamente bens móveis, imóveis, pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato, para a apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado, bem como na hipótese de rescisão do contrato administrativo.

### ***Estratégia de Negócios da Emissora***

Maximização da Eficiência Operacional. A MRS busca continuamente maximizar a sua eficiência operacional priorizando segurança e o atendimento às demandas de seus clientes. Os principais investimentos da MRS voltados para garantia do atendimento do volume contratado com clientes de maneira eficiente e sustentável estão detalhados na seção "10.10 - Plano de Negócios do Formulário de Referência, incorporado por referência a este Prospecto. Dentre eles, destaca-se a implantação pioneira por parte da MRS do sistema de controle de trens baseado em comunicação no trecho da Ferrovia do Aço (CBTC - *Communication Based Train Control*). Este sistema integra os sistemas de sinalização, do centro de controle da operação e de bordo das locomotivas através de uma rede de telecomunicações de dados, permitindo o adensamento da malha e a expansão da capacidade produtiva com nível maior de segurança, tendo em vista a

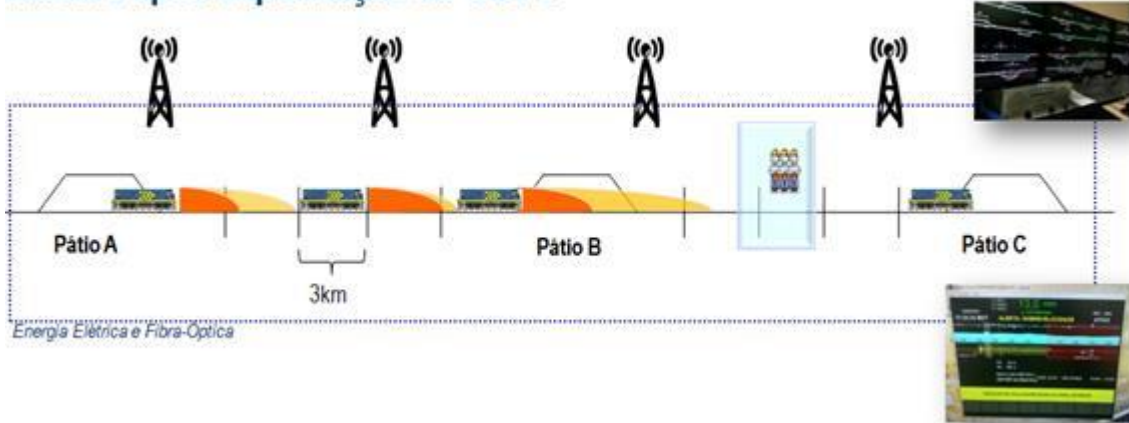
menor dependência da ação humana. Com ele, os trens podem trafegar em intervalos menores em função do monitoramento eletrônico e preciso. A confiabilidade do CBTC também permite que sejam colocados mais trens na malha, com menor intervalo entre as composições, aumentando a capacidade e a produtividade, e garantindo uma operação mais segura, com ganhos, ainda, na economia de combustível (pelo maior controle da velocidade) e na melhora na condução para o maquinista. O esquema abaixo ilustra as funcionalidades deste sistema:

### Modelo Antes do CBTC



Antes da implantação do CBTC, (i) a fluidez e a capacidade de acumulação de trens ficava mais limitada; (ii) a comunicação entre o trem e o centro de controle da operação era feita por meio de voz e a sinalização era lateral; e (iii) o cumprimento de regras operacionais dependia da ação humana.

### Modelo após implantação do CBTC



Atualmente, com a implantação do CBTC, (i) há maior fluidez e capacidade de acumulação de trens na malha; (ii) a comunicação e sinalização entre o trem e o centro de controle da operação é feita pela rede de dados; (iii) o maquinista visualiza/entende em quais condições está operando; (iv) o cumprimento de regras operacionais está garantido pelo sistema; e (v) o monitoramento preditivo da infraestrutura é feito por meio de *software* de gerenciamento de redes.

### Criação de Relações de Longo Prazo.

A MRS se empenha em criar relações de longo prazo com seus clientes, priorizando fluxos que gerem escala, a preços competitivos e com previsibilidade, agregando, assim, valor crescente aos negócios da MRS. Além dos

contratos de prestação de serviços de transporte de cargas com seus acionistas controladores, que são também seus principais clientes cativos, a MRS está, constantemente, reestruturando seus processos existentes para conquistar novos clientes. A MRS acredita que oferecendo uma solução logística completa a seus clientes com o nível de confiabilidade adequado, cria um relacionamento de confiança que traz impactos positivos nos resultados de suas negociações, como por exemplo, contratos de longo prazo até o final da Concessão (2026) e adoção de cláusulas de proteção contratual *Take-Or-Pay* para os clientes estratégicos que representam a maior parte do volume transportado pela Emissora.

### ***Cinco Principais Fatores de Risco Relativos à Emissora***

#### **Eventual extinção da Concessão e incapacidade de honrar compromissos**

Conforme dispõe o Contrato de Concessão da MRS, a Concessão pode ser extinta nas seguintes hipóteses: (i) término do prazo contratual; (ii) encampação; (iii) caducidade; (iv) rescisão; (v) anulação; e (vi) falência ou extinção da MRS. Em caso de extinção da Concessão os bens declarados reversíveis serão indenizados pelo Poder Concedente pelo valor residual do seu custo, depois de deduzidas as depreciações e quaisquer acréscimos decorrentes de reavaliação, sendo tal custo sujeito a avaliação por parte do Poder Concedente. Em adição, do valor da indenização devida, o Poder Concedente reterá todos os valores devidos pela MRS à União, Estados, Distrito Federal, Municípios e RFFSA, a qualquer título. Caso a MRS venha a perder a Concessão, a indenização devida em conjunto com seus ativos remanescentes poderão não ser suficientes ao cumprimento de todas as suas obrigações.

#### **Concentração em clientes**

No ano de 2013, 78,0% da receita bruta da MRS foi resultado de operações realizadas com seus seis maiores clientes, todos acionistas da Emissora: Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - Usiminas, Mineração Usiminas S.A., Vale S.A., Companhia Siderúrgica Nacional - CSN, Nacional Minérios S.A. e Gerdau S.A., demonstrando que parcela significativa das receitas da MRS é proveniente de um número limitado de clientes. Não há garantias de que a Emissora obterá junto aos seus principais clientes uma receita equivalente no futuro. Desta forma, qualquer alteração na demanda dos serviços de transporte por um ou mais desses principais clientes pode ter um efeito adverso sobre os resultados operacionais e financeiros da MRS.

#### **Concentração no setor siderúrgico e mineração**

Historicamente, a maior parte do volume transportado pela MRS correspondeu aos fluxos de minério de ferro, carvão, coque e de produtos siderúrgicos, atingindo 78,2% em 2011. Em 2012, esse grupo representou 77,4%, percentual praticamente reproduzido em 2013, quando atingiu 74,5% de share no total de produtos transportados, ao passo que no acumulado de janeiro a setembro de 2014 esse percentual atingiu 78,5%, 7,2 p.p. acima do acumulado em igual período de 2013. Como consequência, parte substancial da receita operacional da MRS decorre de serviços prestados para a indústria

siderúrgica e, caso haja uma crise neste setor que afete os clientes da MRS, ela pode ter seu volume de carga transportada reduzido, podendo afetar negativamente tanto seus resultados operacionais quanto financeiros.

#### **A MRS pode enfrentar situações de conflito de interesses nas operações com partes relacionadas**

A MRS possui como principais clientes seus acionistas controladores de forma que poderão surgir situações em que ocorram conflitos de interesses no relacionamento entre a MRS e seus acionistas controladores: Usiminas Participações e Logística S.A., Minerações Brasileiras Reunidas S.A., Vale S.A., Companhia Siderúrgica Nacional e Gerdau S.A. Para maiores informações acerca das transações com partes relacionadas, vide seção 16 do Formulário de Referência, incorporado por referência a este Prospecto.

#### **Eventual descumprimento de restrições a níveis de endividamento**

A MRS é parte em contratos de financiamento que contêm restrições a níveis de endividamento e à constituição de ônus sobre seus bens e receitas. O descumprimento de tais restrições poderá resultar no vencimento antecipado de tais contratos de financiamento, afetando a condição financeira da MRS. Ainda, o descumprimento dos termos das escrituras de emissão de debêntures também poderá acarretar o vencimento antecipado das debêntures em circulação emitidas pela MRS.

Considerando o fato de o setor ferroviário ser caracterizado como de capital intensivo, a MRS poderá ter necessidade de investimentos substanciais para o melhor desempenho de suas atividades. As restrições contidas nos contratos de financiamento podem dificultar ou impedir a obtenção de novos financiamentos, prejudicando sua capacidade de investimentos.

#### ***Agente Fiduciário***

O agente fiduciário das Debêntures será a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.

Conforme organograma encaminhado pela Emissora, o Agente Fiduciário identificou que presta serviços de agente fiduciário nas seguintes emissões: (i) 4ª (quarta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia flutuante, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Emissora, com vencimento em 01 de fevereiro de 2020, em que foram emitidas 30.000 (trinta mil) debêntures, na data de emissão, no valor total de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais). Até a presente data foram verificados eventos de amortização, conforme previsão na respectiva escritura de emissão. Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate, conversão, repactuação e inadimplemento. Na data da emissão, as debêntures da 4ª emissão da Emissora possuíam garantias flutuantes, com privilégio geral sobre os ativos da Emissora, nos termos do parágrafo 1º do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, conforme previsão

na escritura de emissão;; (ii) 5ª (quinta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Emissora, com vencimento em 18 de julho de 2018, em que foram emitidas 300.000 (trezentas mil) debêntures, na data de emissão, no valor total de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento; (iii) 6ª (sexta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Emissora, com vencimento em 10 de dezembro de 2019, em que foram emitidas 30.000 (trinta mil) debêntures, na data de emissão, no valor total de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento; (iv) 8ª (oitava) emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, da Vale S.A., com vencimento em 15 de janeiro de 2021 para as debêntures da 1ª (primeira) série, 15 de janeiro de 2024 para as debêntures da 2ª (segunda) série, 15 de janeiro de 2026 para as debêntures da 3ª (terceira) série e 15 de janeiro de 2029 para as debêntures da 4ª (quarta) série, em que foi emitido 1.000.000 (um milhão) de debêntures, sendo 600.000 (seiscentas mil) debêntures para a 1ª (primeira) série, 150.000 (cento e cinquenta mil) debêntures para a 2ª (segunda) série, 100.000 (cem mil) debêntures para a 3ª (terceira) série, 150.000 (cento e cinquenta mil) debêntures para a 4ª (quarta) série, na data de emissão, no valor total de R\$1.000.000.000,00 (um bilhão de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento; (v) 6ª (sexta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Companhia Siderúrgica Nacional, com vencimento final em 30 de março de 2015 para as debêntures da 1ª (primeira) série e 06 de setembro de 2015 para as debêntures da 2ª (segunda) série, em que foram emitidas 156.500 (cento e cinquenta e seis mil e quinhentas) debêntures, sendo 106.500 (cento e seis mil e quinhentas) debêntures para a 1ª (primeira) série e 50.000 (cinquenta mil) debêntures para a 2ª (segunda) série, na data de emissão, no valor de R\$ 1.565.000,00 (um bilhão, quinhentos e sessenta e cinco milhões de reais). Até a presente data foram verificados eventos de amortização, conforme previsão na respectiva escritura de emissão. Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate, repactuação e inadimplemento; e (vi) 7ª (sétima) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Companhia Siderúrgica Nacional, com vencimento final em 28 de março de 2021, em que foram emitidas 40.000 (quarenta mil) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de amortização, resgate, repactuação e inadimplemento.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



## **APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS, OPERACIONAIS E OUTRAS INFORMAÇÕES**

### ***Informações Financeiras***

A moeda funcional relativa às informações financeiras da Emissora é o Real. Atualmente, a Emissora elabora e apresenta suas demonstrações financeiras em Reais, de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e com o IFRS.

As informações financeiras constantes deste Prospecto foram extraídas das demonstrações financeiras auditadas da Emissora relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2012 e 2013 e das informações trimestrais da Emissora relativas aos trimestres encerrados em 30 de setembro de 2013 e 30 de setembro de 2014, que se encontram incorporadas por referência a este Prospecto.

### ***Informações de Mercado***

As informações constantes deste Prospecto ou do Formulário de Referência, a ele incorporado por referência, sobre o setor de atuação da Emissora, incluindo estimativas, foram extraídas de pesquisas internas e de mercado, dados disponíveis ao público e publicações do respectivo setor de atuação. Essas informações foram obtidas de fontes que a Emissora considera confiáveis, como Banco Central, BM&FBOVESPA, ANTT, Ministério dos Transportes, entre outros, além de fontes privadas. Apesar da Emissora não ter procedido a qualquer investigação independente para verificar a exatidão e retidão dessas informações, a Emissora não tem motivos para acreditar que sejam imprecisas ou incorretas em algum aspecto relevante. Contudo, a Emissora não presta qualquer declaração quanto à exatidão e retidão dessas informações e não assume qualquer responsabilidade sobre elas.

### ***Arredondamentos***

Alguns valores e percentuais constantes deste Prospecto foram arredondados para facilitar a sua apresentação e, dessa forma, os valores totais apresentados em algumas tabelas deste Prospecto podem não expressar a soma exata dos valores que os precedem.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## SUMÁRIO DA OFERTA

*Esta seção não contém todas as informações sobre a Oferta que devem ser analisadas pelo investidor antes de tomar sua decisão de investimento nas Debêntures. O investidor deverá ler este Prospecto integralmente e de forma cuidadosa, com especial atenção ao disposto na seção "Fatores de Risco Relacionados com a Oferta e as Debêntures", deste Prospecto, nas demonstrações financeiras da Emissora e suas respectivas notas explicativas, bem como nas seções "4. Fatores de Risco" e "5. Riscos de Mercado" do Formulário de Referência, antes de tomar uma decisão de investimento nas Debêntures.*

É recomendável aos investidores interessados que entrem em contato com seus consultores jurídicos e financeiros antes de decidir investir nas Debêntures.

<b>Emissora</b>	MRS Logística S.A.
<b>Coordenador Líder</b>	Banco Santander (Brasil) S.A.
<b>Coordenadores</b>	Banco Santander (Brasil) S.A. e BB - Banco de Investimento S.A.
<b>Instituições Participantes da Oferta</b>	Os Coordenadores, em conjunto com outras instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários convidadas pelos Coordenadores para atuar como participantes especiais e/ou instituições consorciadas, em nome e com a concordância da Emissora, devendo, neste caso, ser celebrados contratos de adesão com as respectivas instituições financeiras contratadas.
<b>Agente Fiduciário</b>	Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.
<b>Banco Liquidante</b>	Itaú Unibanco S.A.
<b>Escriturador Mandatário</b>	Itaú Corretora de Valores S.A.
<b>Formador de Mercado</b>	Banco Santander (Brasil) S.A.  O Formador de Mercado foi contratado, nos termos da Instrução CVM 384, para exercer a atividade de formador de mercado ( <i>market maker</i> ) para as Debêntures, com a finalidade de garantir a existência e a permanência de ofertas firmes diárias de compra e venda para as Debêntures, na CETIP, pelo prazo de 12 (doze) meses contados da Data de Integralização da Primeira Série (ou da Data de Integralização da Segunda Série, caso não sejam emitidas Debêntures da Primeira Série). O Formador de Mercado terá seu direito de subscrição limitado à quantidade máxima de 20.000 (vinte mil) Debêntures, sendo que o Formador de Mercado deverá adquirir as Debêntures observadas as taxas finais de remuneração das respectivas Debêntures estabelecidas durante o Procedimento de <i>Bookbuilding</i> . Dessa forma, não será aplicável ao Formador de Mercado a restrição prevista no artigo 55 da Instrução CVM 400.

<b>Classificação de Risco</b>	Standard & Poor's: "brAA+"
<b>Número da Emissão</b>	7ª (sétima) emissão de debêntures da Emissora.
<b>Data de Emissão</b>	15 de fevereiro de 2015.
<b>Valor Total da Emissão</b>	R\$ 550.726.000,00 (quinhentos e cinquenta milhões, setecentos e vinte e seis mil reais),, na Data de Emissão, sendo R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) correspondentes à oferta base e R\$50.726.000,00 (cinquenta milhões, setecentos e vinte e seis mil reais) correspondentes à colocação parcial das Debêntures Suplementares .
<b>Quantidade</b>	Serão emitidas 550.726.000 (quinhentas e cinquenta milhões setecentas e vinte e seis mil) Debêntures, sendo 336.340 (trezentas e trinta e seis mil trezentas e quarenta) Debêntures da Primeira Série e 214.386 (duzentas e quatorze mil trezentas e oitenta e seis) Debêntures da Segunda Série. A quantidade de Debêntures alocada em cada uma das séries da Emissão foi definida em sistema de vasos comunicantes, conforme a demanda pelas Debêntures apurada após a conclusão do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> .
<b>Debêntures Suplementares</b>	Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Debêntures inicialmente ofertada, sem considerar as Debêntures Adicionais, poderia ser acrescida em até 15% (quinze por cento), ou seja, em até 75.000 (setenta e cinco mil) Debêntures Suplementares, nas mesmas condições das Debêntures inicialmente ofertadas, destinadas a atender excesso de demanda que eventualmente fosse constatado no Procedimento de <i>Bookbuilding</i> , conforme opção outorgada pela Emissora aos Coordenadores no Contrato de Distribuição, que somente poderia ser exercida pelos Coordenadores em comum acordo com a Emissora, até a data de divulgação do Anúncio de Início, sendo certo que o aumento da Oferta (incluindo as Debêntures Adicionais) estava limitado a 28,66% (vinte e oito inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do Valor Total da Emissão, de forma a respeitar o valor máximo do Projeto de Investimento aprovado nos termos da Portaria 398 do Ministério dos Transportes. A critério dos Coordenadores e da Emissora, conforme verificado pelo Procedimento de <i>Bookbuilding</i> , foram emitidas 50.726 (cinquenta mil setecentas e vinte e seis) Debêntures Suplementares, sendo todas Debêntures da Segunda Série.
<b>Debêntures Adicionais</b>	Nos termos do parágrafo 2º do artigo 14 da Instrução CVM 400, a Emissora poderia aumentar a quantidade de Debêntures com relação à quantidade inicialmente ofertada, sem considerar as Debêntures Suplementares, em até 20% (vinte por cento), ou seja, em até 100.000 (cem mil) Debêntures Adicionais, nas mesmas condições das Debêntures originalmente ofertadas, sem a necessidade de novo pedido de registro à CVM, até a data

de divulgação do Anúncio de Início, sendo certo que o aumento da Oferta (incluindo as Debêntures Suplementares) estava limitado a 28,66% (vinte e oito inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do Valor Total da Emissão, de forma a respeitar o valor máximo do Projeto de Investimento aprovado nos termos da Portaria 398 do Ministério dos Transportes. A critério dos Coordenadores e da Emissora, conforme verificado no Procedimento de *Bookbuilding*, não foram emitidas Debêntures Adicionais.

<b>Valor Nominal Unitário</b>	R\$ 1.000,00 (mil reais), na Data de Emissão.
<b>Forma e Comprovação de Titularidade das Debêntures</b>	As Debêntures serão emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, será expedido por esta extrato em nome do Debenturista que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures, e, para as Debêntures custodiadas na BM&FBOVESPA, será expedido por esta, extrato em nome do Debenturista, que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures.
<b>Conversibilidade e Permutabilidade</b>	As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora, nem permutáveis em ações de outras sociedades ou por outros valores mobiliários de qualquer natureza.
<b>Espécie</b>	<p>As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, e não conferirão qualquer privilégio especial ou geral aos seus titulares, nem especificarão bens para garantir eventual execução judicial ou extrajudicial das obrigações da Emissora decorrentes das Debêntures.</p> <p>O investidor deve ler a seção "Fatores de Risco Relacionados com a Oferta e as Debêntures - As Debêntures são da espécie quirografária, sem garantia e sem preferência." deste Prospecto.</p>
<b>Séries</b>	A emissão será realizada em 2 (duas) séries.
<b>Destinação dos Recursos</b>	<p>Os recursos líquidos obtidos pela Emissora com a Emissão, incluindo recursos obtidos com a colocação de Debêntures Suplementares, serão utilizados integralmente para o financiamento de Projeto de Investimento de acordo com o quadro de usos e fontes apresentado quando do enquadramento do Projeto de Investimento como prioritário nos termos da Lei 12.431, observado o disposto abaixo.</p> <p>Os recursos líquidos obtidos pela Emissora com a Oferta poderão ser alocados para o pagamento futuro ou para o reembolso de gastos, despesas ou dívidas relacionados ao Projeto de Investimento, que tenham ocorrido em prazo</p>

	<p>igual ou inferior a 24 (vinte e quatro) meses da data de encerramento da Oferta. A utilização de recursos líquidos da Oferta para reembolso de gastos, despesas ou dívidas relacionados ao Projeto de Investimento (bem como eventuais comprovações e outros requisitos relacionados a essa destinação), obedecerá sempre os requisitos e condições estabelecidos pelo CMN, conforme competência a ele outorgada pela Lei 12.431, nos termos da Resolução CMN 3.947, ou norma posterior que a altere, substitua ou complemente.</p> <p>Para maiores informações, veja a seção "Destinação dos Recursos" deste Prospecto.</p>
<b>Colocação e Procedimento de Distribuição</b>	<p>As Debêntures serão objeto de distribuição pública, nos termos do Contrato de Distribuição, com a intermediação dos Coordenadores, sob: (i) o regime de Garantia Firme de colocação, com relação à totalidade das Debêntures, sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais; e (ii) o regime de melhores esforços de colocação, com relação às Debêntures Suplementares e às Debêntures Adicionais.</p> <p>Para mais informações acerca do regime de colocação das Debêntures, veja a seção "Informações Sobre a Oferta - Contrato de Distribuição - Colocação e Procedimento de Distribuição" deste Prospecto.</p>
<b>Público Alvo</b>	<p>O público alvo da Oferta, levando-se sempre em conta o perfil de risco dos seus destinatários, é composto por Investidores Institucionais e Investidores de Varejo.</p>
<b>Oferta de Varejo</b>	<p>Os Investidores de Varejo tiveram o período compreendido entre o 5º (quinto) Dia Útil após a disponibilização do Prospecto Preliminar e o 1º (primeiro) Dia Útil (inclusive) antes da realização do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> para realizarem os seus Pedidos de Reserva para as Debêntures.</p> <p>O montante de 50.000 (cinquenta mil) Debêntures (sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais), ou seja, 10% (dez por cento) do Valor Total da Emissão, foi destinado, prioritariamente, à colocação pública para Investidores de Varejo no âmbito da Oferta de Varejo, que realizarem Pedido de Reserva. Caso o total de Debêntures correspondente aos Pedidos de Reserva admitidos excedesse a quantidade de Debêntures prioritariamente destinada à Oferta de Varejo, os Coordenadores, em comum acordo com a Emissora, poderiam manter a quantidade de Debêntures inicialmente destinada à Oferta de Varejo ou elevar tal quantidade a um patamar compatível com os objetivos da Oferta, até o limite de 30% (trinta por cento) do Valor Total da Emissão, considerando as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais que viessem a</p>

ser emitidas, de forma a atender, total ou parcialmente, os referidos Pedidos de Reserva admitidos, observado, se fosse o caso, o critério de rateio descrito na seção "Informações Sobre a Oferta - Contrato de Distribuição - Oferta de Varejo" deste Prospecto.

Cada um dos Investidores de Varejo interessados efetuou Pedido de Reserva de Debêntures perante uma única Instituição Participante da Oferta, mediante preenchimento do Pedido de Reserva, sem necessidade de depósito prévio do investimento pretendido, observada a quantidade mínima de 1 (uma) Debênture, no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), na Data de Emissão, e a quantidade máxima de 300 (trezentas) Debêntures, no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), na Data de Emissão, por Investidor de Varejo no Período de Reserva.

Para mais informações acerca da Oferta de Varejo, veja a seção "Informações Sobre a Oferta - Contrato de Distribuição - Oferta de Varejo" deste Prospecto.

#### **Oferta Institucional**

Após o atendimento dos Pedidos de Reserva, as Debêntures remanescentes serão destinadas aos Investidores Institucionais, não sendo admitidas reservas antecipadas e inexistindo para estes investidores valores mínimos ou máximos de investimento.

Para mais informações acerca da Oferta Institucional, veja a seção "Informações Sobre a Oferta - Contrato de Distribuição - Oferta Institucional" deste Prospecto.

#### **Procedimento de *Bookbuilding***

Foi adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento, organizado pelos Coordenadores nos termos do disposto nos parágrafos 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM 400, mediante a verificação, com os potenciais investidores, do interesse de investimento nas Debêntures, em diferentes níveis de taxas de juros, para a definição, em conjunto com a Emissora: (i) dos Juros Remuneratórios da Primeira Série e dos Juros Remuneratórios da Segunda Série; e (ii) da quantidade de Debêntures a ser alocada em cada série, considerando, inclusive, a emissão e a quantidade das Debêntures Adicionais e das Debêntures Suplementares, conforme o caso. O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* foi ratificado por meio do Primeiro Aditamento à Escritura de Emissão, sem necessidade de nova aprovação societária pela Emissora.

Puderam participar do Procedimento de *Bookbuilding* os investidores do público alvo da Oferta, incluindo Pessoas Vinculadas, que poderão subscrever Debêntures até o

limite de 15% (quinze por cento) do total de Debêntures (sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais). Não foi verificado excesso de demanda superior a 1/3 (um terço) das Debêntures (sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais). Dessa forma, será permitida a colocação de Debêntures junto a investidores que sejam Pessoas Vinculadas. Os Investidores de Varejo não participaram do Procedimento de *Bookbuilding* e, conseqüentemente, não fizeram parte da definição da taxa final dos Juros Remuneratórios da Primeira Série e da taxa final dos Juros Remuneratórios da Segunda Série. Os investidores deverão ler a seção “Fatores de Risco Relacionados com a Oferta e as Debêntures - A participação de Investidores que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a definição da taxa final dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Primeira Série e/ou da taxa final dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série e o investimento por Pessoas Vinculadas poderá ocasionar um impacto adverso na liquidez das Debêntures no mercado secundário” deste Prospecto.

**Prazo de Colocação**

Os Coordenadores realizarão a distribuição pública das Debêntures no prazo de até 6 (seis) meses contados da data de divulgação do Anúncio de Início ou até 31 de março de 2015, o que ocorrer primeiro, desde que tenham sido cumpridas as condições precedentes previstas no Contrato de Distribuição.

**Forma e Preço de Integralização**

As Debêntures da Primeira Série serão integralizadas na Data de Integralização da Primeira Série, à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional, pelo Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração da Primeira Série, calculada de forma exponencial *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data de Integralização da Primeira Série, de acordo com as normas de liquidação e procedimentos aplicáveis da CETIP e/ou da BM&FBOVESPA, conforme aplicável.

As Debêntures da Segunda Série serão integralizadas na Data de Integralização da Segunda Série, à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional, pelo Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração da Segunda Série, calculada de forma exponencial *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data de Integralização da Segunda Série, de acordo com as normas de liquidação e procedimentos aplicáveis da CETIP e/ou da BM&FBOVESPA, conforme aplicável.

**Registro para Distribuição e Negociação**

As Debêntures serão registradas para (a) distribuição no mercado primário por meio (i) do MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a distribuição das



	<p>Debêntures liquidada financeiramente por meio da CETIP, e/ou (ii) do DDA, administrado e operacionalizado pela BM&amp;FBOVESPA, sendo a distribuição das Debêntures liquidada financeiramente por meio da BM&amp;FBOVESPA; e (b) negociação no mercado secundário por meio (i) do CETIP21, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações das Debêntures liquidadas financeiramente por meio da CETIP e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e/ou (ii) do PUMA, administrado e operacionalizado pela BM&amp;FBOVESPA, sendo as negociações das Debêntures liquidadas financeiramente por meio da BM&amp;FBOVESPA e as Debêntures custodiadas eletronicamente na BM&amp;FBOVESPA.</p>
<b>Prazo e Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série</b>	<p>Ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado (desde que legalmente permitido) e/ou vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures previstas na Escritura de Emissão, o prazo de vencimento das Debêntures da Primeira Série será de 7 (sete) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de fevereiro de 2022.</p>
<b>Prazo e Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série</b>	<p>Ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado (desde que legalmente permitido) e/ou vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures previstas na Escritura de Emissão, o prazo de vencimento das Debêntures da Segunda Série será de 10 (dez) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de fevereiro de 2025.</p>
<b>Amortização Programada</b>	<p>Observado o disposto na Escritura de Emissão e sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado (desde que legalmente permitido) e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, quando aplicável:</p> <p>(i) o Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures da Primeira Série será amortizado em 2 (duas) parcelas anuais, iguais e consecutivas a partir do 6º (sexto) ano contado da Data de Emissão (inclusive), sendo: (a) a primeira parcela correspondente a 50,00% (cinquenta por cento) do Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures da Primeira Série, em 15 de fevereiro de 2021; e (b) a segunda parcela correspondente ao saldo do Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures da Primeira Série, em 15 de fevereiro de 2022; e</p> <p>(ii) o Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures da Segunda Série será amortizado em 3 (três) parcelas anuais e consecutivas a partir do 8º (oitavo) ano contado da Data de Emissão (inclusive), sendo: (a) a primeira parcela correspondente a 33,3333% (trinta e três inteiros e três mil, trezentos e trinta e três décimos de milésimo por cento) do Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures da Segunda Série, em 15 de fevereiro de 2023; (b) a segunda parcela correspondente a 33,3333% (trinta e três inteiros e três mil, trezentos e trinta e três décimos</p>

de milésimo por cento) do Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures da Segunda Série, em 15 de fevereiro de 2024; e (c) a terceira parcela correspondente ao saldo do Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures da Segunda Série, em 15 de fevereiro de 2025.

#### **Atualização Monetária**

O Valor Nominal Unitário das Debêntures será atualizado pela variação acumulada do IPCA, divulgado pelo IBGE, a partir da Data de Emissão, calculada de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis até a integral liquidação das Debêntures, sendo o produto da Atualização Monetária incorporado automaticamente ao Valor Nominal Unitário (ou ao saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) das Debêntures, calculado de acordo com a fórmula prevista na Escritura de Emissão. Para maiores informações, vide seção "Informações Sobre a Oferta - Características das Debêntures - Remuneração - Atualização Monetária" deste Prospecto.

#### **Juros Remuneratórios da Primeira Série**

Sobre o Valor Nominal Unitário atualizado ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário atualizado, conforme aplicável, das Debêntures da Primeira Série, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 5,9828% (cinco inteiros nove mil oitocentos e vinte e oito décimos de milésimo por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis. A taxa final a ser utilizada para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série foi definida em conformidade com o Procedimento de *Bookbuilding*, e ratificada por meio do Primeiro Aditamento à Escritura de Emissão. Os Juros Remuneratórios da Primeira Série serão calculados de acordo com a fórmula prevista na Escritura de Emissão. Para maiores informações, vide seção "Informações Sobre a Oferta - Características das Debêntures - Remuneração - Juros Remuneratórios da Primeira Série" deste Prospecto.

Sem prejuízo, quando aplicável, dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado (desde que legalmente permitido) e/ou vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures da Primeira Série nos termos da Escritura de Emissão, os Juros Remuneratórios da Primeira Série serão pagos anualmente, sendo que o primeiro pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série será devido em 15 de fevereiro de 2016 e o último será devido na Data de Vencimento da Primeira Série.

Os investidores deverão ler a seção "Fatores de Risco Relacionados com a Oferta e as Debêntures - A participação de Investidores que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a definição da taxa final dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Primeira Série e/ou da taxa final dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série e o investimento por Pessoas Vinculadas poderá ocasionar um impacto adverso na liquidez das Debêntures no mercado secundário" deste Prospecto.

**Juros Remuneratórios da Segunda Série**

Sobre o Valor Nominal Unitário atualizado ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário atualizado, conforme aplicável, das Debêntures da Segunda Série, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 6,4277% (seis inteiros quatro mil duzentos e setenta e sete décimos de milésimo por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis. A taxa final a ser utilizada para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios da Segunda Série foi definida em conformidade com o Procedimento de *Bookbuilding*, e ratificada por meio do Primeiro Aditamento à Escritura de Emissão. Os Juros Remuneratórios da Segunda Série serão calculados de acordo com a fórmula prevista na Escritura de Emissão. Para maiores informações, vide seção "Informações Sobre a Oferta - Características das Debêntures - Remuneração - Juros Remuneratórios da Segunda Série" deste Prospecto.

Sem prejuízo, quando aplicável, dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado (desde que legalmente permitido) e/ou vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures da Segunda Série nos termos da Escritura de Emissão, os Juros Remuneratórios da Segunda Série serão pagos anualmente, sendo que o primeiro pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série será devido em 15 de fevereiro de 2016 e o último será devido na Data de Vencimento da Segunda Série.

Os investidores deverão ler a seção "Fatores de Risco Relacionados com a Oferta e as Debêntures - A participação de Investidores que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a definição da taxa final dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Primeira Série e/ou da taxa final dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série e o investimento por Pessoas Vinculadas poderá ocasionar um impacto adverso na liquidez das Debêntures no mercado secundário" deste Prospecto.

**Repactuação Programada**

Não haverá repactuação programada das Debêntures.

**Resgate Antecipado Facultativo**

É vedada a liquidação antecipada das Debêntures por meio de resgate ou pré-pagamento facultativo, salvo na forma que vier a ser regulamentada pelo CMN, em conformidade com o disposto no artigo 1º, parágrafo 1º, inciso II da Lei 12.431, e exclusivamente por meio da Oferta de Resgate Antecipado.

**Oferta de Resgate Antecipado**

A Emissora poderá, a seu exclusivo critério e desde que legalmente permitido, realizar, a qualquer tempo, oferta de resgate antecipado, total ou parcial, das Debêntures em Circulação, em geral ou por série, conforme definido pela Emissora, com o conseqüente cancelamento de tais Debêntures, que será endereçada a todos os Debenturistas (ou a todos os Debenturistas de determinada série da Emissão, conforme definido pela Emissora), sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os

	<p>Debenturistas (ou a todos os Debenturistas da respectiva série, conforme o caso), para aceitar o resgate antecipado das Debêntures de que forem titulares, de acordo com os termos e condições previstos na Escritura de Emissão. Para mais informações acerca da Oferta de Resgate Antecipado, veja a seção "Informações Sobre a Oferta - Características das Debêntures - Oferta de Resgate Antecipado.</p>
<b>Aquisição Antecipada Facultativa</b>	<p>A Emissora poderá, a partir de 16 de fevereiro de 2017, nos termos do inciso II do parágrafo 1º do artigo 1º da Lei 12.431, adquirir no mercado as Debêntures em Circulação, por preço não superior ao respectivo Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso), devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras, ou por preço superior ao respectivo Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso), desde que observadas as regras expedidas pela CVM, observado o disposto no parágrafo 3º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações e na regulamentação aplicável. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão, a qualquer tempo, por opção da Emissora, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos deste item farão jus à mesma Remuneração da Primeira Série ou Remuneração da Segunda Série, conforme o caso, das demais Debêntures em Circulação.</p>
<b>Vencimento Antecipado</b>	<p>As Debêntures estão sujeitas a determinados Eventos de Vencimento Antecipado que podem acarretar o seu vencimento antecipado. Para mais informações, vide seções "Informações Sobre a Oferta - Vencimento Antecipado" e "Fatores de Risco Relacionados com a Oferta e as Debêntures - As obrigações da Emissora constantes da Escritura de Emissão estão sujeitas a hipóteses de vencimento antecipado" deste Prospecto.</p>
<b>Quóruns de Deliberação</b>	<p>Nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas da Primeira Série, Assembleias Gerais de Debenturistas da Segunda Série e Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação da respectiva série (ou a cada Debêntures em Circulação, no caso de Assembleias Gerais de Debenturistas) caberá um voto, sendo admitida a constituição de mandatários, titulares de Debêntures ou não. As deliberações dependerão da aprovação da maioria simples dos Debenturistas titulares de Debêntures em Circulação da respectiva série (ou maioria simples dos Debenturistas titulares de Debêntures em Circulação, no caso de Assembleias Gerais de Debenturistas), sendo certo que não estão incluídos neste <i>quórum</i> aqueles expressamente previstos em outras Cláusulas da Escritura de Emissão.</p>

As seguintes deliberações, que somente poderão ser propostas pela Emissora, deverão ser tomadas por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação ou dos Debenturistas representando 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação da respectiva série, quando a matéria for de interesse exclusivo de Debenturistas da Primeira Série ou de Debenturistas da Segunda Série, conforme o caso: (i) alteração das disposições da Cláusula 10.9 e da Cláusula 10.10 da Escritura de Emissão; (ii) alteração da Remuneração da Primeira Série ou da Remuneração da Segunda Série; (iii) alteração de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos na Escritura de Emissão; (iv) alteração da Data de Vencimento da Primeira Série ou da Data de Vencimento da Segunda Série; (v) alteração da espécie das Debêntures; (vi) criação de evento de repactuação; (vii) alteração das disposições relativas a resgate antecipado; (viii) alteração das disposições relativas a amortizações antecipadas; (ix) alteração da redação de qualquer Evento de Vencimento Antecipado; e/ou (x) alteração dos quóruns previstos na Escritura de Emissão.

As deliberações relativas a renúncia ou a perdão temporário a um Evento de Vencimento Antecipado (pedido de *waiver*) deverão ser aprovadas em Assembleia Geral de Debenturistas, respeitando-se o quórum de 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação.

Para mais informações acerca das Assembleias Gerais de Debenturistas, vide a seção "Informações Sobre a Oferta - Assembleia Geral de Debenturistas" deste Prospecto.

#### **Enquadramento das Debêntures na Lei 12.431**

As Debêntures gozam do tratamento tributário previsto nos artigos 1º e 2º da Lei 12.431.

Para mais informações acerca do enquadramento das Debêntures na Lei 12.431 e dos incentivos fiscais aplicáveis, vide seções "Informações Sobre a Oferta - Características das Debêntures - Tratamento Tributário e Imunidade Tributária", "Fatores de Risco Relacionados com a Oferta e as Debêntures - Caso as Debêntures deixem de satisfazer determinadas características que as enquadrem como Debêntures Incentivadas nos termos da Lei 12.431, não há garantias que elas continuarão a receber o tratamento tributário diferenciado previsto em referida Lei" e "Visão Geral da Lei 12.431" deste Prospecto.

#### **Inadequação da Oferta**

O investimento nas Debêntures não é adequado a investidores que: (i) não tenham profundo conhecimento dos riscos envolvidos na operação ou que não tenham

acesso à consultoria especializada; (ii) necessitem de liquidez, tendo em vista a possibilidade de serem pequenas ou inexistentes as negociações das Debêntures no mercado secundário; e/ou (iii) não estejam dispostos a correr o risco de crédito da Emissora. Os investidores devem ler a seção "Fatores de Risco Relacionados com a Oferta e as Debêntures" deste Prospecto, em conjunto com os com as seções "4. Fatores de Risco" e "5. Riscos de Mercado", do Formulário de Referência, cujo acesso está indicado na seção "Documentos e Informações Incorporados por Referência", deste Prospecto.

#### **Fatores de Risco**

Para avaliação dos riscos associados ao investimento nas Debêntures e uma descrição completa de todos os riscos associados à Emissora, os investidores deverão ler, respectivamente, as seções "Fatores de Risco Relacionados com a Oferta e as Debêntures" e "Sumário da Emissora - Cinco Principais Fatores de Risco Relativos à Emissora" deste Prospecto, e as seções "4. Fatores de Risco" e "5. Riscos de Mercado", do Formulário de Referência, cujo acesso está indicado na seção "Documentos e Informações Incorporados por Referência" deste Prospecto.

#### **Informações Adicionais**

Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre a Emissora ou a Oferta poderão ser obtidas com os Coordenadores e na CVM, nos endereços indicados na seção "Identificação da Emissora, dos Coordenadores, do Banco Liquidante, do Escriturador Mandatário, do Agente Fiduciário, dos Assessores Jurídicos e dos Auditores Independentes" deste Prospecto, bem como com os Participantes Especiais e/ou com as Instituições Consorciadas.

Para maiores informações sobre a Oferta, ver seção "Informações Sobre a Oferta" deste Prospecto.

## FATORES DE RISCO RELACIONADOS COM A OFERTA E AS DEBÊNTURES

*O investimento nas Debêntures envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento nas Debêntures, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Prospecto e no Formulário de Referência, incluindo os riscos mencionados abaixo e os riscos constantes das seções "4. Fatores de Risco" e "5. Riscos de Mercado" do Formulário de Referência, incorporado por referência a este Prospecto, além das demonstrações financeiras da Emissora e respectivas notas explicativas, também incorporadas por referência a este Prospecto.*

*Os negócios, a situação financeira, os resultados operacionais, o fluxo de caixa, a liquidez e/ou os negócios atuais e futuros da Emissora podem ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco mencionados abaixo e nas seções "4. Fatores de Risco" e "5. Riscos de Mercado" do Formulário de Referência. O preço de mercado das Debêntures pode diminuir em razão de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os potenciais investidores poderão perder parte substancial ou a totalidade de seu investimento nas Debêntures.*

*Os riscos descritos abaixo e nas seções "4. Fatores de Risco" e "5. Riscos de Mercado" do Formulário de Referência são aqueles que a Emissora conhece e que acredita que atualmente podem afetá-la de maneira adversa, de modo que riscos adicionais não conhecidos pela Emissora atualmente ou que a Emissora considera atualmente irrelevantes também podem afetá-la de forma adversa.*

*Para os fins desta seção, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter ou causará ou terá "efeito adverso" ou "efeito negativo" para a Emissora, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nos negócios, na situação financeira, nos resultados operacionais, no fluxo de caixa, na liquidez e/ou nos negócios atuais e futuros da Emissora, bem como no preço das Debêntures. Expressões similares incluídas nesta seção devem ser compreendidas nesse contexto.*

***As Debêntures são da espécie quirografária, sem garantia e sem preferência.***

As Debêntures não contarão com qualquer garantia ou preferência em relação aos demais credores da Emissora, pois são da espécie quirografária. Dessa forma, na hipótese de ser decretada a falência da Emissora, ou de ela ser liquidada, os Debenturistas somente terão preferência, no recebimento de valores que lhe forem devidos pela Emissora, em face de titulares de créditos subordinados, se houver, e de acionistas da Emissora. Assim, credores com privilégio (geral ou especial) ou, ainda, com garantias, assim indicados em lei, receberão parte ou totalidade dos recursos que lhe forem devidos em caráter prioritário, antes, portanto, dos Debenturistas. Em caso de liquidação da Emissora, não há garantias de que os ativos da Emissora serão

suficientes para quitar seus passivos, razão pela qual os Debenturistas poderão não receber, ou receber apenas parcialmente, os valores a que fizerem jus.

***Caso as Debêntures deixem de satisfazer determinadas características que as enquadrem como Debêntures Incentivadas nos termos da Lei 12.431, não há garantias que elas continuarão a receber o tratamento tributário diferenciado previsto em referida Lei.***

Conforme as disposições da Lei 12.431, foi reduzida para 0 (zero) a alíquota do imposto de renda incidente sobre os rendimentos em decorrência da titularidade de Debêntures Incentivadas, tais como as Debêntures, auferidos por pessoas residentes ou domiciliadas no exterior – que tenham investimentos na forma da Resolução CMN 2.689 e, a partir de 31 de março de 2015 (data em que a Resolução CMN 2.689 perde seus efeitos), a Resolução CMN 4.373 – e que não sejam residentes ou domiciliados em país que não tribute a renda ou que a tribute à alíquota máxima inferior a 20% (vinte por cento).

Ademais, a Lei 12.431 determinou que os rendimentos percebidos por pessoas físicas residentes ou domiciliadas no Brasil, em razão da titularidade de Debêntures Incentivadas, sujeitam-se à incidência do imposto sobre a renda na fonte na alíquota 0 (zero).

O pressuposto do tratamento tributário indicado na Lei 12.431 é o cumprimento de determinados requisitos ali fixados, com destaque para a exigência de que os recursos captados por meio das Debêntures Incentivadas sejam destinados a projetos de investimento, classificados como prioritários na forma regulamentada pelo Governo Federal.

Em adição, as Debêntures Incentivadas devem apresentar as seguintes características: (i) remuneração por taxa de juros prefixada, vinculada a índice de preço ou à taxa referencial; (ii) não admitir a pactuação total ou parcial de taxa de juros pós-fixada; (iii) prazo médio ponderado superior a quatro anos; (iv) vedação a sua recompra pelo respectivo emissor (ou parte a ele relacionada) nos dois primeiros anos após a sua emissão, bem como a sua liquidação antecipada por meio de resgate ou pré-pagamento, salvo na forma a ser regulamentada pelo CMN - que, até a presente data, não aprovou regulamentação nesse sentido -; (v) vedação a compromisso de revenda assumido pelo titular; (vi) prazo de pagamento periódico de rendimentos, se existente, com intervalos de, no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias; (vii) comprovação de seu registro em sistema de registro devidamente autorizado pelo Banco Central do Brasil ou pela CVM, nas suas respectivas áreas de competência; e (viii) alocação dos recursos captados com as Debêntures Incentivadas em projeto de investimento considerado como prioritário pelo Ministério competente. Caso as Debêntures deixem de atender a qualquer um dos atributos relacionados nos itens (i) a (viii), não há como garantir que as Debêntures permanecerão recebendo o tratamento tributário diferenciado previsto na Lei 12.431.

Nesse caso, não há garantia de que os rendimentos auferidos em decorrência da titularidade das Debêntures continuarão a seguir o regime de tributação descrito na Lei 12.431.



Além disso, não é possível garantir que a Lei 12.431 não será novamente alterada, questionada, extinta ou substituída por leis mais restritivas, o que poderia afetar ou comprometer o tratamento tributário diferenciado previsto na Lei 12.431 conferido às Debêntures. Adicionalmente, é estabelecida uma multa, a ser paga pelo emissor do valor mobiliário - no caso, a Emissora -, de 20% sobre o valor captado por meio das Debêntures Incentivadas não destinado ao projeto de investimento em questão, sendo mantido o tratamento tributário do titular da Debênture Incentivada. A Emissora não pode garantir que terá recursos suficientes para o pagamento dessa penalidade ou, caso tenha, que referido pagamento não causará um efeito adverso em sua situação financeira.

***As obrigações da Emissora constantes da Escritura de Emissão estão sujeitas a hipóteses de vencimento antecipado.***

A Escritura de Emissão estabelece diversas hipóteses que podem ensejar o vencimento antecipado (automático ou não) das obrigações da Emissora com relação às Debêntures. Não há garantias de que a Emissora disporá de recursos suficientes em caixa para fazer face ao pagamento da dívida representada pelas Debêntures na ocorrência de vencimento antecipado de suas obrigações, hipótese que poderá acarretar um impacto negativo relevante à Emissora e aos Debenturistas, incluindo a capacidade de receber pontual e integralmente os valores que lhes forem devidos nos termos da Escritura de Emissão. Para descrição completa dos eventos que podem ensejar o vencimento antecipado das Obrigações da Emissora com relação às Debêntures, ver seção "Informações Sobre a Oferta - Vencimento Antecipado" deste Prospecto.

***A baixa liquidez do mercado secundário brasileiro de valores mobiliários pode dificultar o desinvestimento nas Debêntures pelos Debenturistas.***

O mercado secundário existente no Brasil para negociação de debêntures apresenta, historicamente, baixa liquidez e não há nenhuma garantia de que existirá, no futuro, um mercado ativo e líquido para negociação desses valores mobiliários que possibilite aos adquirentes desses títulos sua pronta alienação caso assim decidam. Dessa forma, os Debenturistas podem ter dificuldade para realizar a venda das Debêntures no mercado secundário ou até mesmo podem não conseguir realizá-la, e, conseqüentemente, podem sofrer prejuízo financeiro.

***Eventual rebaixamento na classificação de risco das Debêntures poderá acarretar redução de liquidez das Debêntures para negociação no mercado secundário.***

Na realização de uma classificação de risco (*rating*), determinados fatores relativos à Emissora são considerados, tais como sua situação financeira, sua administração e seu desempenho. São estudadas, também, as características das Debêntures, assim como as obrigações assumidas pela Emissora, os direitos a elas atribuídos em contratos e os fatores político-econômicos que podem afetar os aspectos operacionais e econômico-financeiros da Emissora. Dessa forma, as avaliações representam uma opinião quanto às condições da Emissora de honrar seus compromissos financeiros, incluindo a obrigação de pagar principal e juros das Debêntures no prazo estipulado. Eventual rebaixamento

na classificação de risco das Debêntures durante a vigência das Debêntures poderá afetar negativamente o preço desses valores mobiliários e sua negociação no mercado secundário. Adicionalmente, na ocorrência de eventual rebaixamento na classificação de risco das Debêntures, a Emissora poderá encontrar dificuldades de captação por meio de outras emissões de títulos e valores mobiliários, o que poderá, consequentemente, ter um impacto negativo relevante nos resultados e nas operações da Emissora e na sua capacidade de honrar as obrigações decorrentes das Debêntures.

Além disso, alguns dos principais investidores que comprem valores mobiliários por meio de ofertas públicas no Brasil (tais como entidades de previdência complementar) estão sujeitos a regulamentações específicas que limitam seus investimentos em valores mobiliários a determinadas classificações de risco. Assim, o rebaixamento na classificação de risco das Debêntures pode fazer com que esses investidores alienem suas Debêntures no mercado secundário, podendo vir a afetar adversamente o preço dessas Debêntures e sua negociação no mercado secundário.

***A percepção de riscos em outros países, especialmente em outros países de economia emergente, poderá afetar o valor de mercado de títulos e de valores mobiliários brasileiros, incluindo as Debêntures.***

O investimento em títulos de mercados emergentes, entre os quais se inclui o Brasil, envolve um risco maior do que os investimentos em títulos de emissores de países mais desenvolvidos, podendo esses investimentos serem tidos como sendo de natureza especulativa. Os investimentos em valores mobiliários brasileiros, tais como as Debêntures, estão sujeitos a riscos econômicos e políticos desses países que podem afetar a capacidade dos emissores destes valores mobiliários, incluindo a Emissora, de cumprir com suas obrigações. Eventos econômicos e políticos nesses países podem, ainda, ter como consequência restrições a investimentos estrangeiros e/ou à repatriação de capital investido. A Emissora não pode garantir que não ocorrerão no Brasil ou em outros países eventos políticos ou econômicos que poderão interferir nas atividades da Emissora, ou na cotação de valores mobiliários de sua emissão, conforme descrito acima.

Os mercados de títulos brasileiros são substancialmente menores, menos líquidos, mais concentrados e mais voláteis do que os principais mercados de títulos americanos e europeus, e com regulamentação e supervisão de mercado diferentes das desses mercados.

***As Debêntures poderão ser objeto de Aquisição Antecipada Facultativa e/ou Oferta de Resgate Antecipado nos termos previstos na Escritura de Emissão, o que poderá impactar de maneira adversa na liquidez das Debêntures no mercado secundário.***

Conforme descrito na Escritura de Emissão, a Emissora poderá (i) caso permitido pela Lei 12.431 e nos termos a serem regulamentados pelo CMN, a seu exclusivo critério, realizar Oferta de Resgate Antecipado, total ou parcial das Debêntures em Circulação, em geral ou por série, de acordo com o disposto na seção "Informações Sobre a Oferta - Características das Debêntures - Oferta de Resgate Antecipado", deste Prospecto e/ou

(ii) após 2 (dois) anos contados da Data de Emissão, nos termos da Lei 12.431, adquirir, total ou parcialmente, as Debêntures em Circulação, observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, e na regulamentação aplicável editada pela CVM, de acordo com informações descritas nas seções "Informações Sobre a Oferta - Características das Debêntures - Aquisição Antecipada Facultativa" e "Informações Sobre a Oferta - Características das Debêntures - Oferta de Resgate Antecipado", deste Prospecto.

A realização de Oferta de Resgate Antecipado(desde que legalmente permitido) e/ou Aquisição Antecipada Facultativa poderão ter impacto adverso na liquidez das Debêntures no mercado secundário, uma vez que, conforme o caso, parte considerável das Debêntures, ou ainda parte considerável das Debêntures de uma determina série da Emissão, poderá ser retirada de negociação.

***As informações acerca do futuro da Emissora contidas neste Prospecto podem não ser precisas.***

Este Prospecto contém informações acerca das perspectivas do futuro da Emissora, as quais refletem as opiniões da Emissora em relação ao seu desenvolvimento futuro e que, como em qualquer atividade econômica, envolvem riscos e incertezas. Não há garantias de que o desempenho futuro da Emissora será consistente com tais informações. Os eventos futuros poderão diferir sensivelmente das tendências aqui indicadas, dependendo de vários fatores discutidos nesta seção "Fatores de Risco Relacionados com a Oferta e as Debêntures", deste Prospecto, nos itens "4. Fatores de Risco" e "5. Riscos de Mercado" do Formulário de Referência e em outras seções deste Prospecto. As expressões "acredita que", "espera que" e "antecipa que", bem como outras expressões similares, identificam informações acerca das perspectivas do futuro da Emissora que não representam qualquer garantia quanto a sua ocorrência. Os potenciais investidores são advertidos a examinar com toda a cautela e diligência as informações contidas neste Prospecto e a não tomar decisões de investimento unicamente baseados em previsões futuras ou expectativas. A Emissora não assume qualquer obrigação de atualizar ou revisar quaisquer informações acerca das perspectivas do futuro, e a não concretização das perspectivas do futuro da Emissora divulgadas pode gerar um efeito negativo relevante em seus resultados e operações.

***A Oferta será realizada em duas séries, sendo que a alocação das Debêntures entre as séries da Emissão foi efetuada com base no sistema de vasos comunicantes, o que poderá afetar a liquidez da série com menor demanda.***

A quantidade de Debêntures alocada em cada série da Emissão foi definida de acordo com a demanda das Debêntures pelos investidores, apurada em Procedimento de *Bookbuilding*, observado que a alocação das Debêntures entre as séries da Emissão se deu por meio do sistema de vasos comunicantes. Como, após o Procedimento de *Bookbuilding*, foi verificada uma demanda menor para as Debêntures da Segunda Série, referida série poderá ter sua liquidez no mercado secundário afetada adversamente.

Dessa forma, os titulares de Debêntures da Segunda Série poderão enfrentar dificuldades para realizar a venda dessas Debêntures da Segunda Série no mercado

secundário ou, até mesmo, podem não conseguir realizá-la e, conseqüentemente, podem vir a sofrer prejuízo financeiro. Adicionalmente, os titulares de Debêntures da Segunda Série poderão enfrentar dificuldades para aprovar matérias de seu interesse em Assembleias Gerais de Debenturistas das quais participem tanto Debenturistas da Primeira Série e Debenturistas da Segunda Série.

***A participação de investidores que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de Bookbuilding poderá impactar adversamente a definição da taxa final dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Primeira Série e/ou da taxa final dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série e o investimento por Pessoas Vinculadas poderá ocasionar um impacto adverso na liquidez das Debêntures no mercado secundário.***

A taxa final dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Primeira Série e dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série foi definida com base no Procedimento de *Bookbuilding*, no qual foram aceitas intenções de investimento de investidores que sejam Pessoas Vinculadas, até o limite de 15% (quinze por cento) do total de Debêntures (sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais).

A participação de investidores que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*, até o limite de 15% (quinze por cento) do total de Debêntures (sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais), poderá impactar adversamente a definição da taxa final dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Primeira Série e/ou da taxa final dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, bem como poderá ocasionar um impacto adverso na liquidez das Debêntures no mercado secundário, uma vez que referidas Pessoas Vinculadas podem optar por manter estas Debêntures fora de circulação, influenciando a sua liquidez.

***As Debêntures poderão ser objeto de resgate antecipado na hipótese de indisponibilidade do IPCA.***

As Debêntures poderão ser objeto de resgate antecipado (desde que legalmente permitido) caso (i) ocorra ausência de apuração e/ou divulgação do IPCA por prazo superior a 15 (quinze) dias consecutivos, contados da data esperada para sua apuração e/ou divulgação ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade do IPCA por disposição legal ou regulatória ou determinação judicial; e (ii) não haja substituto legal para o IPCA nem seja possível a utilização do índice que vier a ser utilizado pelo Banco Central do Brasil para o acompanhamento dos objetivos estabelecidos no sistema de metas de inflação para o balizamento da política monetária do Brasil; e, cumulativamente, (iii) não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva entre a Emissora e os Debenturistas da Primeira Série e/ou Debenturistas da Segunda Série representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Primeira Série em Circulação e Debêntures da Segunda Série em Circulação, respectivamente, conforme previsto na seção "Informações Sobre a Oferta - Características das Debêntures - Atualização Monetária" deste Prospecto. Os Debenturistas da Primeira Série e/ou os Debenturistas da Segunda Série, conforme o caso, poderão sofrer prejuízos financeiros em decorrência de tal resgate antecipado, não havendo qualquer garantia de que existirão, no momento do resgate, outros ativos no mercado de risco e retorno semelhantes às Debêntures. Além disso, a atual legislação tributária referente ao imposto de renda determina alíquotas

diferenciadas em decorrência do prazo de aplicação; dessa forma, um eventual resgate antecipado das Debêntures poderá implicar a aplicação de uma alíquota superior à que seria aplicada caso tais Debêntures fossem liquidadas apenas na data de seu vencimento.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA EMISSORA

<b>Identificação</b>	MRS LOGÍSTICA S.A., companhia aberta, com atos constitutivos arquivados perante a JUCERJA sob o NIRE 33.300.163.565, e inscrita perante o CNPJ/MF sob o nº 01.417.222/0001-77.
<b>Sede</b>	A sede da Emissora está localizada na Praia de Botafogo, nº 228, sala 1.201 E, Botafogo, CEP 22250-906, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.
<b>Registro de Emissora</b>	Registro perante a CVM sob o nº 1794-9, na categoria A.
<b>Diretoria de Relações com Investidores</b>	A Diretoria de Relações com Investidores da Emissora está localizada em sua sede social. O Diretor de Relações com Investidores é a Sra. Fabrícia Gomes de Souza. O Departamento de Relações com Investidores da Emissora pode ser contatado pelo telefone (21) 2559-4601, fac-símile (21) 2559-4613 e correio eletrônico <a href="mailto:fas@mrs.com.br">fas@mrs.com.br</a> .
<b>Audidores Independentes</b>	<p>KPMG, em relação à auditoria das demonstrações financeiras da Emissora relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011 e 2012.</p> <p>PricewaterhouseCoopers, em relação à revisão das informações trimestrais da Emissora relativas aos trimestres encerrados em 30 de setembro de 2013 e 30 de setembro de 2014 e à auditoria das demonstrações financeiras da Emissora relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013.</p>
<b>Jornais</b>	A Emissora divulga informações societárias em atendimento à Lei das Sociedades por Ações no DOERJ e no Diário Mercantil.
<b>Banco Liquidante</b>	Itaú Unibanco S.A.
<b>Escriturador Mandatário</b>	Itaú Corretora de Valores S.A.
<b>Atendimento aos Debenturistas</b>	O atendimento aos Debenturistas é feito pela Diretoria de Relações com Investidores, acima descrito, no telefone (21) 2559-4601.

<b>Pagina da Internet</b>	<a href="http://www.mrs.com.br">www.mrs.com.br</a> - Exceto conforme expressamente mencionado neste Prospecto, as informações constantes da página na Internet não são parte integrante deste Prospecto, nem devem ser a ele incorporadas por referência
<b>Formulário de Referência</b>	Informações detalhadas sobre a Emissora, seus negócios e operações poderão ser encontradas no Formulário de Referência, incorporado por referência a este Prospecto. Consultar seção "Documentos e Informações Incorporados por Referência" deste Prospecto.
<b>Informações Adicionais</b>	Informações complementares sobre a Emissora, a Oferta e as Debêntures poderão ser obtidas com a própria Emissora, com os Coordenadores, com a BM&FBOVESPA, com a CETIP e com a CVM, nos endereços e páginas da Internet indicados na seção "Identificação da Emissora, dos Coordenadores, do Banco Liquidante, do Escriturador Mandatário, do Agente Fiduciário, dos Assessores Jurídicos e dos Auditores Independentes" deste Prospecto, bem como com os Participantes Especiais e/ou com as Instituições Consorciadas.



## **IDENTIFICAÇÃO DA EMISSORA, DOS COORDENADORES, DO BANCO LIQUIDANTE, DO ESCRITURADOR MANDATÁRIO, DO AGENTE FIDUCIÁRIO, DOS ASSESSORES JURÍDICOS E DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Conforme estabelecido no item 2 do Anexo III da Instrução CVM 400, quaisquer esclarecimentos adicionais sobre a Emissora e sobre a Oferta, poderão ser obtidos nos seguintes endereços e páginas da Internet:

### **Emissora**

#### **MRS Logística S.A.**

Praia de Botafogo, nº 228, sala 1.201 E

Rio de Janeiro, RJ

CEP 22250-906

Diretoria de Relações com Investidores

At.: Fabricia Gomes de Souza

Telefone: (21) 2559-4601

E-mail: [fas@mrs.com.br](mailto:fas@mrs.com.br)

[www.mrs.com.br](http://www.mrs.com.br)

### **Coordenadores**

#### *Coordenador Líder*

#### **Banco Santander (Brasil) S.A.**

Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2.235, 26º andar, parte

São Paulo, SP

CEP 04543-011

At.: Sr. Alishan Khan

Telefone: (11) 3553-6518

E-mail: [akhan@santander.com.br](mailto:akhan@santander.com.br)

[www.santander.com.br](http://www.santander.com.br)

A pessoa acima é o responsável designado pelo Coordenador Líder, de acordo com o artigo 33, parágrafo 3º, inciso III, da Instrução CVM 400.

#### **BB - Banco de Investimento S.A.**

Rua Senador Dantas, nº 105, 36º andar

Rio de Janeiro, RJ

CEP 20031-923

At.: Sr. Erison Alexandre Furtado

Telefone: (11) 3149-8504

E-mail: [erisonfurtado@bb.com.br](mailto:erisonfurtado@bb.com.br) / [rendafixa@bb.com.br](mailto:rendafixa@bb.com.br)

[www.bb.com.br](http://www.bb.com.br)

### **Banco Liquidante**

#### **Itaú Unibanco S.A.**

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setúbal  
São Paulo, SP  
CEP 04344-902  
At.: Sr. Luiz Petito  
Telefone: (11) 2797-4431  
E-mail: [luiz.petito@itau-unibanco.com.br](mailto:luiz.petito@itau-unibanco.com.br)  
[www.itau.com.br](http://www.itau.com.br)

### **Escriturador Mandatário**

#### **Itaú Corretora de Valores S.A.**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 10º andar  
São Paulo, SP  
CEP 04538-132  
At.: Sr. Luiz Petito  
Telefone: (11) 2797-4431  
E-mail: [luiz.petito@itau-unibanco.com.br](mailto:luiz.petito@itau-unibanco.com.br)  
[www.itau.com.br](http://www.itau.com.br)

### **Agente Fiduciário**

#### **Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários**

Avenida das Américas, 4.200, bloco 08, ala B, salas 303 e 304  
Rio de Janeiro, RJ  
CEP 22640-102  
At.: Sras. Nathalia Machado Loureiro e Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira  
Telefone: (21) 3385-4565  
E-mail: [operacional@pentagonotrustee.com.br](mailto:operacional@pentagonotrustee.com.br)  
<http://www.pentagonotrustee.com.br/>

### **Assessores Jurídicos**

#### ***Assessor Jurídico da Emissora***

#### **Demarest Advogados**

Avenida Pedroso de Moraes, 1201, 4º Andar  
São Paulo, SP  
CEP 05419-001  
At.: Sr. Thiago Giantomassi Medeiros  
Telefone: (11) 3356-1656  
[www.demarest.com.br](http://www.demarest.com.br)

### ***Assessor Jurídico dos Coordenadores***

#### **Stocche Forbes Padis Filizzola Clápis Passaro Meyer e Refinetti Advogados**

Centro Empresarial Cidade Jardim

Av. Magalhães de Castro, 4.800, 18º Andar, Torre 2, Edifício Park Tower

São Paulo, SP

CEP: 05502-001

At.: Sr. Henrique Bonjardim Filizzola

Telefone: (11) 3755-5402

[www.stoccheforbes.com.br](http://www.stoccheforbes.com.br)

### **Auditores Independentes**

***Para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2011 e 2012***

#### **KPMG Auditores Independentes**

Av. Almirante Barroso, 52, 4º andar

Rio de Janeiro, RJ

CEP 20031-000

At.: Sr. Marcelo Luiz Ferreira

Telefone: (021) 3515-9428

[www.kpmg.com.br](http://www.kpmg.com.br)

***Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 e com relação às informações trimestrais referentes a 30 de setembro de 2013 e 30 de setembro de 2014***

#### **PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes**

Avenida José da Silva Azevedo Neto, 200, Torre Evolution 4, 2º andar

Rio de Janeiro, RJ

CEP 22775-056

At.: Sra. Maria Salete Garcia Pinheiro

Telefone: (21) 3232-6112

[www.pwc.com.br](http://www.pwc.com.br)

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## **DECLARAÇÕES DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES**

A Emissora e o Coordenador Líder prestaram declarações de veracidade das informações, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400. Essas declarações de veracidade estão anexas a este Prospecto.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA

### ***Aprovação Societária***

A Emissão e a Oferta serão realizadas com base nas deliberações tomadas na RCA da Emissora realizada em 12 de dezembro de 2014, nos termos do Estatuto Social da Emissora e nos termos do parágrafo 1º, do artigo 59, da Lei das Sociedades por Ações. A ata de referida reunião foi devidamente arquivada na JUCERJA em 17 de dezembro de 2014, sob o número 00002710045, e publicada no DOERJ em 19 de dezembro de 2014 e no jornal "Diário Mercantil" em 19, 20 e 21 de dezembro de 2014, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

### ***Requisitos***

A Emissão e a Oferta, nos termos da Instrução CVM 400, serão realizadas com observância dos seguintes requisitos:

#### ***Arquivamento e publicação da ata de RCA.***

A ata de RCA foi devidamente arquivada na JUCERJA em 17 de dezembro de 2014, sob o nº 00002710045, e publicada no DOERJ em 19 de dezembro de 2014 e no jornal "Diário Mercantil" em 19, 20 e 21 de dezembro de 2014, conforme disposto no artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações.

#### ***Inscrição e registro da Escritura de Emissão e seus aditamentos.***

A Escritura de Emissão foi registrada na JUCERJA em 08 de janeiro de 2015, sob o nº ED33000596-4/000, conforme disposto no artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações. O Primeiro Aditamento à Escritura de Emissão foi registrado na JUCERJA, em 20 de fevereiro de 2015, sob o nº ED33000596-2/001.

Da mesma forma, os eventuais aditamentos à Escritura de Emissão serão arquivados na JUCERJA, conforme disposto no parágrafo 3º do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

#### ***Registro na CVM.***

A Oferta será registrada na CVM, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, da Lei 6.385, da Instrução CVM 400, da Instrução da CVM 471, do Convênio CVM-ANBIMA, bem como das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

#### ***Análise prévia pela ANBIMA.***

O pedido de registro da Oferta na CVM será objeto de análise prévia pela ANBIMA, no âmbito dos Códigos ANBIMA e do Convênio CVM-ANBIMA.

### *Registro para Distribuição e Negociação.*

As Debêntures serão registradas para (a) distribuição no mercado primário por meio (i) do MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a distribuição das Debêntures liquidada financeiramente por meio da CETIP, e/ou (ii) do DDA, administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA, sendo a distribuição das Debêntures liquidada financeiramente por meio da BM&FBOVESPA; e (b) negociação no mercado secundário por meio do (i) CETIP21, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações das Debêntures liquidadas financeiramente por meio da CETIP e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e/ou (ii) do PUMA, administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA, sendo as negociações das Debêntures liquidadas financeiramente por meio da BM&FBOVESPA e as Debêntures custodiadas eletronicamente na BM&FBOVESPA.

### *Projeto de Infraestrutura Considerado como Prioritário pelo Ministério dos Transportes.*

A Oferta será realizada nos termos dos artigos 1º e 2º da Lei 12.431, para financiamento do Projeto de Investimento, o qual foi considerado como prioritário pelo Ministério dos Transportes, nos termos da Portaria 398 do Ministério dos Transportes, da Lei 12.431, do Decreto 7.603 e da Portaria GM nº 9.

### ***Características da Emissão e da Oferta***

#### *Número da Emissão.*

Esta será a 7ª (sétima) emissão de debêntures da Emissora.

#### *Número de Séries.*

A Emissão será realizada em 2 (duas) séries. A existência e a quantidade de Debêntures a ser alocada a cada série da Emissão foram definidas de acordo com a demanda das Debêntures pelos investidores, conforme apurado em Procedimento de *Bookbuilding*, em sistema de vasos comunicantes.

#### *Valor Total da Emissão.*

O valor total da Emissão será de 550.726.000,00 (quinhentos e cinquenta milhões, setecentos e vinte e seis mil reais), na Data de Emissão, sendo R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) correspondentes à oferta base e R\$50.726.000,00 (cinquenta milhões, setecentos e vinte e seis mil reais) correspondentes à colocação parcial das Debêntures Suplementares.

#### *Quantidade de Debêntures.*

Serão emitidas 550.726 (quinhentas e cinquenta mil setecentas e vinte e seis) Debêntures, sendo 336.340 (trezentas e trinta e seis mil, trezentas e quarenta) Debêntures da Primeira Série e 214.386 (duzentas e quatorze mil, trezentas e oitenta e seis) Debêntures da Segunda Série. A quantidade de Debêntures alocada em cada uma



das séries da Emissão foi definida em sistema de vasos comunicantes, conforme a demanda pelas Debêntures apurada após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

#### *Banco Liquidante.*

A instituição prestadora dos serviços de banco liquidante das Debêntures será o **Itaú Unibanco S.A.**, instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100 - Torre Olavo Setúbal, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04.

#### *Escriturador Mandatário.*

A instituição prestadora dos serviços de escrituração das Debêntures é a **Itaú Corretora de Valores S.A.**, instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 61.194.353/0001-64.

#### *Agência de Classificação de Risco.*

A agência de classificação de risco das Debêntures será a Standard & Poor's Ratings do Brasil Ltda., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 201, 18º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.295.585/0001-40.

Caso a Emissora deseje alterar, a qualquer tempo, a Agência de Classificação de Risco, ou a Agência de Classificação de Risco cesse suas atividades no Brasil ou, por qualquer motivo, esteja ou seja impedida de emitir o *rating*, a Emissora poderá substituir a Agência de Classificação de Risco, sem a necessidade de aprovação dos Debenturistas, desde que a agência de classificação de risco substituta seja a Standard & Poor's Ratings do Brasil Ltda., a Moody's América Latina Ltda. ou a Fitch Ratings Brasil Ltda. Para a substituição da Agência de Classificação de Risco por qualquer outro classificador de risco que não aqueles aqui mencionados, haverá necessidade de aprovação prévia dos Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação.

#### *Procedimento de Bookbuilding.*

Foi adotado o Procedimento de *Bookbuilding*, organizado pelos Coordenadores nos termos do disposto nos parágrafos 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM 400, mediante a verificação, com os potenciais investidores, do interesse de investimento nas Debêntures, em diferentes níveis de taxas de juros, para a definição, em conjunto com a Emissora: (i) dos Juros Remuneratórios da Primeira Série e dos Juros Remuneratórios da Segunda Série; e (ii) da quantidade de Debêntures a ser alocada em cada série, considerando, inclusive, a emissão e a quantidade das Debêntures Adicionais e das Debêntures Suplementares, conforme o caso.

O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* foi ratificado por meio do Primeiro Aditamento à Escritura de Emissão, sem necessidade de nova aprovação societária pela Emissora.

Puderam participar do Procedimento de *Bookbuilding* os investidores do público alvo da Oferta, incluindo Pessoas Vinculadas, que poderão subscrever Debêntures até o limite de 15% (quinze por cento) do total de Debêntures (sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais). Não foi verificado excesso de demanda superior a 1/3 (um terço) das Debêntures (sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais). Dessa forma, será permitida a colocação de Debêntures junto a investidores que sejam Pessoas Vinculadas. Os Investidores de Varejo não participaram do Procedimento de *Bookbuilding* e, conseqüentemente, não fizeram parte da definição da taxa final dos Juros Remuneratórios da Primeira Série e da taxa final dos Juros Remuneratórios da Segunda Série.

Os investidores deverão ler a seção “Fatores de Risco Relacionados com a Oferta e as Debêntures - A participação de Investidores que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a definição da taxa final dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Primeira Série e/ou da taxa final dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série e o investimento por Pessoas Vinculadas poderá ocasionar um impacto adverso na liquidez das Debêntures no mercado secundário” deste Prospecto.

#### *Aumento da Quantidade de Debêntures.*

A quantidade de Debêntures inicialmente ofertada poderia ser aumentada conforme previsto abaixo, sendo certo que o aumento da Oferta estava limitado a 28,66% (vinte e oito inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do Valor Total da Emissão, de forma a respeitar o valor máximo do Projeto de Investimento aprovado nos termos da Portaria 398 do Ministério dos Transportes e o disposto na seção “Destinação dos Recursos” deste Prospecto:

(i) nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Debêntures inicialmente ofertada, sem considerar as Debêntures Adicionais, poderia ser acrescida em até 15% (quinze por cento), ou seja, em até 75.000 (setenta e cinco mil) Debêntures Suplementares, nas mesmas condições das Debêntures inicialmente ofertadas, destinadas a atender excesso de demanda que eventualmente fosse constatado no Procedimento de *Bookbuilding*, conforme opção outorgada pela Emissora aos Coordenadores no Contrato de Distribuição, que somente poderia ser exercida pelos Coordenadores em comum acordo com a Emissora, até a data de divulgação do Anúncio de Início. A critério dos Coordenadores e da Emissora, conforme verificado pelo Procedimento de *Bookbuilding*, foram emitidas 50.726 (cinquenta mil setecentas e vinte e seis) Debêntures Suplementares, sendo todas Debêntures da Segunda Série; e

(ii) nos termos do parágrafo 2º do artigo 14 da Instrução CVM 400, a Emissora poderia aumentar a quantidade de Debêntures com relação à quantidade inicialmente ofertada, sem considerar as Debêntures Suplementares, em até 20% (vinte por cento), ou seja, em até 100.000 (cem mil) Debêntures Adicionais, nas mesmas condições das Debêntures originalmente ofertadas, sem a necessidade de novo pedido de registro à CVM, até a data de divulgação do Anúncio de Início. A critério dos Coordenadores e da Emissora, conforme verificado no Procedimento de *Bookbuilding*, não foram emitidas Debêntures Adicionais.

Em decorrência do aumento na quantidade de Debêntures originalmente ofertada, conforme previsto acima, a Escritura de Emissão foi ajustada de maneira a refletir a quantidade de Debêntures efetivamente emitida, mediante a celebração do Primeiro Aditamento à Escritura de Emissão, que foi registrado na JUCERJA, em 20 de fevereiro de 2015, sob o nº ED33000596-2/001, sem necessidade de nova aprovação societária pela Emissora ou de realização de Assembleia Geral de Debenturistas.

#### *Negociação.*

As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 e/ou do PUMA.

### ***Características das Debêntures***

#### *Valor Nominal Unitário.*

O Valor Nominal Unitário das Debêntures será de R\$1.000,00 (mil reais), na Data de Emissão.

#### *Data de Emissão.*

A data de emissão das Debêntures será o dia 15 de fevereiro de 2015.

#### *Prazo e Data de Vencimento.*

O vencimento das Debêntures ocorrerá em: (i) 7 (sete) anos contados da Data de Emissão, ou seja, em 15 de fevereiro de 2022, para as Debêntures da Primeira Série; e (ii) 10 (dez) anos contados da Data de Emissão, ou seja, em 15 de fevereiro de 2025, para as Debêntures da Segunda Série, ressalvadas em ambos os casos as hipóteses de resgate antecipado (desde que legalmente permitido) e/ou vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures previstas na Escritura de Emissão.

#### *Forma e Comprovação de Titularidade das Debêntures.*

As Debêntures serão emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pelo Escriurador Mandatário. Adicionalmente, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, será expedido por esta extrato em nome do Debenturista que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures, e, para as Debêntures custodiadas na BM&FBOVESPA, será expedido por esta, extrato em nome do Debenturista, que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures.

### *Conversibilidade e Permutabilidade.*

As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora, nem permutáveis em ações de outras sociedades ou por outros valores mobiliários de qualquer natureza.

### *Espécie.*

As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, e não conferirão qualquer privilégio especial ou geral aos seus titulares, nem especificarão bens para garantir eventual execução judicial ou extrajudicial das obrigações da Emissora decorrentes das Debêntures.

### *Garantias.*

As Debêntures não contarão com nenhum tipo de garantia.

### *Direito de Preferência.*

Não haverá qualquer direito de preferência na subscrição das Debêntures.

### *Remuneração.*

#### Atualização Monetária

O Valor Nominal Unitário das Debêntures será atualizado pela variação acumulada do IPCA, divulgado pelo IBGE, a partir da Data de Emissão, calculada de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis até a integral liquidação das Debêntures, sendo o produto da Atualização Monetária incorporado automaticamente ao Valor Nominal Unitário (ou ao saldo do Valor Nominal Unitário) das Debêntures, calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times C$$

Onde:

VNa = Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

C = fator acumulado das variações mensais do IPCA, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[ \left( \frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}} \right]$$

Onde:

$n$  = número total de índices considerados na Atualização Monetária, sendo " $n$ " um número inteiro;

$NI_k$  = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário das Debêntures. Após a data de aniversário, valor do número-índice do IPCA do mês de atualização;

$NI_{k-1}$  = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês " $k$ ";

$dup$  = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou a última data de aniversário das Debêntures, conforme o caso, e a data de cálculo, limitado ao número total de Dias Úteis de vigência do número-índice do IPCA, sendo " $dup$ " um número inteiro;

$dut$  = número de Dias Úteis contidos entre a data de aniversário imediatamente anterior e a próxima data de aniversário das Debêntures, sendo " $dut$ " um número inteiro.

Os fatores resultantes da expressão:  $\left( \frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}}$  são considerados com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

O número-índice do IPCA deverá ser utilizado considerando-se idêntico número de casas decimais daquele divulgado pelo IBGE.

A aplicação do IPCA incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem a necessidade de ajuste à Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.

Considera-se como "data de aniversário" todo dia 15 de cada mês, e caso referida data não seja Dia Útil, o primeiro Dia Útil subsequente. Considera-se como mês de atualização o período mensal compreendido entre duas datas de aniversário consecutivas.

No caso de indisponibilidade temporária do IPCA, será utilizado, em sua substituição, o número-índice divulgado relativo ao mês imediatamente anterior, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades, tanto por parte da Emissora quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação posterior do número-índice devido.

Na ausência de apuração e/ou divulgação do IPCA por prazo superior a 15 (quinze) dias consecutivos, contados da data esperada para sua apuração e/ou divulgação ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade do IPCA por disposição legal ou regulatória ou determinação judicial, o IPCA deverá ser substituído pelo substituto determinado legalmente para tanto.

No caso de não haver substituto legal para o IPCA, será utilizado o mesmo índice que vier a ser utilizado pelo Banco Central do Brasil para o acompanhamento dos objetivos estabelecidos no sistema de metas de inflação para o balizamento da política monetária do Brasil.

Na impossibilidade de utilização do índice referido acima, por qualquer motivo, a Emissora, em até 2 (dois) Dias Úteis, notificará o Agente Fiduciário, que deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série e Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, no modo e prazos estipulados na Escritura de Emissão e no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações, para os Debenturistas da Primeira Série e os Debenturistas da Segunda Série decidirem, de forma independente e de comum acordo com a Emissora, observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM nº 13, de 14 de março de 2003, a Lei 12.431 e a regulamentação aplicável, a Taxa Substitutiva. Até a deliberação da Taxa Substitutiva será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas na Escritura de Emissão, o último índice utilizado no momento de referida impossibilidade, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades entre a Emissora e os Debenturistas quando da deliberação da Taxa Substitutiva.

Caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva entre a Emissora e os Debenturistas da Primeira Série e/ou Debenturistas da Segunda Série representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Primeira Série em Circulação e Debêntures da Segunda Série em Circulação, respectivamente, a Emissora, desde que seja legalmente permitido, resgatará a totalidade das Debêntures da Primeira Série em Circulação e a totalidade das Debêntures da Segunda Série em Circulação, com seu consequente cancelamento, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da referida Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série e da referida Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, respectivamente, pelo seu Valor Nominal Unitário atualizado (ou saldo do Valor Nominal Unitário atualizado, conforme o caso), acrescido dos Juros Remuneratórios da Primeira Série ou dos Juros Remuneratórios da Segunda Série, conforme aplicável, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série ou Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate (desde que legalmente permitido), caso em que a taxa a ser utilizada para cálculo da Atualização Monetária será equivalente ao último índice efetivamente utilizado para fins de atualização monetária, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades entre a Emissora e os Debenturistas quando do referido resgate (desde que legalmente permitido).

Caso não seja legalmente permitido à Emissora realizar o resgate antecipado das Debêntures da Primeira Série em Circulação e/ou das Debêntures da Segunda Série em

Circulação, nos termos das disposições legais e regulamentares aplicáveis, inclusive em virtude do disposto no inciso II no parágrafo 1º do artigo 1º da Lei 12.431, quando do cálculo da atualização monetária será utilizado o último índice efetivamente utilizado para fins de atualização monetária, até que o resgate antecipado passe a ser legalmente permitido, aplicando-se então o disposto acima, a critério da Emissora.

#### Juros Remuneratórios das Debêntures da Primeira Série

Sobre o Valor Nominal Unitário atualizado ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário atualizado, conforme aplicável, das Debêntures da Primeira Série, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 5,9828% (cinco inteiros nove mil oitocentos e vinte e oito décimos de milésimo por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis. A taxa final a ser utilizada para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série foi definida em conformidade com o Procedimento de *Bookbuilding* e ratificada por meio do Primeiro Aditamento à Escritura de Emissão.

Os Juros Remuneratórios da Primeira Série serão incidentes sobre o Valor Nominal Unitário atualizado (ou saldo do Valor Nominal Unitário atualizado, conforme o caso) das Debêntures da Primeira Série, durante o Período de Capitalização da Primeira Série, e serão calculados em regime de capitalização composta *pro rata temporis* por Dias Úteis de acordo com a fórmula abaixo:

$$J = \{VNa \times [FatorJuros - 1]\}$$

onde:

J = valor unitário dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização da Primeira Série, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNa = Valor Nominal Unitário atualizado (ou saldo do Valor Nominal Unitário atualizado, conforme o caso) das Debêntures da Primeira Série, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = \left( \frac{taxa}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}}$$

onde:

taxa = 5,9828;

DP = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou última Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série, conforme o caso, e a data atual, sendo "DP" um número inteiro;

### Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série

Sobre o Valor Nominal Unitário atualizado ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário atualizado, conforme aplicável, das Debêntures da Segunda Série, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 6,4277% (seis inteiros quatro mil duzentos e setenta e sete décimos de milésimo por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis. A taxa final a ser utilizada para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios da Segunda Série foi definida em conformidade com o Procedimento de *Bookbuilding* e ratificada por meio do Primeiro Aditamento à Escritura de Emissão.

Os Juros Remuneratórios da Segunda Série serão incidentes sobre o Valor Nominal Unitário atualizado (ou saldo do Valor Nominal Unitário atualizado, conforme o caso) das Debêntures da Segunda Série, durante o Período de Capitalização da Segunda Série, e serão calculados em regime de capitalização composta *pro rata temporis* por Dias Úteis de acordo com a fórmula abaixo:

$$J = \{VNa \times [FatorJuros-1]\}$$

onde:

J = valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização da Segunda Série, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNa = Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) das Debêntures da Segunda Série, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = \left( \frac{taxa}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}}$$

onde:

taxa = 6,4277;

DP = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou última Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série, conforme o caso, e a data atual, sendo "DP" um número inteiro;

*Pagamento dos Juros Remuneratórios.*

### Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série.

Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado (desde que legalmente permitido) e/ou vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures da Primeira Série nos termos da Escritura de Emissão, os Juros Remuneratórios da Primeira Série serão pagos anualmente, sendo que o primeiro pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série será devido em 15 de fevereiro de 2016 e o último será devido na Data de Vencimento da Primeira Série.



#### Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série.

Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado (desde que legalmente permitido) e/ou vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures da Segunda Série nos termos da Escritura de Emissão, os Juros Remuneratórios da Segunda Série serão pagos anualmente, sendo que o primeiro pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série será devido em 15 de fevereiro de 2016 e o último será devido na Data de Vencimento da Segunda Série.

#### *Repactuação Programada.*

Não haverá repactuação programada das Debêntures.

#### *Amortização Programada.*

#### Amortização Programada das Debêntures da Primeira Série.

Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado (desde que legalmente permitido) e/ou vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures da Primeira Série nos termos da Escritura de Emissão, o Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures da Primeira Série será amortizado em 2 (duas) parcelas anuais e consecutivas, a partir do 6º (sexto) ano contado da Data de Emissão (inclusive), conforme abaixo:

<b>Datas de Pagamento</b>	<b>Percentual do Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures da Primeira Série a ser amortizado</b>
15 de fevereiro de 2021	50,0000%
15 de fevereiro de 2022	Saldo do Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures da Primeira Série

#### Amortização Programada das Debêntures da Segunda Série.

Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado (desde que legalmente permitido) e/ou vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures da Segunda Série nos termos da Escritura de Emissão, o Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures da Segunda Série será amortizado em 3 (três) parcelas anuais e consecutivas, a partir do 8º (oitavo) ano contado da Data de Emissão (inclusive), conforme abaixo:

<b>Datas de Pagamento</b>	<b>Percentual do Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures da Segunda Série a ser amortizado</b>
15 de fevereiro de 2023	33,3333%
15 de fevereiro de 2024	33,3333%
15 de fevereiro de 2025	Saldo do Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures da Segunda Série

*Local de Pagamento.*

Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados (i) com relação àquelas que estejam custodiadas eletronicamente pela CETIP, utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP; (ii) com relação àquelas que estejam custodiadas pela BM&FBOVESPA, utilizando-se os procedimentos adotados pela BM&FBOVESPA; ou (iii) na hipótese de as Debêntures não estarem vinculadas à CETIP ou à BM&FBOVESPA, (a) na sede da Emissora ou, conforme o caso, (b) de acordo com os procedimentos adotados pelo Escriturador Mandatário.

*Tratamento Tributário e Imunidade Tributária.*

As Debêntures gozam do tratamento tributário previsto nos artigos 1º e 2º da Lei 12.431. Ressalvado referido tratamento tributário diferenciado das Debêntures, caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante, com cópia para a Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes da data prevista para quaisquer dos pagamentos relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos, decorrentes dos pagamentos relativos às Debêntures de sua titularidade, os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor. Será de responsabilidade do Banco Liquidante a avaliação e validação da imunidade ou isenção tributária, podendo, inclusive, solicitar documentos adicionais para a comprovação de mencionada situação jurídica tributária. Desta forma, enquanto pendente o processo de avaliação, não poderá ser imputada à Emissora ou ao Banco Liquidante qualquer responsabilidade pelo não pagamento no prazo estabelecido por meio da Escritura de Emissão.

Adicionalmente, caso a Emissora não utilize os recursos captados por meio da Oferta nos termos previstos na Escritura de Emissão e na seção "Destinação dos Recursos" deste Prospecto, a Emissora deverá ser responsável pelo custo de todos os tributos incidentes sobre todos e quaisquer pagamentos devidos aos Debenturistas que estariam sujeitos ao tratamento tributário previsto nos artigos 1º e 2º da Lei 12.431, aplicando-se o ali disposto, inclusive o previsto no parágrafo 8º do artigo 1º da Lei 12.431. Nesse caso, todos os tributos que eventualmente incidam sobre os pagamentos feitos pela Emissora aos referidos Debenturistas, no âmbito da Emissão, serão suportados pela Emissora, de modo que os referidos pagamentos deverão ser acrescidos dos valores correspondentes a quaisquer tributos e/ou taxas que incidam sobre tais pagamentos, inclusive, mas não se limitando a, valores correspondentes ao Imposto de Renda Retido na Fonte e ao Imposto

de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ. Para maiores informações, vide seções "Visão Geral da Lei 12.431" e "Fatores de Risco Relacionados com a Oferta e as Debêntures - Caso as Debêntures deixem de satisfazer determinadas características que as enquadrem como Debêntures Incentivadas nos termos da Lei 12.431, não há garantias que elas continuarão a receber o tratamento tributário diferenciado previsto em referida Lei" deste Prospecto.

#### *Prorrogação dos Prazos.*

Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação até o primeiro Dia Útil subsequente, se a data de vencimento da respectiva obrigação coincidir com feriado declarado nacional, sábado ou domingo, ou ainda, quando não houver expediente comercial ou bancário na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ou na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos de obrigações pecuniárias cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento da respectiva obrigação coincidir com sábado, domingo ou feriado declarado nacional, ou por meio da BM&FBOVESPA, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento da respectiva obrigação coincidir com sábado, domingo, feriado declarado nacional ou data em que, por qualquer motivo, não haja expediente na BM&FBOVESPA.

#### *Encargos Moratórios.*

Sem prejuízo da Remuneração da Primeira Série ou da Remuneração da Segunda Série, conforme o caso, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos dos Encargos Moratórios.

#### *Decadência dos Direitos aos Acréscimos.*

Sem prejuízo dos Encargos Moratórios, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas na Escritura de Emissão ou em comunicado publicado nos termos da Escritura de Emissão não lhe dará direito ao recebimento da Remuneração da Primeira Série ou da Remuneração da Segunda Série, conforme o caso, e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo pagamento.

#### *Publicidade.*

Exceto pelo Aviso ao Mercado, que será publicado no jornal "Diário Mercantil" e pelos atos societários da Emissora, que serão publicados no DOERJ e no jornal "Diário Mercantil", todos os anúncios, avisos e demais atos relativos à Oferta, incluindo o Aviso ao Mercado, Anúncio de Início e o Anúncio de Encerramento, serão divulgados nas páginas na internet da Emissora, dos Coordenadores, da CETIP, da BM&FBOVESPA e da CVM, conforme o caso, observado o disposto na legislação e regulamentação aplicável. A Emissora poderá alterar o jornal acima por outro de grande circulação e de edição

nacional que seja adotado para suas publicações societárias, mediante comunicação prévia por escrito ao Agente Fiduciário e a publicação, na forma de aviso, no jornal a ser substituído.

#### *Direito ao Recebimento dos Pagamentos.*

Farão jus ao recebimento de qualquer valor devido pela Emissora aos Debenturistas nos termos da Escritura de Emissão aqueles que forem Debenturistas ao final do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento.

#### *Aquisição Antecipada Facultativa.*

A Emissora poderá, a partir de 16 de fevereiro de 2017, nos termos do inciso II do parágrafo 1º do artigo 1º da Lei 12.431, adquirir no mercado as Debêntures em Circulação, por preço não superior ao respectivo Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso), devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras, ou por preço superior ao respectivo Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso), desde que observadas as regras expedidas pela CVM, observado o disposto no parágrafo 3º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações e na regulamentação aplicável. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão, a qualquer tempo, por opção da Emissora, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos deste item farão jus à mesma Remuneração da Primeira Série ou Remuneração da Segunda Série, conforme o caso, das demais Debêntures em Circulação. Para maiores informações, vide seção “Fatores de Risco Relacionados com a Oferta e as Debêntures - As Debêntures poderão ser objeto de Aquisição Antecipada Facultativa e/ou Oferta de Resgate Antecipado nos termos previstos na Escritura de Emissão, o que poderá impactar de maneira adversa na liquidez das Debêntures no mercado secundário”, deste Prospecto.

#### *Resgate Antecipado.*

É vedada a liquidação antecipada das Debêntures por meio de resgate ou pré-pagamento facultativo, salvo na forma que vier a ser regulamentada pelo CMN, em conformidade com o disposto no artigo 1º, parágrafo 1º, inciso II da Lei 12.431, e exclusivamente por meio da Oferta de Resgate Antecipado.

#### *Oferta de Resgate Antecipado.*

A Emissora poderá, a seu exclusivo critério e desde que legalmente permitido, realizar, a qualquer tempo, Oferta de Resgate Antecipado, total ou parcial, das Debêntures em circulação, em geral ou por série, conforme definido pela Emissora, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, que será endereçada a todos os Debenturistas (ou a todos os Debenturistas de determinada série da Emissão, conforme definido pela Emissora), sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas (ou a todos os Debenturistas da respectiva série, conforme o caso), para aceitar o resgate antecipado das Debêntures de que forem titulares.

A Emissora realizará a Oferta de Resgate Antecipado (desde que legalmente permitido) por meio de comunicação enviada ao Agente Fiduciário e, na mesma data, por meio de publicação do Edital de Oferta de Resgate Antecipado, o qual deverá descrever os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado, incluindo (a) se a Oferta de Resgate Antecipado será relativa à totalidade ou a parte das Debêntures em Circulação e se abrangerá todas as séries da Emissão ou determinada série a ser especificada; (b) caso a Oferta de Resgate Antecipado se refira a parte de Debêntures em Circulação, a quantidade de Debêntures em Circulação objeto da Oferta de Resgate Antecipado, incluindo o valor correspondente a cada série da Emissão que será objeto da Oferta de Resgate Antecipado, observado o disposto abaixo; (c) se a Oferta de Resgate Antecipado estará condicionada à aceitação desta por Debenturistas que representem uma quantidade mínima de Debêntures; (d) o valor do prêmio de resgate antecipado, caso exista, o qual não poderá ser negativo; (e) a forma e o prazo de manifestação, à Emissora, pelos Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado; (f) a data efetiva para o resgate antecipado e pagamento das Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta de Resgate Antecipado, que será a mesma para todas as Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta de Resgate Antecipado e que deverá ocorrer no prazo de, no mínimo, 10 (dez) dias contados da data de publicação do Edital de Oferta de Resgate Antecipado; e (g) demais informações necessárias para a tomada de decisão pelos Debenturistas e à operacionalização do resgate antecipado das Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta de Resgate Antecipado.

A Emissora deverá comunicar a data do resgate antecipado ao Escriturador Mandatário, ao Banco Liquidante, à CETIP e à BM&FBOVESPA com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis da respectiva data.

O valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta de Resgate Antecipado será equivalente ao respectivo Valor Nominal Unitário atualizado (ou saldo do Valor Nominal Unitário atualizado, conforme o caso), acrescido dos Juros Remuneratórios da Primeira Série ou dos Juros Remuneratórios da Segunda Série, conforme o caso, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou desde a última Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série ou Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, e, se for o caso, do prêmio de resgate antecipado oferecido aos Debenturistas, a exclusivo critério da Emissora, o qual não poderá ser negativo.

Caso a Oferta de Resgate Antecipado se refira a parte das Debêntures em Circulação (ou parte de determinada série da Emissão), e a quantidade de Debêntures que tenham sido indicadas em adesão à Oferta de Resgate Antecipado seja maior do que a quantidade à qual a Oferta de Resgate Antecipado foi originalmente direcionada, então o resgate antecipado será feito mediante sorteio, coordenado pelo Agente Fiduciário, cujo procedimento será definido pela Emissora no Edital de Oferta de Resgate Antecipado.

O pagamento das Debêntures resgatadas antecipadamente por meio de Oferta de Resgate Antecipado será realizado (i) com relação àquelas que estejam custodiadas eletronicamente pela CETIP, utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP; (ii) com relação àquelas que estejam custodiadas pela BM&FBOVESPA, utilizando-se os

procedimentos adotados pela BM&FBOVESPA; ou (iii) na hipótese de as Debêntures não estarem vinculadas à CETIP ou à BM&FBOVESPA, (a) na sede da Emissora ou, conforme o caso, (b) de acordo com os procedimentos adotados pelo Escriturador Mandatário.

Com relação às Debêntures (a) que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, o resgate antecipado (seja total ou parcial) será realizado em conformidade com os procedimentos operacionais da CETIP; (b) que estejam custodiadas eletronicamente na BM&FBOVESPA, o resgate antecipado (seja total ou parcial) será realizado em conformidade com os procedimentos operacionais da BM&FBOVESPA; e (c) que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP ou na BM&FBOVESPA, o resgate antecipado (seja total ou parcial) será realizado em conformidade com os procedimentos operacionais do Escriturador Mandatário.

Para maiores informações, vide seção “Fatores de Risco Relacionados com a Oferta e as Debêntures - As Debêntures poderão ser objeto de Aquisição Antecipada Facultativa e/ou Oferta de Resgate Antecipado nos termos previstos na Escritura de Emissão, o que poderá impactar de maneira adversa na liquidez das Debêntures no mercado secundário”, deste Prospecto.

#### *Fundo de Amortização.*

Não será constituído fundo de amortização para a presente Emissão.

#### ***Vencimento Antecipado***

Vencimento Antecipado Automático.

Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado Automático descritos abaixo, todas as obrigações objeto da Escritura de Emissão serão consideradas antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis, devendo ser aplicado o disposto nas Cláusulas 7.3 e 7.5 da Escritura de Emissão:

(i) (a) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora, exceto se a liquidação, dissolução e/ou extinção decorrer de uma operação societária que não constitua um Evento de Vencimento Antecipado; (b) decretação de falência da Emissora; (c) pedido de autofalência formulado pela Emissora; (d) pedido de falência da Emissora, formulado por terceiros, não elidido no prazo legal; ou (e) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Emissora, independentemente do deferimento do respectivo pedido;

(ii) término, perda, encampação, caducidade, revogação, anulação ou qualquer outra forma de extinção total da Concessão;

(iii) intervenção na Concessão por determinação do Poder Concedente;

(iv) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;

- (v) inadimplemento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura de Emissão, não sanado no prazo de 3 (três) Dias Úteis;
- (vi) declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas;
- (vii) alteração e/ou transferência do controle acionário direto da Emissora, nos termos do artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, exceto se previamente aprovado por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas. Não haverá, para todos os fins, transferência do controle acionário direto da Emissora nos casos de alteração e/ou transferência do controle decorrentes da transferência de participações por qualquer um dos acionistas que atualmente exerçam o controle direto da Emissora a qualquer sociedade (a) por ele controlada, direta ou indiretamente; (b) que controle, direta ou indiretamente, referido acionista controlador; (c) que esteja sob controle comum do referido acionista controlador; ou (d) que seja também um acionista controlador da Emissora;
- (viii) alteração e/ou transferência do controle acionário indireto da Emissora, nos termos do artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, exceto nas hipóteses em que, após anunciada ou ocorrida referida alteração e/ou transferência de controle acionário, a classificação de risco (*rating*) atribuída na Data de Emissão às Debêntures pela Agência de Classificação de Risco não seja objeto de rebaixamento pela Agência de Classificação de Risco em 2 (dois) ou mais *notch(es)*;
- (ix) alienação, pela Emissora, de ativos permanentes que representem, em um mesmo período de 12 (doze) meses, de forma individual ou agregada, valor igual ou superior a R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, exceto se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação;
- (x) redução do capital social da Emissora que não seja realizada para absorção de prejuízos acumulados, exceto se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação;
- (xi) não utilização, pela Emissora, dos recursos líquidos obtidos com a Emissão estritamente nos termos da Escritura de Emissão;
- (xii) constituição de qualquer hipoteca, penhor, alienação fiduciária, cessão fiduciária, usufruto, fideicomisso, promessa de venda, opção de compra, direito de preferência, encargo, gravame ou ônus, judicial ou extrajudicial, voluntário ou involuntário, ou outro ato que tenha o efeito prático similar a qualquer das expressões acima sobre ativos da Emissora cujo valor, individual ou agregado, seja equivalente ou superior a R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, exceto (a) se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação; ou (b) para constituição de garantia em financiamentos junto ao BNDES ou outro banco de fomento nacional ou internacional;

(xiii) cessão, promessa de cessão ou qualquer forma de transferência ou promessa de transferência a terceiros, pela Emissora, no todo ou em parte, de qualquer obrigação relacionada às Debêntures, exceto se previamente autorizada por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação;

(xiv) rebaixamento na classificação de risco das Debêntures atribuída pela Agência de Classificação de Risco, durante o prazo de vigência das Debêntures, em 2 (dois) ou mais *notch(es)*, em relação à classificação de risco das Debêntures na Data de Emissão, exceto se, previamente ao rebaixamento da classificação de risco das Debêntures, a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures for aprovada por Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas;

(xv) alteração do objeto social vigente da Emissora, de forma que a Emissora deixe de atuar essencialmente no transporte de carga; e

(xvi) invalidade, nulidade ou inexecutabilidade da Escritura de Emissão.

#### *Vencimento Antecipado Não Automático.*

Sem prejuízo do disposto acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que tomar ciência da ocorrência de quaisquer dos Eventos de Vencimento Antecipado Não Automáticos descritos a seguir, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a eventual não declaração do vencimento antecipado das Debêntures, devendo ser aplicado o disposto nas Cláusulas 7.4 e 7.5 da Escritura de Emissão :

(i) inadimplemento, pela Emissora, no pagamento de dívidas ou obrigações pecuniárias cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, não sanado no prazo de 3 (três) Dias Úteis contados da data do respectivo inadimplemento;

(ii) protesto de títulos contra a Emissora (ainda que na condição de garantidora), cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, exceto se, no prazo de 30 (trinta) dias contados do respectivo protesto, tiver sido validamente comprovado ao Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, que (a) o protesto foi cancelado; (b) foi apresentada defesa e foram prestadas garantias em juízo; ou (c) foi validamente comprovado pela Emissora perante o juízo competente que o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiros;

(iii) realização, caso a Emissora esteja em mora com relação ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures ou tenha ocorrido e esteja vigente qualquer Evento de Vencimento Antecipado, do pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro prevista no estatuto social vigente da Emissora, que não tenha sido declarada até a data de celebração da Escritura de Emissão, ressalvado o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;

(iv) inadimplemento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista na Escritura de Emissão, não sanado no prazo de 20 (vinte) dias contado do recebimento



de aviso por escrito (inclusive por meio eletrônico) acerca do descumprimento que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário, sendo que o prazo previsto neste inciso não se aplica para qualquer dos demais Eventos de Vencimento Antecipado;

(v) inadimplemento, pela Emissora, de qualquer decisão judicial e/ou arbitral não sujeita a recurso, envolvendo valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas;

(vi) ato de qualquer autoridade governamental com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, totalidade ou parte substancial dos ativos da Emissora, incluindo, sem limitação, a redução de escopo da Concessão pela devolução, por determinação do Poder Concedente, de qualquer trecho da malha ferroviária concedida à Emissora, exceto no caso em que tal sequestro, expropriação, nacionalização, desapropriação, aquisição compulsória ou redução de escopo não resulte na redução do EBITDA da Emissora em mais do que 10% (dez por cento), nos termos das Cláusulas 7.2.2 e 7.2.3 da Escritura de Emissão;

(vii) comprovação de que qualquer das declarações prestadas pela Emissora na Escritura de Emissão é falsa ou, ainda, é inconsistente ou incorreta, nestes últimos dois casos em qualquer aspecto relevante;

(viii) transferência, suspensão ou alteração da Concessão, exceto no caso em que tal transferência, suspensão ou alteração não resulte na redução do EBITDA da Emissora em mais do que 10% (dez por cento), nos termos das Cláusulas 7.2.2 e 7.2.3 da Escritura de Emissão;

(ix) cisão, fusão, incorporação ou incorporação de ações envolvendo a Emissora, exceto na ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses:

(a) se a operação for realizada com sociedades por ela controladas, direta ou indiretamente, e a Emissora seja a sociedade remanescente, ressalvado que a composição do controle final e a participação detida pelos atuais controladores finais da Emissora não poderão ser alteradas, desde que e sempre em atendimento ao disposto no artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações; ou

(b) se a operação tiver sido previamente aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação; ou

(c) desde que seja legalmente permitido, se tiver sido assegurado aos Debenturistas que o desejarem, durante o prazo mínimo de 2 (dois) meses contados da data de publicação das atas dos atos societários relativos à aprovação da respectiva operação, o resgate das Debêntures de que forem titulares, mediante o pagamento do respectivo Valor Nominal Unitário atualizado (ou saldo do Valor Nominal Unitário atualizado, conforme o caso), acrescido dos Juros Remuneratórios da Primeira Série ou Juros Remuneratórios da Segunda Série, conforme aplicável, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou desde a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série ou Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, observado que o referido resgate somente poderá ser assegurado aos Debenturistas caso

permitido pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, inclusive o disposto no inciso II no parágrafo 1º do artigo 1º da Lei 12.431; ou

(d) se, após anunciada ou ocorrida tal operação, a classificação de risco (*rating*) atribuída na Data de Emissão às Debêntures pela Agência de Classificação de Risco não for objeto de rebaixamento pela Agência de Classificação de Risco em 2 (dois) ou mais *notches*;

(x) realização, pela Emissora, de qualquer ato em desacordo com a Escritura de Emissão, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento, pela Emissora, de qualquer de suas obrigações previstas em tais documentos, salvo se sanado no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis; e

(xi) não observância, pela Emissora, enquanto houver Debêntures em Circulação, dos índices financeiros decorrente: (a) do quociente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA, que deverá ser igual ou inferior a 3,0 (três inteiros), relativo a cada trimestre do ano civil, a partir das demonstrações financeiras da Emissora relativas a 31 de março de 2015 (inclusive); ou (b) do quociente da divisão do EBITDA pelas Despesas Financeiras Líquidas, que deverá ser maior que 4,0 (quatro inteiros) ou menor que 0 (zero), no caso das Receitas Financeiras superarem as Despesas Financeiras (conforme definidas abaixo), relativo a cada trimestre do ano civil, a partir das demonstrações financeiras da Emissora relativas a 31 de março de 2015 (inclusive).

Para os fins do disposto no item (xi) acima:

"Dívida Líquida" significa Dívida (conforme abaixo definido) constante nas rubricas de "Empréstimos e Financiamentos", bruta dos custos da transação, considerando os Saldos das Operações com Derivativos (conforme abaixo definido), deduzida dos valores constantes nas rubricas Caixa e Equivalente de Caixa (conforme abaixo definido) e Caixa Restrito (conforme abaixo definido) das notas explicativas das demonstrações financeiras da Emissora;

"Dívida" significa, com base nas demonstrações financeiras da Emissora, o somatório de todas as dívidas financeiras da Emissora junto a pessoas jurídicas, incluindo empréstimos e financiamentos com terceiros e emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não em ações, no mercado de capitais local e/ou internacional, bem como securitização de direitos creditórios/recebíveis da Emissora;

"EBITDA" significa, com base nas demonstrações financeiras da Emissora relativas aos 4 (quatro) trimestres do ano civil imediatamente anteriores, o Lucro Líquido, (a) acrescido, desde que deduzido no cálculo de tal Lucro Líquido, sem duplicidade, da soma de (i) despesa de impostos sobre o Lucro Líquido; (ii) Despesas Financeiras (conforme abaixo definido); (iii) despesa de amortização e depreciação; e (b) decrescido, desde que incluído no cálculo de tal Lucro Líquido, sem duplicidade, das Receitas Financeiras (conforme abaixo definido);

"Receitas Financeiras" corresponde, com base nas demonstrações financeiras da Emissora relativas aos 4 (quatro) trimestres do ano civil imediatamente anteriores, a soma do valor constante na rubrica Receitas Financeiras;

"Saldos das Operações com Derivativos" significa a dedução da rubrica "Ganhos das Operações com Derivativos" registrada no ativo, adicionada à rubrica "Perdas das Operações com Derivativos" registrada no passivo, sendo ambas as rubricas constantes das notas explicativas das demonstrações financeiras da Emissora;

"Lucro Líquido" significa, com base nas demonstrações financeiras da Emissora relativas aos 4 (quatro) trimestres do ano civil imediatamente anteriores, a soma do valor constante da rubrica "Lucro Líquido" (ou prejuízo);

"Despesas Financeiras" significa, com base nas demonstrações financeiras da Emissora relativas aos 4 (quatro) trimestres do ano civil imediatamente anteriores, a soma do valor constante na rubrica Despesas Financeiras;

"Caixa e Equivalentes de Caixa" incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras com liquidez em até 3 (três) meses e sem perda significativa de valor. São registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras, apurados pelo critério pró-rata, que equivalem aos seus valores de mercado;

"Caixa Restrito" inclui aplicações financeiras vinculadas que tenham restrição de resgate, não sendo caracterizados como de liquidez imediata pela Emissora; e

"Despesa Financeira Líquida" significa "Despesas Financeiras" menos "Receitas Financeiras", conforme apurado nas demonstrações financeiras da Emissora.

Para os fins do disposto nos itens (vi) e (viii) acima, a variação do EBITDA será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Variação do EBITDA} = \frac{(b) - (a)}{(a)}$$

Sendo:

(a) no período-base: o EBITDA da Emissora apurado no fechamento trimestral anterior (i.e. trimestre-base) ao do trimestre em que (1) para fins do item (vi) acima, tal sequestro, expropriação, nacionalização, desapropriação, aquisição compulsória ou redução de escopo ocorreu; ou (2) para fins do item (viii) acima, a transferência ou suspensão ou alteração da Concessão ocorreu; considerando-se, para o cálculo em questão, o EBITDA da Emissora apurado em período de 12 (doze) meses, contados a partir do fechamento do último mês do trimestre-base.

(b) no período-subsequente: o EBITDA da Emissora apurado no fechamento trimestral subsequente ( i.e. trimestre subsequente) ao do trimestre em que (1) para fins do item (vi) acima, tal sequestro, expropriação, nacionalização, desapropriação,

aquisição compulsória ou redução de escopo ocorreu; ou (2) para fins do item (viii) acima, a transferência ou suspensão ou alteração da Concessão ocorreu; considerando-se, para o cálculo em questão, o EBITDA da Emissora apurado em período de 12 (doze) meses, contados a partir do fechamento do último mês do trimestre-subsequente.

Caso tenha ocorrido um dos eventos descritos nos itens (vi) ou (viii) acima, a Emissora deverá enviar o cálculo previsto acima ao Agente Fiduciário, em até 10 (dez) Dias Úteis a contar na data em que as informações financeiras trimestrais do trimestre-subsequente sejam divulgadas pela Emissora, nos termos da regulamentação aplicável.

#### *Disposições Gerais.*

A ocorrência de quaisquer dos Eventos de Vencimento Antecipado Automáticos indicados acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial, devendo o Agente Fiduciário, no entanto, informar à Emissora por meio de comunicação escrita e aos Debenturistas por meio da publicação de aviso na forma da Escritura de Emissão, assim que tiver ciência da ocorrência do respectivo Evento de Vencimento Antecipado Automático, a formalização da declaração de vencimento antecipado das Debêntures.

Na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Vencimento Antecipado Não Automáticos descritos acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que tomar ciência da ocorrência do referido evento, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a eventual não declaração do vencimento antecipado das Debêntures.

Uma vez instalada, em primeira convocação, a Assembleia Geral de Debenturistas prevista acima, será necessária a manifestação favorável de Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação para aprovar (i) a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures; ou (ii) a suspensão dos trabalhos para deliberação em data posterior. Nestas hipóteses, o Agente Fiduciário não deverá declarar o vencimento antecipado das obrigações objeto da Escritura de Emissão.

Caso não haja *quórum* suficiente para instalação da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação, o Agente Fiduciário ou a Emissora, conforme o caso, realizará a segunda convocação da Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a mesma ordem do dia. Caso (i) na Assembleia Geral de Debenturistas instalada em segunda convocação não haja deliberação de Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação determinando a não declaração do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures; ou (ii) não haja, novamente, quórum para instalação da Assembleia Geral de Debenturistas; ou (iii) por qualquer motivo, não ocorra a deliberação acerca do vencimento antecipado das obrigações da Emissora decorrentes das Debêntures, ressalvada a suspensão dos trabalhos para deliberação em data posterior, o Agente Fiduciário declarará antecipadamente vencidas todas as obrigações da Emissora constantes da Escritura de Emissão, devendo o Agente Fiduciário informar a declaração de vencimento antecipado

das Debêntures à Emissora, por meio de comunicação escrita, ainda que por meio eletrônico, e aos Debenturistas, por meio da publicação de aviso na forma da Escritura de Emissão.

Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures pelo Agente Fiduciário, a Emissora obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, com o seu consequente cancelamento, mediante o pagamento do respectivo Valor Nominal Unitário atualizado (ou saldo do Valor Nominal Unitário atualizado, conforme o caso), acrescido dos Juros Remuneratórios da Primeira Série ou dos Juros Remuneratórios da Segunda Série, conforme o caso, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou desde a última Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série ou Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos da Escritura de Emissão, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento da comunicação enviada pelo Agente Fiduciário, ainda que de forma eletrônica, sob pena de, em não o fazendo, ficar a Emissora obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios.

O Agente Fiduciário deverá comunicar eventual vencimento antecipado das Debêntures ao Banco Liquidante, por escrito, em até 1 (um) Dia Útil da data em que for declarado o vencimento antecipado das Debêntures.

A CETIP e a BM&FBOVESPA deverão ser informadas sobre o pagamento descrito acima com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência.

### ***Assembleia Geral de Debenturistas***

Os Debenturistas da Primeira Série e os Debenturistas da Segunda Série poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira ou Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, conforme o caso, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas da respectiva série, computando-se em separado os Debenturistas de cada série, para fins de quóruns de convocação, instalação e deliberação. Os Debenturistas de ambas as séries da Emissão também poderão, a qualquer tempo reunir-se em Assembleia Geral de Debenturistas, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas, computando-se em conjunto todos os Debenturistas, para fins de quóruns de convocação, instalação e deliberação.

Aplica-se à Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série, à Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série e à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre assembleia geral de acionistas.

### ***Convocação e Instalação.***

A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada (i) pelo Agente Fiduciário; (ii) pela Emissora; (iii) por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no

mínimo, das Debêntures em Circulação da respectiva série da Emissão, ou por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, no caso de Assembleias Gerais de Debenturistas; ou (iv) pela CVM.

As Assembleias Gerais de Debenturistas da Primeira Série, Assembleias Gerais de Debenturistas da Segunda Série e Assembleias Gerais de Debenturistas serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias para a primeira convocação, mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos termos da Escritura de Emissão, respeitadas as demais regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e da Escritura de Emissão.

As Assembleias Gerais de Debenturistas da Primeira Série, Assembleias Gerais de Debenturistas da Segunda Série e Assembleias Gerais de Debenturistas se instalarão, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a maioria simples, no mínimo, das Debêntures em Circulação da respectiva série (ou a maioria simples, no mínimo, das Debêntures em Circulação, no caso de Assembleias Gerais de Debenturistas) e, em segunda convocação, com qualquer *quórum*.

A segunda convocação deverá ser realizada com, no mínimo, 8 (oito) dias de antecedência.

Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas da Primeira Série, Assembleias Gerais de Debenturistas da Segunda Série e Assembleias Gerais de Debenturistas.

O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas da Primeira Série, Assembleias Gerais de Debenturistas da Segunda Série e Assembleias Gerais de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

A presidência e a secretaria das Assembleias Gerais de Debenturistas da Primeira Série, Assembleias Gerais de Debenturistas da Segunda Série e Assembleias Gerais de Debenturistas caberão aos Debenturistas eleitos por estes próprios ou àquele que for designado pela CVM.

#### *Quóruns de Deliberação.*

Nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas da Primeira Série, Assembleias Gerais de Debenturistas da Segunda Série e Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação da respectiva série (ou a cada Debêntures em Circulação, no caso de Assembleias Gerais de Debenturistas) caberá um voto, sendo admitida a constituição de mandatários, titulares de Debêntures ou não. As deliberações dependerão da aprovação da maioria simples dos Debenturistas titulares de Debêntures em Circulação da respectiva série (ou maioria simples dos Debenturistas titulares de Debêntures em Circulação, no caso de Assembleias Gerais de Debenturistas), sendo certo que não estão incluídos neste *quórum* aqueles

expressamente previstos em outras Cláusulas da Escritura de Emissão. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns estabelecidos na Escritura de Emissão, (i) serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os Debenturistas da respectiva série (ou a todos os Debenturistas, no caso de Assembleias Gerais de Debenturistas), independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série, à Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série ou à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto nelas proferido, conforme o caso, e (ii) não conferirão aos dissidentes ou ausentes qualquer direito a resgate de suas Debêntures.

As seguintes deliberações, que somente poderão ser propostas pela Emissora, deverão ser tomadas por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação ou dos Debenturistas representando 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação da respectiva série, quando a matéria for de interesse exclusivo de Debenturistas da Primeira Série ou de Debenturistas da Segunda Série, conforme o caso: (i) alteração das disposições das Cláusulas 10.9 e Cláusula 10.10 da Escritura de Emissão; (ii) alteração da Remuneração da Primeira Série ou da Remuneração da Segunda Série; (iii) alteração de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos na Escritura de Emissão; (iv) alteração da Data de Vencimento da Primeira Série ou da Data de Vencimento da Segunda Série; (v) alteração da espécie das Debêntures; (vi) criação de evento de repactuação; (vii) alteração das disposições relativas a resgate antecipado; (viii) alteração das disposições relativas a amortizações antecipadas; (ix) alteração da redação de qualquer Evento de Vencimento Antecipado; e/ou (x) alteração dos quóruns previstos na Escritura de Emissão.

As deliberações relativas a renúncia ou a perdão temporário a um Evento de Evento de Vencimento Antecipado (pedido de *waiver*) deverão ser aprovadas em Assembleia Geral de Debenturistas, respeitando-se o quórum de 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação.

### ***Contrato de Distribuição***

O Contrato de Distribuição está disponível para consulta e cópia na sede da Emissora e na sede dos Coordenadores, conforme indicado na seção "Identificação da Emissora, dos Coordenadores, do Banco Liquidante, do Escriturador Mandatário, do Agente Fiduciário, dos Assessores Jurídicos e dos Auditores Independentes" deste Prospecto.

### ***Colocação e Procedimento de Distribuição.***

As Debêntures serão objeto de distribuição pública, nos termos do Contrato de Distribuição, com a intermediação dos Coordenadores, sob: (i) o regime de Garantia Firme de colocação, com relação à totalidade das Debêntures, sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais; e (ii) o regime de melhores esforços de colocação, com relação às Debêntures Suplementares e às Debêntures Adicionais. Será utilizado o procedimento previsto no parágrafo 3º do artigo 33 da Instrução CVM 400, conforme plano de distribuição elaborado pelos Coordenadores, o qual levará em consideração suas relações com clientes e outros aspectos de natureza

comercial, bem como as estratégias dos Coordenadores e da Emissora, observados os termos do Contrato de Distribuição.

*Prazo de Colocação.*

Os Coordenadores realizarão a distribuição pública das Debêntures durante o Prazo de Colocação. Após a colocação das Debêntures, durante o Prazo de Colocação, será divulgado o respectivo Anúncio de Encerramento.

*Prazo de Subscrição.*

As Debêntures serão subscritas, a qualquer tempo, dentro do Prazo de Colocação.

*Forma de Subscrição.*

As Debêntures serão subscritas de acordo com os procedimentos da CETIP e/ou da BM&FBOVESPA, conforme aplicável.

*Forma e Preço de Integralização.*

As Debêntures da Primeira Série serão integralizadas na Data de Integralização da Primeira Série, à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional, pelo Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração da Primeira Série, calculada de forma exponencial *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data de Integralização da Primeira Série, de acordo com as normas de liquidação e procedimentos aplicáveis da CETIP e/ou da BM&FBOVESPA, conforme aplicável.

As Debêntures da Segunda Série serão integralizadas na Data de Integralização da Segunda Série, à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional, pelo Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração da Segunda Série, calculada de forma exponencial *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data de Integralização da Segunda Série, de acordo com as normas de liquidação e procedimentos aplicáveis da CETIP e/ou da BM&FBOVESPA, conforme aplicável.

*Garantia Firme.*

Observadas as condições previstas no Contrato de Distribuição e na regulamentação aplicável, e desde que cumpridas as condições precedentes previstas no Contrato de Distribuição, a totalidade das Debêntures, sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais, será objeto de distribuição pública sob o regime de Garantia Firme pelos Coordenadores, de forma individual e não solidária, respeitados os volumes individuais previstos na tabela abaixo:



<b>Coordenador</b>	<b>Montante Máximo da Garantia Firme</b>
Santander	Até R\$250.000.000,00
BB-BI	Até R\$250.000.000,00
<b>Total</b>	<b>Até R\$ 500.000.000,00</b>

A Garantia Firme prestada será exercida unicamente na hipótese da demanda dos investidores pelas Debêntures não ser suficiente para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures a serem emitidas, no último dia do Prazo de Colocação, observado o disposto abaixo.

A Garantia Firme é válida até 31 de março de 2015, podendo ser prorrogada exclusivamente a critério dos Coordenadores, mediante comunicação, por escrito, dos Coordenadores à Emissora.

Caso, até o final do Prazo de Colocação, as Debêntures não tenham sido totalmente alocadas a investidores, os Coordenadores deverão, até o último dia do Prazo de Colocação, subscrever e integralizar as Debêntures objeto da Garantia Firme que porventura não forem alocadas para investidores: (i) na(s) série(s) escolhida(s) pelos Coordenadores, a seu exclusivo critério; e (ii) na respectiva taxa inicial do Procedimento de *Bookbuilding* da(s) série(s) alocada(s), sendo certo que os Juros Remuneratórios da Primeira Série e os Juros Remuneratórios da Segunda Série serão iguais para todas as Debêntures da respectiva série.

Para os fins do disposto no item 5 do Anexo VI à Instrução CVM 400, caso qualquer dos Coordenadores eventualmente (i) venha a subscrever Debêntures por força da Garantia Firme; e (ii) tenha interesse em vender tais Debêntures antes da divulgação do Anúncio de Encerramento, o preço de revenda de tais Debêntures será limitado ao Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração da Primeira Série ou da Remuneração da Segunda Série, conforme o caso, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da respectiva venda. A revenda das Debêntures por qualquer dos Coordenadores, após a divulgação do Anúncio de Encerramento, poderá ser feita pelo preço a ser apurado de acordo com as condições de mercado verificadas à época e ser efetuada de acordo com a regulamentação aplicável.

*Melhores esforços.*

Observadas as condições previstas no Contrato de Distribuição e na regulamentação aplicável, e desde que cumpridas as condições precedentes previstas no Contrato de Distribuição, cada um dos Coordenadores, de forma individual e não solidária, realizará a Oferta em regime de melhores esforços de colocação, exclusivamente com relação às Debêntures Suplementares e às Debêntures Adicionais.

Se, ao final do Procedimento de *Bookbuilding*, as Debêntures Suplementares e/ou as Debêntures Adicionais não tiverem sido total ou parcialmente alocadas a investidores,

os Coordenadores não se responsabilizarão pelo saldo não colocado, devendo tais Debêntures serem canceladas pela Emissora.

#### *Plano da Oferta.*

Observadas as condições previstas no Contrato de Distribuição e as disposições da regulamentação aplicável, os Coordenadores realizarão a Oferta conforme o Plano da Oferta. O Plano da Oferta foi fixado nos seguintes termos:

- (i) o público alvo da Oferta, levando-se sempre em conta o perfil de risco dos seus destinatários, é composto por: Investidores Institucionais e Investidores de Varejo;
- (ii) após o protocolo do pedido de registro da Oferta, a publicação do Aviso ao Mercado e a disponibilização do Prospecto Preliminar, foram realizadas apresentações para potenciais investidores (*road show* e/ou *one-on-ones*), conforme determinado pelos Coordenadores em comum acordo com a Emissora;
- (iii) os materiais publicitários ou documentos de suporte às apresentações para potenciais investidores, acima mencionadas, eventualmente utilizados foram submetidos à aprovação prévia da CVM ou encaminhados à CVM previamente à sua utilização, conforme o caso, nos termos do artigo 50 da Instrução CVM 400;
- (iv) não houve recebimento de reservas ou lotes mínimos ou máximos para os Investidores Institucionais, podendo ser levadas em consideração as relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica dos Coordenadores e da Emissora, observado, entretanto, que os Coordenadores se comprometeram a direcionar a Oferta das Debêntures de cada uma das séries, conforme aplicável, a investidores que tenham perfil de risco adequado, bem como a observar tratamento justo e equitativo quanto aos mesmos;
- (v) encerrado o Procedimento de *Bookbuilding*, os Coordenadores consolidaram as intenções de investimento dos investidores para subscrição das Debêntures;
- (vi) poderia ser aceita a participação de investidores do público alvo da Oferta que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*, até o limite de 15% (quinze por cento) das Debêntures (sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais);
- (vii) não foi verificado excesso de demanda superior a 1/3 (um terço) das Debêntures inicialmente ofertadas. Dessa forma, será permitida a colocação de Debêntures perante Pessoas Vinculadas;
- (viii) observado o disposto no Contrato de Distribuição, a Oferta somente terá início após (a) o atendimento dos requisitos a que se refere a Cláusula 2 do Contrato de Distribuição e as demais disposições do Contrato de Distribuição (inclusive de todas as condições precedentes elencadas no Contrato de Distribuição); (b) a concessão dos

registros da Oferta pela CVM; (c) a divulgação do Anúncio de Início; (d) o registro para distribuição e negociação das Debêntures pela CETIP e/ou pela BM&FBOVESPA; e (e) a disponibilização aos investidores do Prospecto Definitivo da Oferta;

(ix) iniciada a Oferta, os investidores interessados na subscrição das Debêntures deverão fazê-la por meio da assinatura do boletim de subscrição, na Data de Integralização da Primeira Série ou Data de Integralização da Segunda Série, conforme o caso, pelo Preço de Integralização da respectiva série;

(x) caso a Oferta seja modificada, nos termos dos artigos 25 e 27 da Instrução CVM 400, (a) a modificação deverá ser divulgada imediatamente através de meios ao menos iguais aos utilizados para a divulgação da Oferta; (b) os Coordenadores deverão se acautelar e se certificar, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o investidor está ciente de que a Oferta foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições; (c) os investidores que já tiverem aderido à Oferta deverão ser comunicados diretamente por escrito a respeito da modificação efetuada, para que confirmem, até as 16 horas do 5º (quinto) Dia Útil subsequente à data em que foi diretamente comunicada por escrito sobre a modificação da Oferta, o interesse em revogar sua aceitação à Oferta, presumindo-se, na falta da manifestação, o interesse do investidor em não revogar sua aceitação. Se o investidor revogar sua aceitação e se o investidor já tiver efetuado o pagamento do Preço de Integralização, referido Preço de Integralização será devolvido sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução dos valores relativos aos tributos e encargos incidentes, se existentes, no prazo de 3 (três) Dias Úteis contados da data da respectiva revogação;

(xi) caso (a) seja verificada divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelo investidor ou a sua decisão de investimento; ou (b) a Oferta seja suspensa, nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400; o investidor que já tiver aderido à Oferta deverá ser diretamente comunicado por escrito a respeito e poderá revogar sua aceitação à Oferta, devendo, para tanto, informar sua decisão à Instituição Participante da Oferta com quem tenha realizado sua intenção de investimento (i) até as 16 horas do 5º (quinto) Dia Útil subsequente à data de disponibilização do Prospecto Definitivo, no caso da alínea (a) acima; e (ii) até as 16 horas do 5º (quinto) Dia Útil subsequente à data em que foi diretamente comunicado por escrito sobre a suspensão da Oferta, no caso da alínea (b) acima, presumindo-se, na falta da manifestação, o interesse do investidor em não revogar sua aceitação. Se o investidor revogar sua aceitação e se o investidor já tiver efetuado o pagamento do Preço de Integralização, referido Preço de Integralização será devolvido sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução dos valores relativos aos tributos e encargos incidentes, se existentes, no prazo de 3 (três) Dias Úteis contados da data da respectiva revogação; e

(xii) caso (a) a Oferta seja cancelada, nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400; (b) a Oferta seja revogada, nos termos dos artigos 25 e 27 da Instrução CVM 400; ou (c) o Contrato de Distribuição seja resilido, todos os atos de aceitação serão cancelados e os Coordenadores e a Emissora comunicarão tal evento aos investidores, o que poderá ocorrer, inclusive, mediante publicação de aviso ao

mercado. Se o investidor já tiver efetuado o pagamento do Preço de Integralização, referido Preço de Integralização será devolvido sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução dos valores relativos aos tributos e encargos incidentes, se existentes, no prazo de 3 (três) Dias Úteis contados da data da comunicação do cancelamento ou revogação da Oferta.

#### *Oferta de Varejo.*

Os Investidores de Varejo tiveram o período compreendido entre o 5º (quinto) dia útil após a disponibilização do Prospecto Preliminar e o 1º (primeiro) Dia Útil (inclusive) antes da realização do Procedimento de *Bookbuilding* para realizarem os seus Pedidos de Reserva para as Debêntures.

Ressalvado o disposto abaixo no item (v) abaixo, o montante de 50.000 (cinquenta mil) Debêntures (sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais) foi destinado, prioritariamente, à colocação pública para Investidores de Varejo no âmbito da Oferta de Varejo, que realizarem Pedido de Reserva, o qual deveria ser preenchido nas condições a seguir expostas:

(i) cada um dos Investidores de Varejo interessados efetuou Pedido de Reserva de Debêntures perante uma única Instituição Participante da Oferta, mediante preenchimento do Pedido de Reserva, sem necessidade de depósito prévio do investimento pretendido, observada a quantidade mínima de 1 (uma) Debênture, no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), na Data de Emissão, e a quantidade máxima de 300 (trezentas) Debêntures, no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), na Data de Emissão, por Investidor de Varejo no Período de Reserva. Caso o Investidor de Varejo tenha efetuado, com relação às Debêntures de uma mesma série da Emissão, mais de um Pedido de Reserva, a sobretaxa mínima estipulada deveria ser igual em todos os Pedidos de Reserva, sendo que, se constaram condições diferentes, apenas o primeiro Pedido de Reserva foi acatado e os demais foram automaticamente cancelados;

(ii) os Investidores de Varejo tiveram a faculdade de estipular em seu Pedido de Reserva, como condição de eficácia do respectivo Pedido de Reserva e aceitação da Oferta, uma taxa mínima para os Juros Remuneratórios da Primeira Série e/ou para os Juros Remuneratórios da Segunda Série, conforme o caso, a ser expressa na forma de sobretaxa (*spread*), a ser adicionada ao percentual correspondente à média aritmética das taxas internas de retorno da NTN-B 2022 ou da NTN-B 2024, respectivamente, a serem apuradas entre o quinto, o quarto e o terceiro dias úteis imediatamente anteriores à data do Procedimento de *Bookbuilding*, conforme taxas indicativas divulgadas pela ANBIMA em sua página na *internet* (<http://www.anbima.com.br>). Caso a sobretaxa (*spread*) referente aos Juros Remuneratórios da Primeira Série e/ou aos Juros Remuneratórios da Segunda Série, conforme o caso, fixada após o Procedimento de *Bookbuilding*, tenha sido inferior às sobretaxas estabelecidas pelo Investidor de Varejo, ou caso o Investidor de Varejo tenha estipulado como taxa mínima para os Juros Remuneratórios da Primeira Série e/ou para os Juros Remuneratórios da Segunda Série, conforme o caso, uma taxa superior à taxa máxima estipulada na Escritura de Emissão, o Pedido de Reserva desse Investidor de Varejo foi automaticamente cancelado.

(iii) não foi verificado excesso de demanda superior a 1/3 (um terço) das Debêntures (sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais). Dessa forma, a colocação de Debêntures perante Investidores de Varejo que sejam Pessoas Vinculadas será permitida;

(iv) como o total de Debêntures objeto dos Pedidos de Reserva apresentados pelos Investidores de Varejo não cancelados em virtude de desconformidade com os termos e condições da Oferta, bem como nos termos dos itens (ii) e (iii) acima, foi igual ou inferior a 50.000 (cinquenta mil) Debêntures (sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais), serão integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva admitidos nos termos acima, e as Debêntures remanescentes, conforme o caso, serão destinadas aos Investidores Institucionais nos termos da Oferta Institucional

(v) caso o total de Debêntures correspondente aos Pedidos de Reserva admitidos excedesse a quantidade de Debêntures prioritariamente destinada à Oferta de Varejo, qual seja, 50.000 (cinquenta mil) Debêntures (sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais), os Coordenadores, em comum acordo com a Emissora, poderiam manter a quantidade de Debêntures inicialmente destinada à Oferta de Varejo ou elevar tal quantidade a um patamar compatível com os objetivos da Oferta, até o limite de 30% (trinta por cento) do Valor Total da Emissão, considerando as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais que viessem a ser emitidas, de forma a atender, total ou parcialmente, os referidos Pedidos de Reserva admitidos, observado, se fosse o caso, o critério de rateio descrito abaixo:

(a) em primeiro lugar, seria realizada a divisão igualitária e sucessiva das Debêntures destinadas à Oferta de Varejo, entre todos os Pedidos de Reserva admitidos, limitada ao valor individual de cada Pedido de Reserva, até o limite de 10 (dez) Debêntures por Investidor de Varejo;

(b) uma vez atendido o critério de rateio descrito na alínea (a) acima, as Debêntures destinadas à Oferta de Varejo remanescentes seriam rateadas entre os Investidores de Varejo, proporcionalmente ao montante de Debêntures indicado nos respectivos Pedidos de Reserva admitidos e não alocado ao Investidor de Varejo, não sendo consideradas frações de Debêntures; e

(c) caso o montante destinado para o atendimento da Oferta de Varejo fosse superado em decorrência do atendimento prioritário de até 10 (dez) Debêntures por Investidor de Varejo, conforme estabelecido na alínea (a) acima, um novo limite, inferior ao originalmente fixado, deveria ser estipulado de modo que, aplicado a todos os Pedidos de Reserva admitidos, não superasse o montante destinado para atendimento da Oferta de Varejo.

(vi) até o final do Dia Útil imediatamente anterior à data de divulgação do Anúncio de Início, foram informados ao Investidor de Varejo, pela Instituição Participante da Oferta que recebeu o respectivo Pedido de Reserva, por meio de seu respectivo endereço eletrônico, ou, na sua ausência, por telefone ou correspondência: (a) a

quantidade de Debêntures alocadas ao Investidor de Varejo, após o atendimento, se fosse o caso, dos critérios de rateio previstos no item (v) acima; (b) a Data de Integralização da Primeira Série e a Data de Integralização da Segunda Série, conforme o caso; e (c) a Remuneração da Primeira Série e/ou a Remuneração da Segunda Série, conforme o caso;

(vii) até as 11 horas da Data de Integralização da Primeira Série e da Data de Integralização da Segunda Série, conforme o caso, cada Investidor de Varejo deverá pagar o Preço de Integralização da respectiva série, relativo às Debêntures a ele alocadas nos termos do item (vi) acima, à Instituição Participante da Oferta que recebeu o respectivo Pedido de Reserva, com recursos imediatamente disponíveis;

(viii) nas hipóteses de: (a) identificação de divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo que alterem substancialmente o risco assumido pelo Investidor de Varejo, ou a sua decisão de investimento; (b) suspensão da Oferta nos termos do artigo 20 da Instrução CVM 400; ou (c) modificação da Oferta nos termos do artigo 27 da Instrução CVM 400; poderá o referido Investidor de Varejo desistir do Pedido de Reserva após o início da Oferta. Nesta hipótese, o Investidor de Varejo deverá informar sua decisão de desistência do Pedido de Reserva à Instituição Participante da Oferta que recebeu o respectivo Pedido de Reserva, em conformidade com os termos e no prazo previsto no respectivo Pedido de Reserva; e

(ix) na hipótese de não haver conclusão da Oferta ou na hipótese de rescisão do Contrato de Distribuição, ou, ainda, em qualquer outra hipótese prevista na legislação de não produção de efeitos ou desconsideração de Pedidos de Reserva, estes serão todos cancelados e os respectivos Investidores de Varejo serão comunicados sobre o cancelamento da Oferta, o que poderá ocorrer por meio de publicação de aviso ao mercado.

#### *Oferta Institucional.*

Após o atendimento dos Pedidos de Reserva, as Debêntures remanescentes serão destinadas aos Investidores Institucionais, não sendo admitidas reservas antecipadas e inexistindo para estes investidores valores mínimos ou máximos de investimento, e observados os seguintes procedimentos:

(i) os Investidores Institucionais interessados em adquirir Debêntures apresentaram suas intenções de investimento aos Coordenadores;

(ii) não foi verificado excesso de demanda superior a 1/3 (um terço) das Debêntures (sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais). Dessa forma, será permitida a colocação de Debêntures perante Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas;

(iii) como as intenções de investimento apresentadas pelos Investidores Institucionais excederam o total de Debêntures remanescentes após o atendimento da Oferta de

Varejo, os Coordenadores deram prioridade aos Investidores Institucionais que, no entender dos Coordenadores, em comum acordo com a Emissora, melhor atendam os objetivos da Oferta, quais sejam, constituir uma base diversificada de investidores, integrada por investidores com diferentes critérios de avaliação das perspectivas da Emissora e a conjuntura macroeconômica brasileira e internacional, bem como criar condições para o desenvolvimento do mercado local de títulos corporativos de renda fixa, com ênfase em negociações secundárias;

(iv) até o final do Dia Útil imediatamente anterior à data de divulgação do Anúncio de Início, os Coordenadores informaram aos Investidores Institucionais, por meio do seu respectivo endereço eletrônico ou, na sua ausência, por telefone ou fac-símile: (a) a Data de Integralização da Primeira Série e a Data de Integralização da Segunda Série, conforme o caso, (b) a quantidade de Debêntures alocadas ao referido investidor; e (c) a Remuneração da Primeira Série e/ou Remuneração da Segunda Série, conforme o caso. Os Investidores Institucionais integralizarão as Debêntures na Data de Integralização da Primeira Série ou na Data de Integralização da Segunda série, conforme o caso, de acordo com as normas de liquidação e procedimentos aplicáveis da CETIP e/ou da BM&FBOVESPA, conforme aplicável;

(v) parte das Debêntures destinadas à Oferta Institucional foi preferencialmente destinada à colocação ao Formador de Mercado, a fim de possibilitar-lhe a atuação como formador de mercado (*market maker*) das Debêntures, garantindo a existência e a permanência de ofertas firmes diárias de compra e venda para as Debêntures durante o período de 12 (doze) meses, renováveis, nos termos da legislação aplicável e conforme o Contrato de Formador de Mercado. As intenções de investimento do Formador de Mercado foram apresentadas em até 1 (um) Dia Útil antes da data de encerramento do Procedimento de *Bookbuilding*, pelos Juros Remuneratórios da Primeira Série e/ou Juros Remuneratórios da Segunda Série, conforme o caso, que viessem a ser apurados no Procedimento de *Bookbuilding*, não havendo, portanto, qualquer influência por parte do Formador de Mercado na definição dos Juros Remuneratórios da Primeira Série e/ou dos Juros Remuneratórios da Segunda Série durante o Procedimento de *Bookbuilding*.

#### *Comissionamento e Liquidação da Oferta.*

Observado o disposto no Contrato de Distribuição, a título de remuneração pelo desempenho das obrigações previstas no Contrato de Distribuição, a Emissora pagará aos Coordenadores o seguinte Comissionamento:

(i) *Comissão de Estruturação*: 0,05% (cinco centésimos por cento), incidente sobre o Preço de Integralização da respectiva série multiplicado pela quantidade de Debêntures emitidas na respectiva série, incluindo as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais emitidas, devida aos Coordenadores na seguinte proporção: (a) 50% (cinquenta por cento) ao Coordenador Líder; e (b) 50% (cinquenta por cento) ao BB-BI;

(ii) *Comissão de Colocação*: 0,05% (cinco centésimos por cento), incidente sobre o Preço de Integralização da respectiva série multiplicado pela quantidade de Debêntures emitidas na respectiva série, incluindo as Debêntures Suplementares e as Debêntures

Adicionais emitidas, devida aos Coordenadores na seguinte proporção: (a) 50% (cinquenta por cento) ao Coordenador Líder; e (b) 50% (cinquenta por cento) ao BB-BI;

(iii) *Comissão de Garantia Firme*: 0,05% (cinco centésimos por cento), incidente sobre o Preço de Integralização da respectiva série multiplicado pela quantidade de Debêntures emitidas na respectiva série, incluindo as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais emitidas, devida aos Coordenadores na seguinte proporção: (a) 50% (cinquenta por cento) ao Coordenador Líder; e (b) 50% (cinquenta por cento) ao BB-BI;

(iv) *Comissão de Sucesso*: a comissão de sucesso é correspondente a 15% (quinze por cento) incidente sobre o valor presente da economia gerada à Emissora pela redução dos Juros Remuneratórios da Primeira Série e/ou dos Juros Remuneratórios da Segunda Série, sendo essa economia calculada sobre a diferença entre a taxa máxima dos Juros Remuneratórios da Primeira Série e/ou dos Juros Remuneratórios da Segunda Série, conforme o caso, nos termos da Escritura de Emissão, e a taxa final dos Juros Remuneratórios da Primeira Série e/ou dos Juros Remuneratórios da Segunda Série, conforme o caso, estabelecidas no Procedimento de *Bookbuilding*, devida aos Coordenadores na seguinte proporção: (a) 50% (cinquenta por cento) ao Coordenador Líder; e (b) 50% (cinquenta por cento) ao BB-BI; e

(v) *Comissão de Distribuição*: 0,15% (quinze centésimos por cento) ao ano, calculados sobre o Preço de Integralização da respectiva série, multiplicado pela *duration* das Debêntures, que equivale à somatória da ponderação dos prazos de vencimento de cada pagamento (incluindo o pagamento de Juros Remuneratórios da Primeira Série, Juros Remuneratórios da Segunda Série e pagamento do Valor Nominal Unitário) pelo seu valor presente, calculado na forma da Resolução CMN 3.947, incidente sobre a quantidade de Debêntures efetivamente colocadas na respectiva série, incluindo as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais alocadas à respectiva série, devida aos Coordenadores na seguinte proporção: (a) 50% (cinquenta por cento) ao Coordenador Líder; e (b) 50% (cinquenta por cento) ao BB-BI, observado o disposto abaixo.

Os pagamentos do Comissionamento deverão ser à vista, em cada uma das Datas de Liquidação ou, no caso da Remuneração de Descontinuidade, em até 10 (dez) Dias Úteis da data da comunicação, realizada nos termos do Contrato de Distribuição, acerca da não realização da Oferta, em moeda corrente nacional, devendo ser acrescido a esses pagamentos o valor correspondente aos tributos que venham a incidir sobre os mesmos pagamentos, conforme detalhado abaixo.

A Emissora arcará com o custo de todos os tributos, incidentes sobre o Comissionamento, a Remuneração de Descontinuidade, as Despesas e quaisquer outros valores devidos aos Coordenadores no âmbito da Emissão. A Emissora deverá fazer os pagamentos devidos sem deduções e/ou retenções fiscais de qualquer natureza, incluindo-se quaisquer juros, multas e penalidades a que a Emissora tenha dado causa e que porventura venham a incidir sobre as operações da espécie da Emissão. Dessa forma, todos os pagamentos relativos ao Comissionamento e à Remuneração de



Descontinuidade serão acrescidos dos valores relativos ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS; à Contribuição para o Programa de Integração Social - PIS; e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e a outros tributos, de forma que os Coordenadores recebam o Comissionamento e/ou a Remuneração de Descontinuidade como se tais tributos não fossem incidentes (*gross up*). Tal previsão inclui quaisquer outros tributos que porventura venham a incidir sobre a receita das comissões pagas, bem como quaisquer majorações das alíquotas dos tributos mencionados já existentes.

Adicionalmente, na hipótese de Participantes Especiais e/ou Instituições Consorciadas integrarem a Emissão, para colocação das Debêntures, a Emissora deverá pagar, em cada uma das Datas de Liquidação, a Comissão de Distribuição, prevista no item (v) acima, diretamente às referidas instituições, na proporção e nas contas informadas pelos Coordenadores à Emissora, tendo em vista o volume efetivamente colocado por tais instituições. O montante devido aos Participantes Especiais e/ou às Instituições Consorciadas será descontado do valor total do Comissionamento devido aos Coordenadores proporcionalmente aos respectivos percentuais de Garantia Firme, sem qualquer desembolso adicional além do Comissionamento pela Emissora.

A Emissora pagará aos Coordenadores o Comissionamento devido, observado o disposto acima, mediante crédito por meio de depósito, transferência eletrônica disponível ou outros mecanismos de transferência equivalentes, em cada uma das Datas de Liquidação, nas contas de titularidade dos Coordenadores indicadas no Contrato de Distribuição.

Os pagamentos realizados aos Coordenadores a título de Comissionamento não são restituíveis, parcial ou totalmente, em qualquer hipótese, inclusive em caso de resgate ou vencimento antecipado das Debêntures.

Além do Comissionamento, nenhuma outra comissão ou remuneração será contratada ou paga pela Emissora, direta ou indiretamente, por força ou em decorrência do Contrato de Distribuição, sem prévia manifestação da CVM.

Ficam os Coordenadores autorizados a contratar, por conta e ordem da Emissora, sociedade pertencente ao seu grupo econômico para prestar parte dos serviços descritos no Contrato de Distribuição, aderindo tal sociedade contratada às condições estabelecidas no Contrato de Distribuição, permanecendo os Coordenadores, todavia, responsáveis por todas as obrigações assumidas no Contrato de Distribuição. Em função de tal contratação, o Comissionamento devido pela Emissora a tal sociedade contratada deverá ser pago diretamente a ela, na proporção e nas contas informadas pelos Coordenadores à Emissora, contra a apresentação de fatura, nota ou recibo de emissão da sociedade contratada. O pagamento devido às sociedades contratadas, em conjunto com os pagamentos feitos aos Coordenadores, conforme o caso, não excederão o valor total do Comissionamento, indicado acima.

A liquidação financeira da Oferta, inclusive no caso das Debêntures distribuídas por meio do MDA, dar-se-á por meio de depósito, transferência eletrônica disponível ou

outros mecanismos de transferência equivalentes, à Emissora, dos valores obtidos pelos Coordenadores com a colocação das Debêntures, incluindo aqueles decorrentes do exercício da Garantia Firme, bem como aqueles obtidos com a colocação das Debêntures Adicionais e as Debêntures Suplementares, conforme o caso, no âmbito da Oferta, e será realizada até as 17 horas da respectiva Data de Liquidação da Primeira Série e Data de Liquidação da Segunda Série, conforme o caso, na conta corrente de titularidade da Emissora indicada no Contrato de Distribuição. Se a liquidação financeira da Oferta for realizada pela BM&FBOVESPA, será feita na Data de Liquidação da Primeira Série e Data de Liquidação da Segunda Série, conforme o caso, por meio de transferência de valores no sistema de transferência de reservas do Banco Central - STR.

A liquidação financeira da Oferta ocorrerá, após o cumprimento de todas as condições precedentes previstas no Contrato de Distribuição, sendo que a liquidação financeira das Debêntures da Primeira Série, com a respectiva prestação de contas e pagamentos, dar-se-á na Data de Liquidação da Primeira Série, e a liquidação financeira das Debêntures da Segunda Série, com a respectiva prestação de contas e pagamentos, dar-se-á na Data de Liquidação da Segunda Série.

#### *Despesas.*

A Emissora deverá arcar com e, se incorridas pelos Coordenadores, reembolsar por, todas as Despesas, nos termos estabelecidos no Contrato de Distribuição.

A Emissora deverá, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento da respectiva solicitação, reembolsar os Coordenadores por quaisquer Despesas que os Coordenadores venham a incorrer relacionadas, direta ou indiretamente, às Debêntures e/ou à Oferta, desde que devidamente comprovadas, sendo certo que os Coordenadores somente poderão solicitar o reembolso de despesas em até 30 (trinta) dias a contar da Data de Liquidação da Segunda Série ou da data de rescisão do Contrato de Distribuição.

#### ***Formador de Mercado***

A Emissora contratou o Santander, nos termos da Instrução CVM 384, para exercer a atividade de formador de mercado (*market maker*) para as Debêntures, com a finalidade de garantir a existência e a permanência de ofertas firmes diárias de compra e venda para as Debêntures, na CETIP, pelo prazo de 12 (doze) meses contados da Data de Integralização da Primeira Série (ou da Data de Integralização da Segunda Série, caso não sejam emitidas Debêntures da Primeira Série).

Cópia do Contrato de Formador de Mercado poderá ser obtida nos endereços da Emissora e do Santander indicados na seção "Identificação da Emissora, dos Coordenadores, do Banco Liquidante, do Escriturador Mandatário, do Agente Fiduciário, dos Assessores Jurídicos e dos Auditores Independentes", deste Prospecto.

O Formador de Mercado terá seu direito de subscrição limitado à quantidade máxima de 20.000 (vinte mil) Debêntures, sendo que o Formador de Mercado deverá adquirir as

Debêntures observadas as taxas finais de remuneração das respectivas Debêntures estabelecidas durante o Procedimento de *Bookbuilding*. Dessa forma, não será aplicável ao Formador de Mercado a restrição prevista no artigo 55 da Instrução CVM 400.

### ***Modificação, Suspensão, Cancelamento ou Revogação da Oferta.***

#### ***Modificação da Oferta.***

Nos termos dos artigos 25 e seguintes da Instrução CVM 400, havendo, a juízo da CVM, alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro da Oferta, ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos assumidos pela Emissora e inerentes à própria Oferta, a CVM poderá acolher pleito de modificação da Oferta. O pleito de modificação da Oferta presumir-se-á deferido caso não haja manifestação da CVM em sentido contrário no prazo de 10 (dez) Dias Úteis, contado do seu protocolo na CVM. Tendo sido deferida a modificação, a CVM poderá, por sua própria iniciativa ou a requerimento do ofertante, prorrogar o prazo da Oferta por até 90 (noventa) dias. É sempre permitida a modificação da Oferta para melhorá-la em favor dos investidores ou para renúncia a condição da Oferta estabelecida pela Emissora.

Caso a Oferta seja modificada, nos termos dos artigos 25 e 27 da Instrução CVM 400, (a) a modificação deverá ser divulgada imediatamente através de meios ao menos iguais aos utilizados para a divulgação da Oferta; (b) os Coordenadores deverão se acautelar e se certificar, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o investidor está ciente de que a Oferta foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições; (c) os investidores que já tiverem aderido à Oferta deverão ser comunicados diretamente por escrito a respeito da modificação efetuada, para que confirmem, até as 16 horas do 5º (quinto) Dia Útil subsequente à data em que foi diretamente comunicada por escrito sobre a modificação da Oferta, o interesse em revogar sua aceitação à Oferta, presumindo-se, na falta da manifestação, o interesse do investidor em não revogar sua aceitação. Se o investidor revogar sua aceitação e se o investidor já tiver efetuado o pagamento do Preço de Integralização, referido Preço de Integralização será devolvido sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução dos valores relativos aos tributos e encargos incidentes, se existentes, no prazo de 3 (três) Dias Úteis contados da data da respectiva revogação.

#### ***Suspensão da Oferta.***

Nos termos do artigo 19 da Instrução CVM 400, a CVM (i) poderá suspender, a qualquer tempo, a Oferta se (a) estiver se processando em condições diversas das constantes da Instrução CVM 400 ou do registro da Oferta; ou (b) for havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que depois de obtido o respectivo registro da Oferta; e (ii) deverá suspender a Oferta quando verificar ilegalidade ou violação de regulamento sanáveis. O prazo de suspensão da Oferta não poderá ser superior a 30 (trinta) dias, durante o qual a irregularidade apontada deverá ser sanada. Findo tal prazo sem que tenham sido sanados os vícios que determinaram a suspensão, a CVM deverá ordenar a retirada da Oferta e cancelar o respectivo registro, aplicando-se,

neste caso, o disposto no item "Informações Sobre a Oferta - Modificação, Suspensão, Cancelamento ou Revogação da Oferta - Cancelamento ou Revogação da Oferta", deste Prospecto.

Caso a Oferta seja suspensa, nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400; o investidor que já tiver aderido à Oferta deverá ser diretamente comunicado por escrito a respeito e poderá revogar sua aceitação à Oferta, devendo, para tanto, informar sua decisão à Instituição Participante da Oferta com quem tenha realizado sua intenção de investimento até as 16 horas do 5º (quinto) Dia Útil subsequente à data em que foi diretamente comunicado por escrito sobre a suspensão da Oferta, presumindo-se, na falta da manifestação, o interesse do investidor em não revogar sua aceitação. Se o investidor revogar sua aceitação e se o investidor já tiver efetuado o pagamento do Preço de Integralização, referido Preço de Integralização será devolvido sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução dos valores relativos aos tributos e encargos incidentes, se existentes, no prazo de 3 (três) Dias Úteis contados da data da respectiva revogação.

#### *Cancelamento ou Revogação da Oferta.*

Nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400, a CVM poderá cancelar, a qualquer tempo, a Oferta se (i) estiver se processando em condições diversas das constantes da Instrução CVM 400 ou do registro da Oferta; ou (ii) for havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que após obtido o respectivo registro da Oferta. A rescisão do Contrato de Distribuição importará no cancelamento do registro da Oferta.

Nos termos do artigo 25 e seguintes da Instrução CVM 400, havendo, a juízo da CVM, alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro da Oferta, ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos assumidos pela Emissora e inerentes à própria Oferta, a CVM poderá acolher pleito de revogação da oferta.

Caso (a) a Oferta seja cancelada, nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400; (b) a Oferta seja revogada, nos termos dos artigos 25 e 27 da Instrução CVM 400; ou (c) o Contrato de Distribuição seja resilido, todos os atos de aceitação serão cancelados e os Coordenadores e a Emissora comunicarão tal evento aos investidores, o que poderá ocorrer, inclusive, mediante publicação de aviso ao mercado. Se o investidor já tiver efetuado o pagamento do Preço de Integralização, referido Preço de Integralização será devolvido sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução dos valores relativos aos tributos e encargos incidentes, se existentes, no prazo de 3 (três) Dias Úteis contados da data da comunicação do cancelamento ou revogação da Oferta.

#### ***Agente Fiduciário***

O agente fiduciário das Debêntures será a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários. Para maiores informações sobre as emissões de debêntures de sociedades do grupo econômico da Emissora em que o Agente Fiduciário também atue ver seção “Sumário da Emissora - Agente Fiduciário” deste Prospecto.

## CRONOGRAMA DAS ETAPAS DA OFERTA

Encontra-se abaixo um cronograma das etapas da Oferta.

Nº	Evento	Data Realização/ Data Prevista (1)(2)
1.	Protocolo na ANBIMA do pedido de análise prévia da Oferta por meio do procedimento simplificado previsto na Instrução CVM 471	05/12/2014
2.	Publicação de fato relevante sobre o protocolo do pedido de registro da Oferta na ANBIMA, por meio do procedimento simplificado previsto na Instrução CVM 471	12/12/2014
3.	Realização da RCA	21/01/2015
4.	Publicação do Aviso ao Mercado	28/01/2015
5.	Disponibilização do Prospecto Preliminar	29/01/2015
6.	Início das apresentações a potenciais investidores	11/02/2015
7.	Início do Período de Reserva	11/02/2015
8.	Publicação do Comunicado ao Mercado e Anúncio de Alteração nas Condições da Oferta	12/02/2015
9.	Encerramento do Período de Reserva	25/02/2015
10.	Encerramento das apresentações para potenciais investidores	26/02/2015
11.	Procedimento de <i>Bookbuilding</i>	02/03/2015
12.	Obtenção dos registros da Oferta na CVM	03/03/2015
13.	Divulgação do Anúncio de Início	03/03/2015
14.	Disponibilização do Prospecto Definitivo	04/03/2015
15.	Início da Oferta	06/03/2015
16.	Data de Liquidação da Primeira Série	06/03/2015
17.	Data de Liquidação da Segunda Série	06/03/2015
18.	Data de início da negociação das Debêntures da Primeira Série	06/03/2015
19.	Data de início da negociação das Debêntures da Segunda Série	06/03/2015
20.	Divulgação do Anúncio de Encerramento	06/03/2015

(1) As datas previstas para os eventos futuros são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, atrasos e antecipações sem aviso prévio, a critério da Emissora e dos Coordenadores. Qualquer modificação no cronograma da distribuição deverá ser comunicada à CVM e poderá ser analisada como modificação de Oferta, seguindo o disposto nos artigos 25 e 27 da Instrução CVM 400.

(2) Caso ocorram alterações das circunstâncias, suspensão, prorrogação, revogação ou modificação da Oferta, tal cronograma poderá ser alterado. Para informações sobre modificação, suspensão, cancelamento ou revogação da oferta, ver seção "Informações Sobre a Oferta - Modificação, Suspensão, Cancelamento ou Revogação da Oferta" deste Prospecto.

Para informações sobre a forma e preço de integralização das Debêntures, vide seção "Informações Sobre a Oferta - Contrato de Distribuição - Forma e Preço de Integralização" deste Prospecto.

Para informações sobre o prazo de distribuição junto ao público, ver seção "Informações Sobre a Oferta - Contrato de Distribuição - Prazo de Colocação" e "Informações Sobre a

Oferta - Contrato de Distribuição - Prazo de Subscrição" deste Prospecto. Para maiores informações sobre a posterior alienação das Debêntures adquiridas pelos Coordenadores em decorrência da Garantia Firme, ver seção "Informações Sobre a Oferta -Contrato de Distribuição - Garantia Firme" deste Prospecto.

Exceto pelo Aviso ao Mercado, que será publicado no jornal "Diário Mercantil" e pelos atos societários da Emissora, que serão publicados no DOERJ e no jornal "Diário Mercantil", todos os anúncios, avisos e demais atos relativos à Oferta, incluindo o Aviso ao Mercado, o Anúncio de Início e o Anúncio de Encerramento, serão divulgados nas páginas na internet da Emissora, dos Coordenadores, da CETIP, da BM&FBOVESPA e da CVM, conforme o caso, observado o disposto na legislação e regulamentação aplicável.

## DEMONSTRATIVO DE CUSTOS DA OFERTA

As tabelas abaixo demonstram os custos, total e unitário, estimados da Oferta, com base no valor na Data de Emissão.

Comissões e Despesas	Montante (em R\$)	% do Valor Total da Emissão
<b>Volume Emissão</b>	<b>550.726.000,00</b>	<b>100%</b>
Comissão de Estruturação <sup>(1)</sup>	275.363	0,0500%
Comissão de Colocação <sup>(2)</sup>	275.363	0,0500%
Comissão de Garantia Firme <sup>(3)</sup>	275.363	0,0500%
Comissão de Sucesso <sup>(4)</sup>	522.320,91	0,0948%
Comissão de Distribuição <sup>(5)</sup>	4.881.867,92	0,8864%
<b>Total de Comissionamento</b>	<b>6.230.277,83</b>	<b>1,1313%</b>
Tributos Incidentes sobre o Comissionamento	657.309,61	0,1194%
Assessores jurídicos da Oferta	340.000,00	0,0617%
Formador de Mercado	108.000,00	0,0196%
Agente Fiduciário (anual)	3.000,00	0,0005%
Banco Mandatário (anual)	25.800,00	0,0047%
Rating (anual)	75.000,00	0,0136%
CETIP (anual)	107.400,00	0,0195%
Taxa de Registro na CVM	165.740,00	0,0301%
Taxa de Registro na ANBIMA	39.880,00	0,0072%
Taxa de Registro na BM&FBOVESPA	18.770,00	0,0034%
Publicações	35.000,00	0,0064%
Prospectos	5.000,00	0,0009%
Despesas com <i>Roadshow</i>	15.000,00	0,0027%
<b>Total das Despesas</b>	<b>1.595.899,61</b>	<b>0,2898%</b>
<b>Total de Comissionamento e Despesas</b>	<b>7.826.177,44</b>	<b>1,4211%</b>
<b>Valor Líquido para Emissora</b>	<b>542.899.822,56</b>	<b>98,5789%</b>

(1) A Comissão de Estruturação corresponde a 0,05% (cinco centésimos por cento), incidente sobre o Preço de Integralização da respectiva série multiplicado pela quantidade de Debêntures emitidas na respectiva série, incluindo as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais emitidas, devida aos Coordenadores na seguinte proporção: (a) 50% (cinquenta por cento) ao Coordenador Líder; e (b) 50% (cinquenta por cento) ao BB-BI;

(2) A Comissão de Colocação corresponde a 0,05% (cinco centésimos por cento), incidente sobre o Preço de Integralização da respectiva série multiplicado pela quantidade de Debêntures emitidas na respectiva série, incluindo as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais emitidas, devida aos Coordenadores na seguinte proporção: (a) 50% (cinquenta por cento) ao Coordenador Líder; e (b) 50% (cinquenta por cento) ao BB-BI;

(3) A Comissão de Garantia Firme corresponde a 0,05% (cinco centésimos por cento), incidente sobre o Preço de Integralização da respectiva série multiplicado pela quantidade de Debêntures emitidas na respectiva série, incluindo as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais emitidas, devida aos Coordenadores na seguinte proporção: (a) 50% (cinquenta por cento) ao Coordenador Líder; e (b) 50% (cinquenta por cento) ao BB-BI;

(4) A Comissão de Sucesso corresponde a 15% (quinze por cento) incidente sobre o valor presente da economia gerada à Emissora pela redução dos Juros Remuneratórios da Primeira Série e/ou dos Juros Remuneratórios da Segunda Série, sendo essa economia calculada sobre a diferença entre a taxa máxima dos Juros Remuneratórios da Primeira Série e/ou dos Juros Remuneratórios da Segunda Série, conforme o caso, nos termos da Escritura de Emissão, e a taxa final dos Juros Remuneratórios da Primeira Série e/ou dos Juros Remuneratórios da Segunda Série, conforme o caso, estabelecidas no Procedimento de *Bookbuilding*, devida aos Coordenadores na seguinte proporção: (a) 50% (cinquenta por cento) ao Coordenador Líder; e (b) 50% (cinquenta por cento) ao BB-BI; e

(5) A Comissão de Distribuição corresponde a 0,15% (quinze centésimos por cento) ao ano, calculados sobre o Preço de Integralização da respectiva série, multiplicado pela *duration* das Debêntures, que equivale à somatória da ponderação dos prazos de vencimento de cada pagamento (incluindo o pagamento de Juros Remuneratórios da Primeira Série, Juros Remuneratórios da Segunda Série e pagamento do Valor Nominal Unitário) pelo seu valor presente, calculado na forma da Resolução CMN 3.947, incidente sobre a quantidade de Debêntures efetivamente colocadas na respectiva série, incluindo as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais alocadas à respectiva série, devida aos Coordenadores na seguinte proporção: (a) 50% (cinquenta por cento) ao Coordenador Líder; e (b) 50% (cinquenta por cento) ao BB-BI.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



## CUSTO UNITÁRIO DE DISTRIBUIÇÃO

A tabela a seguir apresenta o custo unitário estimado de distribuição das Debêntures objeto desta Emissão:

N° de Debêntures	Custo do lançamento (Em R\$)	Custo por Debênture (Em R\$)	% em Relação ao Valor Total da Emissão
550.726	7.826.177,44	14,211	1,4211%

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## VISÃO GERAL DA LEI 12.431

A fim de aprimorar os mecanismos de captação de recursos para financiamentos de longo prazo, foram criados pela Lei 12.431 e regulamentados pelo Decreto 7.603, benefícios tributários para determinados valores mobiliários. Abaixo o sumário dos principais aspectos de referidos valores mobiliários regulados pela Lei 12.431.

### *Sumário*

#### Valores mobiliários de longo prazo - descrição

Os valores mobiliários sujeitos aos benefícios fiscais criados pela Lei 12.431 compreendem: (i) valores mobiliários relacionados à captação de recursos para implementar projetos de investimento na área de infraestrutura ou de produção econômica intensiva em pesquisa, desenvolvimento e inovação, considerados como prioritários na forma regulamentada pelo Poder Executivo federal, a saber: **(a) Debêntures Incentivadas**; **(b)** quotas emitidas por fundos de investimento em direitos creditórios constituídos sob a forma de condomínio fechado; e **(c)** certificados de recebíveis imobiliários; (ii) valores mobiliários para financiar projetos de investimento, incluindo **(a)** certificados de recebíveis imobiliários; e **(b)** quotas emitidas por fundos de investimento em direitos creditórios constituídos sob a forma de condomínio fechado, cujo originador ou cedente da carteira de direitos creditórios não seja instituição financeira; e (iii) fundos de investimento em valores mobiliários de projetos prioritários, desde que autorizado pela regulação aplicável a cada tipo de fundo de investimento.

#### Principais características das Debêntures Incentivadas

As Debêntures Incentivadas devem apresentar as seguintes características: (i) remuneração por taxa de juros prefixada, vinculada a índice de preço ou à taxa referencial; (ii) não admitir a pactuação total ou parcial de taxa de juros pós-fixada; (iii) prazo médio ponderado superior a quatro anos; (iv) vedação a sua recompra pelo respectivo emissor (ou parte a ele relacionada) nos dois primeiros anos após a sua emissão, bem como a sua liquidação antecipada por meio de resgate ou pré-pagamento, salvo na forma a ser regulamentada pelo Conselho Monetário Nacional - que, até a presente data, não aprovou regulamentação nesse sentido -; (v) vedação a compromisso de revenda assumido pelo titular; (vi) prazo de pagamento periódico de rendimentos, se existente, com intervalos de, no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias; (vii) comprovação de seu registro em sistema de registro devidamente autorizado pelo Banco Central do Brasil ou pela CVM, nas suas respectivas áreas de competência; e (viii) alocação dos recursos captados com as Debêntures Incentivadas em projeto de investimento considerado como prioritário pelo Ministério competente.

### Investimento em projetos prioritários

Os recursos captados em ofertas de Debêntures Incentivadas devem ser destinados: (i) ao pagamento futuro de projetos de investimento prioritários; ou (ii) ao reembolso de gastos, despesas ou dívidas relacionadas com tais projetos de investimento prioritários, incorridos até 24 meses antes do encerramento da oferta dos respectivos valores mobiliários.

### Qualificação dos emissores

Os emissores de Debêntures Incentivadas devem ser constituídos sob a forma de sociedade por ações e qualificados como: (i) sociedade de propósito específico dedicada à implementação de um projeto de investimento prioritário; ou (ii) sociedades controladoras das pessoas jurídicas mencionadas no item (i) acima; ou (iii) **concessionária, permissionária, autorizatória ou arrendatária.**

### Decreto 7.603

O Decreto 7.603 regulamenta as condições para aprovação dos projetos de investimento considerados como prioritários na área de infraestrutura ou de produção econômica intensiva em pesquisa, desenvolvimento e inovação.

Para um projeto de investimento ser considerado prioritário, requerimento específico deve ser apresentado para aprovação pelo Ministério competente para a avaliação de tal projeto de investimento, nos termos da portaria publicada por cada Ministério.

Desta maneira, a Emissora submeteu o Projeto de Investimento à aprovação do Ministério dos Transportes, obedecendo o disposto na Portaria GM nº 09. Nos termos da Portaria 398 do Ministério dos Transportes, o Projeto de Investimento foi considerado prioritário. Para mais informações sobre o Projeto de Investimento, vide seção "Destinação dos Recursos" deste Prospecto. **Por esta razão, as Debêntures contarão com benefício tributário nos termos dos artigos 1º e 2º da Lei 12.431.**

### ***Tributação das Debêntures***

Os Debenturistas não devem considerar unicamente as informações contidas neste Prospecto para fins de avaliar o tratamento tributário de seu investimento nas Debêntures, devendo consultar seus próprios assessores quanto à tributação específica à qual estarão sujeitos, especialmente quanto a outros tributos que não o imposto de renda eventualmente aplicáveis a esse investimento ou a ganhos porventura auferidos em transações com Debêntures. Adicionalmente, os potenciais investidores deverão ler a seção "Fatores de Risco Relacionados com a Oferta e as Debêntures - Caso as Debêntures deixem de satisfazer determinadas características que as enquadrem como Debêntures Incentivadas nos termos da Lei 12.431, não há garantias que elas continuarão a receber o tratamento tributário diferenciado previsto em referida Lei" deste Prospecto.

## Investidores Residentes e Não Residentes

### *Imposto de Renda*

- (i) Alíquota zero sobre o rendimento resultante das Debêntures, para pessoas físicas, residentes no país, e investidores não residentes que realizem investimento em conformidade com a Resolução CMN 2.689 e, a partir de 31 de março de 2015 (data em que a Resolução CMN 2.689 perderá seus efeitos), a Resolução CMN 4.373 e desde que não se encontrem em país que não tribute a renda ou que a tribute à alíquota máxima inferior a 20% (exceto no caso de Fundos Soberanos conforme a lei).
- (ii) Alíquota de 15% sobre o rendimento resultante as Debêntures, para pessoas jurídicas brasileiras.
- (iii) Alíquota: (a) zero em ganhos auferidos por investidores não residentes no Brasil que realizem investimento em conformidade com a Resolução n. 2.689 e, a partir de 31 de março de 2015 (data em que a Resolução CMN 2.689 perderá seus efeitos), a Resolução CMN 4.373, e desde que não tribute a renda ou que a tribute à alíquota máxima inferior a 20% (exceto no caso de Fundos Soberanos conforme a lei) – e pessoas físicas, relacionados com a negociação das Debêntures; e (b) de 15% em ganhos de capital auferidos por pessoas jurídicas residentes no Brasil relacionados com a negociação das Debêntures.

### *IOF-Câmbio*

Alíquota zero para todos os casos.

### *Verificação de Imunidade ou Isenção Tributária dos Debenturistas*

Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante, com cópia para a Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes da data prevista para quaisquer dos pagamentos relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos, decorrentes dos pagamentos relativos às Debêntures de sua titularidade, os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

Será de responsabilidade do Banco Liquidante a avaliação e validação da imunidade ou isenção tributária, podendo, inclusive, solicitar documentos adicionais para a comprovação de mencionada situação jurídica tributária. Desta forma, enquanto pendente o processo de avaliação, não poderá ser imputada à Emissora ou ao Banco Liquidante qualquer responsabilidade pelo não pagamento no prazo estabelecido por meio da Escritura de Emissão.

### *Multa*

Considerando a atratividade da tributação relacionada com as Debêntures Incentivadas, os tomadores dos recursos captados, e não seus investidores, estão sujeitos à multa, caso os recursos não sejam destinados aos projetos de investimento a eles relacionados, como previsto na Lei 12.431. A referida multa equivale a 20% (vinte por cento) do montante total dos recursos captados não investido no projeto de investimento, e é devida pelo referido emissor à Receita Federal do Brasil.

### *Perda do Tratamento Tributário da Lei 12.431*

Nos termos da Escritura de Emissão, caso a Emissora não utilize os recursos captados por meio da Oferta no financiamento do Projeto de Investimento, conforme descrito na seção "Destinação dos Recursos" deste Prospecto, a Emissora será responsável pelo custo de todos os tributos incidentes sobre todos e quaisquer pagamentos devidos aos Debenturistas que estariam sujeitos ao tratamento tributário previsto no artigo 1º da Lei 12.431, aplicando-se o ali disposto, inclusive o previsto no parágrafo 8º de referido artigo 1º da Lei 12.431.

Nesse caso, todos os tributos que eventualmente incidam sobre os pagamentos feitos pela Emissora aos referidos Debenturistas, no âmbito da Emissão, serão suportados pela Emissora, de modo que os referidos pagamentos deverão ser acrescidos dos valores correspondentes a quaisquer tributos e/ou taxas que incidam sobre tais pagamentos, de modo que os titulares das Debêntures recebam tais pagamentos como se os referidos valores não fossem incidentes.

### *Prazo de Isenção*

A Lei 13.043 prorrogou as alíquotas constantes das Debêntures Incentivadas, nos termos da Lei 12.431, para emissões que ocorrerem até 31 de dezembro de 2030.

## RELACIONAMENTO ENTRE A EMISSORA E OS COORDENADORES DA OFERTA

Para atendimento ao disposto no item 3.3.2 do Anexo III da Instrução CVM 400, são descritas abaixo as relações da Emissora com os Coordenadores e entidades de seus conglomerados econômicos.

### *Relacionamento entre a Emissora e o Coordenador Líder*

Além do relacionamento relativo à Oferta, incluindo na qualidade de Formador de Mercado da Oferta, o Coordenador Líder e/ou sociedades de seu conglomerado econômico mantêm relacionamento comercial com a Emissora, incluindo operações financeiras dentre as quais se destacam nos últimos 12 meses, bem como posições em aberto, na data deste Prospecto, as seguintes:

- Operações de Finame, contratadas em dezembro de 2009 e dezembro de 2010, com vencimentos em dezembro de 2019 e janeiro de 2021 respectivamente, com garantia real de 125% de vagões, taxas entre 4,5% a.a. e a taxa composta por 80% a 5,5% a.a. e 20% a TJLP+4,01%, com saldo em aberto em novembro de 2014 no valor de R\$ 21.312.844,86;
- Operações de Finem, contratadas entre março de 2011 e outubro de 2012, com vencimentos entre abril de 2021 e novembro de 2022 respectivamente, com garantia real entre 100 e 111% de vagões e locomotivas, taxas entre 2,5%a.a. e a taxa composta por 80% a 5,5% a.a. e 20% a TJLP+4,01%, com saldo em aberto em novembro de 2014 no valor de R\$ 142.686.834,09;
- Operações de fianças, contratadas entre abril de 2014 e novembro de 2014, com vencimentos entre abril de 2016 e novembro de 2016, respectivamente, comissão de 0,50%a.a., com saldo em aberto em novembro de 2014 no valor de R\$ 72.872.050,11; e
- Atuação, em 2013, como coordenador da 6ª emissão de debêntures simples da Emissora, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, no montante de R\$ 300,0 milhões.

Adicionalmente, a Emissora é detentora de debêntures de emissão do Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil, com saldo bruto em novembro de 2014 no valor de R\$ 71.915.125,37, com rentabilidade entre 101,8% e 102,4% do CDI.

O Coordenador Líder e/ou empresas de seu conglomerado econômico nos últimos 12 meses não participaram de operações de reestruturações societárias envolvendo a Emissora e não realizaram qualquer aquisição e venda de valores mobiliários de emissão da Emissora.

Exceto pelo disposto acima, a Emissora não possui qualquer outro relacionamento relevante com o Coordenador Líder ou seu conglomerado econômico. A Emissora entende que não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do Coordenador Líder como instituição intermediária de sua Oferta.

O Coordenador Líder poderá no futuro manter relacionamento comercial com a Emissora, oferecendo seus produtos e/ou serviços no assessoramento para realização de investimentos, emissões de valores mobiliários, fusões e aquisições, financiamento, consultoria financeira e/ou em quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das atividades da Emissora e de sociedades controladas pela Emissora, podendo vir a contratar com o Coordenador Líder ou qualquer outra sociedade de seu conglomerado econômico tais produtos e/ou serviços de banco de investimento necessárias à condução das atividades da Emissora.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção "Informações Sobre a Oferta - Contrato de Distribuição - Comissionamento e Liquidação da Oferta" deste Prospecto, e em decorrência dos serviços prestados como Formador de Mercado, conforme previsto na seção "Informações Sobre a Oferta - Formador de Mercado" deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga, pela Emissora ao Coordenador Líder ou a sociedades do seu conglomerado econômico no contexto da Oferta, não havendo qualquer conflito de interesses envolvendo o Coordenador Líder ou qualquer outra sociedade de seu conglomerado econômico com a Emissora referente à atuação deste como instituição intermediária da Oferta.

#### ***Relacionamento entre a Emissora e o BB-BI***

Além do relacionamento relativo à Oferta, o BB-BI e/ou sociedades de seu conglomerado econômico mantêm relacionamento comercial com a Emissora, incluindo operações financeiras dentre as quais se destacam nos últimos 12 meses, bem como posições em aberto, na data deste Prospecto, as seguintes:

- Operações de Finame, contratadas entre março de 2006 e agosto de 2009, com vencimentos entre março de 2016 e setembro de 2019, com saldo em aberto, em novembro de 2014, no valor de R\$ 133.934.922,03. As taxas, garantias e demais condições praticadas nessas operações são parametrizadas pelo BNDES; e
- Operações de Finame Empresarial PSI contratadas entre agosto de 2009 e novembro de 2009, com vencimentos entre setembro de 2019 e novembro de 2019, com saldo em aberto, em novembro de 2014, no valor de R\$ 3.542.151,53. As taxas, garantias e demais condições praticadas nessas operações são parametrizadas pelo BNDES; e
- Operações de swap, com início em junho de 2014 e vencimento em dezembro de 2014, com valor notional total de R\$ 89,3 milhões, em que a Emissora



recebe a variação do dólar norte americano + 0,85% a.a., até 0,95% a.a. e paga de 100% do CDI a.a.

O BB-BI e/ou empresas de seu conglomerado econômico nos últimos 12 meses não participaram de operações de reestruturações societárias envolvendo a Emissora e não realizaram qualquer aquisição e venda de valores mobiliários de emissão da Emissora.

O BB-BI não realizou qualquer operação considerada como “investimento” com a Emissora.

Exceto pelo disposto acima, a Emissora não possui qualquer outro relacionamento relevante com o BB-BI ou seu conglomerado econômico. A Emissora entende que não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do BB-BI como instituição intermediária de sua Oferta.

O BB-BI poderá no futuro manter relacionamento comercial com a Emissora, oferecendo seus produtos e/ou serviços no assessoramento para realização de investimentos, emissões de valores mobiliários, fusões e aquisições, financiamento, consultoria financeira e/ou em quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das atividades da Emissora e de sociedades controladas pela Emissora, podendo vir a contratar com o BB-BI ou qualquer outra sociedade de seu conglomerado econômico tais produtos e/ou serviços de banco de investimento necessárias à condução das atividades da Emissora.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção "Informações Sobre a Oferta - Contrato de Distribuição - Comissionamento e Liquidação da Oferta" deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga, pela Emissora ao BB-BI ou a sociedades do seu conglomerado econômico no contexto da Oferta, não havendo qualquer conflito de interesses envolvendo o BB-BI ou qualquer outra sociedade de seu conglomerado econômico com a Emissora referente à atuação deste como instituição intermediária da Oferta.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## INFORMAÇÕES ADICIONAIS

O investimento nas Debêntures não é adequado a investidores que (i) não tenham profundo conhecimento dos riscos envolvidos na operação ou que não tenham acesso à consultoria especializada; (ii) necessitem de liquidez, tendo em vista a possibilidade de serem pequenas ou inexistentes as negociações das Debêntures no mercado secundário; e/ou (iii) não estejam dispostos a correr o risco de crédito da Emissora.

Para uma avaliação adequada dos riscos associados ao investimento nas Debêntures, os investidores deverão ler a seção "Fatores de Risco Relacionados com a Oferta e as Debêntures" deste Prospecto, bem como as seções relativas aos fatores de risco constantes dos itens "4. Fatores de Risco" e "5. Riscos de Mercado" do Formulário de Referência antes de aceitar a Oferta.

Os Coordenadores recomendam aos investidores, antes de tomar qualquer decisão de investimento relativa à Oferta, a leitura deste Prospecto, do Formulário de Referência e das demonstrações financeiras da Emissora e suas respectivas notas explicativas.

Este Prospecto, que incorpora por referência o Formulário de Referência, está disponível eletronicamente nas seguintes páginas da Internet:

- **Emissora - MRS Logística S.A**  
([www.mrs.com.br](http://www.mrs.com.br) - Clicar em "Relações com Investidores", clicar em "Informações aos Investidores", clicar em "Debêntures" e, por fim, clicar na versão mais recente do link "Prospecto Definitivo - Distribuição Pública de Debêntures Simples" do campo da 7ª Emissão de Debêntures).
- **Coordenador Líder - Banco Santander (Brasil) S.A.**  
([www.santander.com.br/prospectos](http://www.santander.com.br/prospectos) - Clicar em "Ofertas em Andamento" e, por fim, localizar o "Prospecto Definitivo de Distribuição Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Duas Séries, da 7ª Emissão da MRS Logística S.A." e clicar em "Download Prospecto Definitivo").
- **Coordenador - BB-Banco de Investimento S.A.**  
(<http://www.bb.com.br/ofertapublica> - Neste website, localizar "Ofertas em Andamento", acessar "MRS Logística S.A" e depois acessar "Leia o Prospecto Definitivo").
- **Comissão de Valores Mobiliários - CVM**  
(<http://www.cvm.gov.br> - Nessa página clicar em "Participantes do Mercado", depois clicar em "Companhias Abertas", depois clicar em "ITR, DFP, IAN, IPE e outras Informações", digitar "MRS Logística S/A", posteriormente clicar em "MRS Logística S/A", clicar em "Documentos de Oferta de Distribuição Pública" e clicar em download do "Prospecto Definitivo" com a data mais recente).

- **CETIP S.A. - Mercados Organizados**  
(<http://www.cetip.com.br> - Em tal página, clicar em "Comunicados e Documentos" e selecionar o link "Prospectos"; em seguida, selecionar "Prospectos de Debêntures" no campo "Categoria de Documento", digitar "MRS Logística S.A." no campo "Título" e clicar em "Buscar". Em seguida, selecionar versão mais recente do Prospecto Definitivo da presente Emissão para efetuar o download).
- **BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros**  
(<http://www.bmfbovespa.com.br> - Em tal página, localizar "Empresas Listadas" e clicar em "Conheça as companhias listadas na Bolsa"; em seguida, digitar "MRS Logística S.A.", clicar em "MRS Logística S.A.", clicar em "Informações Relevantes", clicar em "Documentos de Oferta de Distribuição Pública" e, na sequência, acessar o link referente ao Prospecto com a data mais recente).
- **Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA**  
(<http://cop.anbima.com.br/webpublic/Default.aspx> - Em tal página, acessar "Acompanhar Análise de Ofertas", acessar "protocolo 010/2014", em seguida acessar "Prospecto Definitivo" com a data mais recente).

O Formulário de Referência está disponível nas páginas da Internet da CVM e da Emissora, indicadas na seção "Documentos e Informações Incorporados por Referência" deste Prospecto.

O Aviso ao Mercado poderá ser obtido eletronicamente nas seguintes páginas da internet:

- **Emissora - MRS Logística S.A**  
([www.mrs.com.br](http://www.mrs.com.br) - Clicar em "Relações com Investidores", clicar em "Informações aos Investidores", clicar em "Debêntures" e, por fim, clicar em "Aviso ao Mercado - 7ª Emissão de Debêntures" do campo da 7ª Emissão de Debêntures).
- **Coordenador Líder - Banco Santander (Brasil) S.A.**  
([www.santander.com.br/prospectos](http://www.santander.com.br/prospectos) - Clicar em "Ofertas em Andamento" e, por fim, localizar o "Aviso ao Mercado de Oferta Pública de Distribuição Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Duas Séries, da 7ª Emissão da MRS Logística S.A." e clicar em "Download Do Aviso ao Mercado").
- **Coordenador - BB-Banco de Investimento S.A.**  
(<http://www.bb.com.br/ofertapublica> - Neste website, localizar "Ofertas em Andamento", acessar "MRS Logística S.A" e depois acessar "Leia o Aviso ao Mercado").
- **Comissão de Valores Mobiliários - CVM**  
(<http://www.cvm.gov.br> - Nessa página clicar em "Participantes do Mercado", depois clicar em "Companhias Abertas", depois clicar em "ITR, DFP, IAN, IPE e outras Informações", digitar "MRS Logística S/A", posteriormente clicar em "MRS

Logística S/A”, clicar em “Documentos de Oferta de Distribuição Pública” e clicar em download do “Aviso ao Mercado da 7ª Emissão de Debêntures para Distribuição Pública”).

- **CETIP S.A. - Mercados Organizados**  
(<http://www.cetip.com.br> - Em tal página, clicar em "Comunicados e Documentos" e selecionar o link "Publicação de Ofertas Públicas"; em seguida, selecionar "Publicação de Ofertas Públicas" no campo "Categoria de Documento", digitar "MRS Logística S.A." no campo "Título" e clicar em "Buscar". Em seguida, selecionar Aviso ao Mercado da presente Emissão para efetuar o download).
- **BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros**  
(<http://www.bmfbovespa.com.br> - Em tal página, localizar "Empresas Listadas" e clicar em "Conheça as companhias listadas na Bolsa"; em seguida, digitar "MRS Logística S.A.", clicar em "MRS Logística S.A.", acessar “Informações Relevantes”, clicar em “Documentos de Oferta de Distribuição Pública”, e clicar em “Aviso ao Mercado da 7ª Emissão de Debêntures para Distribuição Pública”).

O Anúncio de Início poderá ser obtido eletronicamente nas seguintes páginas da internet:

- **Emissora - MRS Logística S.A**  
([www.mrs.com.br](http://www.mrs.com.br) - Clicar em "Relações com Investidores", clicar em "Informações aos Investidores", clicar em "Debêntures" e, por fim, clicar em "Anúncio de Início - 7ª Emissão de Debêntures" do campo da 7ª Emissão de Debêntures).
- **Coordenador Líder - Banco Santander (Brasil) S.A.**  
([www.santander.com.br/prospectos](http://www.santander.com.br/prospectos) - Clicar em “Ofertas em Andamento” e, por fim, localizar o “Anúncio de Início de Oferta Pública de Distribuição Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Duas Séries, da 7ª Emissão da MRS Logística S.A.” e clicar em “Download Do Anúncio de Início”).
- **Coordenador - BB-Banco de Investimento S.A.**  
(<http://www.bb.com.br/ofertapublica> - Neste website, localizar “Ofertas em Andamento”, acessar “MRS Logística S.A” e depois acessar “Leia o Anúncio de Início”).
- **Comissão de Valores Mobiliários - CVM**  
(<http://www.cvm.gov.br> - Nessa página clicar em “Participantes do Mercado”, depois clicar em “Companhias Abertas”, depois clicar em “ITR, DFP, IAN, IPE e outras Informações”, digitar “MRS Logística S/A”, posteriormente clicar em “MRS Logística S/A”, clicar em “Documentos de Oferta de Distribuição Pública” e clicar em download do “Anúncio de Início da 7ª Emissão de Debêntures para Distribuição Pública”).
- **CETIP S.A. - Mercados Organizados**  
(<http://www.cetip.com.br> - Em tal página, clicar em "Comunicados e Documentos" e selecionar o link "Publicação de Ofertas Públicas"; em seguida, selecionar "Publicação de Ofertas Públicas" no campo "Categoria de Documento", digitar "MRS Logística S.A." no campo "Título" e clicar em "Buscar". Em seguida, selecionar Anúncio de Início da presente Emissão para efetuar o download).
- **BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros**  
(<http://www.bmfbovespa.com.br> - Em tal página, localizar "Empresas Listadas" e clicar em "Conheça as companhias listadas na Bolsa"; em seguida, digitar "MRS

Logística S.A.", clicar em "MRS Logística S.A.", acessar "Informações Relevantes", clicar em "Documentos de Oferta de Distribuição Pública" e clicar em "Anúncio de Início da 7ª Emissão de Debêntures para Distribuição Pública").

O Anúncio de Encerramento poderá ser obtido eletronicamente nas seguintes páginas da internet:

- **Emissora - MRS Logística S.A**  
([www.mrs.com.br](http://www.mrs.com.br) - Clicar em "Relações com Investidores", clicar em "Informações aos Investidores", clicar em "Debêntures" e, por fim, clicar em "Anúncio de Encerramento - 7ª Emissão de Debêntures" do campo da 7ª Emissão de Debêntures).
- **Coordenador Líder - Banco Santander (Brasil) S.A.**  
([www.santander.com.br/prospectos](http://www.santander.com.br/prospectos) - Clicar em "Ofertas Concluídas" e, por fim, localizar o "Anúncio de Início de Oferta Pública de Distribuição Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Duas Séries, da 7ª Emissão da MRS Logística S.A." e clicar em "Download Do Anúncio de Encerramento").
- **Coordenador - BB-Banco de Investimento S.A.**  
(<http://www.bb.com.br/ofertapublica> - Neste website, localizar "Ofertas em Andamento", acessar "MRS Logística S.A" e depois acessar "Leia o Anúncio de Encerramento").
- **Comissão de Valores Mobiliários - CVM**  
(<http://www.cvm.gov.br> - Nessa página clicar em "Participantes do Mercado", depois clicar em "Companhias Abertas", depois clicar em "ITR, DFP, IAN, IPE e outras Informações", digitar "MRS Logística S/A", posteriormente clicar em "MRS Logística S/A", clicar em "Documentos de Oferta de Distribuição Pública" e clicar em download do "Anúncio de Encerramento da 7ª Emissão de Debêntures para Distribuição Pública").
- **CETIP S.A. - Mercados Organizados**  
(<http://www.cetip.com.br> - Em tal página, clicar em "Comunicados e Documentos" e selecionar o link "Publicação de Ofertas Públicas"; em seguida, selecionar "Publicação de Ofertas Públicas" no campo "Categoria de Documento", digitar "MRS Logística S.A." no campo "Título" e clicar em "Buscar". Em seguida, selecionar Anúncio de Encerramento da presente Emissão para efetuar o download).
- **BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros**  
(<http://www.bmfbovespa.com.br> - Em tal página, localizar "Empresas Listadas" e clicar em "Conheça as companhias listadas na Bolsa"; em seguida, digitar "MRS Logística S.A.", clicar em "MRS Logística S.A.", acessar "Informações Relevantes", clicar em "Documentos de Oferta de Distribuição Pública" e clicar em "Anúncio de Encerramento da 7ª Emissão de Debêntures para Distribuição Pública").

O Comunicado ao Mercado e Anúncio de Alteração nas Condições da Oferta poderá ser obtido eletronicamente nas seguintes páginas da internet:

- **Emissora - MRS Logística S.A.**  
([www.mrs.com.br](http://www.mrs.com.br) - Clicar em "Relações com Investidores", clicar em "Informações aos Investidores", clicar em "Debêntures" e, por fim, clicar em "Comunicado ao

*Mercado e Anúncio de Alteração nas Condições da Oferta", do campo da 7ª Emissão de Debêntures).*

- **Coordenador Líder - Banco Santander (Brasil) S.A.**  
([www.santander.com.br/prospectos](http://www.santander.com.br/prospectos) - Clicar em "Ofertas em Andamento" e, por fim, localizar o "Comunicado ao Mercado e Anúncio de Alteração nas Condições da Oferta Pública de Distribuição Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografia, em Duas Séries, da 7ª Emissão da MRS Logística S.A." e clicar em "Download Do Comunicado ao Mercado e Anúncio de Alteração nas Condições da Oferta").
- **BB - Banco de Investimento S.A.**  
(<http://www.bb.com.br/ofertapublica> - Neste website, localizar "Ofertas em Andamento", acessar "MRS Logística S.A" e depois acessar "Leia o Comunicado ao Mercado").
- **Comissão de Valores Mobiliários - CVM**  
(<http://www.cvm.gov.br> - Nessa página clicar em "Participantes do Mercado", depois clicar em "Companhias Abertas", depois clicar em "ITR, DFP, IAN, IPE e outras Informações", digitar "MRS Logística S/A", posteriormente clicar em "MRS Logística S/A", clicar em "Documentos de Oferta de Distribuição Pública" e clicar em download do "Comunicado ao Mercado e Anúncio de Alteração nas Condições da Oferta").
- **CETIP S.A. - Mercados Organizados**  
(<http://www.cetip.com.br> - Em tal página, clicar em "Comunicados e Documentos" e selecionar o link "Publicação de Ofertas Públicas"; em seguida, selecionar "Publicação de Ofertas Públicas" no campo "Categoria de Documento", digitar "MRS Logística S.A. " no campo "Título" e clicar em "Buscar". Em seguida, selecionar Comunicado ao Mercado e Anúncio de Alteração nas Condições da Oferta da presente Emissão para efetuar o download).
- **BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros**  
(<http://www.bmfbovespa.com.br> - Em tal página, localizar "Empresas Listadas" e clicar em "Conheça as companhias listadas na Bolsa"; em seguida, digitar "MRS Logística S.A.", clicar em "MRS Logística S.A.", clicar em "Informações Relevantes", clicar em "Documentos de Oferta de Distribuição Pública", e clicar em "Comunicado ao Mercado e Anúncio de Alteração nas Condições da Oferta da 7ª Emissão de Debêntures para Distribuição Pública").

Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre a Emissora ou a Oferta poderão ser obtidas com os Coordenadores, com a BM&FBOVESPA, com a CETIP e na CVM, nos endereços indicados na seção "Identificação da Emissora, dos Coordenadores, do Banco Liquidante, do Escriturador Mandatário, do Agente Fiduciário, dos Assessores Jurídicos e dos Auditores Independentes" deste Prospecto, bem como com os Participantes Especiais e/ou com as Instituições Consorciadas.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



## APRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES INTERMEDIÁRIAS

### *Coordenador Líder*

O Santander é controlado pelo Santander Espanha, instituição com sede na Espanha fundada em 1857. O Grupo Santander possui, atualmente, cerca de €1,1 trilhão em ativos, administra quase €1,2 trilhão em fundos, possui mais de 106,6 milhões de clientes e, aproximadamente, 13,9 mil agências. O Santander acredita ser um dos principais grupos financeiros da Espanha e da América Latina e desenvolve uma importante atividade de negócios na Europa, alcançando, principalmente, uma presença destacada no Reino Unido, por meio do Abbey National Bank Plc, assim como em Portugal. Adicionalmente, acredita ser um dos líderes em financiamento ao consumo na Europa, por meio do Santander Consumer, com presença em 12 países do continente e nos Estados Unidos.

Em 2013, o Grupo Santander registrou lucro líquido atribuído de aproximadamente €3,3 bilhões na América Latina, o que representou, no mesmo período, aproximadamente 47% dos resultados das áreas de negócios do Grupo Santander no mundo. Também na América Latina, o Grupo Santander possui cerca de 5,9 mil agências e cerca de 87,1 mil funcionários.

Em 1957, o Grupo Santander entrou no mercado brasileiro por meio de um contrato operacional celebrado com o Banco Intercontinental do Brasil S.A. Em 1997, adquiriu o Banco Geral do Comércio S.A., em 1998 adquiriu o Banco Noroeste S.A., em 1999 adquiriu o Banco Meridional S.A. (incluindo sua subsidiária, o Banco Bozano, Simonsen S.A.) e em 2000 adquiriu o Banco do Estado de São Paulo S.A.- Banespa. Em 1º de novembro de 2007, o RFS Holdings B.V., um consórcio composto pelo Santander Espanha, The Royal Bank of Scotland Group PLC, Fortis SA/NV e Fortis N.V., adquiriu 96,95% do capital do ABN AMRO, então controlador do Banco Real. Na sequência, em 12 de dezembro de 2007, o CADE aprovou sem ressalvas a aquisição das pessoas jurídicas brasileiras do ABN AMRO pelo consórcio. No primeiro trimestre de 2008, o Fortis N.V. e Santander Espanha chegaram a um acordo por meio do qual o Santander Espanha adquiriu direito às atividades de administração de ativos do ABN AMRO no Brasil, que fora anteriormente adquirido pelo Fortis N.V. como parte da aquisição do ABN AMRO realizada pelo RFS Holdings B.V.. Em 24 de julho de 2008, o Santander Espanha assumiu o controle acionário indireto do Banco Real. Por fim, em 30 de abril de 2009, o Banco Real foi incorporado pelo Santander e foi extinto como pessoa jurídica independente.

Com a incorporação do Banco Real, o Santander tem presença ativa em todos os segmentos do mercado financeiro, com uma completa gama de produtos e serviços em diferentes segmentos de clientes - pessoas físicas, pequenas e médias empresas, corporações, governos e instituições. As atividades do Santander compreendem três segmentos operacionais: banco comercial, banco global de atacado e gestão de recursos de terceiros e seguros. Em dezembro de 2013, o Santander possuía uma carteira de mais de 29,5 milhões de clientes, 3.566 entre agências e pontos de atendimento bancário (PABs) e mais de 16.958 caixas eletrônicos, além de um total de ativos em torno de

R\$486,0 bilhões e patrimônio líquido de, aproximadamente, R\$53,0 bilhões (excluindo 100% do ágio). O Santander Brasil possui uma participação de aproximadamente 23% dos resultados das áreas de negócios do Santander no mundo, além de representar 48% no resultado do Santander na América Latina e 49 mil funcionários.

O Santander oferece aos seus clientes um amplo portfólio de produtos e serviços locais e internacionais que são direcionados às necessidades dos clientes. Produtos e serviços são oferecidos nas áreas de transações bancárias globais (*global transaction banking*), mercados de crédito (*credit markets*), finanças corporativas (*corporate finance*), ações (*equities*), taxas (*rates*), formação de mercado e mesa proprietária de tesouraria. Dessa forma, os clientes corporativos podem se beneficiar dos serviços globais fornecidos pelo Santander no mundo.

Na área de equities, o Santander atua na estruturação de operações em boa parte da América Latina, contando com equipe de *equity research*, *sales* e *equity capital markets*. A área de *research* do Santander é considerada pela publicação "*Institutional Investor*" como uma das melhores não somente no Brasil, mas também na América Latina. Adicionalmente, o Santander dispõe de uma estrutura de *research* dedicada exclusivamente ao acompanhamento de ativos latino-americanos, o que assegura credibilidade e acesso de qualidade a investidores *target* em operações brasileiras.

Em *sales & trading*, o Grupo Santander possui uma das maiores equipes dedicadas a ativos latino-americanos no mundo. Presente no Brasil, Estados Unidos, Europa e Ásia, a equipe do Grupo Santander figura dentre as melhores da América Latina pela publicação da "*Institutional Investor*". Adicionalmente, o Santander também dispõe de uma estrutura dedicada ao acesso ao mercado de varejo e pequenos investidores institucionais no Brasil por meio de salas de ações e corretora.

No mercado de renda fixa local, o Santander tem se posicionado entre os sete primeiros colocados nos últimos três anos, de acordo com o Ranking ANBIMA de Renda Fixa e Híbridos - Originação e com o Ranking ANBIMA de Renda Fixa e Híbridos - Distribuição. No ano de 2012, o Santander (i) atuou como coordenador líder na distribuição da segunda emissão de letras financeiras da Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI do Brasil, no montante de R\$200,0 milhões; (ii) atuou como coordenador líder na terceira emissão de debêntures simples da Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A., no montante de R\$300,0 milhões; (iii) foi coordenador da primeira emissão de debêntures da Sul América S.A., no montante de R\$500,0 milhões; (iv) atuou como coordenador líder na distribuição da terceira série de quotas seniores do FIDC Monsanto, somando o valor de R\$176,0 milhões; (v) foi coordenador da primeira emissão de debêntures da Autometal S.A., no montante de R\$250,0 milhões; (vi) atuou como coordenador líder na distribuição da primeira emissão de letras financeiras do Banco Volkswagen S.A., no montante de R\$300,0 milhões; (vii) foi coordenador da quinta emissão de debêntures simples da JSL S.A., no montante de R\$200,0 milhões; (viii) atuou como coordenador na distribuição da primeira emissão de Letras Financeiras do PSA Banque, no montante de R\$200,0 milhões; (ix) foi coordenador líder da segunda emissão de debêntures simples da Andrade Gutierrez Participações S.A., no montante de R\$639,45 milhões; (x) atuou como coordenador na distribuição da terceira emissão

de letras financeiras da Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil, no montante de R\$300,0 milhões; (xi) foi coordenador líder da emissão da 3ª Série de quotas do FIDC Insumos Básicos da Industria Petroquímica, no montante de R\$500,0 milhões; (xii) foi coordenador da primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, da BR Properties no montante de R\$600,0 milhões; (xiii) foi coordenador da terceira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, da MGI - Minas Gerais Participações S.A. no montante de R\$316,0 milhões; (xiv) foi coordenador da segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da Algar Telecom no montante de R\$293,98 milhões; e (xv) atuou como coordenador na distribuição da segunda emissão pública de letras financeiras do Banco Pine S.A., no montante de R\$200,1 milhões.

No ano de 2013, o Santander, (i) atuou como coordenador na distribuição da segunda emissão de debêntures simples da Santo Antônio Energia S.A., no montante de R\$ 420,0 milhões; (ii) atuou como coordenador na distribuição da quarta emissão de debêntures simples da Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A., no montante de R\$ 450,0 milhões; (iii) foi coordenador da segunda emissão de debêntures da Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A., no montante de R\$ 691,07 milhões; (iv) atuou como coordenador na distribuição da terceira emissão de debêntures simples da Termopernambuco S.A. no montante de R\$ 90,0 milhões; (v) atuou como coordenador na distribuição da quarta emissão de letras financeiras da Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI do Brasil, no montante de R\$350,0 milhões; (vi) foi coordenador da terceira emissão de debêntures da Colinas S.A., no montante de R\$ 950,0 milhões; (vii) atuou como coordenador na distribuição da quarta emissão de debêntures simples da Valid Soluções e Serviços de Segurança em Meios de Pagamento e Identificação S.A., no montante de R\$ 250,0 milhões; (viii) atuou como coordenador na distribuição da quarta emissão de debêntures simples da CPFL Energia S.A., no montante de R\$ 1.290,0 milhões; (ix) atuou como coordenador na distribuição da primeira emissão de debêntures simples da VCCL Participações S.A., no montante de R\$ 140,0 milhões; (x) atuou como coordenador na distribuição da sexta emissão de debêntures simples da JSL S.A., no montante de R\$ 400,0 milhões; (xi) atuou como coordenador na distribuição da nona emissão de debêntures simples da OAS S.A., no montante de R\$ 100,0 milhões; (xii) atuou como coordenador líder na distribuição quinta emissão de letras financeiras da Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil, no montante de R\$ 550,0 milhões; (xiii) atuou como coordenador na distribuição da primeira emissão de debêntures simples da Norte Brasil Transmissora de Energia S.A., no montante de R\$ 200,0 milhões; (xiv) atuou como coordenador na distribuição da segunda emissão de debêntures simples da Brasil Pharma S.A., no montante de R\$ 287,69 milhões; (xv) atuou como coordenador na distribuição da primeira emissão de debêntures simples da Raizen Combustíveis S.A., no montante de R\$ 750,0 milhões; (xvi) atuou como coordenador líder na distribuição da segunda emissão de debêntures simples da BR Towers SPE1 S.A., no montante de R\$ 300,0 milhões; (xvii) atuou como coordenador na distribuição da sexta emissão de debêntures simples da MRS Logística S.A., no montante de R\$ 300,0 milhões; (xviii) atuou como coordenador líder na distribuição de certificados de recebíveis imobiliários das 302ª, 303ª e 304ª séries da 1ª emissão da Brazilian Securities Companhia de Securitização com lastros Cédulas de Crédito Imobiliário (CCI) advindas do contrato de

locação de unidades sob encomenda entre a Petrobrás e a Rio Bravo Investimentos., no montante de R\$ 520,0 milhões; (xix) atuou como coordenador na distribuição pública de quotas seniores e quotas subordinadas mezanino do Driver Brasil Two Banco Volkswagen fundo de investimento em direitos creditórios financiamento de veículos, no montante de R\$ 1,0 bilhão; (xx) atuou como coordenador na distribuição pública de certificados de recebíveis do agronegócio da quarta emissão da Gaia Agro Securitizadora S.A. lastreada em certificados de direitos creditórios do agronegócio emitido pela Nardini Agroindustrial S.A., no montante de R\$ 120,0 milhões; (xxi) atuou como coordenador na distribuição da quarta emissão de debêntures simples da Termopernambuco S.A., no montante de R\$ 800,0 milhões; (xxi) atuou como coordenador na distribuição da primeira emissão de debêntures simples da Let's Rent a Car S.A., no montante de R\$ 100,0 milhões; (xxii) atuou como coordenador na distribuição da quarta emissão de debêntures simples da BR Properties S.A., no montante de R\$ 400,0 milhões.

No ano de 2014, o Santander, (i) atuou como coordenador líder na distribuição quinta emissão de letras financeiras da Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil, no montante de R\$ 400,20 milhões; (ii) atuou como coordenador na distribuição pública de quotas seniores do FIDC Lojas Renner II - Financeiro e Comercial, fundo de investimento em direitos creditórios financiamento de veículos, no montante de R\$ 420,0 milhões; (iii) atuou como coordenador na distribuição da sexta emissão de debêntures simples da Companhia Paranaense de Energia - COPEL no montante de R\$ 1,0 bilhão; (iv) atuou como coordenador na distribuição da oitava emissão de debêntures simples da JSL S.A., no montante de R\$ 400,0 milhões; (v) atuou como coordenador na distribuição da quarta emissão de debêntures simples da Restoque Comércio e Confeccões de Roupas S.A., no montante de R\$ 120,0 milhões; (vi) atuou como coordenador na distribuição da décima nona emissão de debêntures simples da Companhia de Saneamento do Estado de São Paulo - SABESP, no montante de R\$ 500,0 milhões; (vii) atuou como coordenador na distribuição da primeira emissão de debêntures simples da Libra Terminal Rio S.A., no montante de R\$ 200,0 milhões ; (viii) atuou como coordenador na distribuição da terceira emissão de letras financeiras do Banco Pine S.A., no montante de R\$ 230,0 milhões; (ix) atuou como coordenador na distribuição da segunda emissão de debêntures da CETIP S.A. Mercado Organizados, no montante de R\$ 500,0 milhões; (x) atuou como coordenador na distribuição da terceira emissão de debêntures da Multiplan Empreendimentos Imobiliários S.A., no montante de R\$ 400,0 milhões (xi) atuou como coordenador na distribuição da Arteris S.A., no montante de R\$ 300,0 milhões.

### **BB-BI**

O Banco do Brasil, sociedade controladora do BB-BI, em seus mais de 200 anos de existência, acredita que acumulou experiências e pioneirismos, participando da história e da cultura brasileira. Sua marca é uma das mais conhecidas do País, ocupando a primeira colocação na categoria "Bancos" do prêmio *Top of Mind* 2013, do Instituto DataFolha, pela 23ª vez consecutiva. O Banco do Brasil encerrou 2013 com uma base de 61,4 milhões de clientes e uma rede própria de mais de 19 mil pontos de atendimento, com envolvimento de 112 mil funcionários. Dentre os principais resultados em 2013,

destacam-se: (i) lucro de R\$15,8 bilhões; (ii) ativos que totalizaram R\$1,3 trilhão; e (iii) uma carteira de crédito ampliada de R\$692,9 bilhões.

No exterior, o Banco do Brasil tem 49 pontos distribuídos em 24 países (Alemanha, Angola, Argentina, Áustria, Bolívia, Chile, China, Cingapura, Coréia do Sul, Emirados Árabes Unidos, Espanha, Estados Unidos, França, Ilhas Cayman, Inglaterra, Itália, Japão, México, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, Uruguai e Venezuela). Com objetivo de oferecer soluções diferenciadas e fortalecer o vínculo com as empresas brasileiras, o Banco do Brasil criou o BB-BI, subsidiária integral para executar atividades de banco de investimento.

No mercado doméstico de capitais, o BB-BI atua, também, na intermediação de valores mobiliários, oferece serviço de compra e venda de ações por meio da sua rede de agências, internet (*home broker*) e dispositivos *mobile*. O volume movimentado neste segmento em 2013 foi de R\$24 bilhões, dos quais R\$21,6 bilhões foram pelo *home broker*.

No acumulado de 2013, o BB-BI:

- ficou em primeiro lugar no *Ranking* ANBIMA de Originação de Renda Fixa Consolidado (por valor), coordenando 131 emissões de títulos de renda fixa, entre notas promissórias, debêntures, fundos de investimento em direitos creditórios, certificados de recebíveis imobiliários e certificados de recebíveis do agronegócio, totalizando o volume de R\$23,9 bilhões originados e 25,6% de participação de mercado;
- ficou em primeiro lugar no *Ranking* ANBIMA de Mercado de Capitais e Emissões Externas, atuando em 22 operações, que totalizaram US\$23,0 bilhões; e
- ocupou (i) o terceiro lugar no *ranking* de distribuição de Renda Fixa Consolidado, com 13,2% de participação de mercado; e (ii) o primeiro lugar no *ranking* de distribuição de Renda Variável, com 16,5% de participação de mercado.

No ano de 2014, as principais realizações do BB-BI foram:

- coordenou 65 emissões de títulos de renda fixa, totalizando volume de R\$12,7 bilhões, equivalente a, aproximadamente, 16% de participação de mercado, conforme *Ranking* ANBIMA de Originação de Renda Fixa Consolidado;
- coordenou 5 emissões de debêntures incentivadas: Aeroportos Brasil Viracopos S.A., GRU Airport, Vale S.A, Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A. e GRU Airport II; e
- coordenou 6 emissões de letras financeiras: Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil, Banco CNH Capital S.A., Paraná Banco S.A. e Banco Volkswagen S.A, Banco Pine S.A. e Banco Ford S.A.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos líquidos que a Emissora estima receber com a Oferta correspondem a R\$ 542.899.822,56 (quinhentos e quarenta e dois milhões, oitocentos e noventa e nove mil, oitocentos e vinte e dois reais e cinquenta e seis centavos) e após a dedução das comissões e das despesas que a Emissora antecipa ter de pagar no âmbito da Oferta.

A Emissora pretende utilizar a totalidade dos recursos líquidos a serem auferidos por meio da Oferta para reembolso e/ou pagamento futuro de gastos, despesas e/ou dívidas diretamente relacionadas ao Projeto de Investimento, de acordo com o quadro de usos e fontes apresentado quando do enquadramento do Projeto de Investimento como prioritário nos termos da Lei 12.431.

O Projeto de Investimento visa aumentar o volume de carga transportada e a eficiência dos serviços desempenhados no trecho sob concessão da Emissora, nos Estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, nos termos do Contrato de Concessão, e está segregado em duas frentes principais: (i) revitalização da via permanente; e (ii) implantação do sistema de controle de trens baseado em comunicação - CBTC, abaixo descritas.

<b>Frente do Projeto de Investimento</b>	(i) revitalização da via permanente
<b>Objetivo</b>	<p>Atuação preventiva na manutenção das boas condições da via permanente a fim de aumentar a confiabilidade e a disponibilidade da operação da MRS.</p> <p>A revitalização ocorre por meio de diversas ações, entra as quais, destacam-se (i) substituição de trilhos; (ii) substituição de dormentes; (iii) tratamento de contenções e aterros críticos; (iv) instalação de telas de contenção; (v) drenagem e recuperação de túneis ao longo da malha; e (vi) substituição de outros materiais adicionais, tais como a brita.</p> <p>Em linhas gerais, a MRS aplicou ou aplicará em sua faixa de domínio 31.915 toneladas de trilhos em obras de substituição e/ou duplicação da via, o que corresponde a, aproximadamente, um trecho de 479 km de linha férrea sob concessão da MRS, em locais tais como Ferrovia do Aço (Km 0 a 292), Paraopena, Ramal Cimento Barroso, Barra do Piraí e Linha Centro (km 108 a 489).</p> <p>Além dos trilhos, também foram ou serão consumidos um total de 403.766 dormentes nas intervenções realizadas na via permanente, em locais tais como Ferrovia do Aço (Km 0 a 292), Km 64 - Brisamar, Paraopena, Ramal Cimento Barroso, Barra do Piraí, Linha Centro (km 108 a 489) e Pindamonhangaba - Saudade.</p>

<b>Fase em que se encontra e Estimativa do seu Encerramento</b>	Esta frente do Projeto de Investimento está em curso, tendo sido iniciada em 2013. De acordo com a Portaria 398 do Ministério dos Transportes, a estimativa de encerramento de referida frente ocorrerá em 2016.
<b>Volume Estimado para realização desta frente do Projeto de Investimento</b>	R\$ 405.172.000,00
<b>Percentual dos Recursos Líquidos Estimados decorrentes das Debêntures a ser destinado a esta frente do Projeto de Investimento</b>	62,98%

<b>Frente do Projeto de Investimento</b>	(ii) implantação do sistema de controle de trens baseado em comunicação - CBTC
<b>Objetivo</b>	<p>Finalizar a implantação do sistema de controle de trens CBTC - <i>Communication Based Train Control</i>, que integra os sistemas de sinalização, do centro de controle da operação e de bordo das locomotivas através de uma rede de telecomunicações de dados, permitindo o adensamento da malha e a expansão da capacidade produtiva com nível maior de segurança, tendo em vista a menor dependência da ação humana. A MRS foi a primeira ferrovia de carga no mundo, de acordo com ANTT, ERTMS.ORG, CAETS e SATW, a operar com o CBTC.</p> <p>Com o CBTC, os trens trafegam em intervalos menores em função do monitoramento eletrônico e preciso, possibilitando assim o aumento da capacidade de transporte de cargas da MRS. A confiabilidade do CBTC também permite que sejam colocados mais trens na malha, com menor intervalo entre as composições, aumentando a capacidade e a produtividade, e garantindo uma operação mais segura, com ganhos, ainda, na economia de combustível (pelo maior controle da velocidade) e na melhora na condução para o maquinista.</p> <p>Desta maneira, com o CBTC, (i) há maior fluidez e capacidade de acumulação de trens; (ii) há comunicação e sinalização entre o trem e o centro de controle da operação através de rede de dados; (iii) o maquinista visualiza/entende em quais condições está operando; (iv) há maior controle no</p>



	<p>cumprimento de regras operacionais; (v) existe monitoramento preditivo da infraestrutura através de software de gerenciamento de redes.</p> <p>Ao longo dos anos de implantação do CBTC os seguintes investimentos foram feitos: (i) substituição da sinalização do trecho da Ferrovia do Aço e Pombal a Guaíba; (ii) aquisição e instalação de bordos para locomotivas e veículos auxiliares; (iii) implementação de rede de telecom dados; (iv) obras de infraestrutura de energia; e (v) desenvolvimento de softwares e implementação de um novo sistema de controle para o centro de controle operacional.</p>
<b>Fase em que se encontra e Estimativa do seu Encerramento</b>	Esta frente do Projeto de Investimento está em curso, tendo sido iniciada em 2013. De acordo com a Portaria 398 do Ministério dos Transportes, a estimativa de encerramento de referida frente ocorrerá em 2016.
<b>Volume Estimado para realização desta frente do Projeto de Investimento</b>	R\$ 238.150.000,00
<b>Percentual dos Recursos Líquidos Estimados decorrentes das Debêntures a ser destinado a esta frente do Projeto de Investimento</b>	37,02%

A Emissora estima que os recursos líquidos da Emissão deva representar, aproximadamente, 84,39% (oitenta e quatro inteiros e trinta e nove centésimos por cento) da necessidade de recursos financeiros do Projeto de Investimento, orçado em, aproximadamente, R\$ 643.322.000,00.

Os recursos necessários para a Emissora atingir os objetivos indicados acima poderão decorrer de uma combinação dos recursos líquidos que esta vier a receber com a Oferta e outras fontes decorrentes de financiamentos adicionais e do caixa decorrente das suas atividades operacionais.

A destinação dos recursos líquidos que a Emissora vier a receber com a Oferta baseia-se em suas análises, perspectivas atuais, projeções sobre eventos futuros e tendências.

Alterações nesses e em outros fatores podem obrigar a Emissora a rever a destinação dos recursos líquidos da Oferta quando de sua efetiva utilização, a seu exclusivo critério, no âmbito do Projeto de Investimento descrito acima.

O impacto dos recursos líquidos da Oferta sobre a capitalização total da Emissora encontra-se descrito na seção "Capitalização", deste Prospecto.

## CAPITALIZAÇÃO

A tabela abaixo apresenta na coluna "Efetivo" a capitalização total da Emissora com base nas informações trimestrais encerradas em 30 de setembro de 2014; e na coluna "Ajustado", a capitalização da Emissora ajustada para refletir os recursos líquidos que a Emissora estima receber com a Oferta, no montante de 542.899.822,56 (quinhentos e quarenta e dois milhões, oitocentos e noventa e nove mil, oitocentos e vinte e dois reais e cinquenta e seis centavos), e após a dedução das comissões e despesas que a Emissora antecipa ter de pagar no âmbito da Oferta.

Os potenciais investidores devem ler essa seção em conjunto com as demonstrações financeiras e informações trimestrais da Emissora e respectivas notas explicativas incorporadas por referência a este Prospecto, e as seções "3. Informações Financeiras Selecionadas" e "10. Comentários dos Diretores" do Formulário de Referência, também incorporado por referência a este Prospecto.

(em R\$)	Em 30 de setembro de 2014			
	Efetivo	(%)	Ajustado <sup>(1)</sup>	(%)
<b>Passivo Circulante</b>	<b>1.046.855.683,97</b>	<b>14,96%</b>	<b>1.046.855.683,97</b>	<b>13,88%</b>
<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>3.147.620.557,26</b>	<b>44,98%</b>	<b>3.690.520.379,82</b>	<b>48,94%</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>2.803.218.922,42</b>	<b>40,06%</b>	<b>2.803.218.922,42</b>	<b>37,18%</b>
Capital Social	1.275.558.222,89	18,23%	1.275.558.222,89	16,92%
Reservas de Lucros	1.275.558.213,89	18,23%	1.275.558.213,89	16,92%
Lucros/Prejuízos acumulados	245.823.034,43	3,51%	245.823.034,43	3,26%
Ajuste de Avaliação Patrimonial	6.279.451,20	0,09%	6.279.451,20	0,08%
<b>CAPITALIZAÇÃO TOTAL</b>	<b>6.997.695.163,65</b>	<b>100,00%</b>	<b>7.540.594.986,21</b>	<b>100,00%</b>

<sup>(1)</sup> Ajustado para refletir os recursos líquidos que a Emissora estima receber com a Oferta, no montante de 542.899.822,56 (quinhentos e quarenta e dois milhões, oitocentos e noventa e nove mil, oitocentos e vinte e dois reais e cinquenta e seis centavos), e após a dedução das comissões e despesas que a Emissora antecipa ter de pagar no âmbito da Oferta.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## ANEXOS

---

- Escritura de Emissão das Debêntures e Primeiro Aditamento à Escritura de Emissão das Debêntures
- Ata da Reunião do Conselho de Administração da Emissora aprovando a Emissão
- Súmula de Classificação de Risco das Debêntures
- Declarações de Veracidade da Emissora e do Coordenador Líder
- Estatuto Social da Emissora
- Portaria 398 do Ministério dos Transportes

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

---

**- ESCRITURA DE EMISSÃO DAS DEBÊNTURES E PRIMEIRO ADITAMENTO À  
ESCRITURA DE EMISSÃO DAS DEBÊNTURES**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)





Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo  
Secretaria de Comércio e Serviços  
Departamento Nacional de Registro do Comércio

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

00-2015/002856-3

JUCERJA

07 jan 2015 14:45

Guia: 101415320

3330016356-5

Atos: 980

MRS LOGISTICA S/A

Cumprir a exigência no  
mesmo local da entrada.

Junta » Calculado: 459,00  
DNRC » Calculado: 0,00  
Pagto: 459,00  
Pagto: (21,00)

ULT. ARQ.: 00002710047 17/12/2014 307

NIRE (de sede ou da filial, quando a sede for em outra UF)

CÓDIGO DA NATUREZA JURÍDICA

33300163565

204-6  
(Vide Tabela 1)



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Nome: MRS LOGISTICA S/A

Nire: 3330016356-5

Protocolo: 00-2015/002856-3 - 07/01/2015

CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 08/01/2015, E O REGISTRO SOB O NÚMERO

E DATA ABAIXO

ED33000596-4/000  
DATA: 08/01/2015

Bernardo F. S. Berwanger  
SECRETÁRIO GERAL

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Nº DE CÓDIGO CÓDIGO  
VIAS DO ATO DO EVENTO QTDE

3 980

Registro de escritura de Debêntures

(Vide instruções de preenchimento e Tabela 2)

Rio de Janeiro

Local

07/01/2015

Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: Thadeu Cardoso Henriques Botelho

Assinatura: Thadeu Cardoso H. Botelho

Telefone de contato: (21) 2559-4632

## 2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR

☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) Igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

Processo em ordem.  
A decisão.

☐ NÃO

Data

Responsável

☐ NÃO

Data

Responsável

### DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência.  
(Vide despacho em folha anexa)

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☐ Processo deferido. Publique-se e arquivar-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

Data

Responsável

### DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência.  
(Vide despacho em folha anexa)

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☒ Processo deferido. Publique-se e arquivar-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

Data

Responsável

Matr.: 383-0

Helio Cezar Donin Junior

Vogal

Matr.: 312-9

Vogal

OBSERVAÇÕES:

5375  
23/1/15

338-4

L.S. Studio Gráfico Ltda - Rua José dos Reis, 27 - Eng. Dentro - CNPJ 42.219.899/0001-88 - Tel. 594-6123 -

com 100 Fls.

Cod. 139

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: MRS LOGISTICA S/A

Nire: 33300163565

Protocolo: 0020150028563 - 07/01/2015

CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 08/01/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 3D339EB8ACA49A84B314E4F9B0B0F4449ED3F9DAB2566983ACAF174D99D9CEE

Arquivamento: ED33000596-000/4



1353131

ESCRITURA PARTICULAR DA 7ª (SÉTIMA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES  
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM ATÉ DUAS SÉRIES, DA  
ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA MRS  
LOGÍSTICA S.A.

entre

MRS LOGÍSTICA S.A.  
*como Emissora*

e

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS  
*como Agente Fiduciário, representando a combinação de Debenturistas*

Datado de

30 DE DEZEMBRO DE 2014

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: MRS LOGISTICA S/A  
Nire: 33300163565  
Protocolo: 0020150028563 - 07/01/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/01/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 3D339EB8ACA49A84B314E4F9B0B0F4449ED3F9DAB2566983ACAF174D99D9CEE  
Arquivamento: ED33000596-000/4



1353132

**ESCRITURA PARTICULAR DA 7ª (SÉTIMA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM ATÉ DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA MRS LOGÍSTICA S.A.**

São partes ("Partes") nesta "Escritura Particular da 7ª (Sétima) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em até Duas Séries, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública, da MRS Logística S.A." ("Escritura de Emissão"):

- I. como emissora das Debêntures (conforme abaixo definido) objeto da Emissão (conforme abaixo definido):

**MRS LOGÍSTICA S.A.**, sociedade por ações, com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 228, sala 1.201 E, Botafogo, inscrita perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 01.417.222/0001-77, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social ("Emissora"); e

- II. como agente fiduciário, nomeado nesta Escritura de Emissão e nela interveniente, representando a comunhão dos Debenturistas (conforme abaixo definido):

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 8, ala B, salas 303 e 304, Barra da Tijuca, inscrita perante o CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Agente Fiduciário");

QUE resolvem, em regular forma de direito, celebrar esta Escritura de Emissão em observância às seguintes cláusulas e condições:

(Para os fins desta Escritura de Emissão, considera-se "Dia Útil" qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional.)

(Para fins desta Escritura de Emissão, consideram-se "Documentos da Oferta" esta Escritura de Emissão, o Contrato de Distribuição (conforme abaixo definido), a RCA (conforme abaixo definido) e os demais documentos celebrados no âmbito da Oferta (conforme abaixo definido).

Os termos aqui iniciados em maiúscula, estejam no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuídos nesta Escritura de Emissão, ainda que posteriormente ao seu uso.

1. AUTORIZAÇÃO

- 1.1 A Emissão, a Oferta, esta Escritura de Emissão e o Contrato de Distribuição são realizados com base nas deliberações tomadas na Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 12 de dezembro de 2014 ("RCA"), nos termos do artigo 16, item "h", do Estatuto Social da Emissora e nos termos do parágrafo 1º do artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

2

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: MRS LOGISTICA S/A  
Nire: 33300163565  
Protocolo: 0020150028563 - 07/01/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/01/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 3D339EB8ACA49A84B314E4F9B0B0F4449ED3F9DAB2566983ACAF174D99D9CEE  
Arquivamento: ED33000596-000/4



1353133

- 1.2 Por meio da RCA, a Diretoria da Emissora também foi autorizada a (i) contratar instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de capitais para realizar a distribuição pública das Debêntures, nos termos da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400") e (ii) praticar todo e qualquer ato necessário à realização da Oferta e à Emissão, incluindo a celebração de todos os documentos necessários à concretização da Emissão, dentre os quais o aditamento a esta Escritura de Emissão que ratificará o resultado do Procedimento de *Bookbuilding* (conforme abaixo definido).

## 2. REQUISITOS

- 2.1 A emissão e a distribuição pública das Debêntures, sob o regime de garantia firme de colocação, observado o disposto na Cláusula 5.8 abaixo ("Emissão" e "Oferta", respectivamente), nos termos da Instrução CVM 400, serão realizadas com observância dos seguintes requisitos:

(i) Arquivamento e publicação da ata de RCA. A ata de RCA foi devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA") em 17 de dezembro de 2014, sob o número 00002710045 e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro ("DOERJ") em 19 de dezembro de 2014 e no jornal "Diário Mercantil" em 19, 20 e 21 de dezembro de 2014, conforme disposto no artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações.

(ii) Inscrição e registro desta Escritura de Emissão e seus aditamentos. Esta Escritura de Emissão será registrada na JUCERJA, conforme disposto no artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações. A Emissora deverá disponibilizar ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original desta Escritura de Emissão registrada na JUCERJA no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do respectivo registro. Da mesma forma, os eventuais aditamentos à Escritura de Emissão serão arquivados na JUCERJA, conforme disposto no parágrafo 3º do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações, e a Emissora declara, reconhece e concorda que 1 (uma) via original de tais aditamentos registrados deverá ser enviada ao Agente Fiduciário no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados de seu respectivo registro.

(iii) Registro na CVM. A Oferta será registrada na CVM, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, da Instrução CVM nº 400, da Instrução da CVM nº 471, de 8 de agosto de 2008 ("Instrução CVM 471"), do "Convênio CVM/ANBIMA de Procedimento Simplificado para o Registro de Ofertas Públicas, regulado pela Instrução CVM 471, celebrado entre a CVM e a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais" ("ANBIMA"), em 20 de agosto de 2008, conforme alterado ("Convênio CVM-ANBIMA"), bem como das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

(iv) Análise prévia pela ANBIMA. O pedido de registro da Oferta na CVM será objeto de análise prévia pela ANBIMA, no âmbito do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Atividades Conveniadas", datado de 09 de junho de 2010 ("Código ANBIMA de Atividades Conveniadas"), do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários", datado de 30 de janeiro de 2014 ("Código ANBIMA de Ofertas") e, em conjunto com o Código

3

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: MRS LOGISTICA S/A  
Nire: 33300163565  
Protocolo: 0020150028563 - 07/01/2015  
CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 08/01/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 3D339EB8ACA49A84B314E4F9B0B0F4449ED3F9DAB2566983ACAF174D99D9CEE  
Arquivamento: ED33000596-000/4



1353134

ANBIMA de Atividades Conveniadas, "Códigos ANBIMA") e do Convênio CVM-ANBIMA.

(v) Registro para Distribuição e Negociação. As Debêntures serão registradas para (a) distribuição no mercado primário por meio (i) do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição das Debêntures liquidada financeiramente por meio da CETIP, e/ou (ii) do DDA - Sistema de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), sendo a distribuição das Debêntures liquidada financeiramente por meio da BM&FBOVESPA; e (b) negociação no mercado secundário por meio (i) do Módulo CETIP 21 – Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela CETIP ("CETIP21"), sendo as negociações das Debêntures liquidadas financeiramente por meio da CETIP e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e/ou (ii) do PUMA Trading System Plataforma Unificada de Multi Ativos da BM&FBOVESPA, administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA ("PUMA"), sendo as negociações das Debêntures liquidadas financeiramente por meio da BM&FBOVESPA e as Debêntures custodiadas eletronicamente na BM&FBOVESPA.

(vi) Projeto de Infraestrutura Considerado como Prioritário pelo Ministério dos Transportes. A Oferta será realizada nos termos dos artigos 1º e 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme alterada ("Lei nº 12.431"), para financiamento de projeto de investimento no setor de transportes ("Projeto de Investimento"), o qual foi considerado como prioritário pelo Ministério dos Transportes, nos termos da Portaria do Ministério dos Transportes nº 398, de 18 de novembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União em 19 de novembro de 2014 ("Portaria 398 do Ministério dos Transportes"), nos termos da Lei nº 12.431, do Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011 e da Portaria GM nº 9, de 27 de janeiro de 2012, do Ministério dos Transportes.

### 3. OBJETO SOCIAL DA EMISSORA

- 3.1 A Emissora tem por objeto social: (i) prestar serviços de transporte ferroviário de carga; (ii) explorar serviços de carga, descarga, armazenagem e transbordo nas estações, pátios e terrenos existentes na faixa de domínio das linhas ferroviárias objeto da concessão; (iii) implantar e explorar terminais intermodais executando serviços e operações de movimentações e armazenagem de mercadorias, mediante utilização do modal ferroviário; (iv) participar de projetos que tenham como objetivo a promoção do desenvolvimento sócio econômico das áreas de influência, visando à ampliação dos serviços ferroviários concedidos; (v) executar todas as atividades afins ou correlatas às descritas nos incisos anteriores; e (vi) exercer outras atividades que utilizem como base a infraestrutura da Emissora.

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: MRS LOGISTICA S/A  
Nire: 33300163565  
Protocolo: 0020150028563 - 07/01/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/01/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 3D339EB8ACA49A84B314E4F9B0B0F4449ED3F9DAB2566983ACAF174D99D9CEE  
Arquivamento: ED33000596-000/4



1353135

4. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

4.1 Os recursos líquidos obtidos pela Emissora com a Emissão, incluindo recursos obtidos, eventualmente, com a colocação de Debêntures Suplementares e/ou Debêntures Adicionais (conforme abaixo definidos), serão utilizados integralmente para financiamento de Projeto de Investimento de acordo com o quadro de usos e fontes apresentado quando do enquadramento do Projeto de Investimento como prioritário nos termos da Lei nº 12.431, observado o disposto na Cláusula 4.2. abaixo.

4.1.1 O Projeto de Investimento terá as seguintes características principais:

(i) *objetivo do Projeto de Investimento:* (a) revitalização da via permanente, por meio da aquisição e aplicação de trilhos, dormentes e outros materiais acessórios visando atuar preventivamente na manutenção das boas condições da via, incluindo o reembolso de despesas já incorridas com tais ações, observados os requisitos legais; e (b) implantação do sistema de Controle de Trens Baseado em Comunicação (*Communication Based Train Control - CBTC*), por meio da aquisição de máquinas, equipamentos e realização de obras de infraestrutura de telecomunicações e sinalização para implementar um sistema que trará aumento da capacidade de carga conjugada com incremento de segurança nos serviços desempenhados, incluindo o reembolso de despesas já incorridas com tais ações, observados os requisitos legais;

(ii) *descrição da fase em que se encontra:* o Projeto de Investimento encontra-se em curso, tendo sido iniciado em 2013;

(iii) *volume estimado dos recursos financeiros necessários para realização do Projeto de Investimento:* R\$ 643.322.000,00 (seiscentos e quarenta e três milhões, trezentos e vinte e dois mil reais); e

(iv) *percentual que se estima captar com a Oferta, frente às necessidades de recursos financeiros do Projeto de Investimento:* 77,45% (setenta e sete inteiros e quarenta e cinco centésimos por cento), sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais. Os recursos necessários para a consecução do Projeto de Investimento poderão decorrer de uma combinação dos recursos líquidos que a Emissora vier a receber com a Oferta e outras fontes decorrentes de financiamentos adicionais e do caixa decorrente das suas atividades operacionais.

4.2 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.1 acima, os recursos líquidos obtidos pela Emissora com a Oferta poderão ser alocados para o pagamento futuro ou para o reembolso de gastos, despesas ou dívidas relacionados ao Projeto de Investimento, que tenham ocorrido em prazo igual ou inferior a 24 (vinte e quatro) meses da data de encerramento da Oferta. A utilização de recursos líquidos da Oferta para reembolso de gastos, despesas ou dívidas relacionados ao Projeto de Investimento (bem como eventuais comprovações e outros requisitos relacionados a essa destinação), obedecerá sempre os requisitos e condições estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional ("CMN"), conforme competência a ele outorgada pela Lei nº 12.431, nos termos da Resolução CMN nº 3.947, de 27 de janeiro de 2011, ou norma posterior que a altere, substitua ou complemente.

5

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: MRS LOGISTICA S/A  
Nire: 33300163565  
Protocolo: 0020150028563 - 07/01/2015  
CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 08/01/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 3D339EB8ACA49A84B314E4F9B0B0F4449ED3F9DAB2566983ACAF174D99D9CEE  
Arquivamento: ED33000596-000/4



1353136

5. CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO E DA OFERTA

- 5.1 Número da Emissão. Esta é a 7ª (sétima) emissão de debêntures da Emissora.
- 5.2 Número de Séries. A Emissão será realizada em até 2 (duas) séries, sendo as debêntures objeto da Emissão distribuídas no âmbito da primeira série doravante denominadas "Debêntures da Primeira Série" (e os titulares das Debêntures da Primeira Série, "Debenturistas da Primeira Série"), as debêntures objeto da Emissão distribuídas no âmbito da segunda série doravante denominadas "Debêntures da Segunda Série" (e os titulares das Debêntures da Segunda Série, "Debenturistas da Segunda Série") e as Debêntures da Primeira Série e as Debêntures da Segunda Série, em conjunto, doravante denominadas "Debêntures" (e os Debenturistas da Primeira Série, em conjunto com os Debenturistas da Segunda Série, "Debenturistas").
- 5.2.1 A existência e a quantidade de Debêntures a ser alocada a cada série da Emissão serão definidas de acordo com a demanda das Debêntures pelos investidores, conforme apurado em Procedimento de *Bookbuilding*, em sistema de vasos comunicantes, nos termos da Cláusula 5.10 abaixo, sendo que qualquer uma das séries poderá não ser emitida, conforme resultado do Procedimento de *Bookbuilding*, hipótese em que a totalidade das Debêntures será emitida em série única.
- 5.3 Valor Total da Emissão. O valor total da Emissão será de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), na Data de Emissão (conforme abaixo definido), sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais ("Valor Total da Emissão"), sendo certo que o aumento da Oferta estará limitado a 28,66% (vinte e oito inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do Valor Total da Emissão, de forma a respeitar o valor máximo do Projeto de Investimento aprovado nos termos da Portaria 398 do Ministério dos Transportes.
- 5.4 Quantidade de Debêntures. Serão emitidas 500.000 (quinhentas mil) Debêntures, sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais (conforme disposto na Cláusula 5.11 abaixo), sendo que a quantidade de Debêntures a ser alocada em cada uma das séries da Emissão será definida em sistema de vasos comunicantes, conforme a demanda pelas Debêntures apurada após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, sendo certo que a quantidade de Debêntures de uma das séries deverá ser diminuída da quantidade de Debêntures total da Emissão, definindo, portanto, a quantidade de Debêntures a ser alocada na outra série.
- 5.5 Banco Liquidante. A instituição prestadora dos serviços de banco liquidante das Debêntures será o **Itaú Unibanco S.A.**, instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100 – Torre Olavo Setúbal, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04 ("Banco Liquidante", cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Liquidante na prestação de tais serviços).
- 5.6 Escriturador Mandatário. A instituição prestadora dos serviços de escrituração das Debêntures é a **Itaú Corretora de Valores S.A.**, instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 61.194.353/0001-64 ("Escriturador Mandatário", cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder o Escriturador Mandatário na prestação de tais serviços).

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: MRS LOGISTICA S/A  
Nire: 33300163565  
Protocolo: 0020150028563 - 07/01/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/01/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 3D339EB8ACA49A84B314E4F9B0B0F4449ED3F9DAB2566983ACAF174D99D9CEE  
Arquivamento: ED33000596-000/4



1353137

- 5.7 *Agência de Classificação de Risco.* A agência de classificação de risco das Debêntures será a Standard & Poor's Ratings do Brasil Ltda., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 201, 18º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.295.585/0001-40 ("Agência de Classificação de Risco", cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder a Agência de Classificação de Risco na prestação de tais serviços). Caso a Emissora deseje alterar, a qualquer tempo, a Agência de Classificação de Risco, ou a Agência de Classificação de Risco cesse suas atividades no Brasil ou, por qualquer motivo, esteja ou seja impedida de emitir o *rating*, a Emissora poderá substituir a Agência de Classificação de Risco, sem a necessidade de aprovação dos Debenturistas, desde que a agência de classificação de risco substituta seja a Standard & Poor's Ratings do Brasil Ltda., a Moody's América Latina Ltda. ou a Fitch Ratings Brasil Ltda. Para a substituição da Agência de Classificação de Risco por qualquer outro classificador de risco que não aqueles aqui mencionados, haverá necessidade de aprovação prévia dos Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação.
- 5.8 *Colocação e Procedimento de Distribuição.* As Debêntures serão objeto de distribuição pública, nos termos do "Contrato de Estruturação, Coordenação e Distribuição Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até Duas Séries, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, da 7ª Emissão da MRS Logística S.A." ("Contrato de Distribuição"), com a intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenadores", entre os quais a instituição intermediária líder da Oferta), sob: (i) o regime de garantia firme de colocação, com relação à totalidade das Debêntures, sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais; e (ii) o regime de melhores esforços de colocação, com relação às Debêntures Suplementares e às Debêntures Adicionais. Será utilizado o procedimento previsto no parágrafo 3º do artigo 33 da Instrução CVM 400, conforme plano de distribuição elaborado pelos Coordenadores, o qual levará em consideração suas relações com clientes e outros aspectos de natureza comercial, bem como as estratégias dos Coordenadores e da Emissora, observados os termos e condições definidos no Contrato de Distribuição. Ao elaborar o plano de distribuição, os Coordenadores deverão, adicionalmente, assegurar: (i) que o tratamento conferido aos investidores seja justo e equitativo; (ii) a adequação do investimento ao perfil de risco de seus respectivos clientes; e (iii) que os representantes de venda das instituições participantes do consórcio de distribuição recebam previamente exemplar do prospecto preliminar da Oferta incorporando por referência o formulário de referência da Emissora elaborado nos termos da Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480", "Formulário de Referência" e "Prospecto Preliminar", respectivamente) e do prospecto definitivo da Oferta, incorporando por referência o Formulário de Referência ("Prospecto Definitivo" e, em conjunto com o Prospecto Preliminar, "Prospectos"), com informações sobre a Emissora e a Oferta, nos termos da Instrução CVM 400, para leitura obrigatória, e que suas dúvidas possam ser esclarecidas por pessoa designada pelos Coordenadores, nos termos do parágrafo 3º do artigo 33 da Instrução CVM 400.

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: MRS LOGISTICA S/A  
Nire: 33300163565  
Protocolo: 0020150028563 - 07/01/2015  
CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 08/01/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 3D339EB8ACA49A84B314E4F9B0B0F4449ED3F9DAB2566983ACAF174D99D9CEE  
Arquivamento: ED33000596-000/4





1353138

- 5.8.1 A colocação pública das Debêntures somente ocorrerá após: (i) o atendimento dos requisitos a que se refere a Cláusula 2 acima; (ii) a concessão do registro da Oferta pela CVM; (iii) a divulgação do anúncio de início de distribuição pública das Debêntures ("Anúncio de Início"); e (iv) a disponibilização do Prospecto Definitivo aos investidores e seu envio à CVM, nos termos do artigo 54 da Instrução CVM 400.
- 5.9 *Prazo de Colocação.* Os Coordenadores realizarão a distribuição pública das Debêntures no prazo de até 6 (seis) meses contados da data de divulgação do Anúncio de Início ou até 31 de março de 2015, o que ocorrer primeiro, desde que tenham sido cumpridas as condições precedentes previstas no Contrato de Distribuição ("Prazo de Colocação"). Após a colocação das Debêntures durante o Prazo de Colocação, será divulgado o respectivo anúncio de encerramento da distribuição das Debêntures ("Anúncio de Encerramento").
- 5.10 *Procedimento de Bookbuilding.* Será adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento, organizado pelos Coordenadores nos termos do disposto nos parágrafos 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM 400, mediante a verificação, com os potenciais investidores, do interesse de investimento nas Debêntures, em diferentes níveis de taxas de juros, para a definição, em conjunto com a Emissora: (i) dos Juros Remuneratórios da Primeira Série (conforme abaixo definido) e dos Juros Remuneratórios da Segunda Série (conforme abaixo definido); e (ii) da quantidade de Debêntures a ser alocada em cada série ("Procedimento de Bookbuilding"), considerando, inclusive, a emissão e a quantidade das Debêntures Adicionais e das Debêntures Suplementares, conforme o caso. O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* será ratificado por meio de aditamento a esta Escritura de Emissão, sem necessidade de nova aprovação societária pela Emissora.
- 5.10.1 Poderão participar do Procedimento de *Bookbuilding* os investidores do público alvo da Oferta, incluindo (i) acionistas, controladores ou administradores da Emissora; (ii) controladores ou administradores de quaisquer dos Coordenadores; (iii) outras pessoas vinculadas à Oferta; ou (iv) cônjuges, companheiros, ascendentes, descendentes ou colaterais até o segundo grau de qualquer uma das pessoas referidas nas alíneas (i) a (iii) acima (em conjunto, "Pessoas Vinculadas"), que poderão subscrever Debêntures até o limite de 15% (quinze por cento) do total de Debêntures (sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais). Caso seja verificado excesso de demanda superior a 1/3 (um terço) das Debêntures (sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais), não será permitida a colocação de Debêntures junto a investidores que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as intenções de investimento apresentadas por investidores que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente canceladas, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400. Esta vedação não se aplica ao Formador de Mercado (conforme abaixo definido), uma vez que o direito de subscrever e a quantidade máxima de valores mobiliários a ser subscrita, se houver tal limitação, estarão divulgados nos Prospectos. Os Investidores de Varejo não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, consequentemente, não farão parte da definição da taxa final dos Juros Remuneratórios da Primeira Série e da taxa final dos Juros Remuneratórios da Segunda Série.

8

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: MRS LOGISTICA S/A  
Nire: 33300163565  
Protocolo: 0020150028563 - 07/01/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/01/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 3D339EB8ACA49A84B314E4F9B0B0F4449ED3F9DAB2566983ACAF174D99D9CEE  
Arquivamento: ED33000596-000/4



1353139

5.11 *Aumento da Quantidade de Debêntures.* A quantidade de Debêntures inicialmente ofertada poderá ser aumentada conforme previsto abaixo, sendo certo que o aumento da Oferta estará limitado a 28,66% (vinte e oito inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do Valor Total da Emissão, de forma a respeitar o valor máximo do Projeto de Investimento aprovado nos termos da Portaria 398 do Ministério dos Transportes e da cláusula 4.2 acima:

(i) nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Debêntures inicialmente ofertada, sem considerar as Debêntures Adicionais, poderá ser acrescida em até 15% (quinze por cento), ou seja, em até 75.000 (setenta e cinco mil) Debêntures suplementares, nas mesmas condições das Debêntures inicialmente ofertadas ("Debêntures Suplementares"), destinadas a atender excesso de demanda que eventualmente seja constatado no Procedimento de *Bookbuilding*, conforme opção outorgada pela Emissora aos Coordenadores no Contrato de Distribuição, que somente poderá ser exercida pelos Coordenadores em comum acordo com a Emissora, até a data de divulgação do Anúncio de Início. A critério dos Coordenadores e da Emissora, conforme verificado pelo Procedimento de *Bookbuilding*, as Debêntures Suplementares poderão ser Debêntures da Primeira Série e/ou Debêntures da Segunda Série; e

(ii) nos termos do parágrafo 2º do artigo 14 da Instrução CVM 400, a Emissora poderá aumentar a quantidade de Debêntures com relação à quantidade inicialmente ofertada, sem considerar as Debêntures Suplementares, em até 20% (vinte por cento), ou seja, em até 100.000 (cem mil) Debêntures adicionais, nas mesmas condições das Debêntures originalmente ofertadas ("Debêntures Adicionais"), sem a necessidade de novo pedido de registro à CVM, até a data de divulgação do Anúncio de Início. A critério dos Coordenadores e da Emissora, conforme verificado no Procedimento de *Bookbuilding*, as Debêntures Adicionais poderão ser Debêntures da Primeira Série e/ou Debêntures da Segunda Série.

5.11.1 Caso ocorra o aumento na quantidade de Debêntures originalmente ofertada, conforme previsto na Cláusula 5.11 acima, esta Escritura de Emissão deverá ser ajustada de maneira a refletir a quantidade de Debêntures efetivamente emitida, mediante a celebração de aditamento a esta Escritura de Emissão, que deverá ser arquivado na JUCERJA, nos termos do inciso (ii) da Cláusula 2.1 desta Escritura de Emissão, sem necessidade de nova aprovação societária pela Emissora ou de realização de Assembleia Geral de Debenturistas (conforme abaixo definido).

5.12 *Prazo de Subscrição.* As Debêntures serão subscritas, a qualquer tempo, dentro do Prazo de Colocação.

5.13 *Forma de Subscrição.* As Debêntures serão subscritas de acordo com os procedimentos da CETIP e/ou da BM&FBOVESPA, conforme aplicável.

5.14 *Forma e Preço de Integralização.* As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição, sendo que todas as Debêntures da Primeira Série serão integralizadas em uma única data ("Data de Integralização da Primeira Série") e todas as Debêntures da Segunda Série serão integralizadas em uma mesma data, que poderá ser a Data de Integralização da Primeira Série ou o Dia Útil subsequente ("Data de Integralização da Segunda Série"). As Debêntures serão integralizadas em moeda corrente nacional, pelo Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração da Primeira Série (conforme abaixo definido) ou da Remuneração da Segunda Série

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: MRS LOGISTICA S/A  
Nire: 33300163565  
Protocolo: 0020150028563 - 07/01/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/01/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 3D339EB8ACA49A8B314E4F9B0B0F4449ED3F9DAB2566983ACAF174D99D9CEE  
Arquivamento: ED33000596-000/4



1353140

(conforme abaixo definido), conforme o caso, calculada de forma exponencial *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data de Integralização da Primeira Série ou a Data de Integralização da Segunda Série, conforme o caso ("Preço de Integralização"), de acordo com as normas de liquidação e procedimentos aplicáveis da CETIP e/ou da BM&FBOVESPA, conforme aplicável.

13

- 5.15 *Negociação.* As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 e/ou do PUMA, observado o disposto no inciso (v) da Cláusula 2.1 acima.

6. CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

- 6.1 *Valor Nominal Unitário.* O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000,00 (mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

- 6.2 *Data de Emissão.* A data de emissão das Debêntures será o dia 15 de fevereiro de 2015 ("Data de Emissão").

- 6.3 *Prazo e Data de Vencimento.* O vencimento das Debêntures ocorrerá em: (i) 7 (sete) anos contados da Data de Emissão, ou seja, em 15 de fevereiro de 2022, para as Debêntures da Primeira Série ("Data de Vencimento da Primeira Série"); e (ii) 10 (dez) anos contados da Data de Emissão, ou seja, em 15 de fevereiro de 2025, para as Debêntures da Segunda Série ("Data de Vencimento da Segunda Série"), ressalvadas em ambos os casos as hipóteses de resgate antecipado (desde que legalmente permitido) e/ou vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures previstas nesta Escritura de Emissão.

- 6.3.1 Para os fins desta Escritura de Emissão, "Debêntures da Primeira Série em Circulação" e "Debêntures da Segunda Série em Circulação" significam todas as Debêntures da Primeira Série ou Debêntures da Segunda Série, respectivamente, subscritas e integralizadas e não resgatadas, excluídas as Debêntures da Primeira Série ou Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, (i) mantidas em tesouraria pela Emissora; ou (ii) de titularidade de: (a) sociedades controladas pela Emissora (diretas ou indiretas), (b) controladoras (ou grupo de controle) da Emissora e (c) administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas, incluindo seus cônjuges, companheiros ou parentes até o 2º (segundo). Para os fins desta Escritura de Emissão, "Debêntures em Circulação" significam as Debêntures da Primeira Série em Circulação e as Debêntures da Segunda Série em Circulação, quando consideradas em conjunto.

- 6.4 *Forma e Comprovação de Titularidade das Debêntures.* As Debêntures serão emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, será expedido por esta extrato em nome do Debenturista que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures, e, para as Debêntures custodiadas na BM&FBOVESPA, será expedido por esta, extrato em nome do Debenturista, que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures.

- 6.5 *Conversibilidade e Permutabilidade.* As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora, nem permutáveis em ações de outras sociedades ou por outros valores mobiliários de qualquer natureza.

Handwritten signature and initials.

10

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: MRS LOGISTICA S/A  
Nire: 33300163565  
Protocolo: 0020150028563 - 07/01/2015  
CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 08/01/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 3D339EB8ACA49A84B314E4F9B0B0F4449ED3F9DAB2566983ACAF174D99D9CEE  
Arquivamento: ED33000596-000/4



1353141

- 6.6 *Espécie.* As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, e não conferirão qualquer privilégio especial ou geral aos seus titulares, nem especificarão bens para garantir eventual execução judicial ou extrajudicial das obrigações da Emissora decorrentes das Debêntures.
- 6.7 *Garantias.* As Debêntures não contarão com nenhum tipo de garantia.
- 6.8 *Direito de Preferência.* Não haverá qualquer direito de preferência na subscrição das Debêntures.
- 6.9 *Remuneração.*
- 6.9.1 *Atualização do Valor Nominal Unitário das Debêntures.* O Valor Nominal Unitário das Debêntures será atualizado pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE"), a partir da Data de Emissão ("Atualização Monetária"), calculada de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis até a integral liquidação das Debêntures, sendo o produto da Atualização Monetária incorporado automaticamente ao Valor Nominal Unitário (ou ao saldo do Valor Nominal Unitário) das Debêntures, calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times C$$

Onde:

$VNa$  = Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

$VNe$  = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

$C$  = fator acumulado das variações mensais do IPCA, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[ \left( \frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}} \right]$$

Onde:

$n$  = número total de índices considerados na Atualização Monetária, sendo " $n$ " um número inteiro;

$NI_k$  = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário das Debêntures. Após a data de aniversário, valor do número-índice do IPCA do mês de atualização;

$NI_{k-1}$  = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês " $k$ ";

11

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: MRS LOGISTICA S/A  
Nire: 33300163565  
Protocolo: 0020150028563 - 07/01/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/01/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 3D339EB8ACA49A84B314E4F9B0B0F4449ED3F9DAB2566983ACAF174D99D9CEE  
Arquivamento: ED33000596-000/4



1353142

*dup* = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou a última data de aniversário das Debêntures, conforme o caso, e a data de cálculo, limitado ao número total de Dias Úteis de vigência do número-índice do IPCA, sendo "*dup*" um número inteiro;

*dut* = número de Dias Úteis contidos entre a data de aniversário imediatamente anterior e a próxima data de aniversário das Debêntures, sendo "*dut*" um número inteiro.

Os fatores resultantes da expressão:  $\left( \frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}}$  são considerados com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 (dezoiséis) casas decimais, sem arredondamento.

O número-índice do IPCA deverá ser utilizado considerando-se idêntico número de casas decimais daquele divulgado pelo IBGE.

A aplicação do IPCA incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem a necessidade de ajuste à Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.

Considera-se como "data de aniversário" todo dia 15 de cada mês, e caso referida data não seja Dia Útil, o primeiro Dia Útil subsequente. Considera-se como mês de atualização o período mensal compreendido entre duas datas de aniversário consecutivas.

6.9.1.1. No caso de indisponibilidade temporária do IPCA, será utilizado, em sua substituição, o número-índice divulgado relativo ao mês imediatamente anterior, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades, tanto por parte da Emissora quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação posterior do número-índice devido.

6.9.1.2. Na ausência de apuração e/ou divulgação do IPCA por prazo superior a 15 (quinze) dias consecutivos, contados da data esperada para sua apuração e/ou divulgação ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade do IPCA por disposição legal ou regulatória ou determinação judicial, o IPCA deverá ser substituído pelo substituto determinado legalmente para tanto.

6.9.1.3. No caso de não haver substituto legal para o IPCA, será utilizado o mesmo índice que vier a ser utilizado pelo Banco Central do Brasil para o acompanhamento dos objetivos estabelecidos no sistema de metas de inflação para o balizamento da política monetária do Brasil.

6.9.1.4. Na impossibilidade de utilização do índice referido na Cláusula 6.9.1.3 acima, por qualquer motivo, a Emissora, em até 2 (dois) Dias Úteis, notificará o Agente Fiduciário, que deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas da

12

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: MRS LOGISTICA S/A  
Nire: 33300163565  
Protocolo: 0020150028563 - 07/01/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/01/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 3D339EB8ACA49A84B314E4F9B0B0F4449ED3F9DAB2566983ACAF174D99D9CEE  
Arquivamento: ED33000596-000/4



1353143

Primeira Série (conforme abaixo definido) e Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série (conforme abaixo definido), no modo e prazos estipulados na Cláusula 10 abaixo e no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações, para os Debenturistas da Primeira Série e os Debenturistas da Segunda Série decidirem, de forma independente e de comum acordo com a Emissora, observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM nº 13, de 14 de março de 2003, a Lei 12.431 e a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado ("Taxa Substitutiva"). Até a deliberação da Taxa Substitutiva será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, o último índice utilizado no momento de referida impossibilidade, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades entre a Emissora e os Debenturistas quando da deliberação da Taxa Substitutiva.

6.9.1.5. Caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva entre a Emissora e os Debenturistas da Primeira Série e/ou Debenturistas da Segunda Série representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Primeira Série em Circulação e Debêntures da Segunda Série em Circulação, respectivamente, a Emissora, desde que seja legalmente permitido, resgatará a totalidade das Debêntures da Primeira Série em Circulação e a totalidade das Debêntures da Segunda Série em Circulação, com seu consequente cancelamento, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da referida Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série e da referida Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, respectivamente, pelo seu Valor Nominal Unitário atualizado (ou saldo do Valor Nominal Unitário atualizado, conforme o caso), acrescido dos Juros Remuneratórios da Primeira Série ou dos Juros Remuneratórios da Segunda Série, conforme aplicável, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série ou Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate, caso em que a taxa a ser utilizada para cálculo da Atualização Monetária será equivalente ao último índice efetivamente utilizado para fins de atualização monetária, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades entre a Emissora e os Debenturistas quando do referido resgate.

6.9.1.6. Caso não seja legalmente permitido à Emissora realizar o resgate antecipado das Debêntures da Primeira Série em Circulação e/ou das Debêntures da Segunda Série em Circulação, nos termos das disposições legais e regulamentares aplicáveis, inclusive em virtude do disposto no inciso II no parágrafo 1º do artigo 1º da Lei 12.431, quando do cálculo da atualização monetária será utilizado o último índice efetivamente utilizado para fins de atualização monetária, até que o resgate antecipado passe a ser legalmente permitido, aplicando-se então o disposto na Cláusula 6.9.1.5 acima, a critério da Emissora.

6.9.2. *Juros Remuneratórios das Debêntures da Primeira Série.* Sobre o Valor Nominal Unitário atualizado ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário atualizado, conforme aplicável, das Debêntures da Primeira Série, incidirão juros remuneratórios correspondentes a um determinado percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, a ser definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, limitado a uma taxa máxima de 20 (vinte) pontos base ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, acrescida exponencialmente ao equivalente à média aritmética das taxas anuais aplicáveis às Notas do Tesouro

13

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: MRS LOGISTICA S/A  
Nire: 33300163565  
Protocolo: 0020150028563 - 07/01/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/01/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 3D339EB8ACA49A8B314E4F9B0B0F4449ED3F9DAB2566983ACAF174D99D9CEE  
Arquivamento: ED33000596-000/4



1353144

Nacional - Série B, com vencimento em 15 de agosto de 2022 ("NTN-B 2022"), divulgadas pela ANBIMA em sua página na internet (<http://www.anbima.com.br>) no 3º (terceiro), no 4º (quarto) e no 5º (quinto) Dias Úteis anteriores à data de realização do Procedimento de *Bookbuilding* (excluindo-se a data de realização do Procedimento de *Bookbuilding* no cômputo de dias) ("Juros Remuneratórios da Primeira Série" e, em conjunto com a Atualização Monetária, "Remuneração da Primeira Série"). A taxa final a ser utilizada para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série, uma vez definida em conformidade com o Procedimento de *Bookbuilding*, será ratificada por meio de aditamento a esta Escritura de Emissão.

6.9.2.1. Os Juros Remuneratórios da Primeira Série serão incidentes sobre o Valor Nominal Unitário atualizado (ou saldo do Valor Nominal Unitário atualizado, conforme o caso) das Debêntures da Primeira Série, a partir da Data de Emissão, ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento ("Período de Capitalização da Primeira Série"), e serão calculados em regime de capitalização composta *pro rata temporis* por Dias Úteis de acordo com a fórmula abaixo:

$$J = \{VNa \times [Fator]_{\text{juros}} - 1\}$$

onde:

*J* = valor unitário dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização da Primeira Série, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

*VNa* = Valor Nominal Unitário atualizado (ou saldo do Valor Nominal Unitário atualizado, conforme o caso) das Debêntures da Primeira Série, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

*Fatorjuros* = fator de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$Fatorjuros = \left( \frac{\text{taxa}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}}$$

onde:

*taxa* = taxa de juros fixa, na forma percentual ao ano, informada com 4 (quatro) casas decimais, a ser definida em Procedimento de *Bookbuilding*;

*DP* = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou última Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série, conforme o caso, e a data atual, sendo "DP" um número inteiro;

- 6.9.3 Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série. Sobre o Valor Nominal Unitário atualizado ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário atualizado, conforme aplicável, das Debêntures da Segunda Série, incidirão juros remuneratórios correspondentes a um determinado percentual ao ano, base 252 (duzentos e

14

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: MRS LOGISTICA S/A  
Nire: 33300163565  
Protocolo: 0020150028563 - 07/01/2015  
CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 08/01/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 3D339EB8ACA49A84B314E4F9B0B0F4449ED3F9DAB2566983ACAF174D99D9CEE  
Arquivamento: ED33000596-000/4



1353145

cinquenta e dois) Dias Úteis, a ser definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, limitado a uma taxa máxima de 35 (trinta e cinco) pontos base ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, acrescida exponencialmente ao equivalente à média aritmética das taxas anuais aplicáveis às Notas do Tesouro Nacional - Série B, com vencimento em 15 de agosto de 2024 ("NTN-B 2024") divulgadas pela ANBIMA em sua página na internet (<http://www.anbima.com.br>) no 3º (terceiro), no 4º (quarto) e no 5º (quinto) Dias Úteis anteriores à data de realização do Procedimento de *Bookbuilding* (excluindo-se a data de realização do Procedimento de *Bookbuilding* no cômputo de dias) ("Juros Remuneratórios da Segunda Série" e, em conjunto com a Atualização Monetária, "Remuneração da Segunda Série"). A taxa final a ser utilizada para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios da Segunda Série, uma vez definida em conformidade com o Procedimento de *Bookbuilding*, será ratificada por meio de aditamento a esta Escritura de Emissão.

6.9.3.1. Os Juros Remuneratórios da Segunda Série serão incidentes sobre o Valor Nominal Unitário atualizado (ou saldo do Valor Nominal Unitário atualizado, conforme o caso) das Debêntures da Segunda Série, a partir da Data de Emissão, ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento ("Período de Capitalização da Segunda Série"), e serão calculados em regime de capitalização composta *pro rata temporis* por Dias Úteis de acordo com a fórmula abaixo:

$$J = \{VNa \times [FatorJuros-1]\}$$

onde:

*J* = valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização da Segunda Série, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

*VNa* = Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) das Debêntures da Segunda Série, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

*FatorJuros* = fator de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = \left( \frac{taxa}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}}$$

onde:

*taxa* = taxa de juros fixa, na forma percentual ao ano, informada com 4 (quatro) casas decimais, a ser definida em Procedimento de *Bookbuilding*;

*DP* = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou última Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série, conforme o caso, e a data atual, sendo "DP" um número inteiro;

15

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: MRS LOGISTICA S/A  
Nire: 33300163565  
Protocolo: 0020150028563 - 07/01/2015  
CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 08/01/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 3D339EB8ACA49A84B314E4F9B0B0F4449ED3F9DAB2566983ACAF174D99D9CEE  
Arquivamento: ED33000596-000/4





1353146

6.10 *Pagamento dos Juros Remuneratórios.*

6.10.1 *Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série.* Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado (desde que legalmente permitido) e/ou vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures da Primeira Série nos termos desta Escritura de Emissão, os Juros Remuneratórios da Primeira Série serão pagos anualmente, sendo que o primeiro pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série será devido em 15 de fevereiro de 2016 e o último será devido na Data de Vencimento da Primeira Série (cada uma dessas datas, uma "Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série").

6.10.2 *Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série.* Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado (desde que legalmente permitido) e/ou vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures da Segunda Série nos termos desta Escritura de Emissão, os Juros Remuneratórios da Segunda Série serão pagos anualmente, sendo que o primeiro pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série será devido em 15 de fevereiro de 2016 e o último será devido na Data de Vencimento da Segunda Série (cada uma dessas datas, uma "Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série").

6.11 *Repactuação Programada.* Não haverá repactuação programada das Debêntures.

6.12 *Amortização Programada.*

6.12.1 *Amortização Programada das Debêntures da Primeira Série.* Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado (desde que legalmente permitido) e/ou vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures da Primeira Série nos termos desta Escritura de Emissão, o Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures da Primeira Série será amortizado em 2 (duas) parcelas anuais e consecutivas, a partir do 6º (sexto) ano contado da Data de Emissão (inclusive), conforme abaixo:

Datas de Pagamento	Percentual do Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures da Primeira Série a ser amortizado
15 de fevereiro de 2021	50,0000%
15 de fevereiro de 2022	Saldo do Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures da Primeira Série

6.12.2 *Amortização Programada das Debêntures da Segunda Série.* Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado (desde que legalmente permitido) e/ou vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures da Segunda Série nos termos desta Escritura de Emissão, o Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures da Segunda Série será amortizado em 3 (três) parcelas anuais e consecutivas, a partir do 8º (oitavo) ano contado da Data de Emissão (inclusive), conforme abaixo:

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: MRS LOGISTICA S/A  
Nire: 33300163565  
Protocolo: 0020150028563 - 07/01/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/01/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 3D339EB8ACA49A84B314E4F9B0B0F4449ED3F9DAB2566983ACAF174D99D9CEE  
Arquivamento: ED33000596-000/4



1353147

Datas de Pagamento	Percentual do Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures da Segunda Série a ser amortizado
15 de fevereiro de 2023	33,3333%
15 de fevereiro de 2024	33,3333%
15 de fevereiro de 2025	Saldo do Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures da Segunda Série

20

- 6.13 *Local de Pagamento.* Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados (i) com relação àquelas que estejam custodiadas eletronicamente pela CETIP, utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP; (ii) com relação àquelas que estejam custodiadas pela BM&FBOVESPA, utilizando-se os procedimentos adotados pela BM&FBOVESPA; ou (iii) na hipótese de as Debêntures não estarem vinculadas à CETIP ou à BM&FBOVESPA, (a) na sede da Emissora ou, conforme o caso, (b) de acordo com os procedimentos adotados pelo Escriturador Mandatário.
- 6.14 *Tratamento Tributário e Imunidade Tributária.*
- 6.14.1 As Debêntures gozam do tratamento tributário previsto nos artigos 1º e 2º da Lei nº 12.431.
- 6.14.2 Ressalvado o tratamento tributário diferenciado das Debêntures previsto na Cláusula 6.14.1 acima, caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante, com cópia para a Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes da data prevista para quaisquer dos pagamentos relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos, decorrentes dos pagamentos relativos às Debêntures de sua titularidade, os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor. Será de responsabilidade do Banco Liquidante a avaliação e validação da imunidade ou isenção tributária, podendo, inclusive, solicitar documentos adicionais para a comprovação de mencionada situação jurídica tributária. Desta forma, enquanto pendente o processo de avaliação, não poderá ser imputada à Emissora ou ao Banco Liquidante qualquer responsabilidade pelo não pagamento no prazo estabelecido por meio desta Escritura de Emissão.
- 6.14.3 Adicionalmente, caso a Emissora não utilize os recursos captados por meio da Oferta nos termos previstos na Cláusula 4 acima, a Emissora deverá ser responsável pelo custo de todos os tributos incidentes sobre todos e quaisquer pagamentos devidos aos Debenturistas que estariam sujeitos ao tratamento tributário previsto nos artigos 1º e 2º da Lei nº 12.431, aplicando-se o ali disposto, inclusive o previsto no parágrafo 8º do artigo 1º e no parágrafo 5º do artigo 2º da Lei nº 12.431. Nesse caso, todos os tributos que eventualmente incidam sobre os pagamentos feitos pela Emissora aos referidos Debenturistas, no âmbito da Emissão, serão suportados pela Emissora, de modo que os referidos pagamentos deverão ser acrescidos dos

17

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: MRS LOGISTICA S/A  
Nire: 33300163565  
Protocolo: 0020150028563 - 07/01/2015  
CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 08/01/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 3D339EB8ACA49A84B314E4F9B0B0F4449ED3F9DAB2566983ACAF174D99D9CEE  
Arquivamento: ED33000596-000/4



1353148

valores correspondentes a quaisquer tributos e/ou taxas que incidam sobre tais pagamentos, inclusive, mas não se limitando a, valores correspondentes ao Imposto de Renda Retido na Fonte e ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ.

21

- 6.15 *Prorrogação dos Prazos.* Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação até o primeiro Dia Útil subsequente, se a data de vencimento da respectiva obrigação coincidir com feriado declarado nacional, sábado ou domingo, ou ainda, quando não houver expediente comercial ou bancário na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ou na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos de obrigações pecuniárias cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento da respectiva obrigação coincidir com sábado, domingo ou feriado declarado nacional, ou por meio da BM&FBOVESPA, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento da respectiva obrigação coincidir com sábado, domingo, feriado declarado nacional ou data em que, por qualquer motivo, não haja expediente na BM&FBOVESPA.
- 6.16 *Encargos Moratórios.* Sem prejuízo da Remuneração da Primeira Série ou da Remuneração da Segunda Série, conforme o caso, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (“*Encargos Moratórios*”).
- 6.17 *Decadência dos Direitos aos Acréscimos.* Sem prejuízo do previsto na Cláusula 6.16 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado nos termos desta Escritura de Emissão não lhe dará direito ao recebimento da Remuneração da Primeira Série ou da Remuneração da Segunda Série, conforme o caso, e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo pagamento.
- 6.18 *Publicidade.* Exceto pelo Aviso ao Mercado, que será publicado no jornal “Diário Mercantil” e pelos atos societários da Emissora, que serão publicados no DOERJ e no jornal “Diário Mercantil”, todos os anúncios, avisos e demais atos relativos à Oferta, incluindo o Aviso ao Mercado, o Anúncio de Início e o Anúncio de Encerramento, serão divulgados nas páginas na internet da Emissora, dos Coordenadores, da CETIP, da BM&FBOVESPA e da CVM, conforme o caso, observado o disposto na legislação e regulamentação aplicável. A Emissora poderá alterar o jornal acima por outro de grande circulação e de edição nacional que seja adotado para suas publicações societárias, mediante comunicação prévia por escrito ao Agente Fiduciário e a publicação, na forma de aviso, no jornal a ser substituído.
- 6.19 *Direito ao Recebimento dos Pagamentos.* Farão jus ao recebimento de qualquer valor devido pela Emissora aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão aqueles que forem Debenturistas ao final do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento.

18

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: MRS LOGISTICA S/A  
Nire: 33300163565  
Protocolo: 0020150028563 - 07/01/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/01/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 3D339EB8ACA49A84B314E4F9B0B0F4449ED3F9DAB2566983ACAF174D99D9CEE  
Arquivamento: ED33000596-000/4



1353149

- 6.20 *Aquisição Antecipada Facultativa.* A Emissora poderá, a partir de 16 de fevereiro de 2017, nos termos do inciso II do parágrafo 1º do artigo 1º da Lei nº 12.431, adquirir no mercado as Debêntures em Circulação, por preço não superior ao respectivo Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso), devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras, ou por preço superior ao respectivo Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso), desde que observadas as regras expedidas pela CVM, observado o disposto no parágrafo 3º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações e na regulamentação aplicável. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão, a qualquer tempo, por opção da Emissora, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula farão jus à mesma Remuneração da Primeira Série ou Remuneração da Segunda Série, conforme o caso, das demais Debêntures em Circulação.
- 6.21 *Resgate Antecipado.* É vedada a liquidação antecipada das Debêntures por meio de resgate ou pré-pagamento facultativo, salvo na forma que vier a ser regulamentada pelo CMN, em conformidade com o disposto no artigo 1º, parágrafo 1º, inciso II da Lei nº 12.431, e exclusivamente por meio da Oferta de Resgate Antecipado (conforme definido abaixo).
- 6.22 *Oferta de Resgate Antecipado.* A Emissora poderá, a seu exclusivo critério e desde que legalmente permitido, realizar, a qualquer tempo, oferta de resgate antecipado, total ou parcial, das Debêntures em circulação, em geral ou por série, conforme definido pela Emissora, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, que será endereçada a todos os Debenturistas (ou a todos os Debenturistas de determinada série da Emissão, conforme definido pela Emissora), sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas (ou a todos os Debenturistas da respectiva série, conforme o caso), para aceitar o resgate antecipado das Debêntures de que forem titulares, de acordo com os termos e condições previstos abaixo ("Oferta de Resgate Antecipado"):
- 6.22.1 A Emissora realizará a Oferta de Resgate Antecipado por meio de comunicação enviada ao Agente Fiduciário e, na mesma data, por meio de publicação de anúncio nos termos da Cláusula 6.18 acima ("Edital de Oferta de Resgate Antecipado"), o qual deverá descrever os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado, incluindo (a) se a Oferta de Resgate Antecipado será relativa à totalidade ou a parte das Debêntures em Circulação e se abrangerá todas as séries da Emissão ou determinada série a ser especificada; (b) caso a Oferta de Resgate Antecipado se refira a parte de Debêntures em Circulação, a quantidade de Debêntures em Circulação objeto da Oferta de Resgate Antecipado, incluindo o valor correspondente a cada série da Emissão que será objeto da Oferta de Resgate Antecipado, observado o disposto na Cláusula 6.22.4 abaixo; (c) se a Oferta de Resgate Antecipado estará condicionada à aceitação desta por Debenturistas que representem uma quantidade mínima de Debêntures; (d) o valor do prêmio de resgate antecipado, caso exista, o qual não poderá ser negativo; (e) a forma e o prazo de manifestação, à Emissora, pelos Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado; (f) a data efetiva para o resgate antecipado e pagamento das Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta de Resgate Antecipado, que será a mesma para todas as Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta de Resgate Antecipado

19

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: MRS LOGISTICA S/A  
Nire: 33300163565  
Protocolo: 0020150028563 - 07/01/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/01/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 3D339EB8ACA49A84B314E4F9B0B0F4449ED3F9DAB2566983ACAF174D99D9CEE  
Arquivamento: ED33000596-000/4



1353150

e que deverá ocorrer no prazo de, no mínimo, 10 (dez) dias contados da data de publicação do Edital de Oferta de Resgate Antecipado; e (g) demais informações necessárias para a tomada de decisão pelos Debenturistas e à operacionalização do resgate antecipado das Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta de Resgate Antecipado.

23

- 6.22.2 A Emissora deverá comunicar a data do resgate antecipado ao Escriturador Mandatário, ao Banco Liquidante, à CETIP e à BM&FBOVESPA com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis da respectiva data.
- 6.22.3 O valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta de Resgate Antecipado será equivalente ao respectivo Valor Nominal Unitário atualizado (ou saldo do Valor Nominal Unitário atualizado, conforme o caso), acrescido dos Juros Remuneratórios da Primeira Série ou dos Juros Remuneratórios da Segunda Série, conforme o caso, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou desde a última Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série ou Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, e, se for o caso, do prêmio de resgate antecipado oferecido aos Debenturistas, a exclusivo critério da Emissora, o qual não poderá ser negativo.
- 6.22.4 Caso a Oferta de Resgate Antecipado se refira a parte das Debêntures em Circulação (ou parte de determinada série da Emissão), e a quantidade de Debêntures que tenham sido indicadas em adesão à Oferta de Resgate Antecipado seja maior do que a quantidade à qual a Oferta de Resgate Antecipado foi originalmente direcionada, então o resgate antecipado será feito mediante sorteio, coordenado pelo Agente Fiduciário, cujo procedimento será definido pela Emissora no Edital de Oferta de Resgate Antecipado.
- 6.22.5 O pagamento das Debêntures resgatadas antecipadamente por meio de Oferta de Resgate Antecipado será realizado nos termos da Cláusula 6.13 acima.
- 6.22.6 Com relação às Debêntures (a) que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, o resgate antecipado (seja total ou parcial) será realizado em conformidade com os procedimentos operacionais da CETIP; (b) que estejam custodiadas eletronicamente na BM&FBOVESPA, o resgate antecipado (seja total ou parcial) será realizado em conformidade com os procedimentos operacionais da BM&FBOVESPA; e (c) que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP ou na BM&FBOVESPA, o resgate antecipado (seja total ou parcial) será realizado em conformidade com os procedimentos operacionais do Escriturador Mandatário.
- 6.23 *Formador de Mercado.* A Emissora celebrou com o Banco Santander (Brasil) S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2.235, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 90.400.888/0001-42 contrato para exercer a atividade de formador de mercado para as Debêntures, nos termos da Instrução da CVM nº 384, de 17 de março de 2003, visando a garantir a existência e a permanência de ofertas firmes diárias de compra e venda para as Debêntures, na CETIP e na BM&FBOVESPA, pelo prazo de 12 (doze) meses contados da Data de Integralização da Primeira Série (ou da Data de Integralização da Segunda Série, caso não sejam emitidas Debêntures da Primeira Série) ("Formador de Mercado").

20

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: MRS LOGISTICA S/A  
Nire: 33300163565  
Protocolo: 0020150028563 - 07/01/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/01/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 3D339EB8ACA49A84B314E4F9B0B0F4449ED3F9DAB2566983ACAF174D99D9CEE  
Arquivamento: ED33000596-000/4



1353151

6.24 *Fundo de Amortização.* Não será constituído fundo de amortização para a presente Emissão.

7. VENCIMENTO ANTECIPADO

7.1 Na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas nesta Cláusula (cada uma dessas hipóteses, um "Evento de Vencimento Antecipado Automático"), todas as obrigações objeto desta Escritura de Emissão serão consideradas antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis, devendo ser aplicado o disposto nas Cláusulas 7.3 e 7.5 abaixo:

(i) (a) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora, exceto se a liquidação, dissolução e/ou extinção decorrer de uma operação societária que não constitua um Evento de Vencimento Antecipado (conforme abaixo definido); (b) decretação de falência da Emissora; (c) pedido de autofalência formulado pela Emissora; (d) pedido de falência da Emissora, formulado por terceiros, não elidido no prazo legal; ou (e) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Emissora, independentemente do deferimento do respectivo pedido;

(ii) término, perda, encampação, caducidade, revogação, anulação ou qualquer outra forma de extinção total da concessão outorgada à Emissora para realizar atividades relacionadas à exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga na malha Sudeste ("Concessão");

(iii) intervenção na Concessão por determinação do Poder Concedente;

(iv) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;

(v) inadimplemento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, não sanado no prazo de 3 (três) Dias Úteis;

(vi) declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas;

(vii) alteração e/ou transferência do controle acionário direto da Emissora, nos termos do artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, exceto se previamente aprovado por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas. Não haverá, para todos os fins, transferência do controle acionário direto da Emissora nos casos de alteração e/ou transferência do controle decorrentes da transferência de participações por qualquer um dos acionistas que atualmente exerçam o controle direto da Emissora a qualquer sociedade (a) por ele controlada, direta ou indiretamente; (b) que controle, direta ou indiretamente, referido acionista controlador; (c) que esteja sob controle comum do referido acionista controlador; ou (d) que seja também um acionista controlador da Emissora;

(viii) alteração e/ou transferência do controle acionário indireto da Emissora, nos termos do artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, exceto nas hipóteses em que, após anunciada ou ocorrida referida alteração e/ou transferência de controle acionário, a classificação de risco (*rating*) atribuída na Data de Emissão às

2h

h  
s  
x  
y

21

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: MRS LOGISTICA S/A  
Nire: 33300163565  
Protocolo: 0020150028563 - 07/01/2015  
CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 08/01/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 3D339EB8ACA49A84B314E4F9B0B0F4449ED3F9DAB2566983ACAF174D99D9CEE  
Arquivamento: ED33000596-000/4



1353152

Debêntures pela Agência de Classificação de Risco não seja objeto de rebaixamento pela Agência de Classificação de Risco em 2 (dois) ou mais *notch(es)*;

(ix) alienação, pela Emissora, de ativos permanentes que representem, em um mesmo período de 12 (doze) meses, de forma individual ou agregada, valor igual ou superior a R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, exceto se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação;

(x) redução do capital social da Emissora que não seja realizada para absorção de prejuízos acumulados, exceto se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação;

(xi) não utilização, pela Emissora, dos recursos líquidos obtidos com a Emissão estritamente nos termos da Cláusula 4 acima;

(xii) constituição de qualquer hipoteca, penhor, alienação fiduciária, cessão fiduciária, usufruto, fideicomisso, promessa de venda, opção de compra, direito de preferência, encargo, gravame ou ônus, judicial ou extrajudicial, voluntário ou involuntário, ou outro ato que tenha o efeito prático similar a qualquer das expressões acima ("Ônus") sobre ativos da Emissora cujo valor, individual ou agregado, seja equivalente ou superior a R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, exceto (a) se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação; ou (b) para constituição de garantia em financiamentos junto ao BNDES ou outro banco de fomento nacional ou internacional;

(xiii) cessão, promessa de cessão ou qualquer forma de transferência ou promessa de transferência a terceiros, pela Emissora, no todo ou em parte, de qualquer obrigação relacionada às Debêntures, exceto se previamente autorizada por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação;

(xiv) rebaixamento na classificação de risco das Debêntures atribuída pela Agência de Classificação de Risco, durante o prazo de vigência das Debêntures, em 2 (dois) ou mais *notch(es)*, em relação à classificação de risco das Debêntures na Data de Emissão, exceto se, previamente ao rebaixamento da classificação de risco das Debêntures, a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures for aprovada por Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas;

(xv) alteração do objeto social vigente da Emissora, de forma que a Emissora deixe de atuar essencialmente no transporte de carga; e

(xvi) invalidade, nulidade ou inexequibilidade desta Escritura de Emissão.

7.2 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 7.1 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que tomar ciência da ocorrência de quaisquer dos eventos descritos a seguir (cada um desses eventos um "Evento de Vencimento Antecipado Não Automático" e, em conjunto com os Eventos de Vencimento Antecipado Automáticos, "Eventos de Vencimento Antecipado"), Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a eventual não declaração do vencimento antecipado das Debêntures, devendo ser aplicado o disposto nas Cláusulas 7.4 e 7.5 abaixo:

22

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: MRS LOGISTICA S/A  
Nire: 33300163565  
Protocolo: 0020150028563 - 07/01/2015  
CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 08/01/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 3D339EB8ACA49A84B314E4F9B0B0F4449ED3F9DAB2566983ACAF174D99D9CEE  
Arquivamento: ED33000596-000/4



1353153

(i) inadimplemento, pela Emissora, no pagamento de dívidas ou obrigações pecuniárias cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, não sanado no prazo de 3 (três) Dias Úteis contados da data do respectivo inadimplemento;

(ii) protesto de títulos contra a Emissora (ainda que na condição de garantidora), cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, exceto se, no prazo de 30 (trinta) dias contados do respectivo protesto, tiver sido validamente comprovado ao Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, que (a) o protesto foi cancelado; (b) foi apresentada defesa e foram prestadas garantias em juízo; ou (c) foi validamente comprovado pela Emissora perante o juízo competente que o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiros;

(iii) realização, caso a Emissora esteja em mora com relação ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures ou tenha ocorrido e esteja vigente qualquer Evento de Vencimento Antecipado, do pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro prevista no estatuto social vigente da Emissora, que não tenha sido declarada até a data de celebração desta Escritura de Emissão, ressalvado o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;

(iv) inadimplemento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, não sanado no prazo de 20 (vinte) dias contado do recebimento de aviso por escrito (inclusive por meio eletrônico) acerca do descumprimento que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário, sendo que o prazo previsto neste inciso não se aplica para qualquer dos demais Eventos de Vencimento Antecipado;

(v) inadimplemento, pela Emissora, de qualquer decisão judicial e/ou arbitral não sujeita a recurso, envolvendo valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas;

(vi) ato de qualquer autoridade governamental com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, totalidade ou parte substancial dos ativos da Emissora, incluindo, sem limitação, a redução de escopo da Concessão pela devolução, por determinação do Poder Concedente, de qualquer trecho da malha ferroviária concedida à Emissora, exceto no caso em que tal sequestro, expropriação, nacionalização, desapropriação, aquisição compulsória ou redução de escopo não resulte na redução do EBITDA (conforme abaixo definido) da Emissora em mais do que 10% (dez por cento), nos termos das Cláusulas 7.2.2 e 7.2.3 abaixo;

(vii) comprovação de que qualquer das declarações prestadas pela Emissora nesta Escritura de Emissão é falsa ou, ainda, é inconsistente ou incorreta, nestes últimos dois casos em qualquer aspecto relevante;

(viii) transferência, suspensão ou alteração da Concessão, exceto no caso em que tal transferência, suspensão ou alteração não resulte na redução do EBITDA da

23

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: MRS LOGISTICA S/A  
Nire: 33300163565  
Protocolo: 0020150028563 - 07/01/2015  
CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 08/01/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 3D339EB8ACA49A84B314E4F9B0B0F4449ED3F9DAB2566983ACAF174D99D9CEE  
Arquivamento: ED33000596-000/4





1353154

Emissora em mais do que 10% (dez por cento), nos termos das Cláusulas 7.2.2 e 7.2.3 abaixo;

(ix) cisão, fusão, incorporação ou incorporação de ações envolvendo a Emissora, exceto na ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses:

(a) se a operação for realizada com sociedades por ela controladas, direta ou indiretamente, e a Emissora seja a sociedade remanescente, ressalvado que a composição do controle final e a participação detida pelos atuais controladores finais da Emissora não poderão ser alteradas, desde que e sempre em atendimento ao disposto no artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações; ou

(b) se a operação tiver sido previamente aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação; ou

(c) desde que seja legalmente permitido, se tiver sido assegurado aos Debenturistas que o desejarem, durante o prazo mínimo de 2 (dois) meses contados da data de publicação das atas dos atos societários relativos à aprovação da respectiva operação, o resgate das Debêntures de que forem titulares, mediante o pagamento do respectivo Valor Nominal Unitário atualizado (ou saldo do Valor Nominal Unitário atualizado, conforme o caso), acrescido dos Juros Remuneratórios da Primeira Série ou Juros Remuneratórios da Segunda Série, conforme aplicável, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou desde a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série ou Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, observado que o referido resgate somente poderá ser assegurado aos Debenturistas caso permitido pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, inclusive o disposto no inciso II no parágrafo 1º do artigo 1º da Lei 12.431; ou

(d) se, após anunciada ou ocorrida tal operação, a classificação de risco (*rating*) atribuída na Data de Emissão às Debêntures pela Agência de Classificação de Risco não for objeto de rebaixamento pela Agência de Classificação de Risco em 2 (dois) ou mais *notches*;

(x) realização, pela Emissora, de qualquer ato em desacordo com esta Escritura de Emissão, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento, pela Emissora, de qualquer de suas obrigações previstas em tais documentos, salvo se sanado no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis; e

(xi) não observância, pela Emissora, enquanto houver Debêntures em Circulação, dos índices financeiros decorrente: (a) do quociente da divisão da Dívida Líquida (conforme definida abaixo) pelo EBITDA, que deverá ser igual ou inferior a 3,0 (três inteiros), relativo a cada trimestre do ano civil, a partir das demonstrações financeiras da Emissora relativas a 31 de março de 2015 (inclusive); ou (b) do quociente da divisão do EBITDA pelas Despesas Financeiras Líquidas (conforme definidas abaixo), que deverá ser maior que 4,0 (quatro inteiros) ou menor que 0 (zero), no caso das Receitas Financeiras superarem as Despesas Financeiras (conforme definidas abaixo), relativo a cada trimestre do ano civil, a partir das

24

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: MRS LOGISTICA S/A  
Nire: 33300163565  
Protocolo: 0020150028563 - 07/01/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/01/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 3D339EB8ACA49A84B314E4F9B0B0F4449ED3F9DAB2566983ACAF174D99D9CEE  
Arquivamento: ED33000596-000/4



1353155

demonstrações financeiras da Emissora relativas a 31 de março de 2015 (inclusive) (em conjunto, "Índices Financeiros").

7.2.1. Para os fins do disposto nesta Cláusula 7.2:

"Dívida Líquida" significa Dívida (conforme abaixo definido) constante nas rubricas de "Empréstimos e Financiamentos", bruta dos custos da transação, considerando os Saldos das Operações com Derivativos (conforme abaixo definido), deduzida dos valores constantes nas rubricas Caixa e Equivalente de Caixa (conforme abaixo definido) e Caixa Restrito (conforme abaixo definido) das notas explicativas das demonstrações financeiras da Emissora;

"Dívida" significa, com base nas demonstrações financeiras da Emissora, o somatório de todas as dívidas financeiras da Emissora junto a pessoas jurídicas, incluindo empréstimos e financiamentos com terceiros e emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não em ações, no mercado de capitais local e/ou internacional, bem como securitização de direitos creditórios/recebíveis da Emissora;

"EBITDA" significa, com base nas demonstrações financeiras da Emissora relativas aos 4 (quatro) trimestres do ano civil imediatamente anteriores, o Lucro Líquido, (a) acrescido, desde que deduzido no cálculo de tal Lucro Líquido, sem duplicidade, da soma de (i) despesa de impostos sobre o Lucro Líquido; (ii) Despesas Financeiras (conforme abaixo definido); (iii) despesa de amortização e depreciação; e (b) decrescido, desde que incluído no cálculo de tal Lucro Líquido, sem duplicidade, das Receitas Financeiras (conforme abaixo definido);

"Receitas Financeiras" corresponde, com base nas demonstrações financeiras da Emissora relativas aos 4 (quatro) trimestres do ano civil imediatamente anteriores, a soma do valor constante na rubrica Receitas Financeiras;

"Saldos das Operações com Derivativos" significa a dedução da rubrica "Ganhos das Operações com Derivativos" registrada no ativo, adicionada à rubrica "Perdas das Operações com Derivativos" registrada no passivo, sendo ambas as rubricas constantes das notas explicativas das demonstrações financeiras da Emissora;

"Lucro Líquido" significa, com base nas demonstrações financeiras da Emissora relativas aos 4 (quatro) trimestres do ano civil imediatamente anteriores, a soma do valor constante da rubrica "Lucro Líquido" (ou prejuízo);

"Despesas Financeiras" significa, com base nas demonstrações financeiras da Emissora relativas aos 4 (quatro) trimestres do ano civil imediatamente anteriores, a soma do valor constante na rubrica Despesas Financeiras;

"Caixa e Equivalentes de Caixa" incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras com liquidez em até 3 (três) meses e sem perda significativa de valor. São registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras, apurados pelo critério pró-rata, que equivalem aos seus valores de mercado;

"Caixa Restrito" inclui aplicações financeiras vinculadas que tenham restrição de resgate, não sendo caracterizados como de liquidez imediata pela Emissora; e

"Despesa Financeira Líquida" significa "Despesas Financeiras" menos "Receitas Financeiras", conforme apurado nas demonstrações financeiras da Emissora.

25

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: MRS LOGISTICA S/A  
Nire: 33300163565  
Protocolo: 0020150028563 - 07/01/2015  
CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 08/01/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 3D339EB8ACA49A84B314E4F9B0B0F4449ED3F9DAB2566983ACAF174D99D9CEE  
Arquivamento: ED33000596-000/4



1353156

- 7.2.2. Para os fins do disposto nesta Cláusula 7.2(vi) e (viii), a variação do EBITDA será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Variação do EBITDA} = \frac{(b) - (a)}{(a)}$$

Sendo:

- (a) no período-base: o EBITDA da Emissora apurado no fechamento trimestral anterior ("Trimestre-Base") ao do trimestre em que (i) para fins da Cláusula 7.2 (vi), tal sequestro, expropriação, nacionalização, desapropriação, aquisição compulsória ou redução de escopo ocorreu; ou (ii) para fins da Cláusula 7.2 (viii), a transferência ou suspensão ou alteração da Concessão ocorreu (qualquer um destes eventos, um "Evento de Impacto"); considerando-se, para o cálculo em questão, o EBITDA da Emissora apurado em período de 12 (doze) meses, contados a partir do fechamento do último mês do Trimestre-Base.
- (b) no período-subsequente: o EBITDA da Emissora apurado no fechamento trimestral subsequente ("Trimestre-Subsequente") ao do trimestre em que o respectivo Evento de Impacto ocorreu; considerando-se, para o cálculo em questão, o EBITDA da Emissora apurado em período de 12 (doze) meses, contados a partir do fechamento do último mês do Trimestre-Subsequente.
- 7.2.3. Caso tenha ocorrido um Evento de Impacto, a Emissora deverá enviar o cálculo previsto na Cláusula 7.2.2 ao Agente Fiduciário, em até 10 (dez) Dias Úteis a contar na data em que as informações financeiras trimestrais do Trimestre-Subsequente sejam divulgadas pela Emissora, nos termos da regulamentação aplicável.
- 7.3 A ocorrência de quaisquer dos Eventos de Vencimento Antecipado Automáticos indicados na Cláusula 7.1 acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial, devendo o Agente Fiduciário, no entanto, informar à Emissora por meio de comunicação escrita e aos Debenturistas por meio da publicação de aviso na forma da Cláusula 6.18 acima, assim que tiver ciência da ocorrência do respectivo Evento de Vencimento Antecipado Automático, a formalização da declaração de vencimento antecipado das Debêntures.
- 7.4 Na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Vencimento Antecipado Não Automáticos descritos na Cláusula 7.2 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que tomar ciência da ocorrência do referido evento, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a eventual não declaração do vencimento antecipado das Debêntures.
- 7.4.1 Uma vez instalada, em primeira convocação, a Assembleia Geral de Debenturistas prevista na Cláusula 7.4 acima, será necessária a manifestação favorável de Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação para aprovar (i) a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures; ou (ii) a suspensão dos trabalhos para deliberação em data posterior. Nestas hipóteses, o Agente Fiduciário não deverá declarar o vencimento antecipado das obrigações objeto desta Escritura de Emissão.

26

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: MRS LOGISTICA S/A  
Nire: 33300163565  
Protocolo: 0020150028563 - 07/01/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/01/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 3D339EB8ACA49A84B314E4F9B0B0F4449ED3F9DAB2566983ACAF174D99D9CEE  
Arquivamento: ED33000596-000/4



1353157

- 7.4.2 Caso não haja *quorum* suficiente para instalação da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação, o Agente Fiduciário ou a Emissora, conforme o caso, realizará a segunda convocação da Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a mesma ordem do dia. Caso (i) na Assembleia Geral de Debenturistas instalada em segunda convocação não haja deliberação de Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação determinando a não declaração do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures; ou (ii) não haja, novamente, quórum para instalação da Assembleia Geral de Debenturistas; ou (iii) por qualquer motivo, não ocorra a deliberação acerca do vencimento antecipado das obrigações da Emissora decorrentes das Debêntures, ressalvado o disposto no item (ii) da Cláusula 7.4.1 acima, o Agente Fiduciário declarará antecipadamente vencidas todas as obrigações da Emissora constantes desta Escritura de Emissão, devendo o Agente Fiduciário informar a declaração de vencimento antecipado das Debêntures à Emissora, por meio de comunicação escrita, ainda que por meio eletrônico, e aos Debenturistas, por meio da publicação de aviso na forma da Cláusula 6.18 acima.
- 7.5 Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures pelo Agente Fiduciário, na forma das Cláusulas 7.3 ou 7.4 acima, a Emissora obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, com o seu consequente cancelamento, mediante o pagamento do respectivo Valor Nominal Unitário atualizado (ou saldo do Valor Nominal Unitário atualizado, conforme o caso), acrescido dos Juros Remuneratórios da Primeira Série ou dos Juros Remuneratórios da Segunda Série, conforme o caso, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou desde a última Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série ou Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento da comunicação enviada pelo Agente Fiduciário, ainda que de forma eletrônica, sob pena de, em não o fazendo, ficar a Emissora obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios.
- 7.6 O Agente Fiduciário deverá comunicar eventual vencimento antecipado das Debêntures ao Banco Liquidante, por escrito, em até 1 (um) Dia Útil da data em que for declarado o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos da Cláusula 12.1 desta Escritura de Emissão.
- 7.7 A CETIP e a BM&FBOVESPA deverão ser informadas sobre o pagamento descrito na Cláusula 7.5 acima com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência.
8. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA
- 8.1 Sem prejuízo das demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, a Emissora se obriga, ainda, a:
- (i) fornecer ao Agente Fiduciário e disponibilizar em sua respectiva página na internet ([www.mrs.com.br](http://www.mrs.com.br)) os seguintes documentos e informações:
- (a) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, (1) cópia das demonstrações financeiras da Emissora relativas ao exercício social encerrado, preparadas de acordo com os princípios

27

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: MRS LOGISTICA S/A  
Nire: 33300163565  
Protocolo: 0020150028563 - 07/01/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/01/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 3D339EB8ACA49A84B314E4F9B0B0F4449ED3F9DAB2566983ACAF174D99D9CEE  
Arquivamento: ED33000596-000/4



1353158

contábeis determinados pela legislação e regulamentação em vigor e acompanhadas de parecer dos auditores independentes; (2) relatório elaborado pela Emissora demonstrando a apuração dos Índices Financeiros, com base nas demonstrações financeiras auditadas ou revisadas, conforme o caso, contendo a memória de cálculo com todas as rubricas necessárias à sua apuração, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários; e (3) declaração assinada pelo(s) representante(s) legal(is) da Emissora, na forma de seu estatuto social, atestando (3.1) que permanecem válidas as disposições contidas nesta Escritura de Emissão; (3.2) a não ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado e a inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas; (3.3) o cumprimento da obrigação de manutenção do registro de companhia aberta da Emissora; (3.4) o cumprimento da obrigação de manutenção do órgão previsto no inciso (vi) desta Cláusula 8.1; (3.5) que os bens da Emissora foram mantidos devidamente segurados, conforme descrito em suas demonstrações financeiras mais recentes; e (3.6) que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto social da Emissora.

(b) dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias após o término de cada trimestre do exercício social, (1) cópia das demonstrações financeiras da Emissora relativas ao trimestre encerrado, preparadas de acordo com os princípios contábeis determinados pela legislação e regulamentação em vigor e acompanhadas de parecer dos auditores independentes; e (2) relatório elaborado pela Emissora demonstrando a apuração dos Índices Financeiros, com base nas demonstrações financeiras auditadas ou revisadas, conforme o caso, contendo a memória de cálculo com todas as rubricas necessárias à sua apuração, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários;

(c) dentro de 20 (vinte) Dias Úteis contados da respectiva solicitação, qualquer informação que razoavelmente lhe venha a ser solicitada, permitindo que o Agente Fiduciário, por meio de seus representantes legalmente constituídos e previamente indicados, tenha acesso aos seus livros e registros contábeis, bem como, no prazo de até 20 (vinte) Dias Úteis contados da data da solicitação, a qualquer informação relevante para esta Emissão que lhe venha a ser solicitada e desde que não seja referente a informações confidenciais e estratégicas da Emissora;

(d) informar e enviar todos os dados financeiros, atos societários e o organograma de seu grupo societário, o qual deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, as sociedades sob controle comum, as coligadas, e as sociedades integrantes do bloco de controle da Emissora, conforme aplicável, no encerramento de cada exercício social, necessários à realização do relatório anual, conforme Instrução da CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28"), que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização na CVM;

28

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: MRS LOGISTICA S/A  
Nire: 33300163565  
Protocolo: 0020150028563 - 07/01/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/01/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 3D339EB8ACA49A84B314E4F9B0B0F4449ED3F9DAB2566983ACAF174D99D9CEE  
Arquivamento: ED33000596-000/4



1353159

(e) dentro de 10 (dez) Dias Úteis da data de seu envio aos Debenturistas ou da data em que forem divulgados ao mercado, o que ocorrer primeiro, cópia de todas as cartas e comunicados enviados aos Debenturistas, bem como de todos os avisos aos Debenturistas; e

(f) dentro de 10 (dez) Dias Úteis contados de seu arquivamento na JUCERJA, 1 (uma) via original das atas das Assembleias Gerais de Debenturistas devidamente arquivadas na JUCERJA.

(ii) protocolar o pedido de arquivamento desta Escritura de Emissão e de eventuais aditamentos na JUCERJA, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da celebração desta Escritura de Emissão e de seus eventuais aditamentos, e enviar ao Agente Fiduciário, dentro de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do respectivo arquivamento na JUCERJA, 1 (uma) via original desta Escritura de Emissão e de eventuais aditamentos devidamente arquivados na JUCERJA;

(iii) enviar ao Agente Fiduciário, em até 5 (cinco) Dias Úteis após o recebimento, cópia de qualquer notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora relacionada a um Evento de Vencimento Antecipado, inclusive no caso de recebimento de qualquer notificação judicial ou extrajudicial relativa a protestos de títulos efetuados contra a Emissora;

(iv) enviar ao Agente Fiduciário, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da respectiva data de vencimento, cópia dos eventuais comprovantes de cumprimento de suas obrigações pecuniárias perante os Debenturistas;

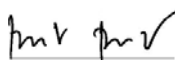
(v) convocar Assembleias Gerais de Debenturistas da Primeira Série, Assembleias Gerais de Debenturistas da Segunda Série e Assembleias Gerais de Debenturistas, conforme o caso, para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacionem com a presente Emissão, nos termos desta Escritura de Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça, dentro do prazo legal;

(vi) manter em adequado funcionamento órgão para atender, de forma eficiente, os Debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;

(vii) cumprir todas as leis e, em todos os aspectos relevantes, todas as regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realizar negócios ou possuir ativos, inclusive em relação à manutenção de sua contabilidade devidamente atualizada, de acordo com os princípios contábeis aplicáveis, à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, na forma da legislação societária pertinente, e às determinações da CVM e de outros órgãos públicos competentes;

(viii) notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer fato ou evento que tenha ensejado ou possa ensejar a ocorrência de um Evento de Vencimento Antecipado, ou que possa causar um evento adverso relevante nas atividades ou situação econômico-financeira da Emissora, no prazo de até 1 (um) Dia Útil do conhecimento, pela Emissora, da ocorrência do fato ou evento. O descumprimento deste dever pela Emissora não impedirá o Agente Fiduciário ou os Debenturistas de, a seu critério, exercer seus poderes, faculdades e pretensões previstos nesta Escritura de Emissão, inclusive o de declarar o vencimento antecipado das Debêntures;

29

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: MRS LOGISTICA S/A  
Nire: 33300163565  
Protocolo: 0020150028563 - 07/01/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/01/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 3D339EB8ACA49A84B314E4F9B0B0F4449ED3F9DAB2566983ACAF174D99D9CEE  
Arquivamento: ED33000596-000/4



1353160

(ix) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo art. 2º da Instrução CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada;

(x) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures na ANBIMA, na CETIP e na BM&FBOVESPA;

(xi) arcar com todos os custos: (a) decorrentes da distribuição das Debêntures, incluindo todos os custos relativos à análise prévia pela ANBIMA e ao seu registro na CETIP, na BM&FBOVESPA e na CVM; (b) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora; e (c) de contratação do Agente Fiduciário, do Escriturador Mandatário, do Banco Liquidante, da Agência de Classificação de Risco, da CETIP e da BM&FBOVESPA;

(xii) manter contratados durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário, a CETIP, a BM&FBOVESPA e o Agente Fiduciário;

(xiii) contratar a Agência de Classificação de Risco para obtenção de *rating* para as Debêntures, devendo a Agência de Classificação de Risco: (i) observado o disposto na Cláusula 5.7 acima, manter atualizado o relatório de avaliação, com periodicidade mínima de 12 (doze) meses, até o vencimento das Debêntures, bem como dar ampla divulgação de tal avaliação ao mercado; (ii) assegurar que sejam entregues ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco em até 5 (cinco) dias após sua elaboração; e (iii) em até 1 (um) Dia Útil da ocorrência do evento, comunicar ao Agente Fiduciário qualquer alteração da classificação de risco das Debêntures;

(xiv) repassar as informações referentes aos pagamentos a serem realizados sob as Debêntures ao Banco Liquidante, informando o Valor Nominal Unitário atualizado da véspera do evento até as 19 horas da véspera do evento;

(xv) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas, observado o disposto na Cláusula 9.4.5 abaixo;

(xvi) cumprir todas as determinações da CVM, da ANBIMA, da CETIP e da BM&FBOVESPA, inclusive mediante envio de documentos e, ainda, prestando as informações que lhe forem solicitadas;

(xvii) não transferir ou, por qualquer forma, ceder ou prometer ceder a terceiros os direitos e obrigações que respectivamente adquiriu e assumiu nesta Escritura de Emissão, sem a prévia anuência dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim; e

(xviii) manter atualizado o registro de companhia aberta da Emissora perante a CVM.

8.2 A Emissora obriga-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, a cuidar para que as operações que venha a praticar no ambiente CETIP e/ou na BM&FBOVESPA sejam sempre amparadas pelas boas práticas de mercado, com plena e perfeita observância das normas aplicáveis à matéria, isentando o Agente

73

CFX-9

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: MRS LOGISTICA S/A  
Nire: 33300163565  
Protocolo: 0020150028563 - 07/01/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/01/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 3D339EB8ACA49A84B314E4F9B0B0F4449ED3F9DAB2566983ACAF174D99D9CEE  
Arquivamento: ED33000596-000/4



1353161

Fiduciário de toda e qualquer responsabilidade por reclamações, prejuízos, perdas e danos, lucros cessantes e/ou emergentes a que o não respeito às referidas normas der causa, desde que comprovadamente não tenham sido gerados por atuação do Agente Fiduciário.

3h

9. AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1 *Nomeação.*

9.1.1 A Emissora nomeia e constitui a PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, acima qualificada, como Agente Fiduciário da Emissão, que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão, representar os interesses da comunhão dos Debenturistas perante a Emissora.

9.2 *Substituição.*

9.2.1 Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, falência ou qualquer outro motivo de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha de novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

9.2.2 Na hipótese de a convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo referido na Cláusula 9.2.1 acima, caberá à Emissora efetua-la.

9.2.3 A CVM poderá nomear substituto provisório para o Agente Fiduciário enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário.

9.2.4 Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário deverá comunicar imediatamente este fato à Emissora, por escrito, e aos Debenturistas, por meio da convocação de Assembleia Geral de Debenturistas, solicitando a sua substituição.

9.2.5 É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo de distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim, observado o *quorum* de deliberação previsto na Cláusula 10.8 abaixo.

9.2.6 A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 4º da Instrução CVM 28.

9.2.7 A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão, que deverá ser averbado na JUCERJA, onde será registrada esta Escritura de Emissão.

h  
X  
h

31

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: MRS LOGISTICA S/A  
Nire: 33300163565  
Protocolo: 0020150028563 - 07/01/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/01/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 3D339EB8ACA49A84B314E4F9B0B0F4449ED3F9DAB2566983ACAF174D99D9CEE  
Arquivamento: ED33000596-000/4





1353162

- 9.2.8 O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de celebração desta Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a integral liquidação das obrigações decorrentes das Debêntures ou até sua efetiva substituição ou cumprimento de todas suas obrigações sob esta Escritura de Emissão e a legislação em vigor, o que ocorrer primeiro.
- 9.2.9 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.
- 9.3 *Deveres do Agente Fiduciário.*
- 9.3.1 Além de outros previstos na regulamentação aplicável, nesta Escritura de Emissão, em ato normativo da CVM ou nos Códigos ANBIMA, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:
- (i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
  - (ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
  - (iii) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
  - (iv) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
  - (v) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
  - (vi) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
  - (vii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
  - (viii) solicitar, quando julgar necessário para o fiel cumprimento de suas funções e às expensas da Emissora, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas da Justiça Federal, varas trabalhistas e procuradoria da Fazenda Pública da localidade da sede da Emissora;
  - (ix) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
  - (x) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas, através de anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos órgãos de imprensa em que a Emissora deve efetuar suas publicações;
  - (xi) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;

32

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: MRS LOGISTICA S/A  
Nire: 33300163565  
Protocolo: 0020150028563 - 07/01/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/01/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 3D339EB8ACA49A84B314E4F9B0B0F4449ED3F9DAB2566983ACAF174D99D9CEE  
Arquivamento: ED33000596-000/4



1353163

(xii) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos da alínea "b", do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as informações abaixo:

- (a) eventual omissão ou inveracidade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
- (b) alterações estatutárias ocorridas no período;
- (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
- (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
- (e) resgate, amortização e pagamentos realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
- (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
- (g) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
- (h) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário; e
- (i) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas pela própria Emissora, por sociedade controladora, controladas, sociedades sob controle comum, coligadas, ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados abaixo sobre tais emissões: (1) denominação da companhia ofertante; (2) valor da emissão; (3) quantidade de debêntures emitidas; (4) espécie; (5) prazo de vencimento das debêntures; (6) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; e (7) eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período;

(xiii) colocar o relatório de que trata o inciso acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:

- (a) na sede da Emissora;
- (b) no escritório do Agente Fiduciário;
- (c) na CETIP;
- (d) na BM&FBOVESPA;
- (e) na CVM; e
- (f) na sede dos Coordenadores;

(xiv) publicar, nos órgãos da imprensa onde a Emissora efetua suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório acima mencionado se encontra à sua disposição nos locais indicados no inciso acima;

33

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: MRS LOGISTICA S/A  
Nire: 33300163565  
Protocolo: 0020150028563 - 07/01/2015  
CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 08/01/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 3D339EB8ACA49A84B314E4F9B0B0F4449ED3F9DAB2566983ACAF174D99D9CEE  
Arquivamento: ED33000596-000/4



1353164

(xv) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestão de informações junto à Emissora, ao Banco Liquidante, à CETIP e à BM&FBOVESPA, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora, mediante a assinatura desta Escritura de Emissão, e os Debenturistas, no ato de subscrição, integralização ou aquisição das Debêntures, autorizam expressamente o Escriturador Mandatário, o Banco Liquidante, a CETIP e a BM&FBOVESPA a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referentes à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures e de seus respectivos titulares;

37

(xvi) fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer, bem como verificar se os cálculos dos Índices Financeiros foram feitos de forma correta, conforme informações públicas disponíveis e/ou fornecidas pela Emissora;

(xvii) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da ciência do fato, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos, enviando comunicação de igual teor à CVM, à CETIP e à BM&FBOVESPA;

(xviii) divulgar as informações referidas no item (i) do inciso (xii) acima em sua página na rede mundial de computadores tão logo delas tenha conhecimento;

(xix) disponibilizar diariamente o saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures, calculado pela Emissora, aos Debenturistas e aos demais participantes do mercado, por meio de sua central de atendimento e/ou de sua página na rede mundial de computadores;

(xx) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;

(xxi) coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas nos casos previstos nesta Escritura de Emissão, se aplicável;

(xxii) custear todas as despesas decorrentes da execução dos seus serviços, incluindo todos os tributos, municipais, estaduais e federais, presentes ou futuros, devidos em decorrência da execução de seus serviços, exceto por aqueles previstos na Cláusula 9.4.3 abaixo e todos os encargos cíveis, trabalhistas e/ou previdenciários; e

(xxiii) verificar o cumprimento da obrigação da Emissora de atualização anual do relatório de avaliação de risco das Debêntures, nos termos da Cláusula 8.1(xiii) desta Escritura de Emissão.

9.3.1.1. Caso seja solicitada a auditoria extraordinária prevista no inciso (ix) da Cláusula 9.3.1 acima, os custos serão arcados pela Emissora.

9.3.2 O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos desta Escritura de Emissão:

(i) declarar, observadas as condições desta Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;

PK

34

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: MRS LOGISTICA S/A  
Nire: 33300163565  
Protocolo: 0020150028563 - 07/01/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/01/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 3D339EB8ACA49A84B314E4F9B0B0F4449ED3F9DAB2566983ACAF174D99D9CEE  
Arquivamento: ED33000596-000/4



1353165

- (ii) requerer a falência da Emissora, nos termos da legislação aplicável;
  - (iii) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
  - (iv) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial, intervenção e/ou liquidação extrajudicial da Emissora.
- 9.3.3 O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas na Cláusula 9.3.2 acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação de Debenturistas que representem a totalidade das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação de Debenturistas que representem a maioria das Debêntures em Circulação quando tal hipótese se referir ao disposto no inciso (iv) da Cláusula 9.3.2 acima.
- 9.3.4 Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora de elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.
- 9.3.5 O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido encaminhado pela Emissora ou por terceiros a seu pedido, para basear suas decisões.
- 9.3.6 Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, somente serão válidos quando previamente assim deliberado em Assembleia Geral de Debenturistas.
- 9.3.7 O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28, dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura de Emissão, estando o Agente Fiduciário isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação ou regulamentação aplicáveis ou desta Escritura de Emissão.
- 9.3.8 O Agente Fiduciário pode se balizar nas informações que lhe forem disponibilizadas pela Emissora para acompanhar o atendimento dos Índices Financeiros.

35

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: MRS LOGISTICA S/A  
Nire: 33300163565  
Protocolo: 0020150028563 - 07/01/2015  
CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 08/01/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 3D339EB8ACA49A84B314E4F9B0B0F4449ED3F9DAB2566983ACAF174D99D9CEE  
Arquivamento: ED33000596-000/4



1353166

9.4 *Remuneração.*

- 9.4.1 Será devido ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão, a seguinte remuneração: parcelas anuais de R\$ 3.000,00 (três mil reais) cada, sendo a primeira parcela devida no 5º (quinto) Dia Útil após a data de assinatura desta Escritura de Emissão e as demais na mesma data dos anos subsequentes. Referida remuneração será devida mesmo após a Data de Vencimento da Primeira Série e a Data de Vencimento da Segunda Série, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora e desde que tal pagamento não incorra em duplicidade com a parcela acima mencionada.
- 9.4.2 As parcelas acima mencionadas serão reajustadas pela variação acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado ("IGP-M"), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro rata die*, se necessário.
- 9.4.3 As parcelas acima citadas serão acrescidas dos seguintes impostos: Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, Contribuição ao Programa de Integração Social - PIS, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IR e a Contribuição Social sobre Lucro Líquido - CSLL, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.
- 9.4.4 Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.
- 9.4.5 O Agente Fiduciário será reembolsado pela Emissora por todas as despesas em que razoável e comprovadamente incorrer para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da entrega de cópia dos documentos comprobatórios nesse sentido, desde que as despesas tenham sido, sempre que possível, previamente aprovadas pela Emissora, sendo que as despesas serão consideradas aprovadas caso a Emissora não se manifeste no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação pelo Agente Fiduciário. As despesas incluem, entre outras, as seguintes:
- (i) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;
  - (ii) extração de certidões relacionadas à Emissão;
  - (iii) fotocópias, digitalizações, envio de documentos relacionados à Emissão;
  - (iv) custos incorridos em contatos telefônicos relacionados à Emissão;

36

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: MRS LOGISTICA S/A  
Nire: 33300163565  
Protocolo: 0020150028563 - 07/01/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/01/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 3D339EB8ACA49A84B314E4F9B0B0F4449ED3F9DAB2566983ACAF174D99D9CEE  
Arquivamento: ED33000596-000/4



1353167

- (v) despesas de viagem, alimentação, transportes e estadias, quando estas sejam necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário e forem, sempre que possível e conforme estabelecido acima, antecipadamente aprovadas pela Emissora; e
- (vi) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que venham a ser comprovadamente necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas, sempre que possível e conforme estabelecido acima, previamente aprovados pela Emissora.

9.4.6 Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e, posteriormente conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciárias nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, na condição de representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar adiantamento aos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência. O adiantamento de despesas previsto acima não inclui os Debenturistas impedidos por lei de fazê-lo, devendo os demais Debenturistas ratear as despesas na proporção de seus créditos, ficando desde já estipulado que haverá posterior reembolso aos Debenturistas que efetuaram o rateio em proporção superior à proporção de seus créditos, quando de eventual recebimento de recursos por aqueles Debenturistas que estavam impedidos de ratear despesas relativas à sua participação.

9.4.7 O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma prevista na Cláusula 9.4.5 acima será acrescido à dívida da Emissora, tendo preferência sobre as demais dívidas da Emissora na ordem de pagamento.

9.4.8 Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o substituído deverá repassar a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição, à Emissora. O agente fiduciário substituído fará jus à mesma remuneração devida ao Agente Fiduciário, calculada proporcionalmente ao tempo de prestação de serviço restante, exceto se deliberado de forma diversa pela Assembleia Geral de Debenturistas e com anuência da Emissora.

9.5 Declarações.

9.5.1 O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora que:

- (i) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

37

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: MRS LOGISTICA S/A  
Nire: 33300163565  
Protocolo: 0020150028563 - 07/01/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/01/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 3D339EB8ACA49A84B314E4F9B0B0F4449ED3F9DAB2566983ACAF174D99D9CEE  
Arquivamento: ED33000596-000/4



1353168

- (ii) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (iii) esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida, eficaz e vinculante do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (iv) o(s) representante(s) legal(is) que assina(m) esta Escritura de Emissão tem(têm) poderes societários e/ou delegados para tanto, podendo cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (v) sob as penas da lei, não tem nenhum impedimento legal e não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesses, conforme definido no parágrafo 3º do artigo 66 da Lei das Sociedades por Ações, no artigo 10 da Instrução CVM 28 e demais normas aplicáveis, para exercer a função que lhe é conferida nesta Escritura de Emissão;
- (vi) está ciente da regulamentação aplicável emanada pela CVM e pelo Banco Central do Brasil, inclusive a Circular nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, do Banco Central do Brasil;
- (vii) aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação e regulamentação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (viii) aceita integralmente esta Escritura de Emissão, suas cláusulas e condições;
- (ix) está devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (x) não possui qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (xi) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, no momento em que aceitou sua função, diligenciando para que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tomou conhecimento;
- (xii) é instituição financeira, estando devidamente organizado, constituído e existente de acordo com as leis brasileiras; e
- (xiii) na data de assinatura desta Escritura de Emissão, conforme organograma encaminhado pela Emissora, o Agente Fiduciário identificou que presta serviços de agente fiduciário nas seguintes emissões: (i) 4ª (quarta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia flutuante, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Emissora, com vencimento em 01 de fevereiro de 2020, em que foram emitidas 30.000 (trinta mil) debêntures, na data de emissão, no valor total de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais). Até a presente data foram verificados eventos de amortização, conforme previsão na respectiva escritura de emissão. Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate, conversão, repactuação e inadimplemento. Na data da emissão, as debêntures da 4ª emissão da Emissora possuíam garantias flutuantes, com privilégio geral sobre os

38

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: MRS LOGISTICA S/A  
Nire: 33300163565  
Protocolo: 0020150028563 - 07/01/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/01/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 3D339EB8ACA49A84B314E4F9B0B0F4449ED3F9DAB2566983ACAF174D99D9CEE  
Arquivamento: ED33000596-000/4



1353169

ativos da Emissora, nos termos do parágrafo 1º do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, conforme previsão na escritura de emissão; (ii) 5ª (quinta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Emissora, com vencimento em 18 de julho de 2018, em que foram emitidas 300.000 (trezentas mil) debêntures, na data de emissão, no valor total de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento; (iii) 6ª (sexta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Emissora, com vencimento em 10 de dezembro de 2019, em que foram emitidas 30.000 (trinta mil) debêntures, na data de emissão, no valor total de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento; (iv) 8ª (oitava) emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, da Vale S.A., com vencimento em 15 de janeiro de 2021 para as debêntures da 1ª (primeira) série, 15 de janeiro de 2024 para as debêntures da 2ª (segunda) série, 15 de janeiro de 2026 para as debêntures da 3ª (terceira) série e 15 de janeiro de 2029 para as debêntures da 4ª (quarta) série, em que foi emitido 1.000.000 (um milhão) de debêntures, sendo 600.000 (seiscentas mil) debêntures para a 1ª (primeira) série, 150.000 (cento e cinquenta mil) debêntures para a 2ª (segunda) série, 100.000 (cem mil) debêntures para a 3ª (terceira) série, 150.000 (cento e cinquenta mil) debêntures para a 4ª (quarta) série, na data de emissão, no valor total de R\$1.000.000.000,00 (um bilhão de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento; (v) 6ª (sexta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Companhia Siderúrgica Nacional, com vencimento final em 30 de março de 2015 para as debêntures da 1ª (primeira) série e 06 de setembro de 2015 para as debêntures da 2ª (segunda) série, em que foram emitidas 156.500 (cento e cinquenta e seis mil e quinhentas) debêntures, sendo 106.500 (cento e seis mil e quinhentas) debêntures para a 1ª (primeira) série e 50.000 (cinquenta mil) debêntures para a 2ª (segunda) série, na data de emissão, no valor de R\$ 1.565.000,00 (um bilhão, quinhentos e sessenta e cinco milhões de reais). Até a presente data foram verificados eventos de amortização, conforme previsão na respectiva escritura de emissão. Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate, repactuação e inadimplemento; e (vi) 7ª (sétima) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Companhia Siderúrgica Nacional, com vencimento final em 28 de março de 2021, em que foram emitidas 40.000 (quarenta mil) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de amortização, resgate, repactuação e inadimplemento.

39

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: MRS LOGISTICA S/A  
Nire: 33300163565  
Protocolo: 0020150028563 - 07/01/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/01/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 3D339EB8ACA49A84B314E4F9B0B0F4449ED3F9DAB2566983ACAF174D99D9CEE  
Arquivamento: ED33000596-000/4





1353170

10. ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

- 10.1.1 Os Debenturistas da Primeira Série e os Debenturistas da Segunda Série poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas da respectiva série ("Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série" e "Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série", respectivamente), computando-se em separado os Debenturistas de cada série, para fins de quóruns de convocação, instalação e deliberação. Os Debenturistas de ambas as séries da Emissão também poderão, a qualquer tempo reunir-se em assembleia geral ("Assembleia Geral de Debenturistas"), de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas, computando-se em conjunto todos os Debenturistas, para fins de quóruns de convocação, instalação e deliberação.
- 10.2 Aplica-se à Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série, à Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série e à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre assembleia geral de acionistas.
- 10.3 A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada (i) pelo Agente Fiduciário; (ii) pela Emissora; (iii) por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação da respectiva série da Emissão, ou por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, no caso de Assembleias Gerais de Debenturistas; ou (iv) pela CVM.
- 10.4 As Assembleias Gerais de Debenturistas da Primeira Série, Assembleias Gerais de Debenturistas da Segunda Série e Assembleias Gerais de Debenturistas serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias para a primeira convocação, mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos termos da Cláusula 6.18 acima, respeitadas as demais regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.
- 10.4.1 As Assembleias Gerais de Debenturistas da Primeira Série, Assembleias Gerais de Debenturistas da Segunda Série e Assembleias Gerais de Debenturistas se instalarão, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a maioria simples, no mínimo, das Debêntures em Circulação da respectiva série (ou a maioria simples, no mínimo, das Debêntures em Circulação, no caso de Assembleias Gerais de Debenturistas) e, em segunda convocação, com qualquer *quorum*.
- 10.4.2 A segunda convocação deverá ser realizada com, no mínimo, 8 (oito) dias de antecedência.
- 10.5 Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas da Primeira Série, Assembleias Gerais de Debenturistas da Segunda Série e Assembleias Gerais de Debenturistas.

23

Handwritten signature and initials.

40

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: MRS LOGISTICA S/A  
Nire: 33300163565  
Protocolo: 0020150028563 - 07/01/2015  
CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 08/01/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 3D339EB8ACA49A84B314E4F9B0B0F4449ED3F9DAB2566983ACAF174D99D9CEE  
Arquivamento: ED33000596-000/4



1353171

- 10.6 O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas da Primeira Série, Assembleias Gerais de Debenturistas da Segunda Série e Assembleias Gerais de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.
- 10.7 A presidência e a secretaria das Assembleias Gerais de Debenturistas da Primeira Série, Assembleias Gerais de Debenturistas da Segunda Série e Assembleias Gerais de Debenturistas caberão aos Debenturistas eleitos por estes próprios ou àquele que for designado pela CVM.
- 10.8 Nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas da Primeira Série, Assembleias Gerais de Debenturistas da Segunda Série e Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação da respectiva série (ou a cada Debêntures em Circulação, no caso de Assembleias Gerais de Debenturistas) caberá um voto, sendo admitida a constituição de mandatários, titulares de Debêntures ou não. As deliberações dependerão da aprovação da maioria simples dos Debenturistas titulares de Debêntures em Circulação da respectiva série (ou maioria simples dos Debenturistas titulares de Debêntures em Circulação, no caso de Assembleias Gerais de Debenturistas), sendo certo que não estão incluídos neste *quorum* aqueles expressamente previstos em outras Cláusulas desta Escritura de Emissão, inclusive na Cláusula 7 acima e nesta Cláusula 10. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns estabelecidos nesta Escritura de Emissão, (i) serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os Debenturistas da respectiva série (ou a todos os Debenturistas, no caso de Assembleias Gerais de Debenturistas), independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série, à Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série ou à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto nelas proferido, conforme o caso, e (ii) não conferirão aos dissidentes ou ausentes qualquer direito a resgate de suas Debêntures.
- 10.9 As seguintes deliberações, que somente poderão ser propostas pela Emissora, deverão ser tomadas por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação ou dos Debenturistas representando 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação da respectiva série, quando a matéria for de interesse exclusivo de Debenturistas da Primeira Série ou de Debenturistas da Segunda Série, conforme o caso: (i) alteração das disposições desta Cláusula 10.9 e da Cláusula 10.10 abaixo; (ii) alteração da Remuneração da Primeira Série ou da Remuneração da Segunda Série; (iii) alteração de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura de Emissão; (iv) alteração da Data de Vencimento da Primeira Série ou da Data de Vencimento da Segunda Série; (v) alteração da espécie das Debêntures; (vi) criação de evento de repactuação; (vii) alteração das disposições relativas a resgate antecipado; (viii) alteração das disposições relativas a amortizações antecipadas; (ix) alteração da redação de qualquer Evento de Vencimento Antecipado; e/ou (x) alteração dos quóruns previstos nesta Escritura de Emissão.
- 10.10 As deliberações relativas a renúncia ou a perdão temporário a um Evento de Evento de Vencimento Antecipado (pedido de *waiver*) deverão ser aprovadas em Assembleia Geral de Debenturistas, respeitando-se o quórum de 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação.

41

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: MRS LOGISTICA S/A  
Nire: 33300163565  
Protocolo: 0020150028563 - 07/01/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/01/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 3D339EB8ACA49A84B314E4F9B0B0F4449ED3F9DAB2566983ACAF174D99D9CEE  
Arquivamento: ED33000596-000/4



1353172

11. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

11.1 A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário que:

(i) é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações de acordo com as leis brasileiras, com registro de companhia aberta perante a CVM devidamente atualizado, e está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;

(ii) é titular da concessão de serviço público de transporte ferroviário de carga na malha Sudeste, conforme o "Contrato de Concessão", celebrado entre Emissora e União Federal, por intermédio do Ministério dos Transportes;

(iii) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão e obteve todas as aprovações e autorizações, inclusive as societárias, necessárias à celebração desta Escritura de Emissão, à emissão das Debêntures e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e societários necessários para tanto, não sendo exigido nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, adicional aos já concedidos, exceto (i) pela inscrição da RCA e desta Escritura de Emissão na JUCERJA, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão; (ii) pelo registro das Debêntures na CETIP e na BM&FBOVESPA; e (iii) pela análise prévia da Oferta pela ANBIMA, no âmbito do Convênio CVM-ANBIMA; e (iv) pelo registro da Oferta na CVM.

(iv) a celebração, os termos e condições desta Escritura de Emissão e o cumprimento das obrigações aqui previstas, bem como a colocação das Debêntures, (a) não infringem seu estatuto social; (b) não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Emissora seja parte; (c) não infringem qualquer disposição legal, ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral em face da Emissora; e (d) não resultarão em (1) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (2) criação de qualquer Ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora; ou (3) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;

(v) os representantes legais da Emissora que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes societários e/ou delegados para assumir, em nome da Emissora, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;

(vi) está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais aplicáveis ao exercício de suas atividades, inclusive com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, nas Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente e nas demais disposições legais e regulamentares ambientais que, em qualquer desses casos, sejam igualmente relevantes para a execução de suas atividades, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias que sejam necessárias, destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício de suas atividades descritas em seu objeto social;

42

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: MRS LOGISTICA S/A  
Nire: 33300163565  
Protocolo: 0020150028563 - 07/01/2015  
CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 08/01/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 3D339EB8ACA49A8B314E4F9B0B0F4449ED3F9DAB2566983ACAF174D99D9CEE  
Arquivamento: ED33000596-000/4



1353173

26

(vii) exceto (a) pelo disposto no Formulário de Referência; e (b) pelas obrigações que estão sendo questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não possa, direta ou indiretamente, comprometer de modo relevante a normal condução de suas atividades ou o integral e pontual cumprimento de qualquer de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, está em dia com o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei;

(viii) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções em relação a esta Emissão;

(ix) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;

(x) à vista das exigências legais e regulatórias nos planos federal, estadual e municipal, e conforme as melhores práticas de atuação aplicáveis ao setor da Emissora, possui, válidas e em vigor, ou estão em efetivo processo de obtenção, todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes para o exercício de suas atividades, inexistindo qualquer circunstância material impeditiva da normal condução dessas atividades e/ou que possa afetar suas obrigações pecuniárias e não pecuniárias assumidas no âmbito da Emissão;

(xi) as demonstrações financeiras da Emissora apresentam de maneira adequada a situação financeira da Emissora em todos os seus aspectos relevantes nas datas a que se referem, tendo sido devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;

(xii) exceto pelas contingências informadas no Formulário de Referência, inexistem (a) descumprimento de qualquer disposição contratual ou legal ou de qualquer ordem judicial, administrativa ou arbitral; ou (b) qualquer ação judicial, procedimento judicial ou extrajudicial, inquérito ou qualquer outro tipo de investigação governamental, em qualquer dos casos deste inciso, (1) que possa afetar de forma adversa relevante a capacidade da Emissora de honrar suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão; ou (2) visando a anular, alterar, invalidar, questionar ou de qualquer forma afetar esta Escritura de Emissão;

(xiii) as informações constantes dos Prospectos e do Formulário de Referência elaborado pela Emissora e disponível na página da CVM da rede mundial de computadores são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(xiv) os Prospectos e o Formulário de Referência (a) contém, no mínimo, e sem prejuízo das disposições legais e regulamentares pertinentes, todas as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Emissora, de suas atividades e situação econômico-financeira, da Oferta, das Debêntures, dos riscos inerentes às atividades da Emissora e quaisquer outras informações relevantes; e (b) foram elaborados de acordo com as normas pertinentes, incluindo a Instrução CVM 400, a Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, o Código ANBIMA de Atividades Conveniadas e o Código ANBIMA de Ofertas;

Handwritten signature and initials.

43

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: MRS LOGISTICA S/A  
Nire: 33300163565  
Protocolo: 0020150028563 - 07/01/2015  
CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 08/01/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 3D339EB8ACA49A84B314E4F9B0B0F4449ED3F9DAB2566983ACAF174D99D9CEE  
Arquivamento: ED33000596-000/4



1353174

(xv) não há outros fatos relevantes em relação à Emissora e/ou às Debêntures não divulgados no seu Formulário de Referência e/ou na página da CVM da rede mundial de computadores cuja omissão faça com que qualquer declaração do Formulário de Referência seja falsa, inconsistente, imprecisa, incompleta, incorreta e/ou insuficiente;

(xvi) as opiniões, análises e previsões (se houver) expressas no Formulário de Referência e nos Prospectos foram dadas de boa-fé, consideradas todas as circunstâncias relevantes no contexto da Oferta e com base em suposições razoáveis;

(xvii) esta Escritura de Emissão e as obrigações aqui previstas constituem obrigações lícitas, legalmente válidas e vinculantes, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 ("Código de Processo Civil"); e

(xviii) o registro de companhia aberta da Emissora está vigente perante a CVM.

- 11.2 A Emissora se compromete a notificar o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que tal(is) declaração(ões) se tornou(ram) inverídica(s), incompleta(s) ou incorreta(s).

## 12. COMUNICAÇÕES

- 12.1 As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhadas, por escrito, para os seguintes endereços:

- (i) Para a Emissora:

MRS LOGÍSTICA S.A.  
Praia de Botafogo, nº 228, sala 1.201 E, Botafogo  
CEP 22250-906 – Rio de Janeiro, RJ  
At.: Felipe Perecmanis  
Telefone: (21) 2559-4639  
Fax: (21) 2559-4613  
Correio eletrônico: [fpe@mrs.com.br](mailto:fpe@mrs.com.br) / [daf@mrs.com.br](mailto:daf@mrs.com.br)

- (ii) Para o Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS  
Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 8, ala B, salas 303 e 304  
CEP 22640-102 – Rio de Janeiro, RJ  
At.: Sras. Nathalia Machado Loureiro e Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira  
Telefone: (21) 3385-4565  
Fax: (21) 3385-4046  
Correio eletrônico: [operacional@pentagonotrustee.com.br](mailto:operacional@pentagonotrustee.com.br)

44

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: MRS LOGISTICA S/A  
Nire: 33300163565  
Protocolo: 0020150028563 - 07/01/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/01/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 3D339EB8ACA49A84B314E4F9B0B0F4449ED3F9DAB2566983ACAF174D99D9CEE  
Arquivamento: ED33000596-000/4



1353175

- (iii) Para o Banco Liquidante:
- ITAÚ UNIBANCO S.A.  
Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 Torre Olavo Setúbal  
CEP: 04344-902, São Paulo – SP  
At.: Sr. Luiz Petito  
Telefone: (11) 2797-4431  
Fax: (11) 2797-3140  
Correio eletrônico: [luiz.petito@itau-unibanco.com.br](mailto:luiz.petito@itau-unibanco.com.br)
- (iv) Para o Escriturador Mandatário:
- ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.  
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400 10º andar  
CEP: 04538-132, São Paulo – SP  
At.: Sr. Luiz Petito  
Telefone: (11) 2797-4431  
Fax: (11) 2797-3140  
Correio eletrônico: [luiz.petito@itau-unibanco.com.br](mailto:luiz.petito@itau-unibanco.com.br)
- (v) Para a CETIP:
- CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS  
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar, Jardim Paulistano  
CEP 01452-001 - São Paulo, SP  
At.: Gerência de Valores Mobiliários  
Telefone: (11) 3111-1596  
Fax: (11) 3111-1564  
Correio eletrônico: [valores.mobiliarios@cetip.com.br](mailto:valores.mobiliarios@cetip.com.br)
- (vi) Para a BM&FBOVESPA:
- BM&FBOVESPA S.A. – BOLSA DE VALORES, MERCADORIAS E FUTUROS  
Praça Antonio Prado, 48, 2º andar  
CEP 01010-901 - São Paulo, SP  
At.: Nelson Barroso Ortega  
Superintendência de Acompanhamento de Empresas  
Telefone: (11) 2565-5425  
Fax: (11) 2565-4000  
Correio eletrônico: [gre@bvmf.com.br](mailto:gre@bvmf.com.br)

12.1.1 As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas em via física sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo correio, ou, ainda, por telegrama ou correio eletrônico enviado aos endereços acima. As comunicações feitas por *fac-simile* ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, conforme recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente ou por qualquer outro meio indicativo do recebimento do *fac-simile* ou correio eletrônico. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem.

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: MRS LOGISTICA S/A  
Nire: 33300163565  
Protocolo: 0020150028563 - 07/01/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/01/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 3D339EB8ACA49A84B314E4F9B0B0F4449ED3F9DAB2566983ACAF174D99D9CEE  
Arquivamento: ED33000596-000/4



1353176

- 12.1.2 A mudança de qualquer dos endereços e/ou representantes dos destinatários acima deverá ser comunicada a todas as Partes pela Emissora, aplicando-se a mesma regra para as demais Partes mencionadas nesta Escritura de Emissão no que se refere à obrigação de comunicarem a Emissora.

la

13. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 13.1 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia a ele, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.
- 13.2 Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, de boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.
- 13.3 As Partes declaram, mútua e expressamente, que esta Escritura de Emissão foi celebrada respeitando-se os princípios de probidade e de boa-fé, por livre, consciente e firme manifestação de vontade das Partes e em perfeita relação de equidade.
- 13.4 As palavras e os termos constantes desta Escritura de Emissão, aqui não expressamente definidos, grafados em português ou em qualquer língua estrangeira, bem como quaisquer outros de linguagem técnica e/ou financeira, que, eventualmente, durante a vigência desta Escritura de Emissão, no cumprimento de direitos e obrigações assumidos por ambas as Partes, sejam utilizados para identificar a prática de quaisquer atos ou fatos, deverão ser compreendidos e interpretados em consonância com os usos, costumes e práticas do mercado de capitais brasileiro.
- 13.5 Esta Escritura de Emissão e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão comportam execução específica e se submetem às disposições dos artigos 633 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão.
- 13.6 Esta Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores. Nenhuma atribuição ou obrigação tácita será interpretada nesta Escritura de Emissão contra o Agente Fiduciário, salvo aquelas estabelecidas por lei aplicável no que tange ao seu dever de diligência. O Agente Fiduciário não será obrigado e/ou vinculado pelas disposições de qualquer outro contrato no qual este não figure como parte e/ou interveniente.

Handwritten signature

Handwritten signature

46

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: MRS LOGISTICA S/A  
Nire: 33300163565  
Protocolo: 0020150028563 - 07/01/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/01/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 3D339EB8ACA49A84B314E4F9B0B0F4449ED3F9DAB2566983ACAF174D99D9CEE  
Arquivamento: ED33000596-000/4



1353177

14. LEI E FORO

- 14.1 Esta Escritura de Emissão reger-se-á pelas leis da República Federativa do Brasil.
- 14.2 Fica eleito o Foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura de Emissão, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam esta Escritura de Emissão, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 2014.

(As assinaturas seguem nas páginas seguintes.)

[Restante da página deixado intencionalmente em branco.]

47

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: MRS LOGISTICA S/A  
Nire: 33300163565  
Protocolo: 0020150028563 - 07/01/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/01/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 3D339EB8ACA49A84B314E4F9B0B0F4449ED3F9DAB2566983ACAF174D99D9CEE  
Arquivamento: ED33000596-000/4





1353178

(Página de assinatura 1/3 da "Escritura Particular da 7ª (Sétima) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em até Duas Séries, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública, da MRS Logística S.A.", celebrada entre MRS Logística S.A. e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários)

MRS LOGÍSTICA S.A.

na qualidade de emissora

Nome:  
Cargo:

Fabricia Gomes de Souza  
Diretora de Finanças e Desenvolvimento

Nome:  
Cargo:

Félix Cid  
Diretor de Recursos Humanos e Gestão

18º Ofício de Notas - Tabelião Luis Vitoriano Vieira Teixeira  
Av. Presidente Vargas, 435 12. andar - RJ - Tel. 2507-6151 - Nº 1226/80  
Reconheço por semelhança a(s) firma(s):  
FELIX LOPEZ CID-314/152-EARW38882 OFF. #  
#=====  
Rio de Janeiro, 29 de Dezembro de 2014 as 10:02:30  
1- Em Testemunho da verdade  
FERNANDO RENAN DE QUEIROZ - Autorizado - CBC - 1487  
Firma 4,20 + FETJ 0,84 + Fundos 0,66 = R\$5,70  
EARW38882 OFF Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>



18º Ofício de Notas - Tabelião Luis Vitoriano Vieira Teixeira  
Av. Presidente Vargas, 435 12. andar - RJ - Tel. 2507-6151 - Nº 1226/80  
Reconheço por semelhança a(s) firma(s):  
FABRICIA GOMES DE SOUZA-318/93-EARW39032 NRH. #  
#=====  
Rio de Janeiro, 29 de Dezembro de 2014 as 10:02:56  
1- Em Testemunho da verdade  
FERNANDO RENAN DE QUEIROZ - Autorizado - CBC - 1487  
Firma 4,20 + FETJ 0,84 + Fundos 0,66 = R\$5,70  
EARW39032 NRH Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>



Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: MRS LOGISTICA S/A  
Nire: 33300163565  
Protocolo: 0020150028563 - 07/01/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/01/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 3D339EB8ACA49A84B314E4F9B0B0F4449ED3F9DAB2566983ACAFA174D99D9CEE  
Arquivamento: ED33000596-000/4

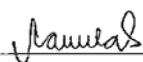


1353179

(Página de assinatura 2/3 da "Escritura Particular da 7ª (Sétima) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em até Duas Séries, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública, da MRS Logística S.A.", celebrada entre MRS Logística S.A. e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários)

32

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**  
na qualidade de *Agente Fiduciário*

  
Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: **Camila de Souza**  
**Procuradora**

X-64  


  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: MRS LOGISTICA S/A  
Nire: 33300163565  
Protocolo: 0020150028563 - 07/01/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/01/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 3D339EB8ACA49A84B314E4F9B0B0F4449ED3F9DAB2566983ACAF174D99D9CEE  
Arquivamento: ED33000596-000/4



1353180

(Página de assinatura 3/3 da "Escritura Particular da 7ª (Sétima) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em até Duas Séries, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública, da MRS Logística S.A.", celebrada entre MRS Logística S.A. e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários)

Testemunhas:

1. Thadeu Cardoso H. Botelho 2. Bruna Russo Bahiana  
Nome: Thadeu Cardoso H. Botelho Nome: BRUNA RUSSO BAHIANA  
RG: 11.685.369-8 RG: 27.191.602-5  
CPF: 111.787.627-46 CPF: 154.318.444-39

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: MRS LOGISTICA S/A  
Nire: 33300163565  
Protocolo: 0020150028563 - 07/01/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/01/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 3D339EB8ACA49A84B314E4F9B0B0F4449ED3F9DAB2566983ACAF174D99D9CEE  
Arquivamento: ED33000596-000/4



Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo  
Secretaria de Comércio e Serviços  
Departamento Nacional de Registro do Comércio

00-2015/049075-5  
JUCERJA

19 fev 2015 11:18  
Guia: 101455873

3330016356-5  
MRS LOGISTICA S/A

Atos: 981

HASH: F15020490755Q  
Junta » Calculado: 459,00 Pago: 459,00  
DNRC » Calculado: 0,00 Pago: (21,00)  
ULT. ARQ.: 00002727591 10/02/2015 501

NIRE (da sede ou da filial, quando a sede for em outra UF) CÓDIGO DA NATUREZA JURÍDICA Nº (AU):  
(vide Tabela 1)

**JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
Nome: MRS LOGISTICA S/A  
Nire: 33.30016356-5  
Protocolo: 00-2015/049075-5 - 19/02/2015  
CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 20/02/2015, E O REGISTRO SOB O NÚMERO  
E DATA ABAIXO.  
ED33000596-2/001  
DATA: 20/02/2015  
requer a V. Sª o deferimento do seguinte ato:  
Bernardo F. S. Berwanger  
SECRETÁRIO GERAL

DO RIO DE JANEIRO

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE.	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
981				ADITAMENTO DE REGISTRO DE ESCRITURA DE DEBÊNTURES

(vide instruções de preenchimento e Tabela 2)

RIO DE JANEIRO  
Local  
13/02/15  
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: FELIPE PERECMANIS

Assinatura:

Telefone de contato: (21) 2559-4639

## 2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR

☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

Processo em ordem.  
À decisão.

3.º T.

Data

☐ NÃO

Data

Responsável

☐ NÃO

Data

Responsável

Responsável

### DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência.  
(Vide despacho em folha anexa)

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

Data

Responsável

### DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência.  
(Vide despacho em folha anexa)

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☒ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

20/02/15  
Data

Vogal  
Presidente da

Turma

Paulo de Andrade Paiva  
Vogal-JUCERJA  
Matr. 365-7

Vitor Hugo F. Gonçalves  
Vogal - Jucerja  
ID: 50363620

OBSERVAÇÕES:

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: MRS LOGISTICA S/A

Nire: 33300163565

Protocolo: 0020150490755 - 19/02/2015

CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 08/01/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 55EE4A724FFF1873CEED99DD32F19B16480F299A1AB6B518E2ED42599F132257

Arquivamento: ED33000596-001/2

190

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral



1557751

**PRIMEIRO ADITAMENTO À ESCRITURA PARTICULAR DA 7ª (SÉTIMA)  
EMIÇÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM  
ATÉ DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO  
PÚBLICA, DA MRS LOGÍSTICA S.A.**

entre

**MRS LOGÍSTICA S.A.**  
*como Emissora*

e

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**  
*como Agente Fiduciário, representando a comunhão de Debenturistas*

Datado de  
12 de fevereiro de 2015

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: MRS LOGISTICA S/A  
Nire: 33300163565  
Protocolo: 0020150490755 - 19/02/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/01/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 55EE4A724FFF1873CEED99DD32F19B16480F299A1AB6B518E2ED42599F132257  
Arquivamento: ED33000596-001/2 191

5



**PRIMEIRO ADITAMENTO À ESCRITURA PARTICULAR DA 7ª (SÉTIMA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM ATÉ DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA MRS LOGÍSTICA S.A.**

São partes ("Partes") neste "Primeiro Aditamento à Escritura Particular da 7ª (Sétima) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em até Duas Séries, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública, da MRS Logística S.A." ("Primeiro Aditamento"):

- I. como emissora das Debêntures (conforme abaixo definido) objeto da Emissão (conforme abaixo definido):

**MRS LOGÍSTICA S.A.**, sociedade por ações, com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 228, sala 1.201 E, Botafogo, inscrita perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 01.417.222/0001-77, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social ("Emissora"); e

- II. como agente fiduciário, nomeado na Escritura de Emissão (conforme abaixo definido) e nela interveniente, representando a comunhão dos Debenturistas (conforme abaixo definido):

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 8, ala B, salas 303 e 304, Barra da Tijuca, inscrita perante o CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Agente Fiduciário");

**CONSIDERANDO QUE:**

(i) as Partes celebraram, em 30 de dezembro de 2014, a "Escritura Particular da 7ª (Sétima) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em até Duas Séries, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública, da MRS Logística S.A." ("Escritura de Emissão"), a qual foi arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA") em 08 de janeiro de 2015, sob o nº ED33000596-000/4, para reger os termos e condições da distribuição pública das debêntures simples, não conversíveis em ações, em até duas séries, da espécie quirografária, da 7ª (sétima) emissão da Emissora ("Oferta", "Debêntures" e "Emissão", respectivamente);

(ii) a Emissão foi aprovada pelo Conselho de Administração da Emissora em reunião realizada em 12 de dezembro de 2014, cuja ata foi devidamente arquivada na JUCERJA em 17 de dezembro de 2014, sob o nº 00002710045, e publicada, em 19 de dezembro de 2014, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, e em 19, 20 e 21 de dezembro de 2014 no jornal "Diário Mercantil";

(iii) conforme previsto na Escritura de Emissão, foi realizado, em 12 de fevereiro de 2015, procedimento de coleta de intenções de investimento, organizado pelos Coordenadores (conforme definido na Escritura de Emissão) nos termos do disposto nos parágrafos 1º e 2º do artigo 23 e do

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: MRS LOGISTICA S/A  
Nire: 33300163565  
Protocolo: 0020150490755 - 19/02/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/01/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 55EE4A724FFF1873CEED99DD32F19B16480F299A1AB6B518E2ED42599F132257  
Arquivamento: ED33000596-001/2 192

6



1557753

artigo 44 da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Procedimento de *Bookbuilding*"), por meio do qual foram definidos: (i) os Juros Remuneratórios da Primeira Série (conforme definido na Escritura de Emissão) e os Juros Remuneratórios da Segunda Série (conforme definido na Escritura de Emissão); e (ii) a quantidade de Debêntures a ser alocada em cada série, considerando, inclusive, a emissão e a quantidade das Debêntures Adicionais e das Debêntures Suplementares, conforme o caso; e

(iv) as Partes, em conjunto, decidiram alterar determinados termos e condições da Escritura de Emissão, nos termos aqui dispostos, de forma a refletir o resultado do Procedimento de *Bookbuilding*;

(v) conforme previsto na Cláusula 5.10 da Escritura de Emissão, as matérias objeto deste Primeiro Aditamento independem de qualquer deliberação societária adicional da Emissora;

RESOLVEM as Partes aditar a Escritura de Emissão, por meio do presente Primeiro Aditamento, mediante as seguintes cláusulas e condições.

Os termos aqui iniciados em letra maiúscula, estejam no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuído na Escritura de Emissão, ainda que posteriormente ao seu uso.

#### 1. ALTERAÇÕES

1.1. As Partes resolvem alterar o item (ii) da Cláusula 2.1 da Escritura de Emissão, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*"2.1 A emissão e a distribuição pública das Debêntures, sob o regime de garantia firme de colocação, observado o disposto na Cláusula 5.8 abaixo ("Emissão" e "Oferta", respectivamente), nos termos da Instrução CVM 400, serão realizadas com observância dos seguintes requisitos:*

*[...]*

*(ii) Inscrição e registro desta Escritura de Emissão. Esta Escritura de Emissão foi registrada na JUCERJ-A em 08 de janeiro de 2015, sob o nº ED33000596-4/000, conforme disposto no artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações. Da mesma forma, os eventuais aditamentos à Escritura de Emissão serão arquivados na JUCERJ-A, conforme disposto no parágrafo 3º do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações, e a Emissora declara, reconhece e concorda que 1 (uma) via original de tais aditamentos registrados deverá ser enviada ao Agente Fiduciário no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados de seu respectivo registro.*

*[...]"*

1.2. As Partes resolvem alterar as Cláusulas 5.2 e 5.2.1 da Escritura de Emissão, que passam a vigorar com a seguinte redação:

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: MRS LOGISTICA S/A  
Nire: 33300163565  
Protocolo: 0020150490755 - 19/02/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/01/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 55EE4A724FFF1873CEED99DD32F19B16480F299A1AB6B518E2ED42599F132257  
Arquivamento: ED33000596-001/2 193



“5.2 Número de Séries. A Emissão será realizada em 2 (duas) séries, sendo as debêntures objeto da Emissão distribuídas no âmbito da primeira série doravante denominadas “Debêntures da Primeira Série” (e os titulares das Debêntures da Primeira Série, “Debenturistas da Primeira Série”), as debêntures objeto da Emissão distribuídas no âmbito da segunda série doravante denominadas “Debêntures da Segunda Série” (e os titulares das Debêntures da Segunda Série, “Debenturistas da Segunda Série”) e as Debêntures da Primeira Série e as Debêntures da Segunda Série, em conjunto, doravante denominadas “Debêntures” (e os Debenturistas da Primeira Série, em conjunto com os Debenturistas da Segunda Série, “Debenturistas”).

5.2.1 A existência e a quantidade de Debêntures alocada a cada série da Emissão foram definidas de acordo com a demanda das Debêntures pelos investidores, conforme apurado em Procedimento de Bookbuilding, em sistema de vasos comunicantes, nos termos da Cláusula 5.10 abaixo.”

- 1.3. As Partes resolvem alterar a Cláusula 5.3 da Escritura de Emissão, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“5.3 Valor Total da Emissão. O valor total da Emissão será de R\$ 550.726.000,00 (quinhentos e cinquenta milhões, setecentos e vinte e seis mil reais), na Data de Emissão (conforme abaixo definido), sendo R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) correspondentes à oferta base e R\$50.726.000,00 (cinquenta milhões, setecentos e vinte e seis mil reais) correspondentes à colocação parcial das Debêntures Suplementares (“Valor Total da Emissão”).”

- 1.4. As Partes resolvem alterar a Cláusula 5.4 da Escritura de Emissão, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“5.4 Quantidade de Debêntures. Serão emitidas 550.726 (quinhentas e cinquenta mil, setecentos e vinte e seis) Debêntures, sendo 336.340 (trezentas e trinta e seis mil, trezentas e quarenta) Debêntures da Primeira Série e 214.386 (duzentas e quatorze mil, trezentas e oitenta e seis) Debêntures da Segunda Série, já considerando as Debêntures Suplementares (conforme disposto na Cláusula 5.11 abaixo), sendo que a quantidade de Debêntures alocada em cada uma das séries da Emissão foi definida em sistema de vasos comunicantes, conforme a demanda pelas Debêntures apurada após a conclusão do Procedimento de Bookbuilding.”

- 1.5. As Partes resolvem alterar as Cláusulas 5.10 e 5.10.1 da Escritura de Emissão, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“5.10 Procedimento de Bookbuilding. Foi adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento, organizado pelos Coordenadores nos termos do disposto nos parágrafos 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM 400, mediante a verificação, com os potenciais investidores, do interesse de investimento nas Debêntures, em diferentes níveis de taxas de juros, para a definição, em conjunto com a Emissora: (i) dos Juros Remuneratórios da Primeira Série (conforme abaixo definido) e dos Juros Remuneratórios da Segunda Série (conforme abaixo definido); e (ii) da quantidade de Debêntures a ser alocada em cada série, considerando, inclusive, a emissão e a quantidade das Debêntures Adicionais e das Debêntures Suplementares, conforme o caso (“Procedimento de Bookbuilding”). O resultado do Procedimento de Bookbuilding foi ratificado por meio de aditamento a esta Escritura de Emissão, sem necessidade de nova aprovação societária pela Emissora.

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral



5.10.1 Puderam participar do Procedimento de Bookbuilding os investidores do público alvo da Oferta, incluindo (i) acionistas, controladores ou administradores da Emissora; (ii) controladores ou administradores de quaisquer dos Coordenadores; (iii) outras pessoas vinculadas à Oferta; ou (iv) cônjuges, companheiros, ascendentes, descendentes ou colaterais até o segundo grau de qualquer uma das pessoas referidas nas alíneas (i) a (iii) acima (em conjunto, "Pessoas Vinculadas"), que poderão subscrever Debêntures até o limite de 15% (quinze por cento) do total de Debêntures (sem considerar as Debêntures Suplementares). Não foi verificado excesso de demanda superior a 1/3 (um terço) das Debêntures (sem considerar as Debêntures Suplementares). Dessa forma, será permitida a colocação de Debêntures junto a investidores que sejam Pessoas Vinculadas, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400."

- 1.6. As Partes resolvem alterar as Cláusulas 5.11 e 5.11.1 da Escritura de Emissão, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"5.11 Aumento da Quantidade de Debêntures. A quantidade de Debêntures inicialmente ofertada poderia ser aumentada conforme previsto abaixo, respeitando-se sempre o valor máximo do Projeto de Investimento aprovado nos termos da Portaria 398 do Ministério dos Transportes e da cláusula 4.2 acima:

(i) nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Debêntures inicialmente ofertada, sem considerar as Debêntures Adicionais, poderia ser acrescida em até 15% (quinze por cento), ou seja, em até 75.000 (setenta e cinco mil) Debêntures suplementares, nas mesmas condições das Debêntures inicialmente ofertadas ("Debêntures Suplementares"), destinadas a atender excesso de demanda que eventualmente seja constatado no Procedimento de Bookbuilding, conforme opção outorgada pela Emissora aos Coordenadores no Contrato de Distribuição, que somente poderia ser exercida pelos Coordenadores em comum acordo com a Emissora, até a data de divulgação do Anúncio de Início. A critério dos Coordenadores e da Emissora, conforme verificado pelo Procedimento de Bookbuilding, foram emitidas 50.726 (cinquenta mil, setecentas e vinte e seis) Debêntures Suplementares, sendo todas Debêntures da Segunda Série; e

(ii) nos termos do parágrafo 2º do artigo 14 da Instrução CVM 400, a Emissora poderia aumentar a quantidade de Debêntures com relação à quantidade inicialmente ofertada, sem considerar as Debêntures Suplementares, em até 20% (vinte por cento), ou seja, em até 100.000 (cem mil) Debêntures adicionais, nas mesmas condições das Debêntures originalmente ofertadas ("Debêntures Adicionais"), sem a necessidade de novo pedido de registro à CVM, até a data de divulgação do Anúncio de Início. A critério dos Coordenadores e da Emissora, conforme verificado no Procedimento de Bookbuilding, não foram emitidas Debêntures Adicionais.





1557756

9

5.11.1 Em decorrência do aumento na quantidade de Debêntures originalmente ofertada, conforme previsto na Cláusula 5.11 acima, esta Escritura de Emissão foi ajustada de maneira a refletir a quantidade de Debêntures efetivamente emitida, mediante a celebração de aditamento a esta Escritura de Emissão, que deverá ser arquivado na JUCERJA, nos termos do inciso (ii) da Cláusula 2.1 desta Escritura de Emissão, sem necessidade de nova aprovação societária pela Emissora ou de realização de Assembleia Geral de Debenturistas (conforme abaixo definido)."

- 1.7. As Partes resolvem alterar as Cláusulas 6.9.2 e 6.9.2.1 da Escritura de Emissão, que passam a vigorar com a seguinte redação:

*"6.9.2 Juros Remuneratórios das Debêntures da Primeira Série. Sobre o Valor Nominal Unitário atualizado ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário atualizado, conforme aplicável, das Debêntures da Primeira Série, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 5,9828% (cinco inteiros e nove mil, oitocentos e vinte e oito décimos de milésimo por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Juros Remuneratórios da Primeira Série" e, em conjunto com a Atualização Monetária, "Remuneração da Primeira Série"). A taxa final a ser utilizada para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série foi definida em conformidade com o Procedimento de Bookbuilding e ratificada por meio de aditamento a esta Escritura de Emissão.*

*6.9.2.1 Os Juros Remuneratórios da Primeira Série serão incidentes sobre o Valor Nominal Unitário atualizado (ou saldo do Valor Nominal Unitário atualizado, conforme o caso) das Debêntures da Primeira Série, a partir da Data de Emissão, ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento ("Período de Capitalização da Primeira Série"), e serão calculados em regime de capitalização composta pro rata temporis por Dias Úteis de acordo com a fórmula abaixo:*

$$J = \{VNa \times [FatorJuros - 1]\}$$

onde:

*J = valor unitário dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização da Primeira Série, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;*

*VNa = Valor Nominal Unitário atualizado (ou saldo do Valor Nominal Unitário atualizado, conforme o caso) das Debêntures da Primeira Série, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;*

*FatorJuros = fator de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:*

$$FatorJuros = \left( \frac{taxa}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}}$$

onde:

*taxa = 5,9828;*

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral



10

DP = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou última Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série, conforme o caso, e a data atual, sendo "DP" um número inteiro;"

- 1.8. As Partes resolvem alterar as Cláusulas 6.9.3 e 6.9.3.1 da Escritura de Emissão, que passam a vigorar com a seguinte redação:

*"6.9.3 Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série. Sobre o Valor Nominal Unitário atualizado ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário atualizado, conforme aplicável, das Debêntures da Segunda Série, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 6,4277% (seis inteiros e quatro mil, duzentos e setenta e sete décimos de milésimo por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Juros Remuneratórios da Segunda Série" e, em conjunto com a Atualização Monetária, "Remuneração da Segunda Série"). A taxa final a ser utilizada para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios da Segunda Série foi definida em conformidade com o Procedimento de Bookbuilding e ratificada por meio de aditamento a esta Escritura de Emissão.*

*6.9.3.1 Os Juros Remuneratórios da Segunda Série serão incidentes sobre o Valor Nominal Unitário atualizado (ou saldo do Valor Nominal Unitário atualizado, conforme o caso) das Debêntures da Segunda Série, a partir da Data de Emissão, ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento ("Período de Capitalização da Segunda Série"), e serão calculados em regime de capitalização composta pro rata temporis por Dias Úteis de acordo com a fórmula abaixo:*

$$J = \{VNa \times [FatorJuros-1]\}$$

onde:

*J = valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização da Segunda Série, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;*

*VNa = Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) das Debêntures da Segunda Série, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;*

*FatorJuros = fator de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:*

$$FatorJuros = \left( \frac{taxa}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}}$$

onde:

*taxa = 6,4277;*

*DP = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou última Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série, conforme o caso, e a data atual, sendo "DP" um número inteiro;"*

- 1.9. As Partes resolvem alterar a Cláusula 6.23 da Escritura de Emissão, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral



15577582.

DISPOSIÇÕES GERAIS

- 2.1. Todos os termos e condições da Escritura de Emissão que não tenham sido expressamente alterados pelo presente Primeiro Aditamento são neste ato ratificados e permanecem em pleno vigor e efeito.
  - 2.2. O Agente Fiduciário declara e garante, neste ato, que todas as declarações e garantias previstas no item 9.5.1 da Escritura de Emissão permanecem verdadeiras, corretas e plenamente válidas e eficazes na data de assinatura deste Primeiro Aditamento.
  - 2.3. A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário, neste ato, que todas as declarações e garantias previstas no item 11.1 da Escritura de Emissão permanecem verdadeiras, corretas e plenamente válidas e eficazes na data de assinatura deste Primeiro Aditamento.
  - 2.4. Este Primeiro Aditamento, bem como as posteriores alterações da Escritura de Emissão, serão registrados na JUCERJA, de acordo com o parágrafo 3º do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.
  - 2.5. Este Primeiro Aditamento é celebrado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando-se a Emissora e o Agente Fiduciário ao seu fiel, pontual e integral cumprimento por si e por seus sucessores e cessionários, a qualquer título.
3. LEI E FORO
- 3.1. Este Primeiro Aditamento é regido pelas Leis da República Federativa do Brasil.
  - 3.2. Fica eleito o foro central da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Primeiro Aditamento, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim as Partes certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 2015.

(As assinaturas seguem nas páginas seguintes.)

[Restante da página deixado intencionalmente em branco.]

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: MRS LOGISTICA S/A  
Nire: 33300163565  
Protocolo: 0020150490755 - 19/02/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/01/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 55EE4A724FFF1873CEED99DD32F19B16480F299A1AB6B518E2ED42599F132257  
Arquivamento: ED33000596-001/2 198

12

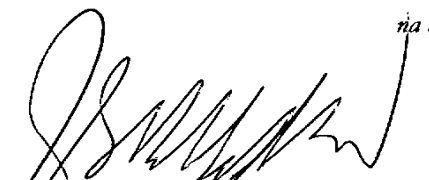
(Página de assinatura 1/3 do "Primeiro Aditamento à Escritura Particular da 7ª (Sétima) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em até Duas Séries, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública, da MRS Logística S.A.", celebrada entre MRS Logística S.A. e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários)

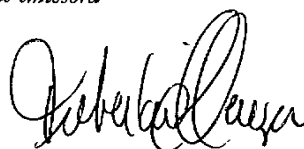


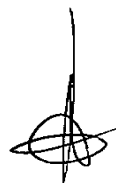
1557759

**MRS LOGÍSTICA S.A.**

na qualidade de emissora

  
Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: **Guilherme Mello**  
**PRESIDENTE**

  
Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: **Fabricia Gomes de Souza**  
**Diretora de Finanças e Desenvolvimento**



  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: MRS LOGISTICA S/A  
Nire: 33300163565  
Protocolo: 0020150490755 - 19/02/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/01/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 55EE4A724FFF1873CEED99DD32F19B16480F299A1AB6B518E2ED42599F132257  
Arquivamento: ED33000596-001/2 199

13



(Página de assinatura 2/3 do "Primeiro Aditamento à Escritura Particular da 7ª (Sétima) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em até Duas Séries, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública, da MRS Logística S.A.", celebrada entre MRS Logística S.A. e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários)

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**  
na qualidade de *Agente Fiduciário*

Nome:

Cargo:

Nilson Raposo Leite  
Procurador

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: MRS LOGISTICA S/A  
Nire: 33300163565  
Protocolo: 0020150490755 - 19/02/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/01/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 55EE4A724FFF1873CEED99DD32F19B16480F299A1AB6B518E2ED42599F132257  
Arquivamento: ED33000596-001/2 200

14



1557761

(Página de assinatura 3/3 do "Primeiro Aditamento à Escritura Particular da 7ª (Sétima) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em até Duas Séries, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública, da MRS Logística S.A.", celebrada entre MRS Logística S.A. e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários)

Testemunhas:

1. Bruna Russo Bahiana

Nome: BRUNA RUSSO BAHIANA

RG: 27.194.602-5

CPE: 154.348.477-39

2. Luciana Furlan

Nome: Luciana Furlan

RG: 235600461

CPE: 335.294.507-64

I-1

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: MRS LOGISTICA S/A  
Nire: 33300163565  
Protocolo: 0020150490755 - 19/02/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/01/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 55EE4A724FFF1873CEED99DD32F19B16480F299A1AB6B518E2ED42599F132257  
Arquivamento: ED33000596-001/2 201

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



---

**- ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA EMISSORA  
APROVANDO A EMISSÃO**

Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



1246655

**MRS LOGÍSTICA S/A**  
Companhia Aberta  
CNPJ/MF nº 01.417.222/0001-77  
NIRE nº 33.300.163.565  
Registro CVM nº 01794-9

**Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada às 13:30 horas  
do dia 12 de dezembro de 2014**

Aos 12 (doze) dias de dezembro de 2014, às 13:30 horas, na sede social da MRS Logística S.A. ("Companhia") localizada na Praia de Botafogo, nº 228, sala 1.201-E, Botafogo, na cidade e Estado do Rio de Janeiro, o Conselho de Administração da Companhia reuniu-se, com a participação da totalidade dos seus membros e sob a presidência do Sr. Humberto Ramos de Freitas. Instalados os trabalhos, o Sr. Presidente convidou a mim, Fabícia Gomes de Souza, para servir como secretária e explicou que este Conselho foi regularmente convocado na forma do Estatuto Social. Em sucessivo, as seguintes deliberações foram tomadas pelo Conselho por unanimidade de votos:

(A) **aprovar**, nos termos do art. 59, §1º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e do artigo 16, item "h" do Estatuto Social, a realização da 7ª (sétima) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em até duas séries, da espécie quirografária, no valor de R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), sem considerar as Debêntures Suplementares (abaixo definido) e as Debêntures Adicionais (abaixo definido), a qual será objeto de distribuição pública, nos termos da Instrução nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, da Comissão de Valores Mobiliários ("Instrução CVM 400", "CVM" e "Oferta", respectivamente), nos termos da "Escritura Particular da 7ª (Sétima) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em até Duas Séries, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública, da MRS Logística S.A.", que será celebrada entre a Companhia e a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, contratada para atuar como agente fiduciário ("Agente Fiduciário"), representando a comunhão de titulares de Debêntures ("Escritura de Emissão"). A Oferta será registrada na CVM e realizada nos termos da Lei das Sociedades por Ações, da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, da Instrução CVM

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: MRS LOGISTICA S/A  
Nire: 33300163565  
Protocolo: 0020144240033 - 16/12/2014  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 17/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: D74B307884C8C814AFF7FC56DD898BCD8D864172967F7D369E3E9F1E2E8C7047  
Arquivamento: 00002710045 - 17/12/2014



1246656

400, da Instrução da CVM nº 471, de 8 de agosto de 2008 ("Instrução CVM 471"), do "Convênio CVM/ANBIMA de Procedimento Simplificado para o Registro de Ofertas Públicas", regulado pela Instrução CVM 471, celebrado entre a CVM e a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA"), em 20 de agosto de 2008, conforme alterado, bem como das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis. A Oferta será realizada, ainda, nos termos da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme alterada ("Lei nº 12.431"), devendo os recursos captados com a Oferta serem destinados para o financiamento de projeto de investimento em infraestrutura no setor de transportes considerado como prioritário pelo Ministério dos Transportes nos termos da Portaria nº 398 de 18 de novembro de 2014 ("Portaria"), conforme a Lei nº 12.431, o Decreto 7.603, de 9 de novembro de 2011 e a Portaria GM nº 9, de 27 de janeiro de 2012 ("Projeto de Investimento");

**(B) aprovar** a contratação do Banco Santander (Brasil) S.A. e do BB – Banco de Investimento S.A. para realizar a distribuição pública das Debêntures ("Coordenadores"), sendo que os Coordenadores poderão convidar outras instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários para participar da Oferta como instituições consorciadas, com a concordância da Companhia, devendo, neste caso, ser celebrados contratos de adesão com as respectivas instituições financeiras contratadas, de acordo com os termos e condições a serem acordados entre a Companhia e os Coordenadores no âmbito do contrato a ser por eles firmado ("Contrato de Distribuição");

**(C) aprovar** as seguintes principais características, termos e condições da Oferta, da Emissão e das Debêntures:

**(i) Número da Emissão:** as Debêntures representam a 7ª (sétima) emissão para distribuição pública de debêntures da Companhia;

**(ii) Número de Séries:** a Emissão será realizada em até duas séries, em sistema de vasos comunicantes ("Primeira Série" e "Segunda Série");

**(iii) Valor Total da Emissão:** o valor total da Emissão será de R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), na Data de Emissão (abaixo definido), sem considerar as Debêntures Suplementares (abaixo definido) e as Debêntures Adicionais (abaixo definido), sendo certo que o aumento da Oferta estará limitado a 28,66% do valor total da Emissão, de forma a respeitar o valor máximo do Projeto de Investimento aprovado nos termos da Portaria;

2

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: MRS LOGISTICA S/A  
Nire: 33300163565  
Protocolo: 0020144240033 - 16/12/2014  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 17/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: D74B307884C8C814AFF7FC56DD898BCD8D864172967F7D369E3E9F1E2E8C7047  
Arquivamento: 00002710045 - 17/12/2014



1246657

(iv) **Quantidade de Debêntures:** serão emitidas 500.000 (quinhentas mil) Debêntures, sem considerar as Debêntures Suplementares (abaixo definido) e as Debêntures Adicionais (abaixo definido);

(v) **Lote Suplementar e Lote Adicional:** a quantidade de Debêntures inicialmente ofertada poderá ser aumentada, respeitando-se sempre o valor máximo do Projeto de Investimento aprovado nos termos da Portaria e nos termos da Escritura de Emissão, com possibilidade de distribuição de lote suplementar de Debêntures, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400 ("Debêntures Suplementares") e de lote adicional, nos termos do artigo 14, §2º da Instrução CVM 400 ("Debêntures Adicionais"). As Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais poderão ser Debêntures da Primeira Série e/ou Debêntures da Segunda Série;

(vi) **Data de Emissão:** a data de emissão das Debêntures será o dia 15 de fevereiro de 2015 ("Data de Emissão");

(vii) **Valor Nominal Unitário:** o valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000,00 (mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário");

(viii) **Forma e Comprovação de Titularidade:** as Debêntures serão emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautelares ou certificados;

(ix) **Conversibilidade e Permutabilidade:** as Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Companhia, nem permutáveis em ações de outras sociedades ou por outros valores mobiliários de qualquer natureza;

(x) **Prazo e Data de Vencimento:** (a) Primeira Série: o vencimento das Debêntures da Primeira Série ocorrerá em 7 (sete) anos, contados da Data de Emissão, ou seja, em 15 de fevereiro de 2022; e (b) Segunda Série: o vencimento das Debêntures da Segunda Série ocorrerá em 10 (dez) anos, contados da Data de Emissão, ou seja, em 15 de fevereiro de 2025, ressalvadas, para as duas séries, as hipóteses previstas na Escritura de Emissão, inclusive de ocorrência de um Evento de Vencimento Antecipado (abaixo definido) de quaisquer das obrigações decorrentes da Escritura de Emissão;

(xi) **Prazo de Subscrição:** as Debêntures serão subscritas, a qualquer tempo dentro do prazo de distribuição das Debêntures, conforme o disposto na Escritura de Emissão;

(xii) **Forma de Subscrição:** as Debêntures serão subscritas de acordo com os procedimentos da CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP") e/ou da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), conforme aplicável;

(xiii) **Espécie:** as Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações;

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: MRS LOGISTICA S/A  
Nire: 33300163565  
Protocolo: 0020144240033 - 16/12/2014  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 17/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: D74B307884C8C814AFF7FC56DD898BCD8D864172967F7D369E3E9F1E2E8C7047  
Arquivamento: 00002710045 - 17/12/2014



1246658

- (xiv) **Garantia:** as Debêntures não contarão com nenhum tipo de garantia;
- (xv) **Colocação e Procedimento de Distribuição:** as Debêntures serão distribuídas publicamente com a intermediação dos Coordenadores, que efetuarão referida distribuição pública, nos termos do Contrato de Distribuição, sob o regime de garantia firme de colocação, com relação à totalidade das Debêntures, sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais, e sob o regime de melhores esforços de colocação, com relação às Debêntures Suplementares e às Debêntures Adicionais;
- (xvi) **Plano de Colocação:** os Coordenadores, conforme procedimento previsto no parágrafo 3º do artigo 33 da Instrução CVM 400, elaborarão o plano de distribuição levando em consideração suas relações com clientes e outros aspectos de natureza comercial, bem como as estratégias dos Coordenadores e da Companhia, observados os termos e condições definidos no Contrato de Distribuição;
- (xvii) **Registro para Distribuição e Negociação:** as Debêntures serão registradas para (a) distribuição primária por meio do (1) MDA – Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a distribuição das Debêntures liquidada financeiramente por meio da CETIP; e/ou (2) do DDA - Sistemas de Distribuição de Ativos, administrado pela BM&FBOVESPA, sendo a distribuição das Debêntures liquidada financeiramente por meio da BM&FBOVESPA; e (b) negociação no mercado secundário por meio do (1) Módulo CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a distribuição e as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e/ou (2) PUMA Trading System Plataforma Unificada de Multi Ativos, administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA, sendo as negociações das Debêntures liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na BM&FBOVESPA;
- (xviii) **Forma e Preço de Integralização:** as Debêntures serão integralizadas à vista, no ato de subscrição, sendo que todas as Debêntures de uma mesma série serão integralizadas em uma única data ("Data de Integralização") e em moeda corrente nacional, pelo Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração da Primeira Série (abaixo definido) ou da Remuneração da Segunda Série (abaixo definido), conforme o caso, calculada de forma exponencial *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data de Integralização da respectiva série, de acordo com as normas de liquidação e procedimentos aplicáveis da CETIP e/ou da BM&FBOVESPA, conforme aplicável;
- (xix) **Direito de Preferência:** não haverá qualquer direito de preferência na subscrição das Debêntures;

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: MRS LOGISTICA S/A  
Nire: 33300163565  
Protocolo: 0020144240033 - 16/12/2014  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 17/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: D74B307884C8C814AFF7FC56DD898BCD8D864172967F7D369E3E9F1E2E8C7047  
Arquivamento: 00002710045 - 17/12/2014



1246659

(xx) **Procedimento de Bookbuilding:** será adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento, organizado pelos Coordenadores, tomando-se por base, para tanto, o disposto nos parágrafos 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM 400, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, mediante verificação, com os potenciais investidores, do interesse de investimento nas Debêntures, em diferentes níveis de taxas de juros, a fim de decidir, em conjunto com a Companhia, (a) os Juros Remuneratórios das Debêntures da Primeira Série (abaixo definido) e os Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série (abaixo definido); e (b) a quantidade de Debêntures a ser alocada em cada série ("Procedimento de Bookbuilding"). O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* será ratificado por meio de aditamento à Escritura de Emissão;

(xxi) **Atualização do Valor Nominal Unitário:** o Valor Nominal Unitário de todas as Debêntures será atualizado pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a partir da Data de Emissão ("Atualização Monetária"), calculada de forma *pro rata temporis* por dias úteis até a integral liquidação das Debêntures, sendo o produto da Atualização Monetária incorporado automaticamente ao Valor Nominal Unitário (ou ao saldo do Valor Nominal Unitário) das Debêntures, calculado de acordo com fórmula prevista na Escritura de Emissão;

(xxii) **Juros Remuneratórios:** (a) Primeira Série: sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário atualizado, conforme aplicável, das Debêntures da Primeira Série incidirão juros remuneratórios correspondentes a um determinado percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, a ser definido no Procedimento de *Bookbuilding*, estando tal percentual limitado a uma taxa máxima de 20 (vinte) pontos base ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, acrescida exponencialmente ao equivalente à média aritmética das taxas anuais aplicáveis às Notas do Tesouro Nacional - Série B, com vencimento em 15 de agosto de 2022, divulgadas pela ANBIMA em sua página na internet no 3º (terceiro), no 4º (quarto) e no 5º (quinto) dias úteis anteriores à data de realização do Procedimento de *Bookbuilding* (excluindo-se a data de realização do Procedimento de *Bookbuilding* no cômputo de dias) ("Juros Remuneratórios da Primeira Série" e em conjunto com a Atualização Monetária, "Remuneração da Primeira Série"); e (b) Segunda Série: sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável, das Debêntures da Segunda Série incidirão juros remuneratórios correspondentes a um determinado percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, a ser definido no Procedimento de *Bookbuilding*, estando tal percentual limitado a uma taxa máxima de 35

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: MRS LOGISTICA S/A  
Nire: 33300163565  
Protocolo: 0020144240033 - 16/12/2014  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 17/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: D74B307884C8C814AFF7FC56DD898BCD8D864172967F7D369E3E9F1E2E8C7047  
Arquivamento: 00002710045 - 17/12/2014



1246660

(trinta e cinco) pontos base ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, acrescida exponencialmente ao equivalente à média aritmética das taxas anuais aplicáveis às Notas do Tesouro Nacional - Série B, com vencimento em 15 de agosto de 2024, divulgadas pela ANBIMA em sua página na internet no 3º (terceiro), no 4º (quarto) e no 5º (quinto) dias úteis anteriores à data de realização do Procedimento de *Bookbuilding* (excluindo-se a data de realização do Procedimento de *Bookbuilding* no cômputo de dias) ("Juros Remuneratórios da Segunda Série" e em conjunto com a Atualização Monetária, "Remuneração da Segunda Série");

**(xxiii) Pagamento dos Juros Remuneratórios:** (a) Primeira Série: os Juros Remuneratórios da Primeira Série serão pagos anualmente, sendo que o primeiro pagamento será devido a partir do 1º (primeiro) ano contado da Data de Emissão e o último será devido na data de vencimento da Primeira Série; e (b) Segunda Série: os Juros Remuneratórios da Segunda Série serão pagos anualmente, sendo que o primeiro pagamento será devido a partir do 1º (primeiro) ano contado da Data de Emissão e o último será devido na data de vencimento da Segunda Série;

**(xiv) Local de Pagamento:** os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados (a) com relação àquelas que estejam custodiadas eletronicamente pela CETIP, utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP; (b) com relação àquelas que estejam custodiadas pela BM&FBOVESPA, utilizando-se os procedimentos adotados pela BM&FBOVESPA; ou (c) na hipótese de as Debêntures não estarem vinculadas à CETIP ou à BM&FBOVESPA, (1) na sede da Companhia ou, conforme o caso, (2) pelo escriturador mandatário contratado no âmbito da Emissão;

**(xxv) Repactuação Programada:** não haverá repactuação programada das Debêntures;

**(xxvi) Amortização Programada:** (a) Primeira Série: o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série será amortizado em 2 (duas) parcelas anuais e consecutivas, a partir do 6º (sexto) ano contado da Data de Emissão (inclusive); e (b) Segunda Série: o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série será amortizado em 3 (três) parcelas anuais e consecutivas, a partir do 8º (oitavo) ano contado da Data de Emissão (inclusive), e em ambas, nas datas e percentuais que forem indicados na Escritura de Emissão;

**(xxvii) Aquisição Antecipada Facultativa:** a Companhia poderá, após 2 (dois) anos contados da Data de Emissão, nos termos do inciso II no parágrafo 1º do artigo 1º da Lei nº 12.431, adquirir no mercado as Debêntures em circulação, por preço não superior ao Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso), devendo tal fato constar do

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: MRS LOGISTICA S/A  
Nire: 33300163565  
Protocolo: 0020144240033 - 16/12/2014  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 17/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: D74B307884C8C814AFF7FC56DD898BCD8D864172967F7D369E3E9F1E2E8C7047  
Arquivamento: 00002710045 - 17/12/2014





1246661

relatório da administração e das demonstrações financeiras, ou por preço superior ao respectivo Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso), desde que observadas as regras expedidas pela CVM, observado o disposto no parágrafo 3º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações e na regulamentação aplicável. As Debêntures adquiridas pela Companhia poderão, a qualquer tempo, por opção da Companhia, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria farão jus à Remuneração da Primeira Série ou Remuneração da Segunda Série, conforme o caso ("Aquisição Antecipada Facultativa");

**(xxviii) Resgate Antecipado:** A liquidação antecipada das Debêntures por meio de resgate ou pré-pagamento facultativo não será permitida, salvo na forma que vier a ser regulamentada pelo Conselho Monetário Nacional, em conformidade com o disposto no artigo 1º, parágrafo 1º, inciso II da Lei nº 12.431 e exclusivamente por meio da Oferta de Resgate Antecipado (a ser detalhada na Escritura de Emissão).

**(xxix) Vencimento Antecipado:** todas as obrigações da Companhia que constarão da Escritura de Emissão poderão ser consideradas antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis na ocorrência dos eventos de vencimento antecipado a serem detalhadamente descritos na referida Escritura de Emissão, conforme procedimentos lá descritos, os quais serão definidos pela Diretoria da Companhia ("Eventos de Vencimento Antecipado");

**(xxx) Destinação dos Recursos:** os recursos líquidos captados por meio da Oferta serão utilizados, integralmente, para o financiamento (gastos futuros e/ou reembolso de gastos) do Projeto de Investimento, de acordo com o quadro de usos e fontes apresentado quando do enquadramento do Projeto de Investimento como prioritário nos termos da Lei nº 12.431 e nos termos da Escritura de Emissão;

**(xxxi) Demais características:** as demais características da Oferta, da Emissão e das Debêntures se encontrarão descritas na Escritura de Emissão;

**(D) autorizar** a Diretoria, observadas as disposições legais, a: **(i)** contratar os Coordenadores para intermediar a Oferta; **(ii)** contratar os demais prestadores de serviços inerentes à Emissão, à Oferta e às Debêntures, incluindo, mas não se limitando, ao escriturador mandatário, ao banco liquidante, ao Agente Fiduciário, aos assessores legais, à agência de classificação de risco, à agência de publicidade, aos auditores independentes, à CETIP e à BM&FBovespa, entre outros; **(iii)** praticar todos os atos necessários para efetivar as deliberações aqui consubstanciadas e

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: MRS LOGISTICA S/A  
Nire: 33300163565  
Protocolo: 0020144240033 - 16/12/2014  
CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 17/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: D74B307884C8C814AFF7FC56DD898BCD8D864172967F7D369E3E9F1E2E8C7047  
Arquivamento: 00002710045 - 17/12/2014



1246662

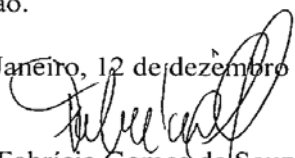
celebrar todos os documentos e praticar todos os atos necessários à efetivação da Emissão e da Oferta, incluindo, sem limitação, a Escritura de Emissão, o Contrato de Distribuição, quaisquer outros instrumentos relacionados à Emissão, à Oferta e às Debêntures e seus respectivos eventuais aditamentos, incluindo o aditamento à Escritura de Emissão que irá ratificar o resultado do Procedimento de *Bookbuilding*, dentre outros; (iv) negociar e estabelecer os termos e condições finais dos documentos da Emissão, incluindo, sem limitação, as obrigações da Companhia, os Eventos de Vencimento Antecipado, as declarações a serem prestadas pela Companhia, as condições para a realização da Oferta de Resgate Antecipado (desde que legalmente permitida) e os limites de endividamento (*covenants* financeiros) para a Companhia; e

**(E) ratificar** todos os atos relativos à Emissão, à Oferta e às Debêntures que tenham sido praticados anteriormente pela Diretoria da Companhia.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi suspensa pelo tempo necessário à lavratura da presente ata. Reabertos os trabalhos, a ata foi lida e aprovada, sendo assinada por todos os presentes. Assinaturas: Humberto Ramos de Freitas, Presidente; Fabrícia Gomes de Souza, Secretária; e os seguintes membros do Conselho de Administração: Alejandro Daniel Laiño, Daniel dos Santos Junior, Fábio Costa Brasileiro da Silva, Guilherme Delgado de Oliveira, Hélio Cabral Moreira, Humberto Ramos de Freitas, Luis Fernando Barbosa Martinez, Paulo Roberto Perlott Ramos, Rosana de Passos de Pádua, Wilfred Theodoor Bruijn.

Declaro que a presente é cópia fiel extraída do livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração.

Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 2014.

  
Fabrícia Gomes de Souza  
Secretária

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: MRS LOGISTICA S/A  
Nire: 33300163565  
Protocolo: 0020144240033 - 16/12/2014  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 17/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: D74B307884C8C814AFF7FC56DD898BCD8D864172967F7D369E3E9F1E2E8C7047  
Arquivamento: 00002710045 - 17/12/2014

---

**- SÚMULA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO DAS DEBÊNTURES**

Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Data de Publicação: 17 de dezembro de 2014

## Comunicado à Imprensa

# Rating 'brAA+' atribuído à futura emissão de debêntures da MRS Logística S.A.

Analista principal: Marcus Fernandes, São Paulo, 55 (11) 3039-9734, [marcus.fernandes@standardandpoors.com](mailto:marcus.fernandes@standardandpoors.com)

Contato analítico adicional: Nazario Augusto, São Paulo, 55 (11) 3039-9760, [nazario.augusto@standardandpoors.com](mailto:nazario.augusto@standardandpoors.com)

Analista responsável pela aprovação do rating: Diego OCampo, São Paulo, 55 (11) 3039-9769, [diego.ocampo@standardandpoors.com](mailto:diego.ocampo@standardandpoors.com)

Analista responsável pela aplicação do rating existente (Ação de Rating Vinculada)\*: Diego OCampo, São Paulo, 55 (11) 3039-9769, [diego.ocampo@standardandpoors.com](mailto:diego.ocampo@standardandpoors.com)

**São Paulo (Standard & Poor's), 17 de dezembro de 2014** – A Standard & Poor's Ratings Services atribuiu hoje o rating 'brAA+' à futura emissão de debêntures da **MRS Logística S.A.** ("MRS"), no valor de até R\$ 643 milhões, com vencimento final em 2025. Os recursos da emissão serão utilizados para o financiamento de projetos de investimento.

O rating desta emissão está em linha com o rating de crédito corporativo da MRS, o qual reflete o perfil de risco de negócios "satisfatório" da empresa e o seu perfil de risco financeiro "significativo".

Esperamos que a MRS continue se beneficiando da estrutura de concessão de transporte ferroviário no Brasil que possibilita fluxos de caixa operacionais fortes e previsíveis em função de seu modelo tarifário favorável, da sua forte posição contratada com clientes cativos sob condições contratuais favoráveis, como cláusulas *take-or-pay* (compromisso de um volume mínimo de transporte) mesmo em condições de mercado adversas para clientes e da importância estratégica do transporte ferroviário para os acionistas da empresa, os quais são seus principais clientes. Esses fatores mitigam o risco de exposição da empresa ao mercado internacional de minério de ferro, de natureza volátil.

Para a análise completa sobre os ratings da MRS leia o comunicado à imprensa "Ratings 'BB+' na escala global e 'brAA+' na Escala Nacional Brasil da MRS Logística reafirmados; perspectiva permanece estável" publicado em 29 de julho de 2014.

## Critérios e Artigos Relacionados

### Critérios

- Metodologia e premissas: descritores de liquidez para emissores corporativos globais, 2 de janeiro de 2014.
- Critério Geral: Metodologia e Premissas de Avaliação do Risco-País, 19 de novembro de 2013.
- Metodologia: Risco da indústria, 19 de novembro de 2013.
- Principais Fatores de Crédito para as Companhias de Transporte Ferroviário de Cargas / Encomendas Expressas, 19 de novembro de 2013.
- Metodologia de Ratings Corporativos, 19 de novembro de 2013.
- Metodologia corporativa: Índices e Ajustes, 19 de novembro de 2013.
- Metodologia: Fatores de créditos relativos à administração e governança para entidades

## Artigo

- Ratings 'BB+' na escala global e 'brAA+' na Escala Nacional Brasil da MRS Logística reafirmados; perspectiva permanece estável, 29 de julho de 2014.

LISTA DE RATINGS		
<b>MRS Logística S.A.</b>		
<i>Ratings de Crédito de Emissor</i>		
Escala global		
Moeda estrangeira		BB+/Estável/--
Moeda local		BB+/Estável/--
Escala Nacional Brasil		brAA+/Estável/--
<b>Novo Rating de Emissão*</b>		
Futura emissão de debêntures, no valor de até R\$ 643 milhões, com vencimento final em 2025		brAA+

Emissor	Data de Atribuição do Rating Inicial	Data da Ação Anterior de Rating
<b>MRS Logística S.A.</b>		
<i>Ratings de Crédito de Emissor</i>		
Escala global		
Moeda estrangeira	25 de julho de 1997	29 de julho de 2014
Moeda local	25 de julho de 1997	29 de julho de 2014
Escala Nacional Brasil	05 de julho de 2000	29 de julho de 2014

## Informações regulatórias adicionais

### Ação de Rating Vinculada

\*Todos os Ratings de Crédito atribuídos pela Ratings Services são determinados por um Comitê de Rating e não por Analistas individuais. Entretanto, sob certas circunstâncias, a Ratings Services atribui Ratings de Crédito que são parcial ou totalmente derivados de outros Ratings de Crédito. A este respeito, e sob determinadas circunstâncias, um Funcionário pode aplicar um Rating de Crédito de Emissão ou de Emissor, já existente, de uma entidade (previamente determinado por um Comitê de Rating) a outro Emissor e/ou Emissão (ex. Uma Ação de Rating Vinculada).

### Outros serviços fornecidos ao emissor

Não há outros serviços prestados a este emissor, clique [aqui](#) para mais informações.

### Atributos e limitações do rating de crédito

A Standard & Poor's Ratings Services utiliza informações em suas análises de crédito provenientes de fontes consideradas confiáveis, incluindo aquelas fornecidas pelo emissor. A Standard & Poor's Ratings Services não realiza auditorias ou quaisquer processos de *due diligence* ou de verificação independente da informação recebida do emissor ou de terceiros em conexão com seus processos de rating de crédito ou de monitoramento dos ratings atribuídos. A Standard & Poor's Ratings Services não verifica a completude e a precisão das informações que recebe. A informação que nos é fornecida pode, de fato, conter imprecisões ou omissões que possam ser relevantes para a

análise de crédito de rating.

Em conexão com a análise deste (s) rating (s) de crédito, a Standard & Poor's Ratings Services acredita que há informação suficiente e de qualidade satisfatória de maneira a permitir-lhe ter uma opinião de rating de crédito. A atribuição de um rating de crédito para um emissor ou emissão pela Standard & Poor's Ratings Services não deve ser vista como uma garantia da precisão, completude ou tempestividade da (i) informação na qual a Standard & Poor's se baseou em conexão com o rating de crédito ou (ii) dos resultados que possam ser obtidos por meio da utilização do rating de crédito ou de informações relacionadas.

### **Fontes de informação**

Para atribuição e monitoramento de seus ratings a Standard & Poor's utiliza, de acordo com o tipo de emissor/emissão, informações recebidas dos emissores e/ou de seus agentes e conselheiros, inclusive, balanços financeiros auditados do Ano Fiscal, informações financeiras trimestrais, informações corporativas, prospectos e outros materiais oferecidos, informações históricas e projetadas recebidas durante as reuniões com a administração dos emissores, bem como os relatórios de análises dos aspectos econômico-financeiros (MD&A) e similares da entidade avaliada e/ou de sua matriz. Além disso, utilizamos informações de domínio público, incluindo informações publicadas pelos reguladores de valores mobiliários, do setor bancário, de seguros e ou outros reguladores, bolsas de valores, e outras fontes públicas, bem como de serviços de informações de mercado nacionais e internacionais.

### **Aviso de ratings ao emissor**

O aviso da Standard & Poor's para os emissores em relação ao rating atribuído é abordado na política "[Aviso de Pré-Publicação aos Emissores](#)".

### **Frequência de revisão de atribuição de ratings**

O monitoramento da Standard & Poor's de seus ratings de crédito é abordado em:

- Descrição Geral do Processo de Ratings de Crédito (seção de Revisão de Ratings de Crédito) <http://www.standardandpoors.com/ratings/articles/pt/la/?articleType=PDF&assetID=1245338484985>
- Política de Monitoramento <http://www.standardandpoors.com/ratings/articles/pt/la/?articleType=PDF&assetID=1245319078197>

### **Conflitos de interesse potenciais da S&P Ratings Services**

A Standard & Poor's Brasil publica a lista de conflitos de interesse reais ou potenciais em "[Conflitos de Interesse — Instrução N° 521/2012. Artigo 16 XII](#)" seção em [www.standardandpoors.com.br](http://www.standardandpoors.com.br).

### **Faixa limite de 5%**

A S&P Brasil publica em seu Formulário de Referência apresentado em [http://www.standardandpoors.com/pt\\_LA/web/guest/regulatory/disclosures](http://www.standardandpoors.com/pt_LA/web/guest/regulatory/disclosures) o nome das entidades responsáveis por mais de 5% de suas receitas anuais.

Copyright© 2014 pela Standard & Poor's Financial Services LLC. Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta informação (incluindo-se ratings, análises e dados relativos a crédito, avaliações, modelos, software ou outras aplicações ou informações obtidas destes) ou qualquer parte dele (Conteúdo) pode ser modificada, sofrer engenharia reversa, reproduzida ou distribuída de nenhuma forma, nem meio, nem armazenado em um banco de dados ou sistema de recuperação sem a prévia autorização por escrito da S&P. O Conteúdo não deverá ser utilizado para nenhum propósito ilícito ou não autorizado. Nem a S&P, nem suas afiliadas, nem seus provedores externos, nem diretores, funcionários, acionistas, empregados nem agentes (Coletivamente Partes da S&P) garantem a exatidão, completude, tempestividade ou disponibilidade de qualquer informação. As Partes da S&P não são responsáveis por quaisquer erros ou omissões, independentemente da causa, nem pelos resultados obtidos mediante o uso de tal Conteúdo. O Conteúdo é oferecido "como ele é". AS PARTES DA S&P ISENTAM-SE DE QUALQUER E TODA GARANTIA EXPRESSA OU IMPLÍCITA, INCLUSIVE, MAS NÃO LIMITADA A, ENTRE OUTRAS, QUAISQUER GARANTIAS DE COMERCIALIZABILIDADE, OU ADEQUAÇÃO A UM PROPÓSITO OU USO ESPECÍFICO, LIBERDADE DE FALHAS, ERROS OU DEFEITOS DE SOFTWARE, QUE O FUNCIONAMENTO DO CONTEÚDO SEJA INTERROMPIDO OU QUE O CONTEÚDO OPERE COM QUALQUER CONFIGURAÇÃO DE SOFTWARE OU HARDWARE. Em nenhuma circunstância, deverão as Partes da S&P ser responsabilizados por nenhuma parte, por quaisquer danos, custos,

despesas, honorários advocatícios, ou perdas diretas, indiretas, incidentais, exemplares, compensatórias, punitivas, especiais, ou consequentes (incluindo-se, entre outras, perda de renda ou lucros cessantes e custos de oportunidade) com relação a qualquer uso da informação aqui contida, mesmo se alertadas sobre sua possibilidade.

Os ratings e as análises creditícias da S&P e de suas afiliadas e as observações aqui contidas são declarações de opiniões na data em que foram expressas e não declarações de fatos ou recomendações para comprar, reter ou vender quaisquer títulos ou tomar qualquer decisão de investimento. Após sua publicação, a S&P não assume nenhuma obrigação de atualizar a informação. Não se deve depender do Conteúdo, e este não é um substituto das habilidades, julgamento e experiência do usuário, sua gerência, funcionários, conselheiros e/ou clientes ao tomar qualquer decisão de investimento ou negócios. As opiniões da S&P e suas análises não abordam a adequação de quaisquer títulos. A S&P não atua como agente fiduciário nem como consultora de investimentos. Embora obtenha informações de fontes que considera confiáveis, a S&P não conduz auditoria nem assume qualquer responsabilidade de diligência devida (*due diligence*) ou de verificação independente de qualquer informação que receba.

A fim de preservar a independência e objetividade de suas respectivas atividades, a S&P mantém determinadas atividades de suas unidades de negócios separadas das de suas outras. Como resultado, certas unidades de negócios da S&P podem dispor de informações que não estão disponíveis às outras. A S&P estabeleceu políticas e procedimentos para manter o sigilo de determinadas informações que não são de conhecimento público recebidas no âmbito de cada processo analítico.

A S&P Ratings Services pode receber remuneração por seus ratings e análises creditícias, normalmente dos emissores ou subscritores dos títulos ou dos devedores. A S&P reserva-se o direito de divulgar seus pareceres e análises. A S&P disponibiliza suas análises e ratings públicos em seus sites na Web, [www.standardandpoors.com/](http://www.standardandpoors.com/) [www.standardandpoors.com.mx/](http://www.standardandpoors.com.mx/) [www.standardandpoors.com.ar/](http://www.standardandpoors.com.ar/) [www.standardandpoors.com.br/](http://www.standardandpoors.com.br/) (gratuitos), [www.ratingsdirect.com](http://www.ratingsdirect.com) e [www.globalcreditportal.com](http://www.globalcreditportal.com) (por assinatura), e pode distribuí-los por outros meios, inclusive em suas próprias publicações ou por intermédio de terceiros redistribuidores. Informações adicionais sobre nossos honorários de rating estão disponíveis em [www.standardandpoors.com/usratingsfees](http://www.standardandpoors.com/usratingsfees).

#### **Austrália**

Standard & Poor's (Austrália) Pty. Ltd. Conta com uma licença de serviços financeiros número 337565 de acordo com o Corporations Act 2001. Os ratings de crédito da Standard & Poor's e pesquisas relacionadas não tem como objetivo e não podem ser distribuídas a nenhuma pessoa na Austrália que não seja um cliente pessoa jurídica (como definido no Capítulo 7 do Corporations Act).

STANDARD & POOR'S, S&P and RATINGSDIRECT são marcas registradas da Standard & Poor's Financial Services LLC.



---

**- DECLARAÇÕES DE VERACIDADE DA EMISSORA E DO COORDENADOR LÍDER**

Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



**DECLARAÇÃO DA EMISSORA  
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400**

**MRS LOGÍSTICA S.A.**, sociedade por ações, com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, n.º 228, sala 1.201 E, Botafogo, inscrita perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 01.417.222/0001-77, neste ato representada na forma de seu estatuto social (“Emissora”), no âmbito da oferta pública de distribuição de 500.000 (quinhentas mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até duas séries (“Debêntures”), da sua 7ª (sétima) emissão (“Oferta”), sem considerar as Debêntures adicionais e as Debêntures suplementares que venham eventualmente a ser colocadas nos termos nos termos do artigo 24 e do artigo 14, parágrafo 2º, respectivamente, da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“Instrução CVM 400”), vem, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, declarar que:

- (i) o “Prospecto Preliminar de Distribuição Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até Duas Séries, da 7ª Emissão da MRS Logística S.A.” (“Prospecto Preliminar”), incorporando, por referência, o formulário de referência da Emissora, elaborado pela Emissora em conformidade com a Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada (“Formulário de Referência”), contém, e o “Prospecto Definitivo de Distribuição Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até Duas Séries, da 7ª Emissão da MRS Logística S.A.” (“Prospecto Definitivo”), incorporando, por referência, o Formulário de Referência, conterá, nas datas de suas respectivas divulgações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, das Debêntures, da Oferta, da Emissora, de suas atividades, de sua situação econômico-financeira, dos riscos inerentes às suas atividades e quaisquer outras informações relevantes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (ii) o Formulário de Referência e o Prospecto Preliminar foram elaborados, e o Prospecto Definitivo será elaborado, de acordo com as normas pertinentes;
- (iii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais e periódicas constantes da atualização do registro de companhia aberta da Emissora, que venham a integrar o Prospecto Preliminar e Prospecto Definitivo, nas suas respectivas datas de divulgação, serão verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e

(iv) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta.

Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 2014.

**MRS LOGÍSTICA S.A.**



Nome:

Cargo:

**Fabricia Gomes de Souza**  
**Diretora de Finanças e Desenvolvimento**



Nome:

Cargo:

**Guilherme Mello**  
**PRESIDENTE**

**DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER  
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400**

**BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.**, instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2041 e 2235, Bloco A, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob o nº 90.400.888/0001-42, na qualidade de instituição intermediária líder responsável por coordenar e proceder à distribuição pública de 500.000 (quinhentas mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até duas séries (“Debêntures”), da 7ª (sétima) emissão da **MRS LOGÍSTICA S.A.**, sociedade por ações, com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 228, sala 1.201 E, Botafogo, inscrita perante o CNPJ/MF sob o nº 01.417.222/0001-77 (“Oferta” e “Emissora”, respectivamente), sem considerar as Debêntures adicionais e as Debêntures suplementares que venham eventualmente a ser colocadas nos termos do artigo 24 e do artigo 14, parágrafo 2º, respectivamente, da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“Instrução CVM 400”), vem, nos termos do parágrafo 1º do artigo 56 da Instrução CVM 400, declarar que:

(i) o “Prospecto Preliminar de Distribuição Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até Duas Séries, da 7ª Emissão da MRS Logística S.A.” (“Prospecto Preliminar”), incorporando, por referência, o formulário de referência da Emissora, elaborado pela Emissora em conformidade com a Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada (“Formulário de Referência”), contém, e o “Prospecto Definitivo de Distribuição Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até Duas Séries, da 7ª Emissão da MRS Logística S.A.” (“Prospecto Definitivo”), incorporando, por referência, o Formulário de Referência conterá, nas datas de suas respectivas divulgações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, das Debêntures, da Oferta, da Emissora, de suas atividades, de sua situação econômico-financeira, dos riscos inerentes às suas atividades e quaisquer outras informações relevantes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e

(ii) tomou as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que (a) as informações prestadas pela Emissora sejam verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; (b) as informações prestadas pela Emissora relativas





às Debêntures e as demais informações fornecidas ao mercado no Formulário de Referência, no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas divulgações, sejam verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; (c) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais e periódicas constantes da atualização do registro da Emissora, que venham a integrar o Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo, nas suas respectivas datas de divulgação, sejam suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (d) o Formulário de Referência, o Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo sejam elaborados de acordo com as normas pertinentes.

São Paulo, 17 de dezembro de 2014.

**BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.**

Nome:

Cargo:

*Inciso*  
\_\_\_\_\_  
Ignacio Dominguez-Adame  
Vice-Presidente Executivo

Nome:

Cargo:

\_\_\_\_\_  
Eduardo Müller Borges  
Diretor



**DECLARAÇÃO DO COORDENADOR DA OFERTA  
PARA FINS DO ARTIGO 9º, §1º, XXX, DO CÓDIGO ANBIMA DE REGULAÇÃO E  
MELHORES PRÁTICAS PARA ATIVIDADES CONVENIADAS**

**BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.**, instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2041 e 2235, Bloco A, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob o nº 90.400.888/0001-42, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social, na qualidade de instituição intermediária líder da 7ª (sétima) emissão, para distribuição pública, de debêntures simples, não conversíveis em ações, em até duas séries, da espécie quirografária da **MRS LOGÍSTICA S.A.**, sociedade por ações, com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 228, sala 1.201 E, Botafogo, inscrita perante o CNPJ/MF sob o nº 01.417.222/0001-77 (“Oferta”), vem, no âmbito do pedido de análise prévia do pedido de registro da Oferta perante a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”), declarar que se obriga a observar as normas contidas no Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Atividades Conveniadas (“Código ANBIMA”), nos termos do artigo 9º, §1º, XXX, do Código ANBIMA.

São Paulo, 17 de dezembro de 2014.

**BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.**

Nome:

Cargo:

*Ignacio Dominguez-Adame*  
Vice-Presidente Executivo

Nome:

Cargo:

*Eduardo Müller Borges*  
Diretor



Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



---

**- ESTATUTO SOCIAL DA EMISSORA**

Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**MRS LOGÍSTICA S.A.**  
**ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**  
**REALIZADA EM 4 DE OUTUBRO DE 2012**

**ANEXO I**  
**ESTATUTO SOCIAL**

**CAPÍTULO I**  
**DENOMINAÇÃO, OBJETO, SEDE E DURAÇÃO**

Artigo 1º – A MRS Logística S.A. (“Companhia”) reger-se-á pelo presente Estatuto Social e pela legislação que lhe for aplicável.

Artigo 2º – A Companhia tem por objeto:

- a) prestar serviços de transporte ferroviário de carga;
- b) explorar serviços de carga, descarga, armazenagem e transbordo nas estações, pátios e terrenos existentes na faixa de domínio das linhas ferroviárias objeto da concessão;
- c) implantar e explorar terminais intermodais executando serviços e operações de movimentações e armazenagem de mercadorias, mediante utilização do modal ferroviário;
- d) participar de projetos que tenham como objetivo a promoção do desenvolvimento sócio-econômico das áreas de influência, visando à ampliação dos serviços ferroviários concedidos;
- e) executar todas as atividades afins ou correlatas às descritas nas alíneas anteriores;  
e
- f) exercer outras atividades que utilizem como base a infra-estrutura da Companhia.

Parágrafo 1º – Por força do disposto no §2º do Contrato de Concessão, a ser firmado com a União, nos termos do Edital PND/A-05/96/RFFSA, as atividades descritas nas alíneas c) e d) acima não poderão ser exercidas sem a prévia e expressa autorização do Poder

Concedente. Quando a solicitação para exploração de tais atividades envolver bem arrendado da Rede Ferroviária Federal S.A., a mesma deverá participar das negociações entre a Companhia e o Poder Concedente.

Parágrafo 2º – A Companhia visando à consecução de seus objetivos poderá, por deliberação de seu Conselho de Administração, constituir empresas sob seu controle acionário, bem como participar de outras sociedades.

Parágrafo 3º – Na execução de seu objeto social, a Companhia cumprirá os regulamentos e as normas aplicáveis ao transporte ferroviário, suas operações e demais modalidades de transporte, bem como as leis, regulamentos e demais atos expedidos pelo Poder Concedente.

Artigo 3º – A Companhia tem sede e foro na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, à Praia de Botafogo, 228, sala 1201 (parte denominada 1201-E), Botafogo, podendo, por deliberação da Diretoria, criar e manter filiais, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos em qualquer parte do País.

Artigo 4º – O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

## **CAPÍTULO II**

### **CAPITAL SOCIAL E AÇÕES**

Artigo 5º – O capital social da Companhia é de R\$1.086.817.540,49 (um bilhão, oitenta e seis milhões, oitocentos e dezessete mil, quinhentos e quarenta reais e quarenta e nove centavos), totalmente integralizado e dividido em 340.000.000 (trezentos e quarenta milhões) de ações nominativas e escriturais, sem valor nominal, sendo 188.332.687 (cento e oitenta e oito milhões, trezentas e trinta e duas mil, seiscentas e oitenta e sete) ordinárias, 82.076.174 (oitenta e dois milhões, setenta e seis mil, cento e setenta e quatro) preferenciais classe “A” e 69.591.139 (sessenta e nove milhões, quinhentas e noventa e uma mil, cento e trinta e nove) preferenciais classe “B”. Respeitado o disposto no artigo 6º abaixo, a Companhia está autorizada a aumentar o capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de R\$2.500.000.000,00 (dois bilhões e quinhentos milhões de reais) mediante a emissão de ações ordinárias ou preferenciais, sem guardar proporção entre elas e aquelas já existentes, bem como de debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição.

Parágrafo 1º – Cada ação ordinária dá direito a 1 (um) voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Parágrafo 2º – As ações preferenciais classe A terão direito a dividendos 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias, não têm direito de voto e gozarão de prioridade no recebimento do capital, sem prêmio quando da liquidação da Companhia.

Parágrafo 3º – As ações preferenciais classe B terão direito a dividendos 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias, não têm direito de voto e gozarão de prioridade no recebimento do capital, sem prêmio, quando da liquidação da Companhia. As ações preferenciais classe B são, por iniciativa do acionista que as detiver, conversíveis em (i) ações ordinárias na proporção de uma para cada ação ordinária; e/ou em (ii) ações preferenciais classe A na proporção de uma para cada ação preferencial classe A. Tal conversão poderá ser realizada a qualquer tempo, observado o prazo de comunicação prévia de 15 (quinze) dias, endereçada ao Presidente do Conselho de Administração.

Parágrafo 4º – Embora sem direito de voto, as ações preferenciais classe B terão o direito de eleger, em votação em separado, um membro do Conselho de Administração, sendo certo que tal direito somente subsistirá enquanto as mesmas representarem um mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) da sua totalidade.

Parágrafo 5º – Poderão ser criadas outras classes de ações preferenciais. Uma ou mais classes de ações preferenciais poderão ser resgatáveis e/ou ter assegurado o direito de eleger em votação em separado um ou mais membros do Conselho de Administração, de acordo com as condições que venham a ser estabelecidas pelo Conselho de Administração, “ad referendum” da Assembleia Geral.

Parágrafo 6º – É facultado à Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, contratar serviços de ações escriturais com instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários a manter esse serviço.

Parágrafo 7º – É facultado à Companhia suspender os serviços de transferências de ações para atender a determinação da Assembleia Geral, não podendo fazê-lo, porém, por mais

de 90 (noventa) dias intercalados durante o exercício, e tampouco por mais de 15 (quinze) dias consecutivos.

Parágrafo 8º – A Companhia é obrigada a comunicar às bolsas de valores nas quais suas ações sejam negociadas a suspensão transitória de transferências de ações, com 15 (quinze) dias de antecedência.

Parágrafo 9º – Nos aumentos de capital, com ou sem reforma estatutária, os acionistas terão direito de preferência para a respectiva subscrição, na proporção do número de ações que possuírem, a ser exercido dentro do prazo de trinta dias a contar da publicação de aviso, observadas as disposições do artigo 171 e seus parágrafos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Artigo 6º – Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração será competente para deliberar sobre a emissão de ações, bônus de subscrição ou debêntures conversíveis em ações, estabelecendo se o aumento se dará por subscrição pública ou particular, as condições de integralização, as características dos valores mobiliários a serem emitidos e o preço de emissão.

Parágrafo Único – O Conselho de Administração, dentro do limite do capital autorizado, e de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, poderá outorgar opção de compra de ações a seus administradores ou empregados, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedade sob seu controle.

### **CAPÍTULO III**

#### **ASSEMBLEIA GERAL**

Artigo 7º – A Assembleia Geral dos acionistas reunir-se-á ordinariamente dentro dos quatro primeiros meses de cada ano, para os fins previstos em lei e, extraordinariamente, sempre que necessário, observadas em sua convocação, instalação e deliberações, as prescrições legais pertinentes.

Artigo 8º – A Assembleia Geral, ordinária ou extraordinária, será convocada pelo Conselho de Administração, sendo seus trabalhos instalados e dirigidos por mesa composta por um presidente e um secretário, sendo o presidente da mesa o Presidente do Conselho de

Administração, que escolherá dentre os presentes o secretário, que poderá ser acionista ou não.

## **CAPÍTULO IV**

### **ADMINISTRAÇÃO**

#### Seção I

#### Das Disposições Gerais

Artigo 9º – Os órgãos de administração da Companhia são o Conselho de Administração e a Diretoria.

Artigo 10 – Os membros do Conselho de Administração serão eleitos pela Assembleia Geral e os da Diretoria pelo Conselho de Administração, observado o disposto no Artigo 5º, Parágrafos 4º e 5º, e no Artigo 30 do Estatuto Social.

Parágrafo 1º – O mandato dos administradores é de 2 (dois) anos, permitida a reeleição; inicia-se com a posse mediante termo lavrado em livro próprio e termina sempre simultaneamente, ainda que algum deles tenha sido eleito depois dos demais, mantendo-se no exercício de seus cargos até a investidura dos novos eleitos.

Parágrafo 2º – Os administradores estão dispensados de prestar caução em garantia de sua gestão.

Artigo 11 – A remuneração dos administradores será fixada individual ou globalmente pela Assembleia Geral, podendo delegar ao Conselho de Administração sua distribuição.

Artigo 12 – A substituição dos administradores far-se-á de acordo com as seguintes regras:

- a) no caso de ausência ou impedimento temporário de qualquer dos Diretores, inclusive do Diretor Presidente, as funções do Diretor ausente ou impedido serão acumuladas por outro Diretor, por designação do Diretor Presidente;
- b) no caso de ausência ou impedimento temporário de qualquer membro do Conselho de Administração, este poderá indicar outro membro para substituí-lo, podendo, ainda, o Conselheiro ausente, caso entenda apropriado, manifestar seu voto por escrito. Na

ausência ou impedimento temporário do Presidente do Conselho, será o mesmo substituído por Conselheiro indicado pelo Presidente;

c) no caso de vacância de qualquer dos cargos de Diretor, inclusive o de Diretor Presidente, as suas funções serão exercidas pelo Diretor para esse efeito indicado pelo Diretor Presidente na forma do inciso “a” acima, que exercerá o cargo até a primeira reunião do Conselho de Administração que se seguir à vacância. Na falta de indicação pelo Diretor Presidente do substituto temporário, este será indicado de imediato pelo Presidente do Conselho de Administração; e

d) no caso de vacância de qualquer cargo do Conselho de Administração, a Assembleia Geral se reunirá e elegerá um substituto que exercerá o cargo até o final do mandato do membro substituído, sendo que, na vacância do Presidente, caberá ao Conselho designar, dentre os demais membros, o Conselheiro que exercerá suas funções até a primeira Assembleia Geral Ordinária.

## Seção II

### Conselho de Administração

Artigo 13 – O Conselho de Administração será composto de até 17 (dezesete) membros.

Parágrafo Único – O Conselho de Administração será presidido por um de seus membros, indicado pela Assembleia Geral que os eleger.

Artigo 14 – O Conselho de Administração reúne-se, em caráter ordinário, trimestralmente, em datas a serem estabelecidas na primeira reunião anual e, em caráter extraordinário, sempre que convocado pelo Presidente do Conselho de Administração, a quem cabe fixar a respectiva ordem do dia. As reuniões extraordinárias deverão ser convocadas com uma antecedência mínima de 8 (oito) dias, e os documentos que suportarem a ordem do dia, tanto para as reuniões ordinárias como para as extraordinárias, deverão ser encaminhados com uma antecedência de 5 (cinco) dias da realização da reunião.

Parágrafo 1º – O Presidente do Conselho de Administração deverá convocar o Conselho de Administração quando tal pedido, devidamente fundamentado, com indicação da matéria a tratar, lhe for apresentado: a) por qualquer dos Conselheiros; b) pelo Diretor Presidente; c) pelo Presidente do Conselho Fiscal, se em funcionamento.



Parágrafo 2º– As reuniões do Conselho de Administração serão realizadas, preferencialmente, na sede da Companhia. Serão admitidas reuniões por meio de teleconferência, videoconferência ou outros meios de comunicação que possam assegurar a identificação dos conselheiros e a comunicação simultânea com todas as demais pessoas presentes à reunião. Nesse caso, os membros do Conselho de Administração que participarem remotamente da reunião serão considerados presentes à reunião. Os votos proferidos pelos membros que participarem remotamente da reunião poderão ser confirmados por escrito, por meio de carta, fax ou correio eletrônico digitalmente certificado.

Artigo 15 – O Conselho de Administração funciona com a presença da maioria de seus membros e delibera por maioria de votos. O Presidente não terá, em hipótese alguma, voto de desempate.

Parágrafo Único – O Conselho de Administração terá um Secretário Executivo, escolhido no quadro pessoal, que terá a incumbência de lavrar as atas e assessorar o Presidente em suas funções.

Artigo 16 – Compete ao Conselho de Administração:

- a) eleger e destituir, a qualquer tempo, os diretores da Companhia e fixar-lhes suas atribuições, por proposta do Diretor Presidente;
- b) atribuir a um dos Diretores da Companhia a função de Relações com Investidores;
- c) deliberar sobre a proposta do Diretor Presidente sobre as áreas de atuação dos demais Diretores;
- d) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, aprovando previamente suas políticas empresariais, planos, projetos e orçamentos anuais e plurianuais;
- e) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, as atas, livros e papéis da Companhia, solicitando, através do Presidente, informações sobre contratos celebrados, ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos;

- f) convocar a Assembleia Geral;
- g) manifestar-se sobre o Relatório de Administração e demonstrações financeiras e propor a destinação do lucro líquido de cada exercício;
- h) deliberar sobre a emissão de ações, debêntures, conversíveis em ações ou não, e bônus de subscrição, dentro do limite do capital autorizado da Companhia;
- i) deliberar sobre as condições de emissão de notas promissórias destinadas à distribuição pública, nos termos da Instrução CVM 134 de 01/11/90;
- j) escolher e destituir os auditores independentes;
- k) autorizar prévia e expressamente a alienação, a oneração ou o arrendamento a longo prazo de bens do ativo não circulante da Companhia;
- l) autorizar prévia e expressamente todo e qualquer contrato a ser celebrado entre a Companhia e qualquer de seus acionistas controladores;
- m) autorizar operações financeiras ativas e passivas de valor superior ao que for determinado em resolução do próprio Conselho de Administração;
- n) autorizar atos que importem em outorga de garantias de qualquer espécie em favor de terceiros ou que importem em renúncia de direito;
- o) pronunciar-se sobre os assuntos que a Diretoria lhe apresente para sua deliberação ou para serem submetidos à Assembleia Geral;
- p) deliberar sobre a constituição de subsidiárias ou a participação da Companhia em outras entidades;
- q) avocar a qualquer tempo o exame de qualquer assunto referente aos negócios da Companhia, ainda que não compreendido na enumeração acima, e sobre ele proferir decisão a ser obrigatoriamente executada pela Diretoria;

r) exercer os demais poderes que lhe sejam atribuídos por lei e pelo presente Estatuto;

s) resolver os casos omissos neste Estatuto e exercer outras atribuições que a lei, ou este Estatuto, não confira a outro órgão da Companhia.

Parágrafo Único – O Conselho de Administração poderá criar órgão de auditoria interna, que estará vinculado diretamente ao Presidente do Conselho de Administração, vedada a delegação a outro órgão da Companhia.

### Seção III

#### Diretoria

Artigo 17 – A Diretoria é composta de 2 (dois) a 6 (seis) membros, sendo um Diretor Presidente e os demais com a designação que vier a ser dada pelo Conselho de Administração, por proposta do Diretor Presidente.

Artigo 18 – A Diretoria reúne-se sempre que convocada pelo Diretor Presidente.

Artigo 19 – Nos atos e instrumentos que acarretarem responsabilidade para a Companhia, será ela representada por dois Diretores. Dentro dos limites fixados pela Diretoria, a Companhia poderá, ainda, ser representada por um Diretor agindo em conjunto com um procurador ou por dois procuradores agindo em conjunto, dentro dos limites expressos nos respectivos mandatos.

Parágrafo 1º – A Diretoria poderá também delegar, inclusive nas obrigações a serem assumidas no exterior, a um só Diretor ou a um procurador, a representação da Companhia, nos termos e limites que vier a fixar.

Parágrafo 2º – As procurações outorgadas pela Companhia serão sempre assinadas por dois Diretores, e conterão os poderes que a Diretoria houver autorizado em cada caso e, com exceção daquelas com cláusula “ad judicium”, terão prazo de duração máxima de 1 (um) ano.

Artigo 20 – Compete à Diretoria assegurar a gestão permanente dos negócios sociais e dar execução às deliberações do Conselho de Administração.

Artigo 21 – Compete, em especial, à Diretoria, sem prejuízo das demais disposições legais e estatutárias:

- a) aprovar a estrutura básica de organização da Companhia, bem como definir as atribuições das várias unidades da mesma;
- b) expedir as normas e regulamentos para o bom funcionamento dos serviços, respeitado o disposto neste Estatuto;
- c) manter o controle geral da execução de suas deliberações, bem como da avaliação dos resultados da atividade da Companhia;
- d) preparar e submeter à aprovação do Conselho de Administração os orçamentos anual e plurianual, os projetos de expansão e modernização e os planos de investimento;
- e) aprovar o plano de cargos e salários e o quadro de pessoal da Companhia;
- f) aprovar normas relativas às contratações;
- g) submeter à prévia e expressa aprovação do Conselho de Administração as operações relativas a investimentos e financiamentos, no país ou no exterior;
- h) submeter ao Conselho de Administração todos os atos que envolvam responsabilidade para a Companhia, obedecido o limite disposto em delegação específica que, nesse sentido, vier a ser emanada em ato daquele colegiado;
- i) preparar e propor ao Conselho de Administração os atos que sejam da competência deste e os que deva submeter à Assembleia Geral;
- j) elaborar o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e os demais documentos a apresentar à Assembleia Geral Ordinária;
- k) decidir sobre a abertura, transferência ou encerramento de escritórios, filiais, dependências ou outros estabelecimentos da Companhia;

- l) autorizar a constituição de procuradores, definindo-lhes os poderes;
- m) aprovar as instruções a serem dadas aos representantes da Companhia nas Assembleias Gerais das empresas de que seja acionista; e
- n) exercer as demais atribuições previstas em lei e neste Estatuto.

Artigo 22 – Compete ao Diretor Presidente:

- a) exercer a direção da Companhia, coordenando as atividades dos Diretores;
- b) propor ao Conselho de Administração as áreas de atuação e a designação de cada Diretor;
- c) zelar pela execução das deliberações do Conselho de Administração e da Diretoria;
- d) convocar e presidir as reuniões da Diretoria, estabelecendo-lhe a ordem do dia e dirigindo os respectivos trabalhos;
- e) ressalvado o disposto no art. 19 deste Estatuto, representar a Companhia, ativa e passivamente perante entidades e órgãos governamentais;
- f) propor à aprovação da Diretoria a estrutura básica da Companhia e as atribuições das várias unidades da mesma;
- g) supervisionar, com a colaboração dos demais Diretores, as atividades de todas as unidades da Companhia;
- h) indicar, para aprovação da Diretoria, os representantes da Companhia nas sociedades controladas e nas sociedades e associações das quais a Companhia participe; e
- i) exercer as demais atribuições previstas neste Estatuto.

Artigo 23 – Compete aos demais Diretores exercer as atribuições pertinentes às áreas de atuação abaixo discriminadas e cuja responsabilidade lhes seja atribuída pelo Conselho de Administração: I – área de comercialização dos serviços de transporte produzidos pela

Companhia, a qual realiza pesquisas de mercado e estudos de tarifas, promove e controla a venda de transportes; II – área de operação dos serviços de transporte, a qual promove e controla a execução dos aludidos serviços, a manutenção e a reparação do material rodante, a construção, a manutenção, a renovação e a remodelação da via permanente e das instalações necessárias à operação dos serviços de transporte; III – área de planejamento, a qual promove a realização de estudos para a definição e atualização dos objetivos empresariais, promove e coordena a elaboração dos planos, programas e orçamentos essenciais ao desenvolvimento dos negócios da Companhia; IV – área financeira, a qual exerce a gestão e controla as atividades financeiras da Companhia; V – área administrativa, a qual exerce a gestão e controla as atividades relativas a contabilidade, patrimônio e serviços gerais da Companhia; VI – área de suprimento, a qual exerce a gestão e controla as atividades relativas à contratação dos serviços e à aquisição, administração e distribuição dos materiais necessários às atividades da Companhia; VII – área de pessoal, a qual exerce a gestão dos recursos humanos; VIII – área de informática, a qual elabora e implanta a política de informática adequada às atividades da Companhia, definindo tecnologia, equipamentos e software; IX – área de proteção ao meio ambiente.

Parágrafo Único – Sem exclusão de outras atribuições decorrentes de lei ou do presente Estatuto, caberá a cada Diretor:

- a) praticar todos os atos de gestão necessários ao desenvolvimento das atividades relativas à área de atuação sob a sua responsabilidade, observadas as disposições legais e estatutárias;
- b) cumprir os objetivos, planos e políticas fixados para a área de atuação sob a sua responsabilidade;
- c) supervisionar as unidades da Companhia incluídas na área de atuação sob a sua responsabilidade;
- d) colaborar com o Diretor Presidente na supervisão de todas as unidades da Companhia;
- e) zelar pela execução das deliberações do Conselho de Administração e da Diretoria.

## **CAPÍTULO V**

### **DO CONSELHO FISCAL**

Artigo 24 – O Conselho Fiscal, com as atribuições e poderes que a lei lhe confere, não terá funcionamento permanente e será composto de 5 (cinco) membros efetivos e 5 (cinco) membros suplentes, todos residentes no país, eleitos pela Assembleia Geral, podendo ser reeleitos.

Parágrafo 1º – A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os elege, observado o limite mínimo legal.

Parágrafo 2º – O Conselho Fiscal elegerá o seu Presidente na primeira reunião.

Parágrafo 3º – O Conselho Fiscal funcionará de acordo com regimento interno aprovado pela Assembleia Geral Ordinária que deliberar sua instalação. O Conselho Fiscal somente poderá deliberar com a presença da maioria absoluta de seus membros e as deliberações serão tomadas pela maioria absoluta de votos dos presentes. Das reuniões lavrar-se-ão atas, em livro próprio.

## **CAPÍTULO VI**

### **EXERCÍCIO SOCIAL**

Artigo 25 – O exercício social coincide com o ano civil e as demonstrações financeiras serão levantadas ao término de cada ano, de acordo com o disposto na Lei de Sociedade por Ações e demais dispositivos legais aplicáveis.

Parágrafo 1º – A Companhia levantará balanços trimestrais ou em períodos menores para o pagamento de dividendos intercalares, na forma do disposto no Artigo 204 da Lei n.º 6.404/76, e poderá declarar, por deliberação do Conselho de Administração, dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços.

Parágrafo 2º – Ainda por deliberação do Conselho de Administração, poderão ser declarados dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou reservas de lucros existentes no último balanço.

Artigo 26 – Do resultado do exercício, serão deduzidos, antes de qualquer distribuição, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda. Do lucro líquido do exercício, destinar-se-ão:

- a) 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal, até o máximo previsto em lei, reserva essa que poderá ser posteriormente capitalizada ou compensada com prejuízos;
- b) um montante proposto pelo Conselho de Administração para pagamento de dividendos a todas as espécies e classes de ações, com observância do disposto nos parágrafos 2º e 3º do artigo 5º e no parágrafo único deste artigo;
- c) o saldo remanescente a atender à destinação que lhe for dada pela Assembleia Geral, mediante proposta do Conselho de Administração.

Parágrafo Único – A distribuição de dividendos não será inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Artigo 27 – Os dividendos serão pagos nas datas e locais indicados pela Diretoria e, quando não reclamados, dentro de 3 (três) anos, a contar da data em que tenham sido postos à disposição dos acionistas, prescreverão a favor da Companhia.

## **CAPÍTULO VII**

### **LIQUIDAÇÃO**

Artigo 28 – A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, ou em virtude de deliberação da Assembleia Geral.

Parágrafo Único – Compete à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação, eleger o liquidante e os membros do Conselho Fiscal, que deverão funcionar no período de liquidação, fixando-lhes os respectivos honorários.



**CAPÍTULO VIII**  
**DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS DO EDITAL PND/A-05/96/RFFSA E CONTRATO DE**  
**CONCESSÃO FIRMADO COM A UNIÃO**

Artigo 29 – Nenhum acionista deterá , direta ou indiretamente, participação superior a 20% do capital votante sem prévia autorização do Poder Concedente.

Artigo 30 – Um dos membros do Conselho de Administração será eleito por indicação dos empregados, reunidos ou não em condomínio, sociedade ou clube de investidores, independente de sua participação no capital social.

Artigo 31 – Qualquer alteração efetuada neste Estatuto deverá ser submetida ao Poder Concedente para aprovação prévia.

*\* Estatuto Social consolidado em Assembleia Geral Extraordinária da MRS Logística S.A. realizada em 4 de outubro de 2012, aprovado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, nos termos da Portaria nº 13, de 22 de novembro de 2012.*

Rio de Janeiro/RJ, 4 de outubro de 2012.

Gabriel Stoliar  
*Presidente da Mesa*

Daniela Vilhena Tepedino Hernández  
*Secretária*

Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

---

**- PORTARIA 398 DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES**

Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no art. 30, § 1º, do Decreto nº 4.552/2002, concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a Requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição.

A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho. Processo Nº 46220.003959/2014-17, protocolado em 17/07/2014.

Nº 580 - Conceder autorização a ELIAN INDÚSTRIA TEXTIL LTDA, CNPJ 82.698.085/0003-50 para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e à alimentação para 30 (trinta) minutos, no estabelecimento situado na RUA Manoel Francisco da Costa, n. 1.800 na cidade de Jaraguá do Sul, nos exatos termos prescritos no parágrafo 3º, do artigo 71, da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolada 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial 1.095/2010, anexando relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução do intervalo destinado ao repouso e à alimentação.

Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no art. 30, § 1º, do Decreto nº 4.552/2002, concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a Requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição.

A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho. Processo Nº 46220.004709/2014-02, protocolado em 19/08/2014.

Nº 581 - Conceder autorização a ELIAN INDÚSTRIA TEXTIL LTDA, CNPJ 82.698.085/0001-98 para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e à alimentação para 30 (trinta) minutos, no estabelecimento situado na RUA Manoel Francisco da Costa, n. 215 na cidade de Jaraguá do Sul, nos exatos termos prescritos no parágrafo 3º, do artigo 71, da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolada 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial 1.095/2010, anexando relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução do intervalo destinado ao repouso e à alimentação.

Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no art. 30, § 1º, do Decreto nº 4.552/2002, concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a Requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição.

A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho. Processo Nº 46220.004710/2014-29, protocolado em 19/08/2014.

Nº 582 - Conceder autorização a AN INDÚSTRIA TEXTIL LTDA, CNPJ 08.228.549/0001-40 para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e à alimentação para 30 (trinta) minutos, no estabelecimento situado na RUA Manoel Francisco da Costa, n. 1.800 na cidade de Jaraguá do Sul, nos exatos termos prescritos no parágrafo 3º, do artigo 71, da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolada 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial 1.095/2010, anexando relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução do intervalo destinado ao repouso e à alimentação.

Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no art. 30, § 1º, do Decreto nº 4.552/2002, concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a Requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição.

A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho. Processo Nº 46220.004708/2014-50, protocolado em 19/08/2014.

Nº 583 - Conceder autorização a FORMITZ CONFECCOES LTDA.EPP, CNPJ 79.843.264/0001-67 para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e à alimentação para 30 (trinta) minutos, no estabelecimento situado na Erich Froehner, nº 3405 na cidade de Schroeder SC, nos exatos termos prescritos no parágrafo 3º, do artigo 71, da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolada 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial 1.095/2010, anexando relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução do intervalo destinado ao repouso e à alimentação.

Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no art. 30, § 1º, do Decreto nº 4.552/2002, concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a Requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição.

A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho. Processo Nº 46220.006556/2014-20, protocolado em 13/10/2014.

Nº 584 - Conceder autorização a FORMITZ CONFECCOES LTDA.EPP, CNPJ 79.843.264/0001-67 para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e à alimentação para 30 (trinta) minutos, no estabelecimento situado na Rod BR-280, n. 507 na cidade de Guarimir - SC, nos exatos termos prescritos no parágrafo 3º, do artigo 71, da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolada 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial 1.095/2010, anexando relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução do intervalo destinado ao repouso e à alimentação.

Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no art. 30, § 1º, do Decreto nº 4.552/2002, concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a Requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição.

A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho. Processo Nº 46220.006556/2014-20, protocolado em 13/10/2014.

LUIS MIGUEL VAZ VIEGAS

## Ministério dos Transportes

### GABINETE DO MINISTRO

#### PORTARIA Nº 398, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014

Aprova o enquadramento, como prioritário, do Projeto de Investimento em Infraestrutura na Área de Transporte e Logística no Setor Ferroviário, proposto pela MRS Logística S.A., para fins de emissão de debêntures incentivadas.

O MINISTRO DE ESTADO DOS TRANSPORTES no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto na Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, alterada pela Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, no Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011, e na Portaria nº 09, de 27 de janeiro de 2012, resolve:

Art. 1º Aprovar o enquadramento, como prioritário, do projeto de investimento em infraestrutura na área de transporte e logística no setor ferroviário, proposto pela MRS Logística S.A., no trecho sob concessão da MRS, nos Estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro - Malha Sudeste, para fins de emissão de debêntures incentivadas, conforme descrito no Anexo desta Portaria.

Art. 2º Os autos do Processo nº 50000.045398/2014-95 ficarão arquivados e disponíveis neste Ministério, para consulta e fiscalização dos órgãos de controle.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO SÉRGIO PASSOS

ANEXO	
Projeto	Projeto da MRS Logística S.A. de emissão de debêntures para investimentos na área de infraestrutura ferroviária no trecho sob concessão da MRS, nos Estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro - Malha Sudeste, que consiste: (i) revitalização da via permanente e (ii) implantação do sistema de controle de trens baseado em comunicação - CBTC.
Denominação Comercial	MRS Logística S.A.
Razão Social	MRS Logística S.A.
CNPJ	01.417.222/0001-77
Relação das Pessoas Jurídicas	- Companhia Siderúrgica Nacional - CSN - Minerações Brasileiras Reunidas S.A. - Usiminas Participações Logísticas S.A. - Vale S.A. - Gerdau S.A.
Relação dos Documentos Apresentados	
- Formulário de Cadastro do Projeto da SPE (Anexo I). - Formulário de Demonstração dos Fluxos de Caixa (Anexo II). - Quadro Anual de Usos e Fontes do Investimento (Anexo III). - Ata da Assembleia Geral de Constituição da MRS Logística S.A. - Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral. - Relação das Pessoas Jurídicas. - Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União. - Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros. - Certificado de Regularidade do FGTS - CRF	
Local de Implantação do Projeto:	
Estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro.	

### AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGAS

#### PORTARIA Nº 104, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014

O Superintendente de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas - SUFER da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Deliberação nº 158/2010, alterada pela Deliberação nº 038 de 22/02/2013, Resolução ANTT nº 2.695/2008 e no que consta do Processo nº 50500.060287/2014-71, resolve:

Art. 1º Autorizar a implantação do Projeto de Interesse de Terceiros - PIT abaixo relacionado, com impacto na malha ferroviária concedida, conforme o extrato do contrato e com base na análise do respectivo processo.

Parágrafo único: Esta autorização não dispensa o solicitante ou a Concessionária da emissão de licenças, dispensas e certificações que se fizerem necessárias, no que couber e, conforme sua responsabilidade, junto aos respectivos órgãos competentes nas esferas municipal, estadual ou federal.

América Latina Logística Malha Paulista S.A. - ALLMP

Processo: 50500.060287/2009-19

Nota Técnica: 173/GPFER/SUFER/2014

Projeto: PIT - Implantação de dois trechos de via urbana paralelos à ferrovia entre os km's 463+530 e 464+289 e km's 464+289 e 464+971, além de duas travessias e ocupações longitudinais para drenagem pluvial, em Marília/SP.

Interessado: Prefeitura Municipal de Marília/SP.

Concessionária: América Latina Logística Malha Paulista

S.A. - ALLMP

Contrato nº: 030/NN/GRCP/09 e 031/NN/GRCP/09

Tipo de Contrato: Oneroso

Valor da parcela anual: 500,00

Tipo de reajuste: Anual

Alíquota sobre a Receita líquida de atividade autorizada:

10%

Início: Após a autorização da ANTT

Final: Coincidente com a vigência do Contrato de Conces-

são

Art. 2º Em caso de declaração de reversibilidade das obras pelo Poder Concedente, não será devida indenização em favor da Concessionária ou de terceiros.

Art. 3º A Concessionária deverá encaminhar à ANTT cópia dos aditivos, se houver, formalizados com o terceiro interessado, em até 10 (dez) dias após a sua assinatura.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE PORTO MENDES DE SOUZA

#### PORTARIA Nº 106, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014

O Superintendente de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas - SUFER da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Deliberação nº 158/2010, alterada pela Deliberação nº 038 de 22/02/2013, Resolução ANTT nº 2.695/2008 e no que consta do Processo nº 126555/2014-21, resolve:

Art. 1º Autorizar a implantação do Projeto de Interesse de Terceiros - PIT abaixo relacionado, com impacto na malha ferroviária concedida, conforme o extrato do contrato e com base na análise do respectivo processo.

Esta página foi intencionalmente deixada em branco)